

AMANDA DUARTE BLANCO

UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS: UMA REANÁLISE À LUZ DE DIK

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO

UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS: UMA REANÁLISE À LUZ DE DIK

AMANDA DUARTE BLANCO

ORIENTADORA: PROF^a SABRINA PEREIRA DE ABREU

Tese de Doutorado em Teoria e Análise Linguística, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre – RS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS: UMA REANÁLISE À LUZ DE DIK

AMANDA DUARTE BLANCO

ORIENTADORA: PROF^a SABRINA PEREIRA DE ABREU

BANCA EXAMINADORA

PROF. JORGE CAMPOS DA COSTA

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PROF. LEANDRO ZANETTI LARA

Universidade Federal do Pampa

PROF. SÉRGIO DE MOURA MENUZZI

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sabrina Pereira de Abreu, que me ensina, desde a graduação, com profissionalismo e carinho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e ao Instituto de Letras. Aos professores do Doutorado, Mestrado e Graduação, pelas excelentes aulas ministradas.

Ao Walmir, à Verbena e ao Pedro, pelo apoio essencial. Sem eles, eu não teria finalizado esta etapa.

Ao Diego, à Clara e à Emília, meus amados uruguaios.

Aos queridos colegas e amigos deste percurso, especialmente Aline Noimann, Sabrina Pacheco e Márcio Santiago.

“Chaque science, chaque étude, a son jargon inintelligible, qui semble n’être inventé que pour en défendre les approches.” Voltaire.

RESUMO

Com vistas a contribuir para os estudos gramaticais das unidades terminológicas complexas (UTCs), a presente pesquisa objetivou analisar o processo de formação de 201 UTCs veiculadas no glossário da Associação Latino-Americana de Integração partindo da Teoria da Gramática Funcional (TGF) de Dik (1989), voltada à estrutura oracional da língua geral, e da proposta de adaptação desse modelo feita por Café (1999) para o reconhecimento de UTCs na área da Biotecnologia de Vegetais. Para tanto, primeiramente expusemos as características conceituais e constitutivas dessas unidades, assumindo o posicionamento de que uma UTC é o resultado de uma oração reduzida; logo depois apresentamos a TGF e a proposta de adaptação de Café (1999). A partir dos pressupostos da teoria e da proposta de adaptação, as UTCs foram divididas em duas categorias conforme o estatuto de sua base: UTCs de base deverbal e UTCs de base não deverbal. As construções de base deverbal foram analisadas por regra de predicção dikiana; para tanto, partiu-se da análise da estrutura oracional subjacente depreendida da definição da UTC proposta no glossário, contrapondo essa análise com as regras de reconhecimento de UTCs de Café (1999) para a observação da passagem do nível oracional ao sintagmático, o que possibilitou explicitar diferenças no marco predicativo dos níveis em questão. No caso das UTCs de base não deverbal, elas foram analisadas via regra geral de formação termo-predicado, sendo também contrapostas a estrutura sintagmática observada e as regras de reconhecimento de Café (1999). Os dados apontam que, no caso das UTCs de base deverbal, há a tendência de manutenção do marco predicativo dikiano oracional no sintagma e da transformação dos satélites oracionais em estruturas argumentais sintagmáticas; além disso, foram indicadas as relações conceituais mais frequentemente observadas nas UTCs, bem como propostas novas regras de reconhecimento, descrições morfossintáticas e relações conceituais.

ABSTRACT

Our aim is to contribute to grammatical studies on complex terminological units by analyzing the development of CTUs published in the Latin American Integration Association glossary. Our study uses Dik's Functional Grammar Theory prescriptions concerning the clause structure of general language and Café's adaptation of such theory for the purpose of recognizing Plant Biotechnology CTUs. First of all, we expose the constitutive and conceptual characteristics of these units, assuming that a CTU is the result of a reduced clause. Second, we introduce Dik's FGT and Café's adapting model. Third, inspired on Dik's and Café's theories, we classify CTUs according to the nature of their bases, deverbative or non-deverbative. We examine the former using Dik's predication rule, beginning with an analysis of the underlying structure of a clause; next, we compare it with Café's recognition rules of CTUs in order to verify the passage from the clause level to the syntagmatic level. We were then able to contrast the predicative frame of both levels. Regarding those CTUs of non-deverbative basis, we analyze their development according to the general rule of term-predicate formation and compare its syntagmatic structure with Café's recognition rules. The data indicate that, in deverbative-basis CTUs, Dik's clause predicative frame in the syntagm tends to continue; on the other hand, clause satellites tend to be transformed in syntagmatic argument structures. Finally, we present the concept relations that are most frequently observed in the CTUs of our *corpus*, as well as new recognition rules, morphosyntactic descriptions and concept relations.

RESUMEN

Con miras a contribuir a los estudios gramaticales de las unidades terminológicas complejas (UTC), esta investigación tuvo por objetivo analizar el proceso de formación de 201 UTC vehiculizadas en el glosario de la Asociación Latinoamericana de Integración partiendo de la Teoría de la Gramática Funcional (TGF) de Dik (1989), orientada a la estructura oracional de la lengua general, y de la propuesta de adaptación de ese modelo presentada por Café (1999) para el reconocimiento de UTC del área de la Biotecnología de Vegetales. Para ello, primeramente expusimos las características conceptuales y constitutivas de esas unidades, asumiendo la posición de que una UTC es el resultado de una oración reducida; luego presentamos la TGF y la propuesta de adaptación de Café (1999). A partir de los presupuestos de la teoría y de la propuesta de adaptación, se dividieron las UTC analizadas en dos categorías según el estatuto de su base: las de base de verbal se analizaron por regla de predicación dikiana; para lo cual se partió del análisis de la estructura subyacente que se deduce de la definición de la UTC propuesta en el glosario y del contrapunto de ese análisis con las reglas de reconocimiento de UTC de Café (1999) para la observación del paso del nivel oracional al sintagmático, lo que permitió explicitar diferencias en el marco predicativo de los niveles en análisis. En el caso de las UTC de base no de verbal, se analizó el proceso de creación de las mismas por regla general de formación término-predicado, contraponiendo además la estructura sintagmática con las reglas de reconocimiento de Café (1999). Los datos apuntan a que, en el caso de UTC de base de verbal, existe la tendencia de mantenimiento del marco predicativo dikiano oracional en el sintagma y de la transformación de los satélites oracionales en estructuras argumentales sintagmáticas; además, se indicaron las relaciones conceptuales más frecuentemente observadas en las UTC y al mismo tiempo se propusieron nuevas reglas de reconocimiento, descripciones morfosintácticas y relaciones conceptuales.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entradas do glossário da ALADI.....	88
Gráfico 2 - UTCs do glossário da ALADI.....	88
Gráfico 3 - A presença de satélite nas estruturas oracionais de UTCs de base deverbal.....	129
Gráfico 4 - Fenômenos observados na passagem das estruturas oracionais às sintagmáticas de UTCs de base deverbal sem ocorrência de satélite em estrutura oracional.....	130
Gráfico 5 - Fenômenos observados na passagem das estruturas oracionais às sintagmáticas de UTCs de base deverbal com ocorrência de satélite em estrutura oracional.....	131
Gráfico 6 - Satélites observados nas estruturas oracionais de UTCs de base deverbal.....	132
Gráfico 7 - UTCs do tipo [φ [x_1]] de base deverbal sem alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.....	133
Gráfico 8 - UTCs de base deverbal sem alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.....	133
Gráfico 9 - UTCs do tipo [φ [x_1]] de base deverbal com alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.....	134
Gráfico 10 - Relações semânticas observadas em UTCs do tipo [φ [x_1]] de base não deverbal.....	165
Gráfico 11 - Relações semânticas observadas em UTCs do tipo [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]] de base não deverbal.....	166
Gráfico 12 - Relações semânticas observadas em UTCs de base não deverbal.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de criação de termos por função específica, reproduzido de Sager (1993, p.101).....	33
Quadro 2 - Relações reveladoras da natureza dos conceitos, adaptado de Sager (1993, p. 62-63).....	34
Quadro 3 - Propriedades constitutivas das UTCs.....	37
Quadro 4 - Propriedades conceituais das UTCs.....	42
Quadro 5 - Variáveis referentes aos diferentes níveis da estrutura da oração subjacente, traduzido de Dik (1989, p. 50).....	49
Quadro 6 - Definição de sentido de <i>bachelor</i> , reproduzida de Dik (1977, p.35).....	57
Quadro 7 - Combinações mais usuais de funções semânticas nos marcos predicativos, traduzido de Dik (1989, p.103).....	61
Quadro 8 - Relações semânticas em predicacões não verbais, traduzido de Dik (1989, p.180)	66
Quadro 9 - Hierarquia de Função Semântica, traduzido de Dik (1989, p. 226).....	70
Quadro 10 - Regras de formação de UTCs, reproduzido de Duarte (2001, p.68).....	79
Quadro 11 - Proposta de análise da formação de UTCs conforme estatuto da base.....	82
Quadro 12 - Reprodução de árvore conceitual da área do Comércio Exterior proposta por Araújo e Santos (2003, p. 35).....	87
Quadro 13 - Síntese de categorias analíticas de UTCs de base deverbal.....	97
Quadro 14 - Síntese de categorias analíticas de UTCs de base não deverbal.....	102
Quadro 15 - Exemplo de análise descontinuada de UTCs de base não deverbal com mais de três elementos.....	103
Quadro 16 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ (X _{2/n}) _{Fsm.Fst.}]]] sem apagamentos de expansões do argumento ₂ do marco predicativo oracional no sintagma.....	108
Quadro 17 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ (X _{2/n}) _{Fsm.Fst.}]]] com conector sem apagamentos de expansões do argumento ₂ do marco predicativo oracional no sintagma: caso de “manutenção de receitas ou de preços”	109

Quadro 18 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}$]]] com apagamentos de argumentos do marco predicativo oracional no sintagma.....	109
Quadro 19 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{1/n})_{Fsm.Fst.}(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}$]]] com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente.....	111
Quadro 20 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{1/n})_{Fsm.Fst.}(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}$]]] com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente: caso de “despachante aduaneiro”.....	111
Quadro 21 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{1/n})_{Fsm.Fst.}(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}(x_{3/n})_{Fsm.Fst.}$]]] com manutenção de um argumento oracional e apagamento de dois argumentos oracionais.....	112
Quadro 22 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(y_{n/n})$]]] com manutenção dos satélites oracionais.....	113
Quadro 23 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}(y_n)$]]] com manutenção do argumento ₂ oracional e do satélite.....	114
Quadro 24 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}(y_n)$]]] com apagamento do argumento ₂ oracional e manutenção do satélite..	115
Quadro 25 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}(y_n)(y_z)$]]] com apagamento do argumento ₂ oracional e manutenção de dois satélites.....	117
Quadro 26 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[$\varphi(x_{1/n})_{Fsm.Fst.}(x_{2/n})_{Fsm.Fst.}(y_n)$]]] com apagamento de ao menos um dos argumentos oracionais e manutenção do satélite.....	117
Quadro 27 - Novas descrições morfosintáticas de UTCs de base deverbal do <i>corpus</i>	127
Quadro 28 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ $\rightarrow [N[Adj]]$	136
Quadro 29 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ $\rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “assunto”.....	137
Quadro 30 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ $\rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa”.....	138
Quadro 31 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ $\rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “classe”.....	138
Quadro 32 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$	

→[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “conformidade”.....	139
Quadro 33 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “estado”.....	139
Quadro 34 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “finalidade”.....	139
Quadro 35 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “forma”.....	140
Quadro 36 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “localização”.....	140
Quadro 37 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “maneira”.....	140
Quadro 38 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “pertencimento”.....	140
Quadro 39 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “posse”.....	141
Quadro 40 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “procedência”.....	141
Quadro 41 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “situação”.....	141
Quadro 42 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “tipo”.....	142
Quadro 43 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “tipo” em “direito e imposto específicos”.....	143
Quadro 44 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SA]]$ →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “valor”.....	143
Quadro 45 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ →[N[P+(D)+N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “aquilo do que é parte”.....	144
Quadro 46 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ →[N[P+(D)+N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “assunto”.....	144
Quadro 47 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ →[N[P+(D)+N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “autor”.....	145

Quadro 48 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “autor” em “resolução do Conselho de Ministros”	145
Quadro 49 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa”	146
Quadro 50 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa” em “direito e imposto à exportação”	146
Quadro 51 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “constituição”	147
Quadro 52 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “finalidade”	147
Quadro 53 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “forma”	148
Quadro 54 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “inclusão em classe”	148
Quadro 55 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “instrumento”	149
Quadro 56 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de “locativo”	149
Quadro 57 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “medida”	150
Quadro 58 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “medida” em “peso bruto em quilogramas”	150
Quadro 59 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de “posse”	150
Quadro 60 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1]] - [N[SP]]$ $\rightarrow[N[P+(D)+N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “situação”	151
Quadro 61 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[[\varphi[x_1]][y_1]] - [[N[SP]] [SA_{Adv}]] \rightarrow[N[P+(D)+N]] [Loc_{Adv}]$	152
Quadro 62 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]] - [N[SA[SP]]] \rightarrow[N[Adj[P+N]]]$	153
Quadro 63 - Análise das demais UTCs de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]] - [N[SA$	

[SP]]] →[N[Adj[P+N]]].....	153
Quadro 64 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]]$ - [N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]].....	154
Quadro 65 - Análise das demais UTCs de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]]$ - [N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]].....	155
Quadro 66 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]]$ - [N[SP[SP]]] → [N[P+N[P+(D)+N]]].....	156
Quadro 67 - Análise das demais UTCs de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]]$ - [N[SP[SP]]] → [N[P+N[P+(D)+N]]].....	157
Quadro 68 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}]]]$ - [N[SP[SAadv[SA]]]] →[N[P+N[Adv[Adj]]]].....	158
Quadro 69 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1][x_2]]$ - [N[SA [SA]]] →[N[Adj[Adj]]].....	159
Quadro 70 - Análise das demais UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1][x_2]]$ - [N[SA[SA]]] →[N[Adj[Adj]]].....	159
Quadro 71 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_2[x_{1/2}]]]$ - [N[SP[SA]][SP[SA]]] → [N[P+N[Adj]][P+N [Adj]]].....	160
Quadro 72 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_2[x_{1/2}]]]$ - [N[SP[SA]][SP[SP]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]].....	161
Quadro 73 - Análise das demais UTCs de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_2[x_{1/2}]]]$ - [N[SP[SA]][SP[SP]]] → [N[P+N[Adj]][P+N [P+N]]].....	161
Quadro 74 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_{1/1/1}[x_{1/1/1/1}]]]$ - [N[SP[SN[SA[SA]]]]] →[N[P+Adj[N[Adj[Adj]]]]].....	162
Quadro 75 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_2]]]$ - [N[SP[SA]][SA]] → [N[P+N[Adj]][Adj]].....	162
Quadro 76 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do $[\varphi[x_1[x_{1/1}][x_2]]]$ - [N[SP[SA]][SP]] → [N[P+N[Adj]][P+N]].....	163
Quadro 77 - Novas regras para reconhecimento de UTCs de base não deverbais do <i>corpus</i> ..	164
Quadro 78 - Novas descrições morfossintáticas de UTCs de base não deverbais do <i>corpus</i> ..	165
Quadro 79 - Síntese das novas descrições morfossintáticas observadas no <i>corpus</i>	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. A TERMINOLOGIA E AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS.....	20
1.1. A Terminologia	20
1.2. A natureza dos termos	23
1.3. Unidades terminológicas complexas: propriedades constitutivas e conceituais	28
2. A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE SIMON DIK E OS ESTUDOS DE CAFÉ (1999)....	44
2.1. Apresentação da TGF	45
2.2. A forma da gramática	48
2.2.1. A predicação e o marco predicativo	51
2.2.2. Perspectivização do Estado de Coisas	69
2.2.3. Funções pragmáticas.....	71
2.2.4. Regras de expressão.....	73
2.3. A adaptação de um modelo gramatical para o reconhecimento de UTCs.....	75
2.4. Do reconhecimento à formação de UTCs.....	81
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
3.1. Constituição do <i>corpus</i>	86
3.2. Categorias analíticas	96
3.2.1. Categorias analíticas para UTCs passíveis de análise via predicação	96
3.2.2. Categorias analíticas para UTCs passíveis de análise via regra termo-predicado ...	101
3.3. Sistematização dos dados	103
4. ANÁLISE E RESULTADOS.....	106
4.1. Formação de UTCs de bases deverbais	106
4.1.1. Análise das estruturas oracionais e sintagmáticas	106
4.1.2. Relações conceituais nas estruturas oracionais e sintagmáticas	118
4.1.3. Novas observações em relação às propostas de Café (1999) partindo de UTCs de base deverbal.....	126

4.1.4. Resultados parciais	129
4.2. Formação de UTCs de bases não deverbais	135
4.2.1. Análise das regras de formação e das relações semânticas.....	135
4.2.2. Novas observações em relação às propostas de Café (1999) partindo de UTCs de base não deverbal.....	163
4.2.3. Resultados parciais	165
4.3. Resultados gerais.....	168
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	177
ANEXO I - <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	182
ANEXO II - ANÁLISE DE FORMAÇÃO DE UTCS POR PREDICAÇÃO DIKIANA	188
ANEXO III - ANÁLISE DE FORMAÇÃO DE UTCS POR REGRA DE TERMO-PREDICADO DIKIANA	216
ANEXO IV - RELAÇÕES CONCEITUAIS PROPOSTAS EM CAFÉ (1999).....	266

INTRODUÇÃO

Um dos primeiros trabalhos em que foi adaptado um modelo de análise linguística voltado às estruturas oracionais da língua geral a sintagmas terminológicos complexos com o objetivo de contribuir para o reconhecimento automático de unidades terminológicas complexas (doravante UTCs) foi proposto por Café (1999) em sua tese de doutorado intitulada *La description et l'analyse des unités terminologiques complexes en langue portugaise (variété brésilienne): une contribution à l'automatisation de la banque de données terminologiques du Brésil (Brasilterm)*.

Em sua proposta, a autora adaptou o método da “predicação” de Simon Dik, como apresentado em sua Teoria da Gramática Funcional (1989), a fim de contribuir para o reconhecimento automático de UTCs por *softwares* de extração de termos.

Dik (1989) estrutura sua teoria a partir do conceito de predicação, que consiste, basicamente, de um predicado — que designa propriedades ou relações — aplicado a um número apropriado de termos específicos, chamados de argumentos caso sejam requeridos pela semântica do predicado, ou satélites, se fornecerem informações adicionais, passíveis de serem retiradas da predicação sem alterar sua gramaticalidade. Café (1999, p. 25), por sua vez, considera que a UTC é uma unidade formada de uma base e de elementos que, dependendo da relação que mantêm com a base, são nucleares ou periféricos — sendo denominados argumentos e satélites, respectivamente — na construção de uma UTC. Para a autora, essas relações estabelecidas entre a base e os outros elementos da construção constituem a estrutura geral da predicação em uma linguagem de especialidade. Em sua perspectiva, toda a base de uma UTC necessariamente é um predicado.

Por exemplo, ao analisar a UTC “propagação clonal in vitro”, Café (2003, p. 78) explica que a construção representa uma UTC do tipo “base + argumento + satélite”. No caso, “clonal” é um argumento de “propagação”, desempenhando a função sintática, nos termos da pesquisadora, de complemento nominal. “In vitro”, por sua vez, desempenha uma função mais periférica na predicação, e, por isso, é considerado um satélite, sendo, também nos termos da estudiosa, um complemento circunstancial.

Contrapondo a análise de “propagação clonal in vitro” à de “axila foliar”, a autora (1999, p. 126 e ss.) considera esta última um exemplo de construção do tipo “base + argumento”, em que “foliar”, argumento da base “axila”, desempenha a função sintática de adjunto adnominal.

Observa-se que o conceito de predicado dikiano foi adaptado na proposta de Café, pois deixou de ser um item lexical que designa propriedades ou relações (DIK, 1989, p. 46) e passou a ser a base de qualquer UTC, considerada o núcleo da unidade a partir da qual é possível deprender informações semânticas, sintáticas e pragmáticas dos outros elementos da construção (CAFÉ, 1999, p. 26 e ss.). Esta linha de raciocínio, válida para o reconhecimento automático de UTCs e sua posterior extração, não parece se aplicar à análise do processo de formação dessas unidades.

Vejamos a razão. Partindo do pressuposto de que as UTCs são o resultado de orações reduzidas, como defendido por Auger (1978), pode-se trabalhar diretamente com o modelo de análise linguística dikiano, que é voltado às estruturas oracionais da língua geral, contrapondo as análises das estruturas oracionais hipotéticas subjacentes às predicções que, reduzidas, dariam origem às UTCs, e as propostas de Café (1999) de reconhecimento de UTCs, as quais permitem observar o nível sintagmático da construção, ou seja, a própria UTC. Dessa maneira, observamos a passagem do nível oracional ao sintagmático, em que ocorreria, sob essa perspectiva, o processo de formação da UTC.

Analisando o processo de formação de “propagação clonal in vitro”, pode-se propor que essa UTC seja uma redução da oração “*X propagar clones in vitro*”, o que permite defender que houve um processo de nominalização do predicado oracional dikiano na UTC, com manutenção do argumento oracional exigido pela semântica do predicado e do satélite no sintagma.

Não obstante, a UTC “axila foliar”, cuja base designa uma entidade — e não uma propriedade ou relação —, aponta para uma análise diferenciada de UTCs de base não deverbal, visto a impossibilidade de propor uma oração subjacente sem inserir um verbo de ligação para posterior apagamento, o que iria de encontro à limitação do poder descritivo da teoria dikiana. Afinal, Dik (1989, p. 17) explicita a necessidade de evitar transformações, como apagamentos, substituições e permutações de elementos específicos nas análises

linguísticas. Logo, observamos esta classe de UTCs a partir da regra de formação termo-predicado dikiana, em que qualquer termo, com uma função semântica opcional, pode passar a ser predicado de outro termo (cf. Dik, 1989, p. 174), o que dá conta das UTCs cujas bases não são deverbais.

Com base nesse entendimento, nesta tese, analisaremos o processo de formação das UTCs do glossário da Associação Latino-Americana de Integração (doravante, ALADI), a partir da Teoria da Gramática Funcional de Dik (1989), com vistas a contribuir para os estudos gramaticais referentes aos processos de formação destas unidades terminológicas.

Para tanto, apresentaremos, no Capítulo 1, as características conceituais e constitutivas das UTCs, partindo de referências às principais características de um termo simples para chegarmos às definições de UTCs propostas por diversos autores.

Definido o objeto de estudo, apresentaremos, no Capítulo 2, a teoria linguística que sustenta a análise realizada nesta tese: a Teoria da Gramática Funcional dikiana, voltada à análise oracional, além da proposta de adaptação desse modelo feita por Café (1999) para o reconhecimento de UTCs. Averiguaremos até que ponto o modelo de análise semântica lexical da teoria dikiana dá conta do componente conceitual dessas unidades.

No Capítulo 3, Procedimentos Metodológicos, explicitaremos os passos tomados para analisar o processo de formação lexical de 201 UTCs veiculadas na ALADI à luz da TGF dikiana (1989), estabelecendo, na medida do possível, um contraponto com a proposta de adaptação do modelo dikiano para reconhecimento de UTCS de Café (1999). Neste Capítulo, apresentaremos as diferentes categorias analíticas correspondentes às UTCs de base verbal e de base não verbal, para, no Capítulo 4, Análises e Resultados, efetivamente tratarmos o processo de formação das UTCs do *corpus*. As considerações finais advindas dessas análises serão expostas no Capítulo 5.

CAPÍTULO 1

A TERMINOLOGIA E AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS COMPLEXAS

Este Capítulo objetiva mostrar a natureza teórica e empírica do objeto de estudo desta tese, qual seja, as unidades terminológicas complexas (doravante UTCs), cujo processo de formação será observado a partir dos pressupostos de uma gramática funcional de língua geral, especificamente a Gramática Funcional de Simon Dik (1989) e da proposta de adaptação dessa concepção de gramática para o reconhecimento de UTCs de Café (1999). Desta maneira, o presente Capítulo apresenta as principais discussões acerca da constituição dessas unidades, explicitando suas características constitutivas e conceituais.

Para tanto, este Capítulo está estruturado da seguinte maneira: na seção 1.1, apresentaremos alguns conceitos gerais sobre Terminologia; indicaremos, na seção 1.2, de forma panorâmica, diferentes noções a respeito da natureza das unidades terminológicas. Por fim, na seção 1.3, iremos nos aprofundar especificamente nas definições de UTCs propostas por Auger (1978), Rey (1992) e Sager (1993). Ainda nesta seção, reuniremos em dois quadros as propriedades constitutivas e conceituais das UTCs na perspectiva de vários pesquisadores da área, com o objetivo de fornecer as bases teóricas que sustentarão a análise do nosso objeto de estudo.

1.1. A Terminologia

De acordo com Lerat (1997, p.14), a Terminologia, como disciplina, foi definida pela norma ISO (1990, ISO 108) como “el estudio científico de las nociones y de los términos

usuales de las lenguas de especialidad”¹. Para a ISO, “las nociones no están vinculadas a cada una de las lenguas”² (*ibidem*, p. 14), um termo é “la designación de una noción en forma de letras, cifras, pictogramas o con una combinación cualquiera de estos elementos”³ (*ibidem*, p. 14), e uma linguagem de especialidade é “un subsistema que utiliza una terminología y otros medios lingüísticos con objeto de suprimir toda ambigüedad en la comunicación propia de un área concreta”⁴ (*ibidem*, p. 14).

Ao criticar as definições adotadas pela ISO, Lerat (*ibidem*, p.14) afirma que não é possível desvincular as noções das conceitualizações e, portanto, dos locutores, de suas culturas e de suas línguas. Além disso, o autor defende que o termo não é constituído pela designação (o fato de assinalar algo), mas sim pela denominação, concebida como a designação convencional de um nome a uma noção.

Justamente pelo fato de os termos serem nomes de noções, o estudioso (*ibidem*, p.45) defende que eles se comportam como unidades linguísticas integráveis nos enunciados, satisfazendo as condições sintáticas da língua em questão, e são, ao mesmo tempo, unidades de conhecimento de conteúdo estável, mais independentes do contexto que as palavras correntes.

Partimos, então, da ideia de que os termos são elementos característicos das linguagens de especialidade, as quais podem ser definidas como

[...] una lengua en situación de empleo profesional, es decir, una lengua “en especialidad” [...] Es la lengua misma como sistema autónomo, pero al servicio de una función más amplia: la transmisión de conocimientos.⁵ (LERAT, 1997, p. 18).

Pavel (1993, p. 67), por sua vez, considera que uma linguagem de especialidade é um subconjunto da língua geral que serve para a transmissão de um saber relevante de um campo de experiência em particular. Mais especificamente, a estudiosa defende que uma linguagem de especialidade

¹ “O estudo científico das noções e dos termos usuais das linguagens de especialidade”. Tradução nossa.

² “As noções não estão vinculadas a cada uma das línguas”. Tradução nossa.

³ “A designação de uma noção em forma de letras, cifras, pictogramas ou uma combinação qualquer desses elementos”. Tradução nossa.

⁴ “Um subsistema que utiliza uma terminologia e outros meios linguísticos com o objetivo de suprimir toda a ambigüidade na comunicação própria de uma área específica”. Tradução nossa.

⁵ “Uma língua em situação de emprego profissional, ou seja, uma linguagem “em especialidade” [...] É a própria língua como sistema autónomo, mas a serviço de uma função mais ampla: a transmissão de conhecimentos”. Tradução nossa.

“[...] n'existe qu'en partageant la grammaire LG et une partie de son inventaire lexico-sémantique (morphèmes, mots, syntagmes et règles combinatoires) mais en fait un usage sélectif et créatif qui reflète les particularités des concepts en jeu et qui présente des variations sociales, géographiques et historiques”⁶. (PAVEL, 1993, p.67)

Para Cabré (1993, p. 129 e ss.), a linguagem é um sistema complexo e heterogêneo de subsistemas relacionados. A autora diferencia a língua geral da linguagem de especialidade da seguinte maneira: a língua geral compõe-se de um conjunto de regras, unidades e restrições que fazem parte do conhecimento da maioria dos falantes de uma língua e representa um subconjunto da língua entendida em sentido global. As unidades da língua geral são utilizadas em situações que podem ser classificadas como não marcadas. Já as linguagens de especialidades, por fazerem referência ao conjunto de subcódigos – parcialmente coincidentes com o subcódigo da língua comum –, apresentam características “especiais”, isto é, próprias de cada uma delas.

Entre essas características, a autora salienta que as linguagens de especialidade

“[...] cuentan con una conceptualización previa bastante controlada; no suelen admitir (en teoría) nuevas unidades si no están establecidas y conceptualizadas previamente; no tienen, en teoría, términos polisémicos”⁷. (CABRÉ, 1993, p.129)

Partindo desse breve apanhado de definições a respeito das linguagens de especialidade, adotamos aqui a ideia de que a Terminologia é a disciplina que tem por objeto de estudo os termos característicos das diferentes linguagens de especialidade, consideradas um subsistema da língua geral que apresenta características específicas, como a tendência à monossêmia, à conceitualização prévia e à funcionalidade comunicativa. Veremos, a seguir, algumas características dos termos para, depois, adentrarmos em nosso objeto de análise: a UTC.

⁶ “[...] não existe se não compartilhando a gramática da LG (língua geral) e uma parte de seu inventário léxico-semântico (morfemas, palavras, sintagmas e regras combinatórias), mas fazendo, na verdade, um uso seletivo e criativo que reflete as particularidades dos conceitos em jogo e apresentando variações sociais, geográficas e históricas”. Tradução nossa.

⁷ “Contam com uma conceitualização prévia bastante controlada; não costumam admitir (teoricamente) novas unidades se não estão estabelecidas e conceitualizadas previamente; não têm, teoricamente, termos polissêmicos”. Tradução nossa.

1.2. A natureza dos termos

Para melhor entender as UTCs, passaremos, primeiramente, por algumas noções referentes à natureza dos termos. De acordo com L’Homme (2005, p. 1.112 e ss.), para alguns pesquisadores, o termo é uma etiqueta linguística que serve para materializar o verdadeiro objeto da Terminologia, qual seja, o conceito; para outros, o termo é o objeto central da Terminologia. Esta diferenciação, conforme L’Homme, é a origem da maioria das discrepâncias nos estudos da área, pois a Terminologia não pode ser apreendida em abstração dos objetivos de cada uma de suas aplicações.

De acordo com Faulstich (1995, p.1), a Terminologia teve por precursor Eugen Wüster, que, em 1931, defendeu sua tese de doutorado intitulada “Internationale Sprachnormung in der Technik: besonders in der Elektrotechnik”, na Universidade de Viena. Nesta obra, o estudioso estabeleceu as bases da posteriormente denominada Teoria Clássica ou Teoria Padrão da Terminologia, segundo a qual, conforme Cabré (1993, p.36), a Terminologia é percebida como uma matéria autônoma, de caráter interdisciplinar a serviço das disciplinas técnico-científicas, cuja orientação centrada na categorização lógica dos sistemas de conceito e da organização do conhecimento não invalida a possibilidade de considerar a Terminologia como um subcomponente do léxico da língua e as linguagens de especialidade como subsistemas da língua geral.

A Teoria Clássica preconiza uma perspectiva onomasiológica, que consiste em postular primeiramente a existência do conceito e descobrir, posteriormente, as formas linguísticas que servem para etiquetá-lo. Assim, procura-se estabelecer, segundo Campos (2001, p. 68 e ss.), uma correspondência biunívoca entre termo e conceito, especificamente pelos princípios da univocidade e monorreferencialidade. Partindo desses pressupostos, as variações terminológicas são consideradas desvios ou anomalias.

Em contraponto a esse pensamento muito em voga até a década de 70 nos estudos terminológicos, Alain Rey publica a obra intitulada *La Terminologie, noms et notions* (1979)⁸, onde põe em dúvida a oposição entre “noções” e “termos”, frequentemente pensada como

⁸ No presente trabalho, faremos referência à 2ª edição revisada da obra, publicada em 1992.

uma dicotomia entre pensamento e língua na Terminologia de sua época. Conforme o estudioso, a ideia de que as estruturas terminológicas devem corresponder às respectivas estruturas nocionais deve ser matizada.

Para tanto, Rey (*ibidem*, p. 80 e ss.) explica que tanto a conduta clássica onomasiológica quanto a conduta semasiológica, em que sintagmas observados em discurso são considerados intuitivamente termos em certas condições, são duplamente tributárias das línguas naturais, porque é necessário passar pelas palavras para descrever os termos e abordar as noções (com exceção, conforme o estudioso (*ibidem*, p.81), dos sistemas formais puros). Além disso, se os termos são observados em seu uso, apresentarão contextos em línguas naturais e as informações apresentadas sobre eles, como definições, julgamentos de valor, comentários, serão também expressas em línguas naturais.

Posições como a de Rey levaram, segundo L’Homme (2005, p. 1115), à formulação de novas correntes em Terminologia, entre elas: a Socioterminologia⁹, a Terminologia Textual¹⁰; a Terminologia Sociocognitiva¹¹ e a Teoria Comunicativa da Terminologia¹², forte tributária dos ensinamentos de Sager.

⁹ A Socioterminologia caracteriza-se por sua perspectiva variacionista, pois, conforme Faulstich (1998, p.93) os termos “são signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; são entidades variantes porque fazem parte das situações comunicativas distintas: são itens do léxico especializado, que passa por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas”. A estudiosa (2003, p.12) propõe cinco postulados básicos para estabelecer um constructo para a Terminologia, quais sejam: “i. dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada; ii. o abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado; iii. a aceitação de que, sendo terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática; iv. a aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso; v. a análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral”.

¹⁰ A Terminologia Textual teve origem nas questões aplicadas, especificamente, nos trabalhos de terminólogos e de especialistas em informática interessados no tratamento de *corpus* especializados e na elaboração de ontologias ou de outros formalismos destinados a representar os conhecimentos, segundo L’Homme (2005, p. 1115). Finatto (2004, p. 354 e ss.) assinala alguns pontos fundamentais das abordagens dessa linha, tais como: “a) o texto é o signo linguístico primário no âmbito de uma Terminologia linguística; b) o conceito do texto especializado compreende o texto além da dimensão escrita; c) o vocabulário especializado vai além dos nomes; d) o vocabulário especializado, num sentido mais estrito, compõe um subsistema do sistema léxico global, quer dizer, perfaz um subconjunto do vocabulário total de uma língua; e) no plano do vocabulário, podem ser tratados os processos de ampliação ou restrição semântica, das manifestações de polissemia, homonímia e sinonímia, das estruturas e recursos para a formação de palavras, entre outros”.

¹¹ Clas (2004, p. 237-238) apresenta os cinco princípios dessa linha de pesquisa formulados por Temmerman (2000, p. 223), os quais reproduzimos a seguir: “a) a Terminologia Sociocognitiva tem como ponto de partida unidades de compreensão que não possuem, necessariamente, uma estrutura prototípica; b) a compreensão é um ato estruturado: uma unidade de compreensão tem uma estrutura intracategorial e intercategoria e funciona como um modelo cognitivo; c) a definição é variável e está ligada ao tipo de discurso – sendo determinada pelo nível de especialização do emissor e do receptor e pelo grau de informação primordial buscado; d) a sinonímia e a polissemia são elementos funcionais na compreensão e devem ser processados; e) as unidades de compreensão

Não iremos nos deter nas diferentes perspectivas de cada uma das correntes teóricas em Terminologia por fugir do objetivo do presente trabalho. Com vistas a apresentar um panorama geral acerca das principais características de um termo, iremos nos apoiar nos ensinamentos de Sager, estudioso que não se filiou a nenhuma corrente terminológica em especial, mas que, como mencionado, serviu de influência para a formulação da Teoria Comunicativa da Terminologia, proposta por Cabré.

Sager (1993, p. 35) identifica três dimensões em uma teoria da Terminologia, quais sejam: a) a cognitiva, que relaciona a forma linguística ao conteúdo conceitual; b) a dimensão linguística, que examina as formas existentes e possíveis de apresentação das terminologias e c) a dimensão comunicativa, que examina o uso das terminologias e justifica a atividade da compilação e do processamento terminológicos.

De acordo com o autor (*ibidem*, p. 35 e ss.), o estudo da Terminologia a partir da dimensão cognitiva requer, em primeiro lugar, um modelo de conhecimento que descreva as estruturas conceituais de uma dada área com vistas à construção de uma imagem coerente da natureza, do comportamento e da interação entre os conceitos e seus termos relacionados.

Quanto à dimensão linguística, o estudioso (*ibidem*, p. 69-70) ensina que os termos podem, em princípio, ser analisados a partir de uma perspectiva puramente linguística – através das relações que estabelecem entre si no discurso –, tendo em vista que são elementos do discurso da língua natural. No entanto, para a Terminologia, a natureza da referência especial própria dos termos exige um método de definição diferente daquele praticado em Lexicografia¹³. Nas palavras do autor, os elementos léxicos especializados estão desprovidos de qualquer significado que não seja o referencial a conceitos dentro de sua área de utilização,

evoluem: o conhecimento dos períodos históricos de sua evolução pode ser mais ou menos fundamental para a compreensão da unidade”.

¹² Cabré (2006, p.141) afirma que, desde 1996, trabalha em uma teoria linguística de base cognitiva e propósito comunicativo chamada Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Essa teoria defende que as UTs são poliédricas, sendo possível chegar a elas por diversas “portas”: a da linguística, a da ciência cognitiva e a das ciências da comunicação social, sendo que cada porta exige uma teoria própria. A porta linguística, que é de nosso interesse na presente tese, pressupõe que a UT seja analisada a partir de textos (orais ou escritos) dos especialistas em diferentes situações comunicativas. Sob essa perspectiva, defende-se que as UTs: “i. são as unidades mais prototípicas para a representação eficiente do conhecimento especializado; ii. são elementos denominativos e designativos, que podem apresentar variação; iii. compartilham com outras unidades linguísticas a expressão do conhecimento especializado; iv. são reconhecidas por corresponderem a ULs, em sua estrutura morfológica ou sintática”.

¹³ Para Sager (*ibidem*, p. 42-43), o léxico de uma linguagem de especialidade contém tanto elementos dotados de propriedade referencial especial quanto elementos de referência geral, não específicos de uma disciplina em particular.

e, diferentemente do léxico geral, são considerados independentes de contexto ao ocorrerem em um âmbito limitado de colocações.

No que se refere aos processos de formação de termos, Sager (*ibidem*, p. 91) diferencia os meios analíticos e sintéticos de formação, que combinam unidades léxicas independentes para formar unidades maiores (como, por exemplo, na composição) e que modificam os elementos léxicos mediante o uso de afixos, respectivamente.

O estudioso (*ibidem*, p. 111 e ss.) distingue três critérios principais para a criação de novas designações:

1. emprego das fontes existentes: por meio da extensão do significado de um termo existente.
2. modificação das fontes existentes: o método mais comum da designação de novos conceitos é mediante a modificação dos já existentes, por derivação ou afixação; composição; conversão; compressão.
3. criação de novas entidades linguísticas: o método busca encontrar uma denominação única a novos conceitos, por meio de criações totalmente novas ou empréstimos de outras línguas.

O autor (*ibidem*, pp.114-115) ensina que a derivação e a composição têm como fim a determinação mais específica de um conceito, evidenciando uma dimensão particular da estrutura conceitual. Um dos modos mais frequentes de determinação ocorre mediante a relação de um objeto com sua função ou uso particular no campo temático especializado, como em “*fire resistant material*”¹⁴. A técnica de determinação como um método para a formação de palavras tem suas origens na determinação sintagmática. Veremos, com mais detalhes, os ensinamentos de Sager referentes a UTCs na próxima seção.

No que diz respeito à dimensão comunicativa da Terminologia, o estudioso (*ibidem*, pp.149-150), ao analisar um modelo de comunicação especializada, assume a existência de, ao menos, um emissor especialista que transmite uma mensagem sobre um tema específico a um receptor também especialista, motivado pela necessidade de intervir no estado atual do conhecimento do receptor – com base em pressuposições sobre seu conhecimento e suas expectativas–, transmitindo uma informação que afeta o próprio conhecimento (um acréscimo, uma confirmação ou uma modificação do estado de conhecimento existente) ou que está

¹⁴ “Material resistente ao fogo”. Tradução nossa.

dirigida a provocar reações linguísticas ou não linguísticas posteriores (como a aprovação, a rejeição ou modificações de comportamento específicas), nas palavras do autor.

Apresentadas as principais noções referentes à natureza dos termos em Sager (1993), finalizamos esta seção mencionando a perspectiva de Mortureux (2008), que defende que os lexemas (formados por um conjunto de semas, denominado semema) são elementos virtuais do sistema linguístico que, em discurso, tornam-se vocábulos e, justamente por estarem em discurso, tendem à monorreferencialidade, ao enfatizar determinados semas do semema em detrimento de outros, especificando, assim, seu sentido.

Dessa forma, para a autora, os termos

“ne sont qu’une acception particulière d’un mot: cellule, tissu en biologie, fréquence en physique. Ces acceptions, lorsqu’elles correspondent à un emploi assez largement diffusé du terme, figurent dans les dictionnaires de langue, et elles y sont précédées d’une mention de domaine, sous une forme analogue à celle des registres”.¹⁵
(MORTUREUX, 2008, p.132)

Em última análise, nessa perspectiva, todas as palavras, em discurso, poderiam ser consideradas termos.

L’Homme (2005, pp. 1121-1122), por sua vez, defende que, na maioria das perspectivas dos estudos terminológicos, o conteúdo do termo é ancorado na estruturação dos conhecimentos de um domínio especializado. É interessante notar, segundo a autora, que as discrepâncias entre os diferentes modelos teóricos residem, especialmente, na natureza do conceito (especificamente seu caráter imutável postulado pela TGT), nas perspectivas onomasiológicas e nos objetivos de normalização, não colocando em questão, de maneira explícita, a focalização da Terminologia no conceito e a importância do sistema conceitual.

A autora (*ibidem*, p. 1122), ao apresentar a perspectiva à qual se vincula, denominada léxico-semântica, explica que tal olhar não tem por objetivo uma teorização em Terminologia, pois as questões que analisa encontram respostas nos modelos de semântica lexical. Essa perspectiva, conforme L’Homme, não postula uma estruturação de conhecimentos *a priori*, o que permite colocar em dúvida que as análises terminológicas feitas sob esta perspectiva

¹⁵“São uma aceção particular de uma palavra: célula e tecido, em Biologia; frequência, em Física. Essas aceções, por corresponderem a um emprego amplamente difundido do termo, constam dos dicionários de língua, sendo precedidas de uma menção do domínio, de forma análoga àquela dos registros”. Tradução nossa.

resultem em um modelo estruturante no sentido conceitual, o que não obsta que deem lugar, no entanto, a uma estruturação lexical.

Assim, as definições de unidade terminológica não estão isentas de controvérsias. Para finalizar esta seção, citamos Desmet (1994), ao explicitar que o maior problema da análise do sentido do léxico especializado pode ser resumido nas seguintes indagações: “triângulo wüsteriano conceito-termo-objeto ou signo linguístico saussuriano? Conceptologia aristotélica ou semântica da enunciação?” (*ibidem*, p. 172).

Em síntese, grifamos a importância do conceito como fator para definição de uma UT e a evidente discrepância em relação ao “momento” em que determinada palavra passa a ter o título de termo. Em uma perspectiva onomasiológica, em termos biologizantes, o item lexical já nasce termo, caso se relacione de forma unívoca a um conceito em uma determinada área do saber, como defendido pela corrente clássica wüsteriana. Para outros, como Cabré (1993), a palavra adquire o estatuto de termo no discurso, via ativação terminológica, a qual passa a relacionar esse item lexical com um conceito de uma área do conhecimento.

Passemos, agora, especificamente à análise de um tipo de unidade terminológica: a UTC, objeto de nossa pesquisa.

1.3. Unidades terminológicas complexas: propriedades constitutivas e conceituais

As unidades terminológicas complexas objeto de nosso estudo são um subtipo de unidade terminológica (UT). As UTs podem ser, como explicita Faulstich (1980, p. 35) simples, compostas, complexas ou um agrupamento de lexias. De acordo com a autora, a UT simples corresponde à palavra da língua comum, a UT composta é o resultado de uma integração semântica manifestada formalmente, a UT complexa é a sequência em processo de lexicalização e os agrupamentos de UTs são as junções de mais de duas UTs.

Nesta seção, iremos expor definições de UTCs postuladas por diferentes autores, em especial, Auger (1978), Rey (1992) e Sager (1993), com o objetivo de fornecer um panorama geral das principais características das UTCs. Posteriormente, serão apresentados dois quadros que reúnem as principais definições e características das UTCs a partir de

perspectivas de uma pluralidade de pesquisadores da área, especificamente Benveniste (1966), Boulanger (1978), Auger (1978), Rousseau (1978), Rey (1992¹⁶), Sager (1980, 1993), Pavel (1993), Lerat (1997), Dubuc (1999), Fausltich (2003), Barros (2004), Cabré e Estopá (2007), Mortureux (2008). O critério de apresentação das diferentes definições é cronológico, ou seja, os autores serão apresentados na ordem das publicações aqui selecionadas das mais antigas às mais atuais.

Importante ressaltar que nossa análise irá se restringir às UTCs da categoria nominal, pois, como observamos a formação de UTCs sob o viés da TGF em diálogo com a proposta de reconhecimento destas unidades de Café (1999), restringiremos nossa atenção à categoria selecionada pela autora. De qualquer forma, não queremos deixar de fazer referência ao trabalho de L'Homme (1998), que apresenta um interessante modelo para uma descrição de verbos especializados.

Auger (1978, p. 11-25) aponta a importância numérica dos sintagmas em Terminologia e a necessidade de diferenciar as construções que são o resultado de uma combinação fortuita e acidental de outras construções fixas.

Partindo do modelo teórico de sintagmática lexical proposto por Guilbert (1973), Auger (1978) apresenta os três grandes enunciados do modelo, aos quais acrescentou mais um referente à prática terminológica, quais sejam:

1. “Le syntagme lexical est le mode privilégié de désignation du réel en terminologie”¹⁷: Auger aponta a relativa composicionalidade dos sintagmas, que estão, conforme Guilbert (1973, p.17 apud Auger, 1978, p.13) “à mi-chemin de la définition métalinguistique et du segment de phrase de discours”¹⁸. Quanto mais extenso for o sintagma lexical, de acordo com Auger (*ibidem*, p.13), mais próximo estará da paráfrase sinonímica da definição.

Esse modo de denominação, nas palavras do autor, permite seriar os sintagmas a partir de uma mesma base e de ilustrar oposições. As diferentes oposições são marcadas pelas expansões, que são basicamente determinações sucessivas, classificando-o em uma categoria conceitual mais estrita.

¹⁶ Referência à segunda edição revisada. A primeira edição data de 1979.

¹⁷ “O sintagma lexical é o modo privilegiado de designação do real em terminologia”. Tradução nossa.

¹⁸ “A meio caminho da definição metalinguística e do segmento de frase do discurso”. Tradução nossa.

2. “Le syntagme lexical obéit à une syntaxe de phrase, ses réalisations sont multiformes et sa complexité est variable”¹⁹: Auger (1978, p. 15) explicita que as determinações sucessivas dos sintagmas são realizadas de acordo com a linearidade da frase, de acordo com a ordem determinado – determinante própria da língua em questão. O sintagma lexical é, em sua perspectiva, uma frase reduzida por uma série de apagamentos recursivos de um mesmo tipo a outro.

3. “Il est difficile de distinguer le syntagme lexical du syntagme de discours (assemblage accidentel de mots) en utilisant seulement des critères formels et la difficulté est en rapport direct avec la complexité du segment”²⁰: nas palavras de Auger (1978, p. 18), não existem critérios formais decisivos que permitam distinguir o sintagma lexical ou lexicalizado do sintagma nominal (de discurso) construído de acordo com as circunstâncias do discurso.

O estudioso (*ibidem*, p. 19) apresenta uma lista de critérios formais formulados por Guilbert que se aplicariam aos sintagmas lexicalizados: i. ausência de artigo antes da expansão; ii. impossibilidade de inserção de um elemento novo entre os elementos constituintes do sintagma; iii. ordem determinado-determinante; iv. impossibilidade de empregar a base como elemento anafórico; v. base única que não admite coordenação; vi. impossibilidade de uma expansão verbal de receber um objeto.

Em relação a esses critérios que poderiam diferenciar os sintagmas lexicalizados dos sintagmas do discurso, Auger afirma que a Lexicologia

“tente encore d’éprouver des critères sémantiques [...] (base polysémique, impossibilité de quantifier pour les syntagmes à expansion adjectivale, valeur sémantique des joncteurs) ou structurels (possibilité de sérier à partir d’une même base, de créer oppositions) pour conclure que le seul critère fonctionnel et valable est la référence à un signifié unique, ce qui a notre avis est valable dans un certain nombre de cas (p. ex. “pomme de terre” et “machine à laver”), mais plus difficilement applicable dans le cas des syntagmes en structures complexes possèdent plusieurs déterminations (p. ex. “charrue pour labour à plat à traction animale sans avant-train”).”²¹ (AUGER, 1978, p. 19-20)

¹⁹“O sintagma lexical obedece a uma sintaxe da frase, suas realizações são multiformes e sua complexidade é variável”. Tradução nossa.

²⁰“É difícil distinguir o sintagma lexical e o sintagma do discurso (combinação acidental de palavras) utilizando somente critérios formais; a dificuldade está em relação direta com a complexidade do segmento”. Tradução nossa.

²¹“Tenta ainda testar critérios semânticos (base polissêmica, impossibilidade de quantificar os sintagmas de expansão adjetival, valor semântico dos conectores) ou estruturais (possibilidade de seriar a partir de uma mesma base, de criar oposições) para concluir que o único critério funcional e válido é a referência a um significado único, o que, em nosso ponto de vista, é válido em um certo número de casos (p. ex. “pomme de terre” e “machine à laver”), mas mais dificilmente aplicável nos casos dos sintagmas de estruturas complexas

Diante de exemplos tão extensos quanto o apresentado na citação, o estudioso aponta duas maneiras diferentes de encarar esse tipo de construção terminológica: i. se está diante de um sintagma lexical, por designar um objeto do mundo real específico de uma área, ou ii. se está diante de uma unidade de catalogação, que, por sua extensão, não é utilizada em textos técnicos, mas encontrada em catálogos ou listas, caracterizando-se por ser, então, um sintagma descritivo. O autor concorda com a segunda perspectiva.

4. “Le syntagme terminologique, dans l’optique de la terminologie, ne peut franchir une certaine limite de complexité sans se transformer en unité non linguistique de catalogage ou de nomenclature”²²: Auger retoma a ideia de que não há limite teórico para a extensão de um sintagma conforme os modelos de Guilbert. Assim, propõe que o único critério que permite traçar um limite prático é a referência a um referente real e único” (*ibidem*, p.21).

Em síntese, o estudioso (*ibidem*, p.25) acredita que o problema da delimitação das UTCs deve também ser observado a partir dos critérios referentes à relação unívoca entre o termo e o conceito e à frequência do termo em um dado *corpus*, o que permite excluir grupos acidentais de palavras que não têm características de lexicalização.

Por sua vez, Rey (1992, p. 71) afirma que as unidades terminológicas, em ciência e, sobretudo, nas técnicas, têm geralmente a forma de sintagmas nominais. Em francês, sua estrutura é constante: um elemento determinado (nome ou sintagma nominal) e uma determinação feita por um ou vários adjetivos ou complementos preposicionais.

Um termo, para o autor (*ibidem*, p.79), pode se realizar sob diversas formas, desde um morfema livre a sintagmas nominais e verbais. Com vistas a estabelecer uma correspondência unívoca entre unidades terminológicas e unidade linguística, o autor propõe que todos os termos, ao refletirem a noção denominada por uma definição de dois elementos mínimos (gênero e espécie), podem ser considerados sintagmas, em razão da estrutura semântica determinado + determinante. Inclusive os termos simples são considerados sintagmas de determinante zero, como o autor explica no trecho a seguir:

“[...] ainsi le terme français « clé », générique, emprunte la forme du mot français « clé » polysémique, dans une de ses neuf acceptions et peut être considéré comme

possuidores de maior número de determinações (p. ex. “charrue pour labour à plat à traction animale sans avant-train”).” Tradução nossa.

²² “O sintagma terminológico, na ótica da Terminologia, não pode ultrapassar um certo limite de complexidade sem se transformar em unidade não linguística de catalogação ou nomenclatura”. Tradução nossa.

dénommant une notion (générique), analysable en sous-notions et correspondant aux termes « clé à tube », « clé à mâchoires », « clé à molette » etc.; notions elles-mêmes subdivisibles en notions dénommables par des termes empruntant la forme de syntagmes à deux déterminantes et ainsi de suite”.²³(REY, 1992, p.79.)

O estudioso (*ibidem*, p.93-94) afirma que toda unidade lexicalizada pode ser um termo, mas numerosos sintagmas complexos não lexicalizados podem também corresponder a uma noção bem identificada. Assim, diferentemente do que ocorre em Lexicologia, em que somente os sintagmas cujo valor global não corresponde à combinação normal dos valores de seus elementos são considerados unidades lexicais²⁴, em Terminologia, os sintagmas são formados de acordo com as leis semânticas e os valores normais dos elementos.

Essa evidente complexidade em delimitar sintagmas de valor composicional por confundirem-se com sintagmas do discurso implica, para o estudioso (*ibidem*, p.95), que o critério fundamental para a definição de um sintagma terminológico não reside na perspectiva linguística, mas sim na prática. Assim, importa que o sintagma terminológico, além de ser aceito e compreendido por especialistas de um domínio científico ou técnico, corresponda a uma noção específica em uma área do saber.

A esse respeito, Sager (1993, p. 99) sugere que as UTCs, na medida em que acompanham o desenvolvimento e reestruturação do conhecimento de determinada área, permitem o desenvolvimento de hierarquias transparentes pelo acréscimo de elementos determinantes. Como afirma o autor:

“[...] a un nivel más detallado de análisis, los distintos campos temáticos requerirán diferentes tipos de subestructuras para poder responder plenamente a la diversidad de tipos de conceptos con los que funcionan.”²⁵ (SAGER, 1993, p. 52)

Sager (*ibidem*, p. 101) afirma que o método sistemático de designação se baseia na consistência da criação de termos mediante a seleção de qualificadores que indiquem alguma propriedade ou outras características essenciais de um conceito, o que refletiria as dependências hierárquicas genéricas ou partitivas entre as sequências de termos produzidos em fases consecutivas de determinação. Por exemplo, muitos termos especializados são

²³“[...] assim, o termo francês « clé », genérico, toma a forma da palavra francesa « clé » polissêmica, de uma de suas nove acepções, e pode ser considerado como denotando uma noção (genérica), analisável em subnoções e correspondendo aos termos « clé à tube », « clé à mâchoires », « clé à molette » etc.; noções elas próprias subdivisíveis em noções denomináveis por termos que tomam a forma de sintagmas de dois determinantes e assim por diante”. Tradução nossa.

²⁴ Remetemos aos estudos de Gross (1996) para uma análise aprofundada da questão.

²⁵“[...] em um nível mais detalhado de análise, os distintos campos temáticos requerirão diferentes tipos de subestructuras para poder responder plenamente à diversidade de tipos de conceitos com os quais funcionam”. Tradução nossa.

criados por meio da identificação da função específica de um objeto que é essencial para o novo conceito, como:

Objeto	Função	Novo termo
“hojas”	“alimentador”	“alimentador de hojas”

Quadro 1 – Exemplo de criação de termos por função específica, reproduzido de Sager (1993, p.101).

De acordo com o autor (*ibidem*, p. 103), uma maior especificação pode produzir entidades mais específicas, como “*alimentador continuo de impresos*”. Podem ser usados vários critérios de especificação, por exemplo, o funcional (“*a box for tools*” – “*toolbox*”), o material (“*a box made of steel*” – “*steel box*”) e o local (“*a box under the window*” – “*window box*”). Sager (*ibidem*, p. 105) aponta a tendência de reduzir os compostos a formas curtas, como em “*power-operated feed*” – “*power feed*”.

Ao referir-se a outras técnicas de formação de termos complexos menos frequentes, o autor cita a conjunção (mediante o qual dois conceitos se combinam em termos de igualdade em um novo conceito e isso aparece refletido no termo, como em “*gas and air mixture*”) e a disjunção (por meio da qual dois ou mais conceitos se combinam em um novo conceito supraordenado, como em “*on/off valve*”).

Mais especificamente, o autor (*ibidem*, p.120 e ss.) caracteriza os compostos nominais em Terminologia como uma combinação de duas ou mais palavras em uma nova unidade sintagmática com um significado novo independente de suas partes, a qual, necessariamente, deve representar um conceito. Quando, dentro de um composto, aparecem dois elementos, o primeiro tende a constituir o núcleo que está modificado pelo segundo elemento. Se o composto estiver formado por três elementos, as relações podem se estabelecer do segundo modificador com a base e do terceiro modificador com ambos ((X+Y)+Z) ou dos dois modificadores e de ambos com a base (X+(Y+Z)).

Sager indica as relações terminológicas usadas com mais frequência em Terminologia (*ibidem*, p.56 e ss.):

- Relações genéricas: estabelecem uma ordem hierárquica, identificando os elementos que pertencem à mesma categoria na qual existem elementos subordinados e o supraordenado. De acordo com o autor, esse tipo de relação é a mais comum e serve de base para as taxonomias da Biologia e da Geologia. Podem ser expressas mediante as fórmulas: X é um tipo de A; X,

Y e Z são tipos de A; A contém os conceitos específicos X, Y e Z; A contém o subtipo X. A relação entre o conceito supraordenado e o subordinado não é reversível.

- Relações partitivas: também chamadas de relações parte-todo, servem para indicar a relação entre os conceitos que consistem em mais de uma parte e suas partes componentes. Podem ser expressas mediante as fórmulas: X é um componente de Y; X, Y e Z são componentes de A; A consiste em X; A consiste em X, Y e Z.

- Relações polivalentes: levando em conta a posição de um conceito dentro de um sistema conceitual, é preciso avaliar detalhadamente todas as relações de um conceito com outros conceitos. As relações poli-hierárquicas ocorrem quando um conceito pode ser parte de mais de uma hierarquia dentro de um campo temático específico²⁶.

Sager explicita ainda relações reveladoras da natureza dos conceitos, que podem ser consideradas tão importantes quanto as relações genéricas e partitivas (*ibidem*, pp. 62-63), como:

processo	produto	tecer – tecido
objeto	continente	ferramenta – caixa de ferramenta
objeto	operação	broca- brocagem

Quadro 2 - Relações reveladoras da natureza dos conceitos, adaptado de Sager (1993, p. 62-63).

O estudioso (*ibidem*, p. 63) ensina que as classes conceituais determinam as relações possíveis entre conceitos, exemplificando tal afirmação ao apontar que relações de produto ou material somente podem existir entre entidades materiais. Este modelo, para o autor, ao apresentar restrições na natureza das relações entre os conceitos em virtudes de suas classes, permite uma maior compreensão da formação de conceitos e seus termos complexos.

Além de Sager (1993), muitos autores pesquisam a natureza das UTCs e suas principais características. Com o objetivo de abranger os conceitos de UTCs veiculados por diversos pesquisadores da área, elaboramos dois quadros que reúnem diferentes conceitos referentes às características constitutivas e conceituais do objeto, respectivamente.

É importante esclarecer que esses quadros não têm a pretensão de serem exaustivos. Para sua formulação, foram utilizadas somente as informações diretamente vinculadas às UTCs apresentadas pelos autores. Como já mencionado, o critério de apresentação das

²⁶Sager (1993, p.61) exemplifica esse conceito com “ônibus”, que pode ser classificado sob a epígrafe de “veículos de passageiros” e “veículos de rodovia”, abaixo do supraordenado “veículos”.

diferentes definições é cronológico, ou seja, os autores serão apresentados na ordem das publicações selecionadas das mais antigas às mais atuais.

AUTOR	PROPRIEDADES CONSTITUTIVAS
Benveniste (1966, pp. 82 - 95) (apresentado por Rousseau, 1978, p.32-33)	<ul style="list-style-type: none"> i. natureza sintática da ligação entre os elementos; ii. emprego de conectores (especialmente de preposições); iii. ordem determinado + determinante; iv. forma lexical plena e escolha livre de substantivo e de adjetivo; v. ausência de artigo antes do determinante; vi. possibilidade de expansão para um ou outro membro.
Boulanger (1978)	<ul style="list-style-type: none"> i. possibilidade de traçar limites à esquerda e à direita do sintagma; ii. impossibilidade de inserção de elementos entre unidades que constituem um sintagma garante (iii.) autonomia lexical e posterior (iv.) lexicalização (p. 173).
Auger (1978)	<ul style="list-style-type: none"> i. sintagma lexical é uma frase reduzida por uma série de apagamentos recursivos (p.15); ii. elementos não apresentam marcas morfológicas que os diferenciam dos sintagmas da LG (p.18); iii. ordem determinado-determinante (p.18); iv. possibilidade de receber expansões (p.18); v. necessária frequência (o que permite excluir grupos acidentais que não (vi) são lexicalizados (p. 25).
Rousseau (1978)	<ul style="list-style-type: none"> i. constituídas de uma base + expansão simples ou de uma base + expansão múltipla (não parece haver limite formal para expansão); ii. frequência (excluindo sintagmas do discurso) (p. 29).

Rey (1992 ²⁷)	i. elemento determinado (nome ou sintagma nominal, ele mesmo analisável) e determinação realizada por um ou vários adjetivos ou complementos preposicionais (p.71).
Sager (1993)	<p>i. composto formado por três elementos: as relações podem se estabelecer do segundo modificador com a base e do terceiro modificador com ambos ((X+Y)+Z) ou dos dois modificadores e de ambos com a base (X+(Y+Z)).</p> <p>ii. tendência de reduzi-los a formas curtas (p.106).;</p> <p>iii. possibilidade de conjunção na formação de UTCs;</p> <p>iv. possibilidade de disjunção na formação de UTCs.</p>
Pavel (1993)	i. produto cristalizado de uma coocorrência fraseológica que descreve ou define um conceito especializado. O multitermo pode, com o uso, suportar uma contração do tipo nominalização, adjetivação ou verbalização que reforça seu estatuto de designação, ou seja, etiqueta de conceito, logo, são (ii) produtos de uma compactação fraseológica seletiva (p.69).
Lerat (1997)	i. relativa fixação dos sintagmas, o que demonstra a (ii) natureza híbrida entre a palavra e o sintagma (p.49).
Dubuc (1999)	<p>i. grau de lexicalização;</p> <p>ii. coocorrência;</p> <p>iii. recursos tipográficos (p. 83).</p>
Fausltich (2003)	<p>i. à base da UTC (de caráter mais geral) são aplicados argumentos que atribuem o caráter particularizante de ‘especialidade’ (p.14)</p> <p>ii. variação explicada via apagamento de formativos.</p>
Barros (2004)	i. não autonomia de um componente em relação aos outros que compõem a unidade sem modificação de sentido;

²⁷ Referência à segunda edição revisada. A primeira edição data de 1979.

Cabré e Estopá (2007)	<p>ii. impossibilidade de comutação de um componente sem acarretar mudança de sentido;</p> <p>iii. não separabilidade dos componentes;</p> <p>iv. particularidade da estrutura interna. (p.102)</p> <p>i. corresponde a três tipos de estrutura: a) um núcleo nominal complementado por um adjetivo ou sintagma adjetivo; b) um núcleo nominal complementado por um sintagma preposicional; c) um núcleo nominal complementado por um sintagma nominal (2007, p. 46 e ss.);</p> <p>ii. cada uma dessas estruturas pode receber expansões, por subordinação ou coordenação de algum de seus elementos, ou incluir entre seus componentes essenciais outras unidades, basicamente determinantes ou quantificadores (2007, p. 49).</p>
Mortureux (2008)	<p>i. polilexicalidade, que ocorre a partir do processo de congelamento lexical, em que ocorre uma fixação entre uma sequência significativa e um significado (p. 104).</p>

Quadro 3 - Propriedades constitutivas das UTCs²⁸

A partir das definições reunidas no Quadro 3, vê-se certa aceitação em afirmar que uma UTC é composta por uma base – um elemento determinado – que é sucedida por determinantes. Essa construção pode apresentar variações a partir das seguintes estruturas básicas: SN+ SA (incluindo sua forma perifrástica) e SN+SN (também incluindo sua forma perifrástica). Além disso, parece haver consenso em assumir que os sintagmas terminológicos tendem a ser “reduzidos” em discurso, por meio de processos como o apagamento de constituintes que podem ser recuperados no discurso ou por acronímia e siglação.

Sobre essa questão, Abreu (2010), ao estudar a motivação da formação de termos, afirma que a variação terminológica resulta da aplicação de uma

“espécie de princípio formativo de redução de formas manifesto através do apagamento total de certos formativos das composições sintagmáticas (elipse) ou da redução propriamente dita (reduções dos formativos presentes em uma composição sintagmática, geralmente denominadas acronímia e acrossemia)” (ABREU, 2010, p.1).

²⁸ Traduções nossas.

Mortureux (2008, p. 62) também analisa o fenômeno da siglação. Para a autora, a siglação consiste em abreviar um conjunto de palavras que formam uma unidade semântica nas iniciais das palavras que a compõem: a sigla é um “terme complexe, composé des lettres initiales de ses éléments”²⁹. Conforme a estudiosa, embora a formação de siglas pareça principalmente uma manipulação do significante escrito das palavras, sua realização oral desempenha um relevante papel para sua constituição.

Como a presente tese analisará, com base no modelo de Dik (1989), o processo de formação de UTCs da ALADI já atestadas pelos responsáveis pela elaboração do glossário, não temos por objetivo aqui reconhecer candidatos a termos e atestá-los. Não obstante, ao finalizar o apanhado das propriedades constitutivas das UTCs conforme diferentes estudiosos da área, vale mencionar as discrepâncias observadas em especificamente dois pontos que serão apresentados a seguir, por estarem refletidos na análise das UTCs de nosso *corpus*.

1. Os sintagmas de longa extensão podem ser considerados UTCs? Mesmo não havendo limites formais para a expansão das UTCs, critérios pragmáticos fazem autores como Auger (1978) e Rousseau (1978) considerarem tais sintagmas elementos de catalogação ou paráfrases de definição.

Pelo que podemos observar nas UTCs da ALADI, das 201 unidades cujo processo de formação foi analisado, sem contabilizar como constituintes as preposições e os advérbios de negação (como veremos nos próximos capítulos), 155 UTCs são formadas por dois elementos, 37 UTCs por três elementos, 5 UTCs por quatro elementos e somente 4 UTCs por cinco elementos. No que se refere às UTCs de cinco elementos, vale mencionar que elas apresentam, conforme o glossário da ALADI, formas variantes reduzidas a partir de apagamento de elementos constitutivos ou criadas por siglação. Elas são especificamente: “acordo de alcance parcial de complementação econômica”, “acordo de alcance parcial de promoção do comércio”, “acordo de alcance regional de abertura de mercados”, “país de menor desenvolvimento econômico relativo”, cujas formas variantes são, respectivamente, “acordo de complementação econômica”, “acordo de promoção do comércio”, “acordo de abertura de mercados” e “PMDR”. Dessa forma, nosso *corpus* nos leva a pensar que efetivamente existe uma tendência à formação de variantes reduzidas por questões de cunho pragmática.

²⁹ “Termo complexo, formado pelas letras iniciais de seus elementos”. Tradução nossa.

2. Alguns autores admitem uso de conectores como “e”, “ou” (como Sager, 1993 e Cabré e Estopá, 2007); outros afirmam que em uma UTC há uma base única que não admite coordenação (como Benveniste, 1966).

Em nosso *corpus*, foram observadas UTCs que apresentam coordenação, especificamente “direito e imposto à exportação”, “direito e imposto à importação”, “direito e imposto específicos”, “direito e imposto mistos”, “liquidação de direitos e impostos”, “manutenção de receitas ou de preços”. Como veremos no Capítulo Procedimentos Metodológicos, as UTCs constituídas de “e” ou “ou” tiveram suas estruturas subjacentes representadas por meio dos símbolos lógicos \wedge e \vee , respectivamente.

Expostas as características constitutivas apresentadas pelos autores selecionados, passemos ao próximo quadro, referente às propriedades conceituais das unidades terminológicas complexas.

AUTOR	PROPRIEDADES CONCEITUAIS
Auger (1978)	i. especificação e classificação dos sintagmas em uma categoria via expansões sucessivas (p.13); não obstante, (ii.) quanto maior a expansão, mais o sintagma perde sua coesão interna, podendo ser considerado elemento de catalogação (p.18); iii. o único critério funcional e válido é a referência a um significado único (p. 19-20).
Rousseau (1978)	i. quanto maior a complexidade de uma unidade em sua expansão, o sintagma responde menos à função de denominação e mais à função de descrição (p.30); ii. devem denominar ou designar noções únicas e específicas.
Rey (1992) ³⁰	i. todos os termos, devendo refletir a noção denominada por uma definição de dois elementos mínimos (gênero e espécie), podem ser considerados sintagmas, em que a estrutura semântica (determinado + determinante) pode ser colocada em relação com esta exigência, assim, (ii.) os termos-palavras serão considerados genéricos ou sintagmas de determinante zero (p.79); iii. os numerosos sintagmas terminológicos são constituídos de acordo com

³⁰ Referência à segunda edição revisada. A primeira edição data de 1979.

	<p>as leis semânticas e os valores normais dos elementos (p.93-94), o que acarreta (iv.) nula necessidade de serem lexicalizados para serem empregados;</p> <p>v. a unidade deve corresponder [...], sobretudo, a uma definição que a faça corresponder a uma noção em um domínio (p.95).</p>
Sager (1980)	<p>i. núcleo do composto determina a categoria à qual o conceito pertence e o determinante é indicador do critério para subdivisão da categoria (p. 265); assim, (ii.) dependendo da natureza do núcleo, o determinante passa a indicar um traço distintivo que integra o novo conceito.</p>
Sager (1993)	<p>i. uma combinação de duas ou mais palavras em uma unidade nova sintagmática com um significado novo independente das partes dos componentes (p.120);</p> <p>ii. requisito de que a nova entidade criada deva representar um conceito (p.120);</p> <p>iii. acréscimo de determinantes acarreta relações de dependências hierárquicas formalmente transparentes (p.99);</p> <p>iv. relações terminológicas usadas com mais frequência: relações genéricas, relações partitivas e relações polivalentes (56 e ss.). Outras relações importantes: causa-efeito; material-produto; material-propriedade, material-estado, processo-produto; processo-instrumento; processo-método, processo-paciente, fenômeno-medida; objeto-contragente; objeto-continente; objeto-material; objeto-qualidade; objeto-operação; objeto-característica; objeto-forma; atividade-lugar (p. 62-63);</p> <p>v. há restrições na natureza das relações entre os conceitos em virtude de suas classes.</p>
Pavel (1993)	<p>i. grupo compacto de palavras (sintagma lexical nominal, verbal e adjetival) que <i>designa um conceito</i> do tipo objeto, ação ou propriedade, que pertencem ao sistema conceitual de uma especialidade (p.69);</p> <p>ii. campos semânticos em que se enquadram os sintagmas: objetos, grupos, substâncias, fenômenos, estados, processos (Anexo 1);</p> <p>iii. relações hierárquicas estabelecidas entre seus componentes: genérica-específica, parte-todo (componentes, membros, ingredientes). Relações associativas: semelhança; antonímia; implicação; causa-efeito; continente-conteúdo; matéria-produto; ação-resultado; origem-destino; instrumento-ação (Anexo 1).</p>

Lerat (1997)	<p>i. previsibilidade semântica dos compostos sintagmáticos é máxima no caso das linguagens de especialidade;</p> <p>ii. a definição terminológica é análoga à definição aristotélica, devendo ocorrer uma (iii.) supraordenação mínima (p.92).</p>
Dubuc (1999)	<p>i. determinante estabelece hierarquia de característica classificatória ou relações de oposição (p.83).</p>
Faulstich (2003)	<p>i. significado de cada conjunto sintagmático antecedente é reoperado pelos predicados, que especificam o novo conceito próprio da área de especialidade a que pertence o termo em questão (p.14).</p>
Barros (2004)	<p>i. sequência deve indicar um conceito em particular;</p> <p>ii. oposição do sintagma a outros termos não sinônimos, mas semanticamente próximos, permite a identificação de seu grau de lexicalização;</p> <p>iii. substituição do determinante por outro acarretando mudança de sentido na essência do elemento base do sintagma pode indicar que a sequência é um termo sintagmático;</p> <p>iv. substituição da UTC por um termo simples também pode ser indicativo de que se está diante de uma UTC (p.102).</p>
Cabré e Estopà (2007)	<p>i. UTCs estão lexicalizadas, possuidoras de (ii.) sentido definido e (iii.) necessárias na representação conceitual do referido domínio;</p> <p>iv. Proposta de classificação hierárquica dos conceitos especializados a partir de quatro categorias básicas elaborada por Sager e Kageura (1994-1995):</p> <p>ENTIDADES: <i>Materiais</i>: animais (pessoas, organismos). <i>Classificadores</i>: elementos simples, elementos complexos, conceitos separados, parte de um termo complexo. <i>Abstratos</i>: estrutura de conhecimento (geral, específico, linguístico, matemático); entidades abstratas (segundo uma temática); entidades subjetivas (papéis, avaliativas, psicológicas); <i>Representacionais</i>: entidades de documentação (tipos, partes).</p> <p>ATIVIDADES <i>Unidades de atividade</i>: atividades específicas (ação,</p>

Mortureux (2008)	<p>processo, transferência, mudança de estado, produção).</p> <p>RELAÇÕES <i>Etiquetas de tipos de relações</i>: gerais, conforme a área temática, medida na área temática <i>valores de relações</i>: físicos (espaciais, temporais, funcionais) não físicos (modo de relação, comparação, situação relativa)</p> <p>PROPRIEDADES <i>Etiquetas do tipo de qualidades</i>: geral, segundo a área temática, medida na área temática. <i>Valores de qualidades</i>: físicos (espaciais, temporais, funcionais, de situação, de forma, de cor, quantitativas, de escala, outras) não físicos: (gerais, especiais, naturais, ratificáveis, simples, complexos, negativos, de maneira, segundo a temática).</p> <p>i. os termos são uma acepção particular de uma palavra, atualizada no discurso (p.133).</p>
------------------	---

Quadro 4 - Propriedades conceituais das UTCs³¹

Observa-se que a maioria dos autores converge na importância do quesito “conceito” para o reconhecimento de uma UTC. Além disso, há aceitação de que os determinantes especializam a base, restringindo-a e categorizando-a cada vez mais, sendo estabelecidos diferentes tipos de relações que podem ser, de forma genérica, resumidas em relações hierárquicas e associativas.

Por fim, um tema que reiteradamente é apresentado por diferentes estudiosos diz respeito à diferença entre UTCs e fraseologias especializadas (UFEs). Estas últimas apresentam, em sua constituição, ao menos uma unidade terminológica, simples ou complexa, combinada com elementos coocorrentes que podem ser reunidos em classes semânticas mais amplas, conforme L’Homme (2001). No entanto, diferentemente da UTC, que se vincula, necessariamente, a um conceito em uma linguagem de especialidade, as UFes se vinculam a uma linguagem de especialidade por conterem em suas combinações UTCs – vale mencionar que as coocorrências vinculadas à UTC não modificam o conceito veiculado pela UTC em si mesma³².

Resumo:

³¹ Traduções nossas.

³² Pavel (1993, p.70), Pastor (1996, p. 19-20), L’Homme (2001) e Bevilacqua (2001, p.106) consideram as unidades fraseológicas especializadas unidades sintagmáticas que incluem um termo entre seus constituintes, possuindo diversos graus de fixação, frequência, especialização e previsibilidade léxico-semântica.

Este Capítulo teve por objetivo apresentar as características conceituais e constitutivas das UTCs. Para tanto, partimos de referências às principais características de um termo simples para chegarmos às definições de UTCs de diversos autores. Não nos filiamos a nenhuma corrente teórica em Terminologia em especial e nos detivemos mais especialmente nos ensinamentos de Auger (1978), Rey (1992) e Sager (1993), assumindo aqui que uma UTC é uma entidade sintagmática composicional, originada de uma frase reduzida por apagamentos, formada por uma base e sucedida de elementos determinantes (os quais podem ser “apagados” em discurso), que, necessariamente, converge para um conceito em uma área do saber.

CAPÍTULO 2

A GRAMÁTICA FUNCIONAL DE SIMON DIK E OS ESTUDOS DE CAFÉ (1999)

Com vistas a analisar a constituição de UTCs partindo dos pressupostos da Teoria da Gramática Funcional dikiana (doravante TGF) e da adaptação desse modelo para o reconhecimento de UTCs proposta por Café (1999), faz-se necessário apresentar, primeiramente, um panorama da TGF, detendo-nos nos conceitos que dizem respeito às categorias analíticas empregadas para a análise do nosso *corpus*. No final deste Capítulo, apresentaremos uma seção referente à proposta de adaptação da TGF de Café (1999) com vistas ao reconhecimento de UTCs, explicitando algumas diferenças conceituais entre o modelo dikiano, de análise oracional, e os estudos de Café, voltados à estrutura sintagmática no âmbito lexical.

Como vimos no Capítulo anterior, as UTCs são caracterizadas de diversas maneiras pelos estudiosos, porém, um ponto sobre o qual todos concordam reside no fato de que as UTCs veiculam necessariamente um conceito específico nos domínios técnico-científicos. Justamente por essa ser considerada a principal característica que diferencia uma UTC de outras construções, como sintagmas lexicalizados da língua geral ou unidades fraseológicas nas línguas de especialidade, iremos nos deter com mais atenção nos aspectos referentes à semântica e às informações de cunho conceitual da TGF.

O texto base para a elaboração deste Capítulo é o livro *The Theory of the Functional Grammar – Part I: The structure of the clause*. Obviamente, outras referências serão feitas a trabalhos da área, mas é importante frisar que nos detivemos especificamente na teoria elaborada por Dik e colaboradores em sua versão de 1989, sem adentrarmos em outras tributárias desta, como a Gramática Discursivo-Funcional ou a Teoria Lexemático-Funcional, justamente para permitir o diálogo entre o modelo dikiano e a proposta de análise de Café (1999), baseada na mencionada versão da TGF.

2.1. Apresentação da TGF

No que se refere às origens do modelo de Gramática Funcional proposta por Dik, Arista (1999, p. 33) remete-nos à publicação da tese de doutorado do estudioso (1968). Em sua tese, Dik esboçou um novo modelo linguístico, denominado Gramática Funcional, que já apresentava as três ideias básicas que norteariam a pesquisa posterior do linguista holandês, quais sejam: a rejeição de transformações; a negação da autonomia da sintaxe e a vocação universalista do modelo.

De acordo com Lara (2012, p. 28), esse modelo gramatical esboçado na tese de doutorado de Dik foi desenvolvido no decorrer dos anos, resultando em três versões diferentes da teoria: a primeira versão, apresentada no livro *Functional Grammar*, de 1978; a segunda, exposta na obra *The Theory of Functional Grammar*, de 1989, que se constitui na referência mais importante do modelo chamado padrão por ser a síntese geral de toda a teoria; e a versão de 2008, intitulada Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hegenveld e Mackenzie, de caráter inovador, que inverte a metodologia *bottom-up* defendida por Dik ao radicalizar o princípio da adequação pragmática e ampliar o objeto de análise do modelo para o discurso.

Como nosso trabalho é uma tese de doutoramento, seria de se esperar que apresentássemos nossa pesquisa com base no modelo mais recente, o da GDF; no entanto, considerando nosso objetivo de aprofundar as questões já colocadas por Café (1999), precisamos partir do mesmo modelo que, como veremos mais adiante, quando apresentarmos a tese da autora, mostrou-se adequado aos estudos da semântica lexical.³³

Assim, após haver definido a TGF (1989) como obra de referência, iremos, brevemente, apresentá-la. A TGF, resultado das considerações feitas à publicação da obra Gramática Funcional, de 1978, está composta de duas partes: a primeira³⁴, que estabelece os princípios básicos que subjazem à teoria e discute a estrutura de orações simples; e a segunda, concernente à análise e à discussão de orações complexas e derivadas. Conforme García Velasco (2003, p.75), a TGF é uma gramática oracional que estuda as expressões linguísticas com referência ao contexto discursivo e situacional em que são produzidas. Como o nosso

³³ Como veremos mais adiante, a TGF tem um componente específico para o léxico: o fundo lexical, que abarca todos os termos e predicados (simples e derivados) de uma língua com seus respectivos marcos predicativos.

³⁴ Como afirma Dik (Prefácio, xv), a primeira parte substitui a obra Gramática Funcional (1978), embora nem todos os pontos analisados naquela obra sejam repetidos com o mesmo grau de detalhamento na TGF.

objeto de estudo na presente tese é a análise da formação de UTCs sob a perspectiva dikiana, concentraremos nossa atenção na primeira parte da teoria.

Em sentido amplo, a TGF é uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que analisa como as expressões linguísticas podem ser descritas de um modo que seja tipológico³⁵, pragmático³⁶ e psicologicamente³⁷ adequado, conforme Dik (1989, pp. 12-14).

Dessa maneira, o poder descritivo da teoria deve ser limitado, tanto quanto possível, da seguinte forma (*ibidem*, p. 17-22): (i) evitando transformações, como apagamentos, substituições e permutações de elementos específicos (com exceção das transformações que ocorrem no componente de formação do predicado, que, conforme será apresentado mais adiante, estão restritas ao Fundo³⁸); (ii) evitando filtros; e (iii) evitando predicados semânticos abstratos. Esta última forma de limitar o poder descritivo da teoria é bastante polêmico. Iremos analisá-la na seção 2.2.1, intitulada “A predicação e o marco predicativo”.

Dik pretende, então, construir um modelo adequado tipológica, psicológica e pragmaticamente que responda à seguinte questão: “*How could we build a ‘model’ of the natural language user (M.NLU) in such a way that M.NLU can do the same kind of things that “real” NLU can?*”³⁹ (*ibidem*, p.1). Para responder a tal pergunta, o autor primeiramente considera que ao menos as seguintes capacidades – que interagem uma com a outra – desempenham papéis fundamentais na comunicação linguística, e devem, portanto, ser incorporadas ao seu modelo: a capacidade linguística⁴⁰, a capacidade epistêmica⁴¹, a

³⁵ “A GF deve ser capaz de prover gramáticas para línguas de qualquer tipo e dar conta, de forma sistemática, de semelhanças e diferenças entre as línguas” (DIK, 1989, p.14). Tradução nossa.

³⁶ “As expressões linguísticas não devem ser observadas como objetos isolados, mas como instrumentos usados pelos falantes para evocar uma determinada interpretação no ouvinte, em um contexto definido pelas expressões precedentes e os parâmetros essenciais da situação do discurso” (DIK, 1989, p.13). Tradução nossa.

³⁷ “A GF deve se relacionar o mais intimamente possível com modelos psicológicos de competência linguística e comportamento linguístico” (DIK, 1989, p.13). Tradução nossa.

³⁸ García Velasco (2003, p.81) afirma que Dik justifica essa exceção ao defender que essas regras na TGF têm valor semântico, possuindo caráter funcional e não meramente estrutural, como é o caso das transformações puramente sintáticas.

³⁹ “Como poderíamos construir um ‘modelo’ do usuário da língua natural (M.ULN) de tal maneira que o M.ULN possa fazer o mesmo tipo de coisas que os ULNs ‘reais’ podem fazer?” Tradução nossa.

⁴⁰ “Capacidade do falante de uma língua natural de produzir e interpretar corretamente expressões linguísticas de grande complexidade estrutural e variedade em um grande número de situações comunicativas diferentes” (DIK, 1989, p.1). Tradução nossa.

⁴¹ “Capacidade de construir, manter e explorar um conhecimento-base organizado” (*ibidem*, p.1). Tradução nossa.

capacidade lógica⁴², a capacidade perceptual⁴³ e a capacidade social⁴⁴. Justamente por desempenharem papéis fundamentais na comunicação linguística, na TGF deve haver comunicação entre os vários módulos que lidam com as capacidades indicadas.

Entre as cinco capacidades supramencionadas, ressalta-se a relevância da capacidade social para uma teoria de base funcionalista, em que a língua é concebida como um instrumento de interação entre seres humanos.

Logo, as regras que regem a constituições das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) são instrumentais em relação às regras que governam os padrões de interação verbal na qual as expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas). Dessa maneira, a TGF ordena hierarquicamente as relações entre os diferentes módulos linguísticos na ordem Pragmática - Semântica - Sintaxe, não havendo lugar para uma sintaxe autônoma.

Dessa maneira, a TGF reconhece a existência de relações funcionais em três níveis distintos, conforme apresentado por Dik (*ibidem*, p. 24-25):

- i.** Funções pragmáticas (tema, tópico, foco, etc.): especificam o estatuto informacional de um constituinte em um âmbito mais amplo de comunicação na qual ele ocorre;
- ii.** Funções semânticas (agente, meta, recipiente, etc.): especificam os papéis que os termos⁴⁵ envolvidos desempenham em um Estado de Coisas⁴⁶ (doravante EdC) designado pela predicação em que ocorrem; e
- iii.** Funções sintáticas (sujeito e objeto): especificam a perspectiva através da qual um EdC é apresentado na expressão linguística.

Retomando a noção de que a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social, Dik (*ibidem*, p. 8) explica que a expressão linguística é uma

⁴² “Capacidade de, a partir de determinados fragmentos de conhecimento, obter outros fragmentos de conhecimento, por meio de regras de raciocínio monitoradas por princípios da lógica dedutiva e probabilística” (*ibidem*, p.1). Tradução nossa.

⁴³ “Capacidade de perceber seu ambiente, obter conhecimento de percepções e usar o conhecimento perceptualmente adquirido para produzir e interpretar expressões linguísticas” (*ibidem*, p.1). Tradução nossa.

⁴⁴ “Capacidade de saber o que dizer e como dizer tendo em vista um parceiro comunicativo específico em uma situação comunicativa específica, para alcançar determinadas metas comunicativas” (*ibidem*, p.2). Tradução nossa.

⁴⁵ Na TGF, “termo” não tem o significado adotado em Terminologia, como veremos a seguir.

⁴⁶ Usado por Dik no sentido amplo de “conception of something which can be the case in some world” (DIK, 1989, p. 89).

função da intenção do falante, de sua informação pragmática⁴⁷ e de sua antecipação da interpretação pragmática do destinatário, enquanto a interpretação do destinatário é uma função da expressão linguística, de sua informação pragmática e de sua conjectura sobre a intenção comunicativa do falante. Geralmente, o ponto da interação verbal está localizado na informação não compartilhada entre falante e destinatário.

É oportuno, para finalizar esta seção, fazer referência ao modelo de comunicação exposto em Sager (1993, p. 150) e apresentado no Capítulo anterior: observamos basicamente a mesma proposta de modelo de comunicação entre especialistas e entre usuários da língua geral, sendo esta uma das justificativas da adaptação da TGF, um modelo gramatical de língua geral, para a análise das UTCs conforme proposto por Café (1999).

Após havermos apresentado, em linhas gerais, os pressupostos básicos da TGF, na próxima seção iremos analisar com mais detalhes a teoria propriamente dita, enfatizando especificamente os pontos relevantes à análise de UTCs, que, como vimos, estão no meio do caminho entre o léxico e a sintaxe, conforme Guilbert (1973). Para tanto, analisaremos com mais detalhes os aspectos referentes ao Fundo Lexical e à predicação.

2.2. A forma da gramática

Conforme Dik (1989, p. 45), todo texto de língua natural pode ser dividido em constituintes oracionais e extra-oracionais⁴⁸. Para os fins da presente tese, nós nos deteremos nos constituintes oracionais, assumindo (tendo em vista a necessária adequação tipológica da teoria) que cada oração deve ser descrita a partir de uma estrutura subjacente⁴⁹ que é refletida na forma da expressão linguística correspondente por um sistema de regras de expressão determinantes da forma, da ordem e do padrão de entonação.

Conforme os ensinamentos de Dik (*ibidem*, p.46), a construção de uma estrutura de oração subjacente precisa de um predicado – que designa propriedades ou relações – aplicado a um número apropriado de termos específicos, chamados de argumentos caso sejam

⁴⁷ De acordo com Dik (1989, p.9), a estrutura da informação pragmática pode ser dividida em três componentes principais: i) informação geral; ii) informação situacional; iii) informação contextual.

⁴⁸ Por constituintes oracionais, leiam-se as orações principais e subordinadas da gramática tradicional; por extra-oracionais, leiam-se constituintes que não são oracionais ou partes de orações (DIK, 1989, p.45).

⁴⁹ Conforme Dik, “a estrutura subjacente é uma estrutura abstrata complexa na qual diversos níveis ou camadas de organização semântica e formal devem ser diferenciadas” (DIK, 1989, p. 46). Tradução nossa.

requeridos pelo predicado, ou satélites, se fornecerem informações adicionais, passíveis de serem retiradas da predicação sem alterar sua gramaticalidade (*ibidem*, p.47). Tanto os predicados quanto os termos simples podem, por meio de regras produtivas, formar predicados e termos derivados, que fazem parte do Fundo lexical do falante. Dessa maneira, o léxico é um repositório de marcos predicativos e de termos que, combinados adequadamente, dão lugar às predicações, proposições e orações, conforme o nível de análise.

A partir disso, Dik (*ibidem*, p. 49) propõe uma análise em camadas das estruturas de orações subjacentes em que se diferenciam quatro níveis de análise: o nível 1, referente aos predicados e termos; o nível 2, referente à predicação; o nível 3, referente à proposição; e o nível 4, referente ao ato de fala. Essa estrutura em diferentes níveis corresponde a diferentes ordens ou entidades. Baseado em Lyons (1977), Dik distingue entidades de primeira, segunda, terceira e quarta ordens⁵⁰.

Para cada um desses níveis, o autor utiliza diferentes operadores e satélites⁵¹. Assim, faz-se necessário empregar vários tipos de variáveis para os elementos estruturais de diferentes níveis, conforme podemos ver no esquema proposto por Dik (1989, p. 50), reproduzido abaixo.

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem	Variável
Oração	ato de fala	4	$E_i, E_j...$
Proposição	fato possível	3	$X_i, X_j...$
Predicação	estado de coisas	2	$e_i, e_j...$
Termo	entidade	1	$x_i, x_j...$
Predicado	propriedade/relação		$f_i, f_j...$

Quadro 5 - Variáveis referentes aos diferentes níveis da estrutura da oração subjacente, traduzido de Dik (1989, p. 50).

García Velasco (2003, p. 86) ensina que a correlação entre predicação, proposição e oração e a classificação de Lyons (1977) permite ao modelo dikiano relacionar a construção de uma expressão com as intenções comunicativo-referenciais do indivíduo. Dessa forma, de acordo com García Velasco (*ibidem*, p. 137), cada um dos níveis designa uma entidade ontológica diferente. Um termo se refere a uma entidade de primeira ordem, tipicamente coisas e seres animados, podendo ser localizado no espaço. As predicações, por sua vez, referem-se a EdCs que podem ser localizados no espaço e no tempo. As entidades de terceira

⁵⁰ A quarta ordem foi incluída na classificação de Lyons para expressar os atos de fala.

⁵¹ Conforme será apresentado adiante, a TGF diferencia elementos lexicais e gramaticais na estrutura subjacente das expressões linguísticas. Preliminarmente, pode-se afirmar que os satélites são meios lexicais para expressar informações adicionais ao EdC (ou a níveis mais altos) e os operadores são meios gramaticais para tanto.

e quarta ordem não são objeto da presente pesquisa, mas vale mencionar que uma predicação pode passar a ser uma proposição (designando um fato possível) por meio de acréscimos de operadores e satélites de nível 3, que apresentam a avaliação do falante e o comprometimento ao fato possível definido pela proposição, e esta pode passar a ser uma oração (designando um ato ilocucionário) mediante o acréscimo de operadores e satélites de nível 4, que especificam a força ilocucionária com a qual a proposição é apresentada.

Sem nos comprometermos com questões de ordem ontológica, apontamos a existência de certa coincidência entre entidades de segunda ordem e nomes deverbais, no entanto, não iremos discorrer acerca das características das diferentes ordens nem suas implicações por fugir do objeto da presente pesquisa. Não obstante, apresentaremos brevemente a ontologia de Lyons na qual Dik se baseia para a proposta dos diferentes níveis da oração subjacente.

Lyons (1977), ao especificar as categorias ontológicas objeto de sua análise, quais sejam, pessoas, coisas, ações (eventos e processo) e qualidades, afirma ser necessário adotar certas hipóteses de “realismo ingênuo”⁵², o que o leva a considerar que objetos físicos são entidades de primeira ordem. Nesta categoria, a classe de pessoas ocupa uma posição privilegiada em relação à de animais e à de objetos, sendo que essa diferenciação entre pessoas e não pessoas é lexicalizada ou gramaticalizada de diversas formas nas diferentes línguas. No entanto, por mais que exista essa diferenciação hierárquica entre as mencionadas classes, o estudioso trabalha com uma noção de entidade de primeira ordem que não diferencia as classes de pessoas, animais e objetos em relação a seu estatuto ontológico. Essas três classes são entidades de primeira ordem que normalmente são “relativamente constantes em relação a suas propriedades perceptuais; são localizadas, em qualquer ponto no tempo, no que é, ao menos psicologicamente, um espaço tridimensional; e são claramente observáveis” (LYONS, 1977, p. 443).

Já o estatuto ontológico do que Lyons denomina entidades de segunda e terceira ordens é mais controverso, dependendo, de acordo com o autor, da estrutura das línguas que usamos para nos referir a essas entidades. Como entidades de segunda ordem, Lyons se refere a eventos, processos e estados de coisas localizados no tempo e no espaço; como entidades de

⁵² Entre elas: “o mundo externo contém um número de pessoas, animais e objetos físicos mais ou menos discretos”. (LYONS, 1977, p.442). O autor, ao apontar a dificuldade de delimitar o que pode ser considerado um objeto físico discreto, afirma que são as estruturas lexical e gramatical das línguas particulares que definem essa questão em instâncias dúbias, como o estatuto ontológico de rios, por exemplo.

terceira ordem, a entidades abstratas, como as proposições (não localizadas no espaço e no tempo)⁵³.

As entidades de segunda ordem são mais claramente constructos perceptuais e conceituais do que as entidades de primeira ordem. Além disso, são observáveis e, a não ser que sejam eventos instantâneos, têm uma duração temporal; já as de terceira ordem não são observáveis e não podem ser localizadas no espaço ou no tempo. Elas são mais “verdadeiras” do que “reais”, de acordo com o autor (*ibidem*, p.443); podendo ser confirmadas ou negadas, lembradas ou esquecidas.

Voltando à classificação proposta por Dik e às UTCs, preliminarmente poderíamos sugerir que as UTCs se caracterizam como termos (por serem definidoras de entidades) ou como predicções (por serem definidoras de eventos ou processos). Justamente por isso iremos nos deter com mais atenção nas seguintes unidades estruturais: predicção, termo e predicado. Não nos ateremos aos fenômenos relacionados aos níveis da oração e do ato de fala na medida em que não concernem especificamente ao objeto de nosso trabalho.

Vimos nesta seção aspectos gerais da forma da gramática dikiana, observando os diferentes níveis das estruturas de oração subjacente e especificando a necessidade de aprofundarmo-nos nos níveis 1 e 2, referentes aos termos e predicados e à predicção, por estarem mais diretamente relacionados com a constituição do objeto de estudo de nossa tese: as UTCs. Portanto, na próxima seção, iremos nos deter em aspectos concernentes à predicção e ao marco predicativo propostos no modelo.

2.2.1. A predicção e o marco predicativo

A predicção pode ser dividida em três níveis diferentes: nuclear, central⁵⁴ e estendida. A relação entre esses diferentes níveis é simbolizada conforme a seguinte estrutura (Dik, 1989, p.67):

⁵³ Conforme Lyons (1977, p.443), “essa distinção entre três tipos de entidades é tal que ela corresponde somente em parte à distinção tradicional entre entidades concretas e abstratas [...]. Entidades de segunda ordem, embora possam ser denotadas pelo que tradicionalmente é chamado de nome abstrato, claramente não são abstratas no sentido de algo que não tem localização espaço-temporal ‘é’ abstrato.”

⁵⁴ Tradução nossa de *core predication*. (DIK, 1989, p.67)

$$\pi_2 e_i : [[[\pi_1 \text{ pred (arg)}^n] (\sigma_1)^n] (\sigma_2)^n] (e_i)$$

$\underbrace{\hspace{10em}}_{\text{nuclear}}$
 $\underbrace{\hspace{15em}}_{\text{central}}$
 $\underbrace{\hspace{20em}}_{\text{estendida}}$

De acordo com o autor (*ibidem*, p. 67), ocorre uma predicação pelo preenchimento dos espaços argumentais do marco predicativo por termos, cujas estruturas são diretamente formadas a partir de itens lexicais. Assim, a predicação nuclear consiste no predicado e seus argumentos; a predicação central consiste na predicação nuclear estendida por operadores e satélites de nível 1; já a predicação estendida consiste na predicação central modificada por operadores de predicação e satélites de nível 2.

Apresentaremos, primeiramente, a estrutura fundamental da predicação nuclear, que é determinada pelas possibilidades combinatórias do predicado, como definido no marco predicativo (conforme Dik, 1989, p.67-68). Os marcos predicativos especificam os seguintes tipos de informação referentes ao predicado: forma do predicado; categoria sintática; valência quantitativa (em que são diferenciados predicados monovalentes, bivalentes, trivalentes ou tetravalentes); valência qualitativa (tipos de argumentos, selecionados pelo predicado, informando as funções semânticas argumentais, ou seja, os papéis desempenhados pelas entidades argumentais no EdC designado pela predicação).

Dik (1989, p.70) explica que a ordem do predicado e seus argumentos no marco predicativo não tem relação direta ou necessária com a ordem linear na qual esses constituintes serão expressos, sendo, portanto, estruturas de ordem livre⁵⁵, cujos constituintes são ordenados por meio de regras de colocação.

Como mencionado, diferenciam-se dois tipos de posições: as de argumento e as de satélite. Conforme Dik (*ibidem*, p. 72-73), os argumentos são aqueles termos requeridos por determinado predicado para formar uma predicação completa nuclear, sendo essenciais para a integridade do EdC designado pelo marco predicativo. Já os satélites não são requeridos pelo

⁵⁵ Fato que contribui para a adequação tipológica da teoria e evita permutações de elementos específicos, conforme Dik (1989, p.70). No entanto, García Velasco (2003, p. 99) afirma que, de forma implícita, pela atribuição de subíndices numéricos aos argumentos do predicado, há indicação de um tipo de ordem subjacente ou de uma hierarquia entre os constituintes. Dik, de acordo com o autor, reconhece tal situação, mas a justifica afirmando que é um reflexo de uma hierarquia de prioridade definida a partir das funções semânticas, que serão apresentadas mais adiante.

predicado, pois dão informação opcional sobre características adicionais do EdC (nível 1), da localização do EdC (nível 2), da atitude do falante ou sua avaliação do conteúdo proposicional (nível 3) ou característica do ato de fala (nível 4). Os argumentos se relacionam com o predicado, enquanto os satélites se relacionam com a predicação nuclear (nível 1), a predicação central (nível 2), a proposição (nível 3) ou a oração (nível 4); assim sendo, os argumentos têm uma posição mais central na oração, e os satélites, uma posição mais periférica.

Voltando à predicação nuclear, Dik (1989, p.76) defende a ideia de que existe uma propriedade que impõe condições aos tipos de termos que podem ser inseridos na posição argumental de determinado predicado – essa propriedade é denominada Restrição de Seleção. Para o estudioso, as possibilidades combinatórias do predicado são

[...] determined by formal factors, where they concern the number and the formal nature of the terms with which the predicate can occur. In part, however, the combinatorial possibilities of a predicate are determined by semantic factors, and this is a fact about the predicate rather than about the “world” to which we apply the predicate.⁵⁶(DIK, 1989, p. 76).

Dik conclui, então, que a restrição deve ser um fato do marco predicativo do predicado e, portanto, do léxico⁵⁷, o que implica que o léxico deve conter algum tipo de especificação do sentido do predicado (*ibidem*, p. 81). Com vistas a dar conta da semântica dos predicados, o estudioso (1977, pp.7-15) propõe um modelo de análise intitulado *Stepwise Lexical Decomposition*, que se apoia nas seguintes hipóteses:

- (1) os predicados definidores das definições de sentido são itens lexicais da língua objeto;
- (2) os predicados definidores das definições de sentido não são desenhados a partir de um conjunto universal independente da língua de tais predicados;
- (3) o *definiens* de uma definição de sentido que define algum predicado ϕ_i não deve conter determinada subconfiguração de predicados que constitua em si mesma o *definiens* de uma definição de sentido que define algum predicado ϕ_j ;

⁵⁶“Determinadas por fatores formais, referentes ao número e à natureza formal dos termos com os quais o predicado pode ocorrer. Em parte, as possibilidades combinatórias de um predicado são determinadas por fatores semânticos, e isso é uma característica intrínseca do predicado, e não do mundo ao qual nós aplicamos o predicado”. Tradução nossa.

⁵⁷É importante enfatizar que Dik (1989, p. 76) não interpreta restrições de seleção como proibições de inserção de termos não “autorizados” pelo marco predicativo, mas assume que construções do tipo “*John was eating a glass of beer*” têm propósitos comunicativos diferenciados e ativam estratégias de interpretação também diferenciadas.

(4) a estrutura do *definiens* das definições de sentido é do mesmo tipo formal das estruturas que subjazem as sentenças; e

(5) o *definiens* das definições de sentido não é diretamente acessível à operação de regras sintáticas.

Dik (1977, p. 6) explica a terminologia utilizada: por definição de sentido, entende-se qualquer tipo de tentativa de analisar o (ou algum) sentido de um item lexical; por predicado definidor, entende-se qualquer predicado usado no *definiens* de uma definição de sentido; por item lexical, compreende-se o elemento da língua descrito ou analisado.

Em relação à especificação do sentido dos itens lexicais, o autor (1977, p. 23) defende que cada predicado é associado a uma definição de sentido. O *definiendum* dessa definição de sentido é o marco predicativo; o *definiens* é, conforme hipótese (4), do mesmo tipo fundamental como estruturas predicacionais. Visto que todos os predicados deste tipo de estrutura predicacional são itens lexicais da língua objeto, os *definiens* das definições de sentido também serão itens lexicais, conforme (1). Além disso, já que as definições de sentido são incorporadas ao léxico, não aparecendo em estruturas que subjazem às sentenças, o *definiens* das definições de sentido não é diretamente acessível à operação de regras sintáticas (5).

Em relação à hipótese 3, Dik (*ibidem*, p. 23) propõe elaborar a definição de sentido mais simples possível para cada predicado lexical. Dessa maneira, ele faz uso máximo de predicados que já foram definidos em outras definições de sentido, daí a origem do nome de sua análise de sentido *Stepwise Lexical Decomposition*. De acordo com Usón (1999, p. 62-63), o fato de que os predicados utilizados na definição devam ser supraordenados – portanto, semanticamente mais complexos que os predicados definidos – implica que as definições se organizam de forma hierárquica. Veremos, no decorrer desta seção, com mais detalhes essa consequência da ordenação hierárquica de sentidos para a análise do componente conceitual, tão fundamental, como indicado no Capítulo anterior, para a caracterização de uma UTC.

Dik cita Miller (1969), que, ao observar a diferença do poder explanatório das informações asseverada e pressuposta em um item lexical, sugeriu que as definições de sentido poderiam ser pensadas como organizadas em termos de definições de *genus* e *differentia*, como em:

a. *MAN: a person who is male*

b. *PERSON: a being that is human*

De acordo com Dik (1977, p. 29) é precisamente a diferença entre informação asseverada e pressuposta que deve ser expressa no tipo de definição de sentido proposto. Dessa maneira, o autor adota o conceito de postulado de sentido (*meaning postulate*), introduzido por Carnap (1956), a partir das clássicas considerações acerca da semântica de *bachelor*. Conforme ensina Dik (1989, p.81), um postulado de sentido não fornece a definição de sentido do predicado, mas especifica um aspecto de seu sentido⁵⁸.

O autor também assinala que, em determinados predicados, as definições de sentido devem vir acompanhadas de uma imagem mental. Ele exemplifica esta hipótese com o caso da análise semântica de “gerânio”, indagando se a informação necessária para definir “gerânio” pode ser expressa sob uma forma verbal e sugerindo que, de maneira associada ao predicado “gerânio”, há algum tipo de representação perceptual que permite diferenciar os gerânios de outras plantas⁵⁹.

A ideia defendida pela teoria *Stepwise Lexical Decomposition* pode ser ilustrada com o seguinte exemplo (DIK, 1989, p. 84):

a. *assassinate: murder in a treacherous way*

b. *murder: kill a human being intentionally*

c. *kill: cause an animate being to die*

d. *die: become dead*

O autor faz a ressalva de que essas definições são obviamente experimentais, havendo certa circularidade em c. e d., mas, de qualquer forma, Dik (1989, p. 85) apresenta as seguintes definições de sentido para os predicados verbais anteriores:

a. *assassinate_V (x₁: <hum> (x₁))_{Ag} (x₂: <hum> (x₂))_{Go} ↔*

⁵⁸Pois estamos diante de implicações de uma via: sabendo que alguém é “*bachelor*”, pode-se inferir que é um “*unmarried man*”, mas sabendo que alguém é “*unmarried man*”, não podemos inferir que é um “*bachelor*”.

⁵⁹Em nota, Dik (1989, p.82) faz a ressalva referente ao conhecimento especializado do botânico, que poderia dar uma completa definição verbal da entidade. Não obstante, essa definição não faz parte do tipo de conhecimento de um usuário médio de uma língua natural.

$murder_V(x_1)_{Ag}(x_2)_{Go}(x_3:treacherous_A(x_3))_{Man}$

b. $murder_V(x_1:<hum>(x_1))_{Ag}(x_2:<hum>(x_2))_{Go} \longleftrightarrow$

$kill_V(x_1)_{Ag}(x_2)_{Go}(x:intentional_A(x_3))_{Man}$

c. $kill_V(x_1)_{Ag/fo}(x_2:<anim>(x_2))_{Go} \longleftrightarrow$

$cause_V(x_1)_{Ag/fo}(e_1:[die_V(x_2)]_{Proc}(e_1))_{Go}$

d. $die_V(x_1:<anim>(x_1))_{Proc} \longleftrightarrow$

$come\ about_V(e_1:[dead_A(x_1)\emptyset](e_1))_{Proc}$

Assim, o autor (1989, p. 84) assume que as definições de sentido formam uma rede de predicados, de tal maneira que cada predicado é definido em termos de predicados disponíveis, que, juntos, elaboram uma paráfrase do *definiendum*. Cada um dos predicados definidores será definido, até o ponto em que os predicados não possam mais ser definidos⁶⁰.

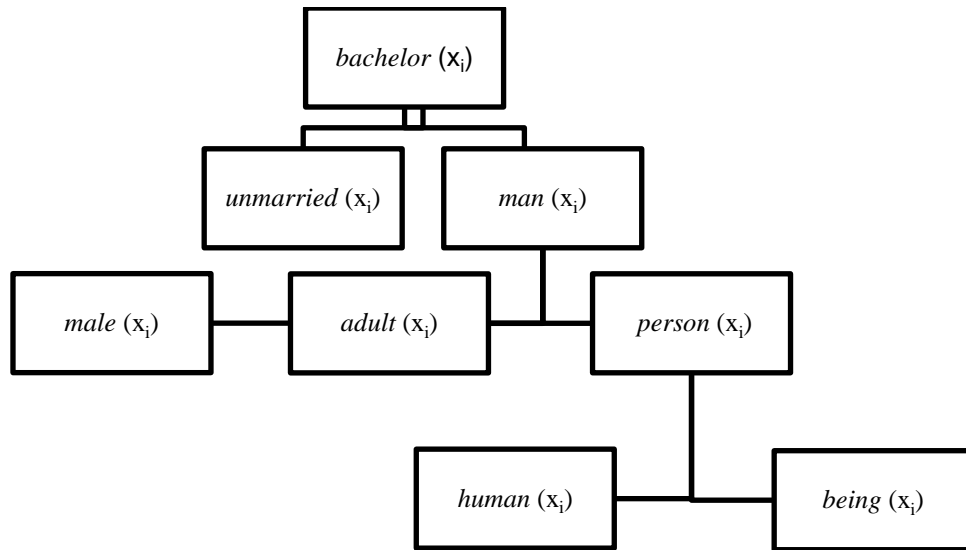
Dik (1977, p.34), ao propor seu modelo de análise semântica para a TGF, aponta para um problema referente às restrições de seleção. Para ilustrar o mencionado problema, o autor (*ibidem*, p.34) apresenta o seguinte marco predicativo para o verbo *write*:

$write_V(x_i:human(x_i))_{Ag}(x_j:product\ of\ writing(x_j))_{Go}$

Para inserir um termo como *bachelor* na posição de primeiro argumento, *bachelor* deve ser imediatamente analisado em predicados definidores, incluindo *human* (x_i), do contrário não há maneira direta de vincular *bachelor* com a restrição de seleção imposta para o primeiro argumento do verbo.

O autor apresenta algumas alternativas para resolver essa questão. Primeiramente, ele explica que sua perspectiva implica a possibilidade de associar uma árvore de definição, que inicia com o predicado definido até chegar aos predicados mais simples que não têm definição de sentido. Por exemplo, parte da árvore de definição do predicado *bachelor* apresentada pelo estudioso (1977, p.35) seria:

⁶⁰ Lara (2012, p.73) ensina que nos deparamos com um empecilho desse sistema de definição ao chegarmos aos termos indefiníveis ou primitivos: o *stepwise* depende de metalinguagem abstrata ou estipulação de primitivos. Mortureux (2008, p. 80) considera que essa perspectiva de conceber a existência de elementos de sentido que são indecomponíveis resultaria em um tipo de “*alphabet universel des pensées humaines*”.



Quadro 6 - Definição de sentido de *bachelor*, reproduzida de Dik (1977, p.35).

A existência dessas estruturas arbóreas resolveria a dificuldade, pois justificaria a inserção de *bachelor* no marco predicativo de *write* por meio das ramificações da árvore que levam a *human (x_i)*. Porém, Dik aponta a não observância da esperada diferença na aplicação de restrições de seleção para nomes como *bachelor* e *man*, tendo em vista que o acesso do predicado *human* é mais direto para *man (x_i)* do que para *bachelor (x_i)*.

Outra solução possível apresentada por Dik (1977, p.35) envolveria uma ponto de vista diferente em relação às restrições de seleção. O autor aponta a dificuldade de formular a restrição de seleção de alguma posição argumental sem entrar em detalhes de conhecimento sobre o próprio predicado, especialmente no caso da posição Paciente, como no exemplo de “*writing*”. Para o autor, geralmente se diz que um paciente de um predicado como “comer” deve ser algo que pode ser “comível”, de “beber”, algo que pode ser “bebível”, etc. Então, Dik sugere ser possível assumir que, em vez de restrições de seleção específicas de cada predicado, há um esquema geral do tipo:

$$\emptyset (x_i)_{Ag} (x_j)_{Go}$$

Onde um termo t_i pode ser inserido na posição de primeiro argumento somente se t_i pode ser \emptyset ; e onde um termo t_j pode ser inserido na posição de segundo argumento somente se t_j pode ser \emptyset -ível⁶¹.

⁶¹ Adaptação nossa para o português.

Essa ideia, segundo o autor (*ibidem*, p. 35) simplificaria os marcos predicativos individuais, mas pressuporia que o falante tem acesso direto a conhecimentos formulados como: “solteiros podem escrever”, “poemas podem ser escritos”, “bananas podem ser comidas”, “teorias podem ser refutadas”, e assim por diante. No entanto, mesmo não hesitando em afirmar que os falantes têm tal conhecimento sobre as capacidades e potencialidades de argumentos, Dik se pergunta se tal conhecimento é operativo nos fenômenos de seleção, indicando a necessidade de maiores pesquisas sobre o tema.

Em relação a algumas críticas do modelo de análise semântica proposto por Dik, García Velasco (2003, p. 101-102) afirma que, até o momento da publicação da obra à qual fazemos referência, o trabalho neste subcomponente é escasso, essencialmente particularizado nos estudos de Vossen (1994), centrados basicamente em predicados nominais, e Faber e Mairal (1999), que desenvolvem um modelo de estudo do léxico verbal inglês dentro do modelo Lexemático-Funcional, que reúne a TGF de Dik e a Semântica Estrutural de Coseriu. De acordo com o autor, isso faz com que haja falta da uniformidade nas representações das definições dos itens lexicais.

García Velasco (*ibidem*, p. 115-116) esclarece que as definições de sentido têm um papel mínimo na configuração do modelo proposto por Dik, sendo relevantes tão somente no processo interpretativo. Não obstante, diferentes autores questionaram este papel tão limitado das definições de sentido no processo de construção de uma expressão linguística na TGF, especificamente Vossen (1995).

Tendo em vista a relevância da questão conceitual para a identificação das UTCs, como visto no Capítulo 1, iremos nos deter um pouco mais na forma como o modelo de análise semântica dikiano lida com esta questão. Afinal, é legítimo perguntar-nos até que ponto a *Stepwise Lexical Decomposition* dá conta da faceta conceitual destas unidades.

Piek Vossen (1995), um dos estudiosos mencionados por García Velasco (2003) como um dos poucos pesquisadores que lidam com o componente do Fundo Lexical e da semântica na TGF, estudou em sua tese de doutoramento o fenômeno da individuação na TGF. Vossen (*ibidem*, p. 22) considera que uma teoria que pretende estruturar expressões em situações específicas de comunicação deve tratar de como as entidades são diferenciadas e representadas nas mentes dos falantes, além de analisar a relação existente entre os termos na expressão e essas entidades.

Vossen (*ibidem*, p. 21-22) apresenta algumas críticas ao método de definição proposto pelo *Stepwise*. Entre elas, lembrando que as relações entre predicados são somente definidas via relação de implicação e a noção de predicados mais básicos, o autor sustenta que não é claro o que significa “básico” na TGF. Aplicando o princípio proposto por Dik (1977, 1989), quanto mais abstrata for uma categoria, mais básica ela será, o que, de um ponto de vista cognitivo, é questionável. O autor justifica sua crítica ao aplicar o critério de semelhança de família⁶² na análise do conceito “líquido”, por exemplo, que poderia ser completamente explicado em termos do conhecimento do falante de “água”. Dessa maneira, alguns conceitos abstratos são entendidos em termos de conceitos mais específicos.

Levando em conta que existem dois diferentes tipos de conhecimento conceitual com base na sua função, quais sejam, procedimentos de identificação prototípica e modelos analíticos para raciocínio e classificação, o autor (*ibidem*, p. 115) pergunta “em que medida as funções e formas do conhecimento conceitual são separadas?”⁶³

Em síntese, Vossen (*ibidem*, p.116) defende que os modelos analíticos são tipicamente usados para formas padronizadas de raciocínio e inferências, enquanto os procedimentos de identificação são usados para reconhecimento de estímulos como instâncias de conceitos. Combinando esses dois tipos, tem-se um modelo geral para armazenamento permanente ou conhecimento de longo prazo. Pelas suas funções divergentes, o conhecimento analítico e procedimentos de identificação são também estruturados de forma diferente. O primeiro tende a ser organizado em diferentes categorias com propriedades definitórias que formam estruturas hierárquicas e podem ser descritas ou armazenadas em forma verbal, enquanto os últimos são limitados em nível hierárquico e organizados ao redor de imagens perceptuais prototípicas.

Ao discutir como o sentido dos nomes é descrito na TGF, o autor (*ibidem*, p. 122) afirma que, em um modelo totalmente relacional, não há relação mais saliente que outra. Por isso, Vossen (*ibidem*, p. 128) critica a forma intralinguística relacional de definir o sentido, pois, embora abarque o conhecimento conceitual geral, não explica os princípios que

⁶²De acordo com Kleiber (1995), a relação que une os diferentes membros de uma mesma categoria é a da semelhança de família, e não a da equiparação com o membro prototípico ou com os traços típicos de uma categoria, o que possibilita que não se determine que todos os componentes de uma mesma categoria possuam traços comuns entre si. Dessa maneira, Kleiber apresenta a proposta de Rosch (1977) de uma organização de categorias baseada na noção de semelhança de família wittgensteiniana. Os efeitos prototípicos são simplesmente uma possível consequência da estruturação de uma categoria a partir desse modelo.

⁶³ Tradução nossa.

subjazem à organização desse conhecimento. As relações, na proposta de Dik (1977, 1989), somente se restringem a relações de hiponímia e meronímia; no entanto, o conhecimento conceitual é estruturado de uma forma muito mais complexa.

Para Vossen, portanto,

[...] the point is, however, not whether the relational system of words is extended with a perceptual system, but how the two systems are connected and what the cognitive principles are that underlie the different types of knowledge and their interdependences.⁶⁴ (VOSSSEN, 1995, p. 145)

O estudioso (*ibidem*, p.145), ao comparar o tipo de informação armazenada no modelo de sentido relacional com os sistemas conceituais já assinalados, afirma que é possível dizer que o método proposto por Dik corresponde, de certa forma, ao modelo clássico analítico de conhecimento. Dessa forma, defende que a proposta de Dik não é um modelo adequado de conhecimento conceitual em geral, pois não observa os diferentes tipos de conhecimento (modelos analíticos e imagens perceptuais) e seu estatuto explicativo.

O pesquisador (*ibidem*, p.151) propõe, então, organizar o léxico ao redor de um conjunto de conceitos nucleares no nível básico de especificidade e descrever o uso específico de palavras em relação a esses conceitos nucleares. Logo,

[...] the fundamental elements of the lexicon will not be the most abstract primitives resulting from continuous decomposition (ad infinitum), but the most rich and self-evident concepts at a level where we tend to individuate things from a cognitive point of view.⁶⁵ (VOSSSEN, 1995, p. 151).

Em suma, no que diz respeito à questão conceitual veiculada por meio do marco predicativo na TGF, pode-se, a partir do exposto, depreender que, na análise semântica dos predicados usados em linguagens de especialidade científica, observa-se grande recorrência a categorias clássicas de análise semântica, embora não de forma exclusiva. Relembramos que Sager (1993, p.56 e ss.), ao tratar das relações conceituais em Terminologia, ensina que as relações genéricas e partitivas são as mais frequentemente observadas na área.

Finalizando esta seção referente aos predicados e termos da predicação nuclear, voltamos a Dik (1989, p.86), que propõe que os predicados não devem ser restritos a raízes ou

⁶⁴“O ponto não é, no entanto, se o sistema relacional de palavras é estendido por um sistema perceptual, mas como os dois sistemas são conectados e quais são os princípios cognitivos que subjazem os diferentes tipos de conhecimento e suas interdependências”. Tradução nossa.

⁶⁵“Os elementos fundamentais do léxico não serão os primitivos mais abstratos resultados da contínua decomposição (ad infinitum), mas os mais ricos e evidentes conceitos em um nível no qual nós tendemos a individualizar coisas desde uma perspectiva cognitiva”. Tradução nossa.

palavras. Eles podem ser combinações de palavras, desde que essas combinações apresentem características imprevisíveis, formal ou semanticamente, sendo armazenadas no léxico na forma de um marco predicativo. Assim, o estudioso (*ibidem*, p. 86-87) entende como idiomatismos expressões linguísticas compostas cujos sentidos não podem ser composicionalmente depreendidos dos sentidos de suas partes.

Vimos nesta seção a estrutura dos marcos predicativos contidos nos predicados que fazem parte do léxico dos falantes, observando com especial atenção a proposta de análise semântica de Dik (1977, 1989) e as propriedades de restrição de seleção que fazem parte desse marco predicativo, além de apresentar as principais sugestões propostas por Vossen (1995) em relação ao componente conceitual no modelo dikiano. Na próxima seção, iremos nos deter em aspectos concernentes aos EdCs e às funções semânticas do modelo.

2.2.1.1. Estados de Coisas e funções semânticas

As predicções nucleares como um todo designam um conjunto de EdCs, que, de acordo com os valores de determinados parâmetros semânticos, podem ser classificados em: processo, experiência; ação; processo; estado.

Dik (*ibidem*, p. 103) explicita as combinações mais usuais de funções semânticas nos marcos predicativos básicos nucleares conforme o quadro reproduzido abaixo:

1	2a	2b
Agente	Paciente (exp)	Recipiente (exp)
Posicionador		Localização
Força		Direção
Processado (exp)		Fonte
Zero (exp)		Referência

Quadro 7 - Combinações mais usuais de funções semânticas nos marcos predicativos, traduzido de Dik (1989, p.103)

A terminologia utilizada é explicitada pelo autor (*ibidem*, p. 103) da seguinte maneira: Paciente é a entidade afetada pela operação de algum controlador (Agente, Posicionador) ou por Força; Recipiente é a entidade a cuja posse algo é transferido; Localização é o local onde alguma coisa está localizada; Direção é a entidade para onde alguma coisa se move ou é movida; Fonte é concebida como a entidade de onde alguma coisa se move ou é movida;

Referência é caracterizada como o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência à relação que se diz manter.

No que diz respeito ao quadro apresentado anteriormente, Dik (*ibidem*, p.103) observa que os marcos predicativos nucleares nunca contêm mais de uma instância de uma dada função semântica; em todos os marcos predicativos, A_1 tem uma das funções em 1; em marcos predicativos de dois lugares, A_2 tem uma das funções em 2a ou 2b; em marcos predicativos de 3 lugares, A_2 tem a função de 2a e A_3 tem uma das funções de 2b.⁶⁶

Apresentados os marcos predicativos dos predicados, as informações nele veiculadas e as funções semânticas dos elementos que podem preencher funções argumentais desses marcos predicativos, dando lugar a predicções nucleares, veremos, a seguir, informações referentes à estrutura dos termos que podem desempenhar a função de argumento ou de satélite na TGF.

2.2.1.2. Os termos: funções, estruturas e operadores

Para Dik (1989, p. 111-112), a predicção pode ser entendida a partir de dois atos básicos: referir (indicar a entidade sobre a qual algo será predicado) e predicar (designar propriedades e relações dessas entidades). Na perspectiva pragmática e teleológica de língua adotada na TGF, o falante refere uma entidade para um destinatário por meio de termos.

A estrutura dos termos pode ser descrita pelo seguinte esquema, conforme explicitado por Dik (*ibidem*, p.115):

$$(\Omega x_1: \varphi_1(x_i): \varphi_2(x_i): \dots: \varphi_n(x_i)) [n \geq 1]$$

⁶⁶Não obstante, o autor faz a ressalva de que nenhuma das diferenciações feitas é definitiva (DIK, 1989, p.104). García Velasco (2003, p. 126-127) a esse respeito, aponta que a listagem das funções semântica proposta na TGF é um problema grave, tendo em vista que podem ocasionar a aplicação de Regras de expressão que introduzirão preposições ou casos morfológicos segundo os idiomas. Por exemplo, a função semântica Loc em inglês ocasiona a introdução da preposição locativa “in”. O problema deste enfoque, de acordo com o autor, é que obriga a introduzir um significativo número de funções semânticas para dar conta da diversidade de preposições existentes; assim, “under the table”, “on the table”, “onto de table” etc. não poderiam se reduzir a uma única função semântica locativa, mas seria necessário estabelecer distinções do tipo alativo, ablativo, ilativo, etc.. Mackenzie (1992) assinalou a ineficácia deste sistema já que constitui não mais que um mero exercício de lista de funções semânticas a partir das preposições existentes em uma língua. Assim, o autor propõe reservar, para o caso do inglês, tão somente cinco preposições como expressão direta de funções semânticas e permitir o tratamento das demais como predicados no léxico. Esta análise, segundo o autor, tem a vantagem de dar conta da dupla natureza das preposições, como elementos relacionais e como núcleos sintáticos da construção em que participam.

García Velasco (2003, p.105) explica que a variável x se refere a uma entidade de primeira ordem (embora, de acordo com o autor, outras variáveis com referência a diferentes categorias ontológicas podem aparecer também na estrutura do termo), que pode ser modificada por meio de operadores de termo (singular, definido etc.), simbolizados com a variável Ω , sendo que a possibilidade de acrescentar diferentes modificadores se formaliza por meio das estruturas $\varphi(x_i)$ que representam predicções abertas sobre x_i . A variável φ representa um predicado chamado de restritor, cujo objetivo é restringir o conjunto potencial de referentes para x_i . Geralmente, o primeiro restritor em um termo é um predicado de caráter nominal, enquanto os demais podem ser adjetivos, possessivos, sintagmas preposicionais ou orações relativas. Os dois pontos depois dos modificadores pode ser lido como “tal que”.

Dik (1989, p. 125) defende que o processo de formação de termos através de restritores é recursivo e dependente de dois fatores: predicabilidade e expressibilidade. Um restritor é predicável a uma entidade se a propriedade especificada pelo restritor é o tipo de propriedade que pode ser atribuída com sentido a essa entidade – a mesma estratégia usada em restrições de seleção em geral. Interessante enfatizar que, para o estudioso, na construção dos termos, os restritores são sucessivamente “acumulados” independentemente da ordem de superfície em que eles finalmente aparecerão nas expressões linguísticas. Assim, as propriedades semânticas de um termo podem ser sensíveis ao modo que ele foi construído. A esse processo Dik denomina acumulação (*stacking*).

Em relação à expressibilidade, Dik (*ibidem*, p.129) impõe a seguinte condição na formação de estrutura subjacente dos termos: os termos somente poderão ser formados se eles também puderem ser expressos, o que evita a necessidade de filtros – conforme já apresentado como pressuposto geral da TGF. Os restritores podem ser expressos de diferentes formas na estrutura de superfície dos termos, sendo que a diferença mais básica se dá entre o núcleo do termo e seus modificadores. Todos os restritores que não qualificam para o estatuto de núcleo serão expressos como modificadores, os quais tomam diferentes formas, dependendo das propriedades do restritor na estrutura do termo subjacente. Dik (*ibidem*, p.130) cita os seguintes tipos de expressão: sintagmas atributivos (como *the paper box*) e orações atributivas (como *the box which is made of paper*).

Em geral, os restritores expressos em sintagmas atributivos podem ser parafraseados na forma de orações relativas, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro, de acordo com Dik (1989, p.130). Os vários tipos de sintagmas atributivos serão mencionados na seção

referente a predicados não verbais (2.2.1.3.), já as orações relativas não serão tratadas no presente Capítulo por fugir do escopo desta tese.

Já os operadores de termos, diferentemente dos restritores, não fazem parte do léxico do falante como predicados, pois suas formas são determinadas pelo conjunto de regras de expressão, como veremos a seguir. Os diferentes tipos de operadores de termos são: definitude, especificidade, generalidade, demonstrativos, quantificadores (incluindo cardinais), ordinais e os operadores usados para especificar termos de anáfora, relativização e interrogação, que são analisados na parte II da TGF (1989) e não serão tratados por nós porque não têm relação direta com o objeto de estudo da presente pesquisa.

Usón (1999, p.47) explica que as preposições, as conjunções, os artigos, são tratados por meio de operadores, pois sua forma está determinada pelo conjunto de regras de expressão que determinam a forma dos constituintes, não fazendo, portanto, parte do léxico. No entanto, como já mencionado na Nota 66, em alguns trabalhos aponta-se que o tratamento de certas preposições na TGF deveria se dar por meio de predicados, de forma análoga ao tratamento conferido aos nomes, adjetivos e verbos.

A TGF, segundo Dik (1989, p.137), marca uma forte distinção entre elementos lexicais e gramaticais na estrutura das expressões linguísticas. Conforme ensina o estudioso,

[...] lexical elements are captured by the basic predicates which are listed in the lexicon. Grammatical elements reflect the various operators and functions which at different levels can be applied to underlying structures; together, these operators and functions define the grammatical framework within which lexical predicates can be combined into linguistics expressions⁶⁷ (DIK, 1989, p.137).

O estudioso (1989, p. 138 e ss.), ao indicar algumas propriedades que diferenciam operadores e predicados, afirma que os operadores são preferencialmente expressos gramatical e não lexicalmente⁶⁸; além disso, registram um número limitado de distinções cruciais em dado domínio semântico⁶⁹.

⁶⁷“os elementos lexicais são registrados pelos predicados básicos que são listados no léxico. Os elementos gramaticais refletem os vários operadores e funções que, em diferentes níveis, podem ser aplicados para estruturas subjacentes; juntos, esses operadores e funções definem o *framework* gramatical no qual os predicados lexicais podem ser combinados em expressões linguísticas.” Tradução nossa.

⁶⁸Por expressão gramatical, Dik entende “a expressão através de itens que pertencem a paradigmas fechados, manifestando-se nas modificações flexionais dos predicados lexicais, e/ou em formas de palavras, como artigos, quantificadores, verbos auxiliares, etc.” (DIK, 1989: 138). Tradução nossa.

⁶⁹ Como distinções de singular, dual e plural no domínio do número; ou declarativo, interrogativo ou imperativo no domínio da ilocução (DIK, 1989: 138).

São apresentados alguns tipos de operadores, entre eles: a) definidos e indefinidos: os termos definidos são usados para estabelecer referência de identificação, enquanto os indefinidos para referências de construção⁷⁰; b) específicos e gerais: em termos específicos, o referente intencionado é um *token* particular de uma totalidade designada pelo termo; em termos genéricos, o referente intencionado é qualquer *token* arbitrário de um conjunto designado pelo termo; c) demonstrativos: os termos demonstrativos podem ser interpretados como indicações de onde procurar por esses referentes, dependendo do centro dêitico; d) quantificadores: termos que informam sobre o tamanho da totalidade referente intencionada; e) ordenadores: elementos como “primeiro” e “último”, por exemplo, pressupõem que um domínio é linearmente ordenado em uma sequência de algum tipo, sendo que esses termos indicam a posição do referente nesta sequência.

Apresentadas as informações pertinentes aos restritores e operadores de termos, passemos aos predicados não verbais, que possuem, como veremos nas categorias analíticas apresentadas no Capítulo destinado aos procedimentos metodológicos, muitas potencialidades para a análise de UTCs.

2.2.1.3. Predicados não verbais

Nesta seção será apresentado o tratamento dos predicados não verbais na TGF. Dik (1989, p.162) propõe uma perspectiva funcional para a diferenciação das categorias V, N e A, definindo-as em termos das funções prototípicas que elas desempenham na construção de predicções. Essas três categorias de predicados podem ser definidas da seguinte maneira:

“a. A Verbal predicate (V) is a predicate which is primarily⁷¹ used in predicative function.

b. A Nominal predicate (N) is a predicate which is primarily used as a head of a term.

c. An Adjectival predicate (A) is a predicate which is primarily used in attributive function.”

⁷⁰Dik explica (1989, p. 139) que, quanto à expressão formal dos operadores *d* e *i*, há frequente, mas não necessária, correspondência com os artigos definidos e indefinidos.

⁷¹Dik (1989, p. 162) chama a atenção para o uso de “primarily”, justificando que todas as categorias podem ter usos secundários ou derivados, que coincidem com os usos primários de outras categorias.

Em relação aos predicados adjetivais, o autor ensina que frequentemente se assume a existência de um verbo de cópula apagado (no caso *to be*) em exemplos do tipo *John (is) intelligent*. No entanto, a TGF não está de acordo com esse ponto de vista, porque o marco predicativo do predicado adjetival *intelligent*, que, como já dito, faz parte do léxico, permite construir diretamente essa expressão sem necessidade de inserção do verbo de cópula e posterior apagamento. No que concerne aos predicados nominais do tipo *John (is) president*, Dik afirma ser possível usar a mesma metodologia adotada nas construções com predicado adjetival. O predicado nominal *president* é imediatamente aplicado ao termo *John* e a regra de apoio de cópula⁷² vai introduzir o verbo copular *be*.

Dik (*ibidem*, p. 173) apresenta a regra geral de formação termo-predicado:

Input: qualquer termo (t) _[fs]

Onde [fs] indica uma função semântica opcional

Output: {(t)_[fs]} (x₁)∅

Dessa forma, termos caracterizados por uma função semântica podem ser transformados em predicados de outros termos (Dik, 1989, p. 174).

O estudioso classifica as predicacões não verbais em termos dos diferentes tipos dos predicados não verbais e as relações semânticas criadas. Dik (*ibidem*, p. 180) apresenta um esquema das relações semânticas em predicacões não verbais:

Tipo de predicado	Relação semântica
Adjetival-nominal	Atribuição de propriedade
Termo indefinido	Inclusão de classe
Termo definido	Identificação
Termo de posse	Posse
Termo locativo	Localização/Existência
Termo locativo não especificado	Existência

Quadro 8 - Relações semânticas em predicacões não verbais, traduzido de Dik (1989, p.180).

É possível elaborar uma classificação mais ampla das predicacões não verbais ao diferenciar os vários tipos de argumento que podem ocorrer em tais predicacões, particularmente com relação às diferenças entre entidades de primeira, segunda, terceira e

⁷² Conforme o autor (1989, p. 167), a regra é a seguinte: Input: π predicate _{β} (x₁) (x₂)... (x_n)
 Conditions: π = any specified π -operator, $\beta \neq V$
 Output: πbe_v predicate _{β} (x₁) (x₂)... (x_n)

quarta ordem, conforme o estudioso. Por exemplo, uma entidade de primeira ordem e outra de segunda podem ser localizadas no espaço (*The table is in room 14* - localização) e (*The meeting is in room 14* - ocorrência), mas somente entidades de segunda ordem podem ser localizadas no tempo, como no exemplo **The table is at five o'clock*.

Havendo, até o momento, apresentado os marcos predicativos, as funções semânticas, os termos e as predicções não verbais, passaremos ao último ponto da TGF em que nos deteremos com mais atenção, pois acreditamos que a UTC, de forma isolada, não ultrapassa o escopo da predicção; dessa maneira, iremos, a seguir, apresentar as principais características das predicções nuclear, central e estendida.

2.2.1.4. Predicção nuclear, central e estendida

Até o momento, centralizamos nossa atenção na estrutura interna da predicção nuclear. Já foi mencionado que a predicção nuclear pode ser estendida por diferentes camadas de elementos, até a estrutura subjacente da oração totalmente especificada.

Nesta seção, veremos como a predicção nuclear passa a ser central, e a predicção central passa a ser estendida. As extensões são realizadas por operadores, satélites e variáveis de ordens mais altas.

A estrutura abstrata das predicções nuclear, central e estendida é a seguinte, conforme apresentado por Dik (1989, p.183):

$$\pi_2 e_i: [[[\pi_1 \text{ pred } (\text{arg})^n] (\sigma_1)^n] (\sigma_2)^n] (e_i)$$

O autor explica que uma predicção nuclear passa a ser uma predicção central a partir da inserção de operadores de predicado π_1 e satélites σ_1 (que acrescentam aspectos na constituição do EdC) e a predicção central passa a ser estendida por meio do acréscimo da variável de EdC e_i , operadores de predicção π_2 e satélites σ_2 (que mantêm a constituição interna do EdC intacta, mas o localiza em relação às dimensões cognitivas de espaço e tempo).

Dik (*ibidem*, p. 195-198) diferencia três tipos básicos de satélite do nível 1:

a. participantes adicionais envolvidos no EdC:

- Beneficiário: pessoa ou instituição para quem os benefícios do EdC são atribuídos, como, por exemplo: *The police set a trap for John*. Requer EdC [+ con] na predicação nuclear.
- Companhia: entidade junto com a qual o EdC é afetado, por exemplo: *The roof came down with the walls*.

b. especificações da maneira em que o EdC é afetado:

- Instrumento: especifica a ferramenta com a qual determinada ação é levada a cabo ou uma posição é mantida. Requer um EdC [+con] na predicação nuclear. Por exemplo: *John cut the meat with a knife*.
- Maneira: indica a forma pela qual uma ação é levada a cabo, uma posição é mantida ou um processo ocorre. Ele interage com a tipologia dos EdCs conforme indicado anteriormente, podendo requerer [+con], [+din], [+con] e [+din], sendo dificilmente compatível com [-con] [- din].
- Velocidade: indica a quantidade de ação-processo ocorrida por unidade de tempo. Requer EdCs [+din]. Por exemplo: *John answered de question quickly*.
- Qualidade: designa o papel/função/autoridade por virtude da qual uma ação é levada a cabo ou uma posição é mantida. Requer EdCs [+con], por exemplo: *John accompanied Mary as her lawyer*.

c. orientações espaciais do EdC:

- Fonte, Caminho e Direção: designam o ponto de origem, orientação e o ponto final do movimento, respectivamente. Por exemplo, *John drove from Amsterdam (Source) to Rotterdam (direction) along the highway (Path)*.

Apresentadas as categorias de satélite de nível 1, passa-se para a análise da formação das predicções estendidas. Como vimos, a predicação central passa a ser estendida com o acréscimo de operadores de predicação e de satélites de nível 2.

Os operadores de predicação representam os meios gramaticais pelos quais o EdC designado pela predicação nuclear pode ser localizado com relação a parâmetros cognitivos, espaciais e temporais. Os mais importantes são os operadores de tempo, de aspecto quantificacional, de modalidade e de polaridade.

Em relação aos satélites de nível 2, Dik (*ibidem*, p. 206-208) apresenta os mais importantes tipos de satélite deste nível:

- Localização: o lugar em que certo EdC ocorre ou ocorreu, por exemplo: *John met Peter on the platform.*
- Tempo: em que, desde que, até que, por exemplo, *John met Peter at five o'clock.*
- Circunstância: um EdC apresentado como ocorrendo simultaneamente ao EdC expresso na predicação central. Por exemplo, *Mary was smoking a cigarette, while John was washing the car.*
- Resultado: um EdC apresentado como uma consequência de um EdC apresentado na predicação central. Por exemplo: *All the stops were closed, so that we had nothing to eat.*
- Propósito: motivação para a ocorrência de um EdC-1 (necessariamente [+con]) especificando um EdC-2 futuro que o controlador quer atingir através do EdC-1. Por exemplo: *John ran to the station in order to catch the train.*
- Razão: motivação pela qual um EdC (novamente, necessariamente [+ con]) ocorre em termos de um causa adscrita ao controlador. Tal Razão pode consistir em uma paráfrase próxima de um propósito. Por exemplo: *John ran to the station because he wanted to catch the train.*
- Causa: motivação que não é adscrita a nenhum dos participantes do EdC, mas que é apresentada pelo falante como uma explicação para a ocorrência de um EdC. Por exemplo: *The car slipped because de street was wet.*

Finalizando esta seção referente às predicções nucleares, centrais e estendidas, passamos às funções sintáticas dikianas.

2.2.2. Perspectivização do Estado de Coisas

Nesta seção, será apresentado o mecanismo de atribuição de Sujeito e Objeto, em termos da noção de perspectiva, ou seja, o ponto de vista a partir do qual um EdC é apresentado na expressão linguística.

Dik (1989, p. 25) afirma que manteve a terminologia “báticas” para evitar um afastamento desnecessário da terminologia tradicional, levando em conta que Sujeito e Objeto

são usados na TGF para registrar oposições como construções ativas e passivas, usualmente descritas em termos de relações sintáticas ou gramaticais. Destarte, as noções de Sujeito e Objeto

[...] as used in FG will undergo a reinterpretation in such a way that they will be regarded as having their own contribution to the semantics of the expression, a contribution consisting in defining different “perspectives” over the state of affairs designated by the predication.⁷³ (DIK, 1989, p.25)

Por essa razão, o autor sugere que “funções de perspectiva” poderiam ser um melhor termo para abarcar um fenômeno dessa natureza. Diferentemente da perspectiva da gramática tradicional e da gramática transformacional, Dik (1989, p.211) defende que tanto a voz ativa quanto a passiva são realizações alternativas de uma mesma predicação subjacente⁷⁴.

Dik (1989, p.216) explica que a perspectivação a partir das funções Sujeito e Objeto não pode ser reduzida a funções semânticas pela possibilidade de sua atribuição a termos com diferentes funções semânticas. Por exemplo, a função de Sujeito pode ser atribuída às funções de Agente, Paciente, Recipiente e Beneficiário. Além disso, conforme o autor (*ibidem*, p.223), da mesma forma que a atribuição de Sujeito não é restrita a Agentes e Pacientes, a atribuição de Objeto não é restrita a Pacientes e Recipientes.

Sugere-se que há um padrão de fundo de atribuição de Sujeito e Objeto que pode ser descrito em termos de uma Hierarquia de Funções Semânticas⁷⁵, conforme reprodução do quadro apresentado pelo autor (*ibidem*, p. 226):

Hierarquia de Função Semântica (HFS)							
	ag>	pac>	rec>	ben>	instr>	loc>	temp
Suj	+	+	+	+	+	+	+
Obj		+	+	+	+	+	+

Quadro 9 - Hierarquia de Função Semântica, traduzido de Dik (1989, p. 226)

⁷³“Como usadas na GF, sofrerão uma reinterpretação de tal maneira que serão observadas como tendo sua própria contribuição para a semântica da expressão, uma contribuição que consiste em definir diferentes “perspectivas” sobre o estado de coisas designado pela predicação”. Tradução nossa.

⁷⁴ Conforme García Velasco (2003, p. 180) o fato de as funções sintáticas definirem diferentes perspectivas de um mesmo EdC impõe na prática uma série de consequências para o modelo, entre as quais: as funções de Objeto e Sujeito definem diferentes perspectivas de apresentação de um mesmo EdC, sua aplicação na derivação de uma expressão se realiza no estrato de predicação central, dado que é onde se conclui a caracterização do EdC, logo, os constituintes que podem receber essas funções serão somente os argumentos do predicado e os satélites de primeiro nível.

⁷⁵ Em nota, Dik (1989, p. 226) explica que a possibilidade de atribuição de Sujeito e Objeto formulada em termos de uma hierarquia semântica filia-se a um grupo de diferentes autores, entre eles Fillmore, Jackendoff e Johnson, Trihart etc.

O autor defende que, ao distanciar-se das Funções Semânticas mais centrais, a atribuição de Sujeito e Objeto se torna cada vez mais difícil e as construções resultantes são cada vez mais marcadas.

Ao aprofundar a análise de atribuição de Sujeito e Objeto, o autor argumenta que certos casos podem requerer referência a noções de primeiro e segundo argumento em acréscimo à função semântica. Dessa forma, o autor apresenta um ponto de vista mais refinado da acessibilidade a Sujeito e a Objeto, na qual vários fatores, e não somente uma hierarquia unidimensional, são responsáveis pela diferença de acessibilidade.

Por sua vez, a relação entre as funções de Sujeito e Objeto e as funções pragmáticas, especialmente de Tópico, não parece ser tão clara. Muitos autores, de acordo com Dik (*ibidem*, p.217) interpretam que o Sujeito, por se correlacionar intimamente com a função pragmática de Tópico Dado⁷⁶ – entidade sobre a qual a oração predica alguma coisa em determinado contexto, como veremos mais adiante \neg pode ser interpretado como uma noção primariamente pragmática. O estudioso apresenta várias razões para observar Sujeito e Tópico Dado como duas noções diferentes, entre elas, mencionamos o fato de que a correlação entre esses dois elementos não é completa: o Tópico Dado pode também ser um não Sujeito e o Sujeito um não Tópico dado.

Apresentados os conceitos basilares referentes às funções sintáticas de Sujeito e Objeto, passamos à exposição das funções pragmáticas do modelo dikiano.

2.2.3. Funções pragmáticas

As funções pragmáticas são atribuídas no nível da proposição, ultrapassando o nível da predicação ao qual nos detemos para a análise de UTCs. Não obstante, como Café (1999) adapta este conceito para o reconhecimento de UTCs, e levando em consideração que esta tese pretende estabelecer um diálogo com o estudo de Café, nesta seção apresentamos brevemente alguns conceitos referentes a este ponto.

⁷⁶ De acordo com Dik (1989, p. 217), essa tendência se explica pelo fato de que o Tópico Dado geralmente é definido, e a íntima associação entre Sujeito e Definitude pode ser entendida como sendo mediada pela função de Tópico Dado.

Logo, apresentaremos as noções de Tópico e Foco, funções pragmáticas propostas por Dik que “especificam o estatuto informacional dos constituintes em relação a um cenário comunicativo mais amplo em que são usadas” (DIK, 1989, p. 264).

Esse cenário mais amplo de comunicação pode ser entendido em termos da “conjectura do falante a respeito da informação pragmática do destinatário no momento da fala”⁷⁷ (DIK, 1989, p.265); dessa maneira, uma expressão linguística geralmente conterà informações dadas e informações novas, sendo que “dadas” e “novas” são mediadas pela conjectura do falante em relação ao conhecimento pragmático do destinatário.

Parcialmente correspondentes a essa distinção, o autor diferencia as dimensões de Tópico (que caracterizam aquelas entidades sobre as quais informação é dada ou solicitada no discurso) e Foco (que indicam quais são as mais informações mais importantes ou salientes em relação às modificações que o falante quer realizar no conhecimento do destinatário). Essas duas dimensões podem se sobrepor quando certos elementos Tópicos forem ao mesmo tempo Focos para a comunicação. Dik (*ibidem*, p. 267) explica que um discurso, em um sentido amplo de um texto coerente de qualquer tipo, refere-se a certas entidades. Dá-se o nome de Tópico do discurso para aquela entidade sobre a qual certo discurso informa; sendo que um discurso pode ter diferentes Tópicos de discurso, alguns mais centrais que outros. Se o discurso é sobre certo Tópico discursivo, esse tópico deve ser introduzido pela primeira vez em algum momento. Essa primeira apresentação do Tópico discursivo é denominada de Novo tópico, e, uma vez que a entidade em questão foi introduzida, pode ser considerada Tópico dado.

Após a atribuição das funções pragmáticas, deve-se especificar a estrutura da oração subjacente que servirá de *input* para o componente das regras de expressão, que abarcam as seguintes características das expressões linguísticas: a forma dos constituintes, a ordem em que são expressos e os contornos prosódicos.

⁷⁷Tradução nossa.

2.2.4. Regras de expressão

Nesta seção, serão apresentados, de forma genérica, alguns princípios gerais de Regras de expressão que determinam as formas⁷⁸ dos constituintes da predicação subjacente.

No capítulo destinado a este tema, Dik (1989, p. 290) discute as Regras de expressão que determinam forma independentemente da questão da ordem dos constituintes, mas faz a ressalva de que há um conjunto de regras que especificam formas que somente podem ser aplicadas após fixada a ordem⁷⁹.

Primeiramente, Dik (*ibidem*, p. 292) explica que há uma distinção básica entre as formas que o falante deve aprender e memorizar para usá-las corretamente e outras que um falante competente pode formar por si só, sem nunca antes tê-las escutado. O primeiro tipo de forma é armazenado no léxico, enquanto o segundo, do tipo produtivo, é descrito por meio de regras.

Os processos produtivos, conforme o estudioso, são capturados por meios de regras em que nenhum item lexical específico é mencionado, por exemplo, a regra produtiva do tempo passado em inglês assume a forma Past [pred-v] = pred- ed (conforme Dik, *ibidem*, p.293), sendo que o *input* dessa regra pode ser, em princípio, qualquer predicado verbal, e o *output* é regularmente formado como forma e sentido.

O autor (*ibidem*, p.296) assume que a forma básica do predicado é sempre uma raiz, mesmo quando coincide com uma ou mais formas que também podem ser usadas como palavras; são, também, consideradas formas neutras, sem carregar informações referentes a número. Ele propõe, então, uma representação para predicados econômica, especificando somente as diferenças entre as várias formas do predicado.

Desta maneira, Dik (*ibidem*, p.297-299) não considera a estrutura morfológica um fenômeno unificado, não havendo na TGF um componente que lide somente com a estrutura

⁷⁸Dik (1989, p.289) restringe forma à forma segmental dos constituintes. Os traços pertencentes à forma suprasegmental, prosódica ou entonacional das expressões linguísticas são tratados no capítulo intitulado *Prosodic Features* do TGF1.

⁷⁹Como em *Jean voyait le chat dans le jardin*, **Jean voyat le dans le jardin* e *Jean le voyait dans le jardin*, em que se observa que o constituinte Objeto deve ser antecedido ao verbo se recebe forma clítica, mas posposto quando recebe a forma de uma frase nominal completa, segundo Dik (1989, p. 290).

interna gramatical das palavras. Caso uma palavra qualquer consista de dois morfemas A + B, esta estrutura interna será lidada:

a. no léxico: quando a formação da palavra de A + B não é produtiva, como em *blackbird*, em que dois morfemas podem ser facilmente diferenciados, mas não há nenhuma regra pela qual esta palavra pode ser formada produtivamente com o sentido de “escravo negro”⁸⁰.

b. nas regras de formação de predicado: quando uma palavra é um predicado derivado formado de A + B através de alguma regra produtiva de formação de predicado. A formação da palavra é então uma forma de derivação (incluindo composição) localizada no Fundo da TGF. García Velasco (2003, p. 96) ensina que no fundo são armazenadas as regras léxicas através das quais se podem derivar novos elementos de uma maneira produtiva, e, justamente pela sua natureza previsível, não é necessário assumir sua presença entre o conjunto de lexemas básicos.

c. nas Regras de expressão: quando a palavra é o resultado da aplicação de alguma Regra de expressão, como exemplificado por Dik (1989, p. 298):

Operador [A] = [A + B]_w → (ex.: pl [book-] = book-s)

Assim, a partir do tipo de regra apresentado para o exemplo de “book” reproduzido anteriormente, Dik (1989, p. 299) generaliza o seguinte formato:

Operator [Operandum]= valor.

Essa regra diz que determinado operador, ao ser aplicado a certo *operandum*, produz valor para o *operandum*. Os operadores que podem desempenhar um papel nas Regras de expressão de formato geral como esse não coincidem com operadores de Ω e π , que são usados para construir a estrutura de oração subjacente. Assim, Dik (*ibidem*, p.300) propõe o termo operadores morfossintáticos –operadores μ – para o conjunto de operadores que podem ocorrer nesse formato genérico. Estudando as propriedades recorrentes das regras de expressão que determinam forma, Dik elabora uma teoria geral da estrutura do componente de expressão: o estudioso defende, entre outros pontos, que as regras de expressão são

⁸⁰ Tradução nossa.

responsáveis pela introdução de formas auxiliares, por exemplo, verbos auxiliares ou preposições.

Apresentados os principais conceitos da TGF que se relacionam com as categorias analíticas para o tratamento de nosso *corpus*, passamos à proposta de adaptação do modelo de análise oracional dikiano para o reconhecimento de UTCs de Café (1999).

2.3. A adaptação de um modelo gramatical para o reconhecimento de UTCs

Nesta seção, apresentaremos a proposta de adaptação da TGF de Dik (1989) para a análise de UTCs, como proposta na tese de doutoramento de Café (1999) intitulada “*La description et l’analyse des unités terminologiques complexes en langue portugaise (variété brésilienne): une contribution à l’automatisation de la banque de données terminologiques du Brésil (Brasilterm)*”.

Cabe ressaltar que, no que concerne à definição do objeto UTC, Café não adotou nenhum posicionamento defendido pelas linhas de pesquisa mencionadas no Capítulo anterior. Na verdade, a autora segue o modelo dikiano de análise com vistas a contribuir para o desenvolvimento de uma lógica de extração de UTCs que adote uma conduta linguística. De acordo com a estudiosa

[...] nous pouvons conclure que l’analyse des UTC n’a pas de réponse unique, c’est-à-dire une solution morphologique, syntaxique, ou encore seulement sémantique. C’est pour cette raison que nous avons choisi une analyse de base fonctionnaliste qui prend en considération tous ces éléments dans leur ensemble. Dans notre conception, les UTC sont des unités formées d’une base suivie de prédications (nucléaires ou étendues), dont les composants véhiculent des fonctions morphologiques, syntaxiques, sémantiques et pragmatiques définies selon les rapports établis entre eux. Pour nous, une UTC obéit à un processus d’incidence des prédications successives et non pas seulement à une structure binaire comme l’ont constaté plusieurs auteurs [...] ⁸¹ (CAFÉ, 1999, p. 93)

⁸¹ “[...] podemos concluir que a análise de UTC não tem uma resposta única, isto é, uma solução morfológica, sintática ou mesmo somente semântica. É por esta razão que escolhemos uma análise de base funcionalista que leva em consideração todos estes elementos em seu conjunto. Em nossa perspectiva, as UTC são unidades formadas de uma base seguida de predicações (nucleares ou estendidas), cujos componentes veiculam as funções morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas definidas segundo as relações estabelecidas entre eles. Para nós, uma UTC obedece a um processo de incidência de predicações sucessivas e não somente a uma estrutura binária como constatado por muitos autores[...]”. Tradução nossa.

Assim, a autora (1999, p. 10) focalizou a adaptação de certos princípios dikianos que têm, em seu ponto de vista, uma aplicação prática direta para o estabelecimento da metodologia usada em sua pesquisa. Em outras palavras, deve-se sempre levar em consideração que as propostas de Café estavam voltadas ao objetivo de auxiliar a extração automática de UTCs.

A estudiosa justifica a escolha da TGF para contribuir com o reconhecimento automático de UTCs por diferentes razões, mas enfatiza a concepção teleológica de língua característica do paradigma funcional⁸² e o fato de que o modelo de análise linguística dikiano assume que todos os elementos lexicais de uma língua devem ser analisados por meio da predicação (CAFÉ, 1999, p. 12).

Para tanto, Café adaptou o método da “predicação” em quatro princípios: regra de formação, função semântica, função sintática e função pragmática. Tais adaptações são justificadas na medida em que a pesquisa da estudiosa está centrada na análise dos elementos lexicais complexos em língua de especialidade e pelo fato de a análise estar limitada ao contexto da própria unidade, ou seja, fora de seu contexto oracional.

A UTC é considerada pela autora (1999, p.25) uma unidade formada de uma base e de argumentos ou, ainda, de uma predicação nuclear e satélites, elementos que constituem a estrutura geral da predicação em uma linguagem de especialidade. Com base nessa definição, a autora formulou a seguinte regra de formação de UTC:

$$\omega = [[\varphi [(x_1) (x_2)...(x_n)]] [(y_1) (y_2)...(y_n)]]$$

onde,

- ω = UTC
- φ = base da UTC
- x_1, x_2 e x_n = argumentos
- y_1, y_2 e y_n = satélites
- termos = argumentos e/ou satélites
- predicação nuclear = base + argumentos

⁸² Conforme Café, “le terminologue fonctionnaliste envisage la terminologie dans des perspectives analogues à la grammaire fonctionnelle qui définit la langue général comme un instrument de interaction sociale dont le but est communiquer” (Café, 1999, p. 24).

- predicação estendida = predicação nuclear + satélites.

(Café, 1999, p.26)

As variáveis x (argumentos) e y (satélites) contêm os índices que determinam a posição dos termos (argumentos e satélites) dentro da UTC, enquanto a base, isto é, o núcleo sintático da unidade, carrega as informações semânticas, sintáticas e pragmáticas de todos os termos que integram a UTC. Os argumentos e satélites também agem sobre a base, fornecendo-lhe precisão semântica, restringindo o significado de toda a UTC, de acordo com a autora.

Café (1999, p. 30 e Anexo II) propõe a seguinte lista das funções semânticas que correspondem às necessidades de sua pesquisa⁸³:

Ação: fato de produzir um efeito ou de agir sobre uma entidade ou um processo.

Agente: entidade que produz uma ação.

Agrupamento: associação de entidade para formar um grupo, um conjunto ou uma classe.

Conteúdo: situação que representa o “conteúdo” de uma entidade ou de um agrupamento.

Componente: elemento que entra na composição de uma entidade.

Efeito: situação produzida ou provocada por um agente ou um processo (o efeito é sempre um processo).

Entidade: objeto material ou abstrato.

Estado: situação na qual se encontra um objeto abstrato ou material.

Fonte: origem de uma entidade.

Forma: aparência exterior que confere a uma entidade sua especificidade, sua particularidade.

Intensidade: grau de propriedades de uma entidade ou das maneiras/ modos de proceder

Instrumento: meio pelo qual se executa um processo.

Localização: local/porção que situa, circunscreve ou limita o espaço de uma entidade ou um processo.

Finalidade: razão pela qual uma coisa é feita ou existe.

Modo: maneira de ser de uma entidade ou de realizar um processo.

Paciente: entidade que sofre uma ação ou um processo.

Pertencimento: situação que liga uma entidade ou um processo a uma coletividade, um conjunto ou um agrupamento.

Processo: evento que modifica uma situação inicial.

Propriedade: conjunto de características (sobretudo de função), de reações de uma substância; maneira de ela se comportar segundo as condições sobre as quais é empregada.

Resultado: situação produzida por um processo, um efeito ou uma ação.” (CAFÉ. 1999, p. 30)

⁸³Tradução nossa.

Essas funções semânticas não são hierarquizadas, diferentemente da HFS proposta por Dik (1989) e apresentada anteriormente. Assim, para a função semântica, de acordo com a autora, o que importa é a informação semântica de cada elemento da UTC e a relação conceitual estabelecida para a construção do novo conceito que essa unidade expressa em uma determinada linguagem de especialidade. Conforme Café (*ibidem*, p.194), a relação conceitual é muito próxima da definição da UTC, já as funções semânticas são consideradas os elementos de análise necessários para chegar a estabelecer a relação conceitual da UTC tomada como um todo.

A autora propõe quatro funções sintáticas: sujeito, complemento do nome, adjunto do nome e complemento circunstancial. A função de sujeito é restrita à base da UTC, pois é considerada o elemento que centraliza a carga informacional do ponto de vista do comportamento sintático da unidade. Da mesma forma que defendido na TGF, essa função não deve ser concebida como, necessariamente, ligada a uma única função semântica. Tendo em vista que a base apresenta as propriedades inerentes aos termos, seus argumentos e satélites assumirão os papéis de complemento do nome, adjunto do nome e complemento circunstancial, de acordo com a estrutura sintática exigida pela predicação. Conforme a autora (1999, p. 33), a função de complemento do nome corresponde ao que a tradição intitula de “complemento nominal”, isto é, elemento com preposição que se liga a um substantivo, um adjetivo ou um advérbio que integre ou limite seu sentido. A função de adjunto do nome corresponde ao que a tradição chama de adjunto adnominal, ou seja, um elemento de caráter acessório que especifica ou delimita o significado do substantivo. Quanto à função de complemento circunstancial, a autora reserva aos elementos da UTC que pertencem à classe dos advérbios ou que se originaram da categoria gramatical⁸⁴ dita locução adverbial.

Para a função pragmática, a autora manteve a terminologia de Dik (1989) de tópico e foco, adaptando essa classificação da seguinte maneira: tópico é a função atribuída à base da UTC, à qual todos os argumentos e satélites fazem referência a fim de precisar o objeto de comunicação, descrevendo, explicando ou situando esta base; o foco é a função atribuída aos elementos da UTC, que especificam o estatuto informacional do elemento tópico (a base da UTC). A função pragmática terá seu escopo limitado pelas relações internas de tópico e foco, uma vez que a análise está circunscrita aos limites da própria unidade.

⁸⁴ Por ser classificada, na gramática portuguesa, como uma subcategoria da categoria advérbio.

Dessa forma, Café (1999) considera que sua proposta permite obter esclarecimentos sobre a questão da predicação sintático-semântica das UTCs, uma vez que dá conta das propriedades funcionais (suas funções semânticas, sintáticas e pragmáticas) e das relações (entre base, argumentos e satélites) no seu interior. Seu estudo permitiu a proposição de dez regras de reconhecimento de UTCs, além da indicação das descrições morfossintáticas das construções que se encaixam em cada uma das regras:

Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]] [N[SP]] →[N[P + (D) + N]]
Regra 2 [[φ [x ₁] [y ₁]]	[[N[SP]] [SP]] →[[N[P + (D) + N]] [[N[SA]] [SAdv]] →[N[Adj]] [Loc Adv]] [[N[SP]] [SAdv]] →[N[P + (D) + N]] [Loc Adv]]
Regra 3 [φ [y ₁]]	[N[SAdv]] →[N[Loc Adv]]
Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]	[N [SP [SA]]] →[N[P + (D) + N [Adj]]] [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]] [N [SP [SP]]] →[N[P + N[P+(D)+N]]] [N [SAdv [SA]]] →[N[Adv [Adj]]]
Regra 5 [φ [x ₁ [x _{1/1} [x _{1/1/1}]]]	[N [SP [SP[SP]]]] →[N[P +N[P+N [P+N]]]] [N [SA [SP[SA]]]] → [N[Adj [P + N [Adj]]]] [N [SP [SAdv[SA]]]] →[N[P +N [[Adv [Adj]]]]] [N [SA [SP[SP]]]] → [N[Adj [P+N [P+N]]]]
Regra 6 [φ [x ₁ [x ₂]]	[N[SA] [SA]] →[N[Adj]] [Adj] [N[SP] [SP]] →[N[P+N]] [P+N] [N[SA] [SP]] → [N[Adj]] [P+N]
Regra 7 [φ [x ₁ [x ₂ [x _{1/2}]]]	[N [SA] [SAdv[SA]]] →[N[Adj] [Adv [Adj]]] [N [SA] [SA [SP]]] → [N[Adj] [Adj [P+N]]]
Regra 8 [φ [x ₁] [x ₂ [x _{1/2} [x _{1/1/2}]]]	[N [SA] [SP[SP[SA]]]] → [N[Adj] [P +N [P+D+N[Adj]]]
Regra 9 [φ [x ₁ [x _{1/1}] [x ₂ [x _{1/2}]]]	[N [SP[SA]] [SA[SP[SA]]]] → [N[P+N[Adj]] [Adj [P+N]]]
Regra 10 [φ [x ₁] [x ₂][x ₃]]	[N [SP] [SA][SA]] → [N[P +N] [Adj] [Adj]] [N [SP] [SA][SA]] → [N[P +N] [Adj] [Adj]]

Quadro10 - Regras de formação de UTCs conforme Café (1999), reproduzido de Duarte (2001, p.68).

Vejamos dois exemplos referentes às regras apresentadas acima. A autora (1999, p.124) sistematiza a apresentação dos parâmetros de análise para cada regra de formação: fórmulas sintáticas, fórmulas morfológicas e relações conceituais entre base e argumentos e/ou satélites.

O primeiro exemplo analisado é uma UTC formada a partir da Regra [φ [x₁]]: “axila foliar.”

Essa regra representa UTCs do tipo base + argumento, sendo formada, basicamente, de uma predicação nuclear.

Em relação à base, a autora (*ibidem*, p. 126 e ss.) afirma que ela pode ser estática ou ativa, e, caso ativa, geralmente é produto de uma derivação deverbal. Tal tipo de base se caracteriza por fazer referência a um conceito menos concreto do que as bases estáticas. No caso do exemplo “axila foliar”, deparamo-nos com uma base estática. As bases analisadas pela estudiosa são sempre nomes (pois seu estudo se restringe a UTCs nominais); em relação à função sintática, são sempre sujeitos; no que concerne à função pragmática, são sempre tópicos e, no exemplo apresentado, a autora afirma que a função semântica da base é Localização (*ibidem*, p. 135).

Em relação ao argumento, a estudiosa defende que o elemento à direita da base, justamente por ser um argumento, mantém relações com a base da UTC e não com a predicação nuclear (como no caso dos satélites). No caso, “foliar”, conforme a autora, desempenha a função sintática de adjunto adnominal. Lembremos que os elementos, com exceção da base, sempre possuem a função pragmática de foco. A função semântica indicada para “foliar” é de Entidade (*ibidem*, p.155). No que diz respeito às relações conceituais entre base e argumento, no caso em questão, lidamos com relações do tipo *se situa em* (*ibidem*, p.153).

Vejamos o segundo exemplo, referente à Regra $[[\varphi[x1]][y1]]$.

A UTC “propagação clonal in vitro” representa UTCs do tipo base + argumento + satélite, sendo formada, basicamente, de uma predicação estendida.

Em relação à base “propagação”, a autora afirma que ela é ativa, apresentando, como todas as bases, a função sintática de sujeito e a função pragmática de tópico, sendo que, no exemplo analisado, a função semântica da base é Processo.

Em relação ao argumento “clonal”, a autora defende que, como todo elemento que não está na posição de base, apresenta a função pragmática de foco. A função sintática do argumento é a de complemento nominal, sendo um exemplo da categoria gramatical dos adjetivos; já a função semântica desempenhada pelo adjetivo é Resultado. Reiteramos que todos os elementos, com exceção da base, sempre possuem a função pragmática de foco.

Seguindo essa linha, o satélite “in vitro” desempenha a função pragmática de foco. Além disso, a autora afirma que esse termo, da categoria gramatical locução adverbial,

desempenha a função sintática de complemento circunstancial e a função semântica de Localização.

Apresentada uma síntese da proposta de adaptação do modelo dikiano de análise oracional para o reconhecimento de UTCs feita por Café (1999), iremos explicitar algumas diferenças fundamentais entre o modelo da TGF e a adaptação de Café na próxima seção.

2.4. Do reconhecimento à formação de UTCs

Primeiramente, vale enfatizar que as sugestões propostas por nós para a análise da formação de UTCs não pretendem invalidar o trabalho de Café (1999), muito pelo contrário, são perspectivas complementares, pois o modelo da estudiosa lida com o reconhecimento de UTCs, ao auxiliar na extração automática deste tipo de construções, enquanto nossa proposta objetiva observar os processos de formação de UTCs de um ponto de vista dikiano, apoiando-nos, sempre que possível, no modelo de reconhecimento da pesquisadora. De fato, foi a partir da proposta inovadora de Café de adaptação de um modelo de análise oracional voltado à língua geral às características das UTCs que nos foi possível chegar à análise que será apresentada na presente pesquisa.

Havendo sido apresentados os principais pressupostos da TGF dikiana e a proposta de adaptação desse modelo de análise oracional no âmbito da língua geral para o reconhecimento de UTCs, chamamos a atenção nesta seção para o fato de que, na proposta de adaptação de Café, o marco predicativo não é explicitado como uma categoria analítica; já em Dik, esta instância é basilar em seu modelo teórico, pois é a partir das informações contidas no marco predicativo que se dá a predicação.

Em última instância, portanto, lidamos com duas perspectivas distintas referentes ao conceito de predicação. Na TGF, a predicação ocorre a partir das informações contidas no marco predicativo do predicado, que é, como vimos, considerado um item lexical que designa propriedades ou relações entre entidades, enquanto, para Café (1999), toda a base de uma UTC é considerada um predicado, não importando se designa propriedades/relações ou entidades, o que acarretaria, em última instância, diferentes marcos predicativos dikianos.

No que diz respeito à estrutura argumental dos nomes, Vossen (1995, p. 19) afirma que há duas posições opostas na TGF em relação ao tema: ou os nomes não relacionais têm um só argumento (como defendido por Dik 1978a, 1987, 1989) ou são considerados avalentes (conforme Mackenzie, 1987)⁸⁵. Mackenzie (1987) analisa a função prototípica dos predicados e afirma que os nomes, como núcleos prototípicos dos termos, não devem ser armazenados com tal posição argumental. Então, nomes não relacionais seriam avalentes, sob essa perspectiva. Vossen segue o último ponto de vista, tratando nomes não relacionais como avalentes.

Camacho (2007), nesse sentido, explica que

[...] nomes deverbais com potencial de referir-se a entidades de primeira ordem são destituídos de valência, enquanto nomes deverbais com potencial de referir-se a uma entidade de segunda ordem ou estado de coisas são necessariamente constituídos de estrutura valencial, não importando se os argumentos recebam ou não manifestação fonológica (CAMACHO, 2007: s/p.).

Assim, nomes deverbais que podem se referir a entidades de segunda ordem ou EdCs carregam um marco predicativo herdado da forma verbal. No entanto, nomes deverbais que podem ser usados para se referir a entidades de primeira ordem não carregariam um marco predicativo, sendo considerados somente termos, e não predicados⁸⁶, nesta perspectiva.

Levando em consideração estas diferenças no modelo dikiano de análise oracional e na proposta de adaptação para o reconhecimento de UTCs feita por Café (1999), pretendemos, na presente tese, observar, partindo da hipótese apresentada por Auger (1978) de que UTCs são originadas de orações reduzidas, a formação das UTCs de um ponto de vista dikiano. Para tanto, como exporemos de forma detalhada no Capítulo referente aos procedimentos metodológicos, iremos proceder à análise de forma diferenciada conforme o estatuto da base da UTC. De maneira preliminar, apresentamos no quadro a seguir nossa proposta:

Base da UTC	Estrutura oracional subjacente	Processo de formação
Deverbal	Sim	Predicação dikiana
Não deverbal	Não	Regra termo-predicado

⁸⁵ De acordo com Vossen (1995, p.19), “Dik treats all predicate frames in a uniform way. All predicates denote a property or relation regardless of their part of speech and should be described in their capacity of predicating this property or relation between some entities. In this respect, Dik departs from the predicative use of nouns and therefore claims that nouns have an argument slot representing the entities of which they predicate a property”.

⁸⁶ Camacho (2007, s/p) apresenta o exemplo do nome deverbal “construção”, que pode carregar um marco predicativo quando se refere a entidades de segunda ordem. O autor exemplifica sua afirmação com “A construção do alto da colina é muito sólida” e “A construção da casa demorou dois anos”, em que o primeiro exemplo é um nome deverbal que se refere à entidade de primeira ordem e esta se refere a um nome deverbal que se refere a uma entidade de segunda ordem.

		dikiana
--	--	---------

Quadro 11 – Proposta de análise da formação de UTCs conforme estatuto da base

Caso a base da UTC seja deverbal, o que permite retornar ao nível oracional sem maiores problemas, iremos propor, a partir das definições veiculados no glossário da ALADI, uma oração da qual a UTC seria reduzida, analisar esse nível oracional a partir das categorias dikianas de predicação, contrapor esta análise oracional com uma análise realizada a partir das regras de reconhecimento de Café (1999) e, assim, observar as mudanças ocorridas quando da formação das UTCs, ou seja, quando da passagem do nível oracional ao sintagmático. Caso a base da UTC não permita uma análise oracional, por designar, por exemplo, uma entidade de primeira ordem, iremos analisar seu processo de constituição por regras de formação termo-predicado, contrapondo, também, esta análise com as propostas de reconhecimento de Café (1999). Logo, nesta tese adotamos o posicionamento de que os nomes não relacionais têm um só argumento – o que justifica a análise de formação de UTCs de base não deverbal por regras de formação termo-predicado.

Resumo:

Este Capítulo teve por finalidade apresentar a Teoria da Gramática Funcional dikiana e a proposta de adaptação desse modelo feita por Café (1999) para o reconhecimento de UTCs. Partindo de uma perspectiva teleológica da língua, expusemos um panorama do modelo proposto pelo estudioso, detendo-nos mais especificamente nos ensinamentos referentes ao marco predicativo e à predicação, por estarem diretamente relacionados com o processo de formação das unidades objeto de análise nesta tese: as UTCs. Vimos que a proposta dikiana, voltada às estruturas oracionais, sugere uma análise em camadas das estruturas de orações subjacentes em que se diferenciam quatro níveis de análise, que correspondem a diferentes entidades ou ordens, e detivemo-nos nos níveis 1 e 2, referentes aos termos e predicados e à predicação, respectivamente. Explicitamos a importância do marco predicativo do predicado para a predicação e examinamos a atribuição das funções semânticas e sintáticas aos argumentos da estrutura subjacente da oração, além de expor brevemente alguns princípios gerais que determinam as formas dos constituintes da predicação subjacente.

Também apresentamos a proposta de análise semântica lexical intitulada *Stepwise Lexical Decomposition* da TGF e indagamos até que ponto essa perspectiva plenamente relacional se adéqua ao tratamento de UTCs. Concluímos que o modelo dá conta da

conceitualização de predicados cujas relações terminológicas são de ordem genérica ou partitiva.

Por fim, expusemos também neste Capítulo a proposta de Café (1999) de adaptação do modelo dikiano para a o reconhecimento de UTCs (1999). A autora adaptou o método da “predicação” em quatro princípios: regra de formação, função semântica, função sintática e função pragmática. A UTC é considerada uma unidade formada de uma base e de argumentos ou, ainda, de uma predicação nuclear e satélites, elementos que constituem a estrutura geral da predicação em uma linguagem de especialidade.

Finalizando o capítulo, observamos que o conceito de predicado dikiano sofreu ajustes no modelo de Café (1999). Como mencionado, na TGF a predicação ocorre a partir das informações contidas no marco predicativo do predicado, que é caracterizado por designar propriedades ou relações, enquanto, em Café (1999), toda a base de uma UTC é considerada um predicado, não importando se designa propriedades/relações ou entidades. Assim, a partir dessas duas perspectivas distintas referentes ao conceito de predicação, e levando em consideração que nomes deverbais que podem se referir a entidades de segunda ordem ou EdCs carregam um marco predicativo herdado da forma verbal, diferentemente dos nomes não deverbais, observaremos, partindo da hipótese apresentada por Auger (1978) de que UTCs são originadas de orações reduzidas, a formação das UTCs de um ponto de vista dikiano.

Para tanto, no próximo Capítulo, apresentaremos as categorias analíticas dikianas que servirão de instrumento para a análise do processo de formação de 201 UTCs veiculadas no glossário da ALADI.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste Capítulo temos por objetivo explicitar os passos tomados para analisar o processo de formação lexical das UTCs veiculadas na ALADI à luz da TGF dikiana (1989), estabelecendo um contraponto com a proposta de adaptação do modelo dikiano para reconhecimento de UTCS de Café (1999). Como já mencionado nos capítulos precedentes, partimos da hipótese proposta por Auger (1978, p. 15) de que uma UTC é uma oração reduzida por uma série de apagamentos recursivos. Tendo em vista que a proposta de análise linguística dikiana é voltada às estruturas oracionais, partindo de uma perspectiva teleológica da língua – posição essa que coincide com a proposta de Sager (1993, p.150) no que se refere à dimensão comunicativa da Terminologia –, observaremos o processo de formação lexical das UTCs de bases deverbais veiculadas no glossário da ALADI a partir do nível oracional.

Desta forma, em um primeiro momento, conforme as categorias analíticas da TGF dikiana, observaremos as estruturas subjacentes das predicções das orações das quais as UTCs seriam originadas, conforme nosso entendimento, e contrastaremos as funções de seus constituintes no âmbito oracional e na UTC propriamente dita, seguindo as propostas de reconhecimento destas unidades apresentadas por Café (1999).

Não obstante, um número significativo de UTCs não permite um retorno à estrutura oracional, pelo fato de que, em sua maioria, o núcleo sintagmático da UTC é um nome não deverbal, correspondendo, algumas vezes, a entidades de primeira ordem. Tal fato impede que seja realizado o mesmo procedimento de análise para estas UTCs em que não se pode propor uma oração subjacente tanto por seus elementos constituintes quanto pela definição veiculada no glossário da ALADI. Afinal, como apresentado no Capítulo 2, a TGF dikiana não admite a inserção de um verbo de ligação para posterior apagamento em sintagmas nominais, o que implica que, em UTCs cuja base não seja deverbal, não seja possível propor a inserção do verbo de ligação como justificativa para o retorno a uma proposta de oração subjacente.

Então, observaremos esta classe de UTCs a partir da regra de formação termo-predicado dikiana.

Logo, a análise que será realizada no próximo Capítulo se divide em duas partes: a primeira, dirigida às UTCs de base deverbal, que são passíveis de análise a partir dos pressupostos de predicação dikiana e de comparação com as regras de reconhecimento de UTCs formuladas por Café; e a segunda, em que se observam UTCs criadas a partir das regras de formação termo-predicado, que também serão contrapostas com as regras de reconhecimento cafenianas.

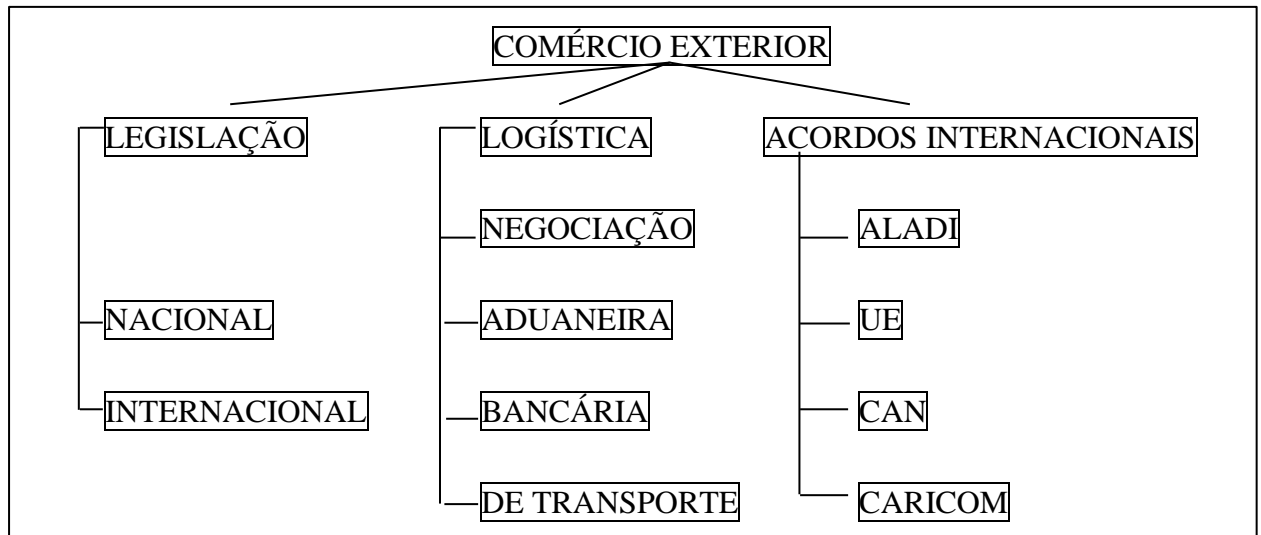
Neste Capítulo, apresentaremos, na seção 3.1., informações a respeito da constituição do *corpus* em análise; nas seções 3.2.1. e 3.2.2., respectivamente, explicitaremos as categorias analíticas das UTCs a serem analisadas via predicação dikiana e via regra termo-predicado; para, na seção 3.3., discorreremos acerca da forma de sistematização dos dados adotada.

3.1. Constituição do *corpus*

As UTCs analisadas na presente pesquisa foram selecionadas do glossário de termos de Comércio Exterior da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) disponibilizado no site deste organismo internacional no dia 3 de maio de 2013 (www.aladi.org). A ALADI é formada por treze países-membros da América Latina, constituindo-se no maior grupo latino-americano de integração.

Sabe-se que a área do Comércio Exterior se divide em subáreas. Para Labatut (1990), o Comércio Exterior abrange quatro subáreas: Políticas do Comércio Exterior, Logística, Legislação Aduaneira e Operações de Comércio, enquanto, para Araújo e Santos (2003), essa área comporta três subáreas, quais sejam, Legislação, Logística e Acordos Internacionais.

Araújo e Santos (2003, p.35) propõem uma árvore conceitual, que será reproduzida a seguir, de forma simplificada, para fins de clareza:



Quadro 12 - Reprodução de árvore conceitual da área do Comércio Exterior proposta por Araújo e Santos (2003, p. 35)

De acordo com a árvore conceitual proposta para a área, pode-se observar uma confluência de diferentes áreas do conhecimento no léxico da área do Comércio Exterior. Dessa maneira, as UTCs de nosso *corpus* de análise refletirão este diálogo entre terminologias oriundas de diferentes áreas, como Direito e Economia, por exemplo.

Adentremos em informações mais específicas a respeito do glossário disponibilizado pela instituição. Das 329 entradas do glossário da ALADI disponibilizado em 2 de maio de 2013, observam-se 51 unidades simples em língua vernacular, como “alfândega” e “avalista”, e 255 unidades complexas em língua vernacular, como “abandono de mercadorias” e “amostra com valor comercial”. Nesta pesquisa, não serão objeto de análise as construções complexas de formação híbrida, como “direitos antidumping” e “armazém warrant”, que totalizam 6 entradas, nem os estrangeirismos, como “bill of landing” e “broker”, que chegam a 17 entradas, conforme representado no gráfico:

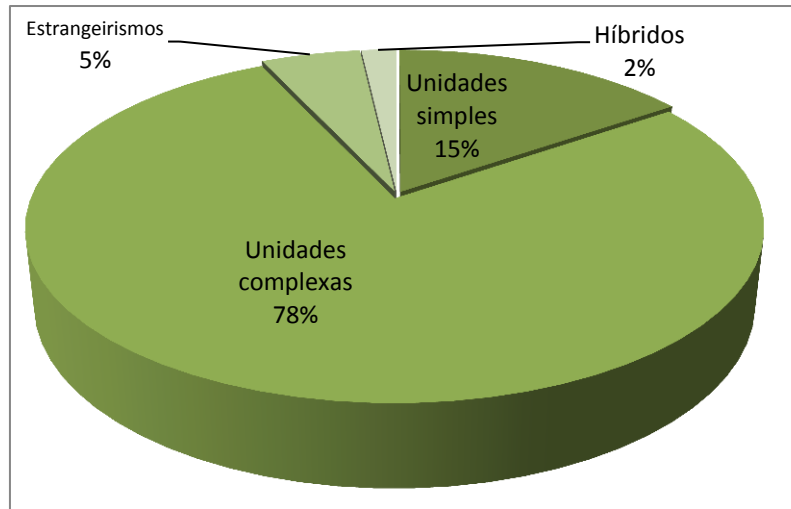


Gráfico 1 - Entradas do glossário da ALADI

No que se refere especificamente às unidades complexas, do total de 255: i. 53 são UTCs passíveis de serem analisadas pelas regras de predicação dikianas, como “abandono de mercadorias” e “negociação tarifária”; ii. 148 são UTCs formadas a partir das regras de formação termo-predicado, como “depósito de exportação” e “nomenclatura tarifária”; iii. 54 entradas são nomes próprios, como “Associação Latino-Americana de Integração” e “Mercado Comum do Sul”, as quais não fazem parte de nosso *corpus* de análise porque não veiculam conceitos em uma linguagem de especialidade, exercendo somente função referencial. Podemos observar no gráfico a seguir os percentuais referentes às unidades complexas do glossário.

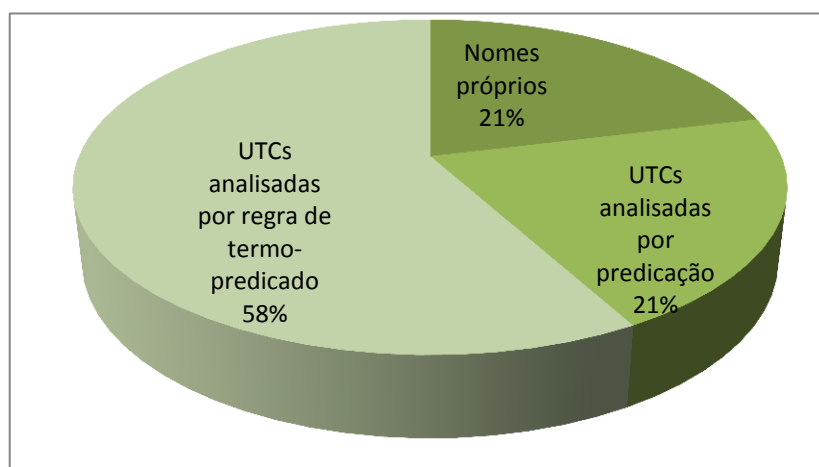


Gráfico 2 - UTCs do glossário da ALADI

Como se vê, somente 21% das UTCs são passíveis de serem analisadas pelo método dikiano de predicação. Este percentual corresponderia às UTCs de base ativa, ou seja, de

bases em que há um verbo subjacente à forma nominal, nas palavras de Café (1999, p. 126 e ss.), que assume os ensinamentos de Guilbert (1975). Neste tipo de construção, as nominalizações da forma verbal, segundo Guilbert (p. 262, 1975, apud Café, 1999, pp.127-128), transformam o predicado verbal pela redução ao estado de signo verbal neutralizado, comparável à forma infinitiva do verbo, o que acaba por permitir concatenações múltiplas nos discursos técnicos e científicos.

Já 58% das UTCs são caracterizadas por possuírem base estática, ou seja, não deverbais, o que reafirma a característica nominativa do discurso terminológico, conforme Café (1999, p.127). Vale mencionar as exceções a seguir, em que é possível observar bases morfologicamente deverbais cuja semântica aponta para um tratamento por regra termo-predicado, a exemplo do nome deverbal “construção”, analisado por Camacho (2007) e já mencionado por nós no Capítulo 2, nota 86. Relembramos que, no exemplo apresentado pelo estudioso, nomes deverbais que podem se referir a entidades de segunda ordem podem ser usados para referir-se a entidades de primeira ordem, sendo que, neste emprego, seus marcos predicativos passam por certos apagamentos, o que acarreta uma análise por formação termo-predicado e não por predicação.

Com o objetivo de justificar a análise das referidas UTCs por regras de formação termo-predicado, indicaremos as UTCs em questão, reproduziremos as definições veiculadas no glossário da ALADI e as acepções apresentadas no dicionário Houaiss que foram atualizadas na base das construções:

a) “Acordo de alcance parcial”, “acordo de alcance parcial agropecuário”, “acordo de alcance parcial de complementação econômica”, “acordo de alcance parcial de promoção do comércio”, “acordo de alcance parcial de renegociação”, “acordo de alcance regional”, “acordo de complementação”, “acordo multilateral”, “acordo de alcance regional de abertura de mercados”:

Respectivas definições ALADI:

- i. “Acordos dos quais não participa a totalidade dos países-membros”.
- ii. “Acordos de alcance parcial que têm por objetivo, entre outros, fomentar e regular o comércio agropecuário intra-regional”.

- iii. “Acordos que têm por objetivo, entre outros, promover o máximo aproveitamento dos fatores de produção e estimular a complementação econômica”.
- iv. “Acordos que são referentes a matérias não tarifárias e que visam promover as correntes do comércio intra-regional”.
- v. “Acordos de alcance parcial nos quais foram renegociadas as concessões outorgadas ao amparo dos mecanismos do Tratado de Montevidéu 1960, incorporando-as ao novo esquema de integração”.
- vi. “Acordos dos quais participam todos os países-membros”.
- vii. “Acordos por setores industriais celebrados entre as Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu 1960 com a finalidade de facilitar a crescente integração de suas economias, especialmente no campo da produção industrial (Arts. 16 e 17 do TM 60 e Resolução n. 99 (IV) da Conferência). Esses acordos foram adequados à nova modalidade de acordos comerciais prevista pelo Tratado de Montevidéu 1980 (CM/Resolução 1, art. 8)”.
- viii. “Acordos celebrados no âmbito jurídico institucional da OMC, aceitos e de caráter obrigatório para todos os países-membros deste organismo multilateral. Estes acordos são os pilares da Organização”.
- ix. “Acordos de alcance regional que têm por finalidade garantir um tratamento preferencial efetivo aos países de menor desenvolvimento econômico relativo”.

Aceção atualizada da base das UTCs conforme dicionário Houaiss: “1. ajuste formal; pacto, convenção, concerto 5. decisão ou resolução conjunta”.

b) “Administração de alfândega”:

Definição ALADI: “O serviço da administração responsável pela aplicação da legislação aduaneira e pela arrecadação dos direitos e impostos e, também, pela aplicação de outras leis e regulamentos referentes à importação, exportação, circulação ou depósito de mercadorias”.

Aceções atualizadas da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “3. a direção de um estabelecimento público ou particular 4. Rubrica: administração. conjunto de normas e funções que disciplinam os elementos de produção, submetem a produtividade a um controle

de qualidade, organizam a estrutura e o funcionamento de um estabelecimento 5. qualquer secretaria, repartição, divisão etc. que tenha em sua chefia um administrador”.

c) “Arbitragem conferida”:

Definição ALADI: “Decisão dos árbitros depois de escutar uma controvérsia. Essa decisão provém de um Tribunal, obrigando as partes”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “2. julgamento, decisão feita por árbitro(s) ou perito(s); árbitro”

d) “Comunicação de conformidade”:

Definição ALADI: “Documento emitido pelas empresas chamadas "verificadoras", contratadas especialmente pelos Governos de vários países para a fiscalização de seu comércio exterior, as quais outorgam sua aprovação no momento da importação ou exportação de mercadorias, uma vez verificados: preço, quantidade e qualidade dos produtos”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “7. Derivação: por metonímia. carta, nota ou qualquer outra informação transmitida por escrito; comunicado”

e) “Conhecimento de embarque”:

Definição ALADI: “Documento de caráter comercial mediante o qual o capitão do navio ou o carregador reconhecem o embarque de determinada mercadoria, sob algumas condições”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “8. Rubrica: comércio. recibo”.

f) “Contribuição orçamentária”:

Definição ALADI: “Contribuição financeira que os países-membros devem realizar para tornar possível a execução do orçamento da Associação. As mencionadas contribuições são aprovadas pelo Comitê de Representantes por meio da Resolução correspondente a cada Orçamento anual”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “2. pagamento feito a alguém ou a alguma entidade ou ainda ao Estado”.

g) “Custo de frete em dólares”, “custo do seguro em dólares”:

Respectivas definições ALADI:

i. “Custo do transporte das mercadorias do porto, aeroporto ou lugar de embarque até o porto, aeroporto ou lugar de destino, expresso em dólares”.

ii. “Custo do seguro das mercadorias durante seu transporte do país exportador até o país importador, expresso em dólares”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “3. Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: economia. o valor de mercado de algo, calculado monetariamente, a partir do capital e do tempo gastos na sua produção e a margem de lucro de seu produtor; preço”.

h) “Declaração de mercadorias”:

Definição ALADI: “Uma declaração que deve realizar-se da forma estabelecida pela Alfândega, mediante a qual as pessoas interessadas indicam que regime aduaneiro pretendem aplicar às mercadorias e fornecem os detalhes informativos solicitados pela Alfândega para a aplicação do regime escolhido”.

Acepção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “5. Derivação: por metonímia. documento que constitua ou contenha uma declaração (acp. 1 a 4)”

i) “Estabelecimento quarentenário”:

Definição ALADI: “Edifício ou conjunto de edifícios onde são mantidos os animais totalmente isolados, sem contato direto ou indireto com outros animais, para submetê-los à observação de maior ou menor duração e realizar-lhes as diferentes provas de controle para que o Serviço Veterinário oficial possa comprovar que não estão afetados por algumas doenças. Esta denominação é usada também para igual tratamento em matéria vegetal, por razões de índole sanitária. É também denominado "centro quarentenário".”

Aceção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “4. instituição pública ou particular. 5. casa comercial ou industrial”.

j) “Legislação aduaneira”, “legislação fitossanitária”, “legislação zoossanitária”:

Respectivas definições ALADI:

i. “As disposições legais e regulamentares, relativas à importação, exportação, circulação e depósito de mercadorias, cuja aplicação está expressamente encomendada à alfândega, bem como qualquer norma baixada por ela dentro de suas competências”.

ii. “Leis básicas que concedem autoridade legal ao serviço oficial estabelecido pelo Governo para desempenhar as funções específicas requeridas para proteger a vida e saúde dos vegetais, incluindo o controle do cumprimento dos requisitos fitossanitários nas importações, exportações, trânsito de mercadorias e bens, a partir da qual podem elaborar as regulamentações fitossanitárias”.

iii. “Leis básicas, decretos e resoluções oficiais que regulam a sanidade animal, as importações e exportações de animais e produtos animais, salvaguardando a saúde pública e dando âmbito legal às ações sanitárias relacionadas com a produção de animais e com a indústria de processamento”.

Aceção atualizada da base das UTCs conforme dicionário Houaiss: “3. conjunto de leis que regulam um assunto em particular 4 Rubrica: termo jurídico. complexo de leis do sistema jurídico de um país ou de determinado campo de suas atividades”.

k) “Obrigação tarifária aduaneira”:

Definição ALADI: “Obrigação que tem uma pessoa de pagar o montante dos direitos, impostos, taxas, tarifas, multas e outros gravames devidos por atos em operações aduaneiras”.

Aceção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “7. Rubrica: termo jurídico. vínculo de direito pelo qual uma pessoa deve fazer ou não algo de ordem econômica ou moral em benefício de outrem”.

l) “Preferência percentual”, “preferência por pontos”, “preferência tarifária”, “preferência tarifária regional”, “preferência residual”:

Respectivas definições ALADI:

- i. “Preferência tarifária que ampara as importações dos produtos negociados e originários dos países participantes de um determinado acordo, consistente em uma redução percentual dos gravames aplicados às importações de terceiros países”.
- ii. “Preferências pactuadas pelos países-membros que estabelecem o gravame aplicável à importação dos produtos negociados”.
- iii. “É o preço fixado pelo país importador quando o preço de exportação do país de origem da mercadoria não se ajusta a preços internacionais considerados normais”.
- iv. “Preferência que os países-membros da ALADI outorgam sobre suas importações recíprocas, consistente em uma redução percentual dos gravames aplicáveis às importações de terceiros países. (Art. 5 - TM80 e art. 1 - AR.PTR/4)”.
- v. “Preferências pactuadas pelos países-membros que estabelecem o gravame aplicável à importação dos produtos negociados”.

Acepção atualizada das bases conforme dicionário Houaiss⁸⁷ : “2 Rubrica: termo jurídico. vantagem garantida por lei a certos direitos creditórios, de serem pagos em primeiro lugar, preterindo os créditos quirografários concorrentes à execução dos bens do devedor comum; preferência”.

m) “Procedimento simplificado”:

Definição ALADI: “Conjunto de atos do desembaraço que, pelas características das mercadorias ou das circunstâncias da operação, permite a liberação, limitando-se as formalidades prévias e o controle da alfândega ao mínimo necessário para garantir o cumprimento das normas aduaneiras comunitárias”.

Acepção atualizada da base conforme dicionário Houaiss: “3. Rubrica: termo jurídico. forma estabelecida por lei para se tratarem as causas em juízo e para o cumprimento dos atos e trâmites do processo.”

n) “Regulamento técnico”:

⁸⁷ O dicionário Houaiss registra esta acepção no verbete “antelação”, indicando a remissão à “preferência”.

Definição ALADI: “Documento no qual são estabelecidas as características de um produto ou os processos e métodos de produção com elas relacionados, incluindo as disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas”.

Aceção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “2. estatuto, instrução que prescreve o que deve ser feito”.

o) “Repartição aduaneira”:

Definição ALADI: “Unidade administrativa competente para efetuar as formalidades aduaneiras. Instalações ou outras áreas habilitadas para esses efeitos pelas autoridades competentes”.

Aceção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “2. divisão ou serviço de organização ou estabelecimento que se destina a atender serviços comunitários; seção. 3. lugar em que funciona essa divisão; escritório”.

p) “Representação permanente”:

Definição ALADI: “Representantes de cada país-membro, designados por seus respectivos Governos e que, em conjunto, constituem o Comitê de Representantes (Art. 2 - CR/Resolução 1)”.

Aceção atualizada da base da UTC conforme dicionário Houaiss: “7. o total daqueles representantes que ger. trabalham de maneira conjunta, coordenada”.

Nesta seção, apresentamos as 30 UTCs de bases que, mesmo sendo morfologicamente deverbais, merecem um tratamento por regras de formação termo-predicado por, no seu contexto de ocorrência, se comportarem como bases estáticas; além disso, fornecemos informações gerais acerca dos termos que constituem o glossário da ALADI e das UTCs de nosso *corpus* de análise.

3.2. Categorias analíticas

Feitas as considerações iniciais acerca do *corpus*, passemos às categorias analíticas empregadas na observação das UTCs passíveis de análise via predicação, na seção 3.2.1., e das UTCs passíveis de análise via regra termo-predicado, na seção 3.2.2.

3.2.1. Categorias analíticas para UTCs passíveis de análise via predicação

Para melhor explicitar as categorias de análise das UTCs passíveis de estudo via predicação, reproduziremos a seguir um quadro que sintetiza as categorias analíticas desta classe de UTCs, seguindo o modelo empregado nas análises que constam do Anexo II da presente tese. Neste quadro, lembrando que o conceito de marco predicativo difere em Dik (1989) e em Café (1999), pretendemos contrastar o processamento de formação de UTCs, via análise da predicação dikiana, e o reconhecimento proposto por Café da unidade já criada, observando as mudanças que ocorrem da passagem do nível oracional para o sintagmático.

UTC	UTC em análise	
Definição ALADI	Retirada do glossário	
Oração proposta	Proposta para análise do nível oracional, partindo da definição da UTC indicada no glossário e dos elementos que compõem a UTC	
Predicação	[[[φ (X _{1/n}) _{Fsm.Fst.} (X _{2/n}) _{Fsm.Fst.} (X _{3/n}) _{Fsm.Fst.}] (y _{1/n})] (y _{2/n})]]	
Predicado	φ	
Marco predicativo		
Forma de predicado	raiz	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	monovalente, bivalente ou trivalente	
Valência qualitativa	agente, posicionador, força, processado, zero, paciente, recipiente, localização, direção, fonte e referência.	
Argumento		
Funções semânticas	agente, posicionador, força, processado, zero, paciente, recipiente, localização, direção, fonte e referência.	
Funções sintáticas	sujeito, objeto	
Satélite	nível 1: beneficiário, companhia, instrumento, maneira, velocidade, qualidade, fonte, caminho e direção. nível 2: localização, tempo, circunstância, resultado, propósito, razão, causa.	
Regra proposta por Café (1999)	Regra de reconhecimento	Descrição morfosintática

	Relação conceitual: funções semânticas dos argumentos e dos satélites.
--	--

Quadro 13 - Síntese de categorias analíticas de UTCs de base deverbal.

Iremos comentar os tópicos do quadro anterior na ordem em que aparecem.

Primeiramente, apontamos a UTC em análise e sua definição indicada no glossário da ALADI no momento da seleção do *corpus*. Como no presente trabalho não temos por objetivo analisar a qualidade ou validade das definições da obra, assumimos que a definição apresentada é o conceito de determinada UTC e tentamos, partindo tanto das informações veiculadas na definição quanto dos próprios elementos da UTC já criada, sugerir uma proposta de oração da qual a UTC seria uma redução.

Adotamos o seguinte procedimento para a elaboração da proposta de oração: caso os argumentos exigidos pelo marco predicativo do predicado oracional apareçam na definição, eles são indicados na oração proposta por nós. Por sua vez, somente os satélites oracionais que se refletem formalmente na constituição de uma UTC são indicados na proposta de oração, em uma tentativa de evitar, assim, a indicação de satélites aleatórios e desnecessários por excessivos. O verbo da oração será expresso em sua forma infinitiva, porque, seguindo Guilbert (1975, p.262 apud Café, 1999, p.127-128), ao ser nominalizado na UTC, o caráter do predicado verbal é reduzido ao estado de signo verbal neutralizado, comparável à forma infinitiva do verbo. Assim, aproximamo-nos deste estado mais neutro na predicação, sem haver a necessidade de recorrer a níveis mais altos de análise dikiana, como a categorias de regras de expressão e colocação, que seriam logo apagadas no nível sintagmático.

No que concerne à linha Predicação do quadro, justificamos a estrutura subjacente apresentada, partindo, primeiramente, da proposta de estrutura subjacente de predicação de Dik (1989, p.183):

$$\pi_2 e_i: [[[\pi_1 \text{ pred (arg)}^n] (\sigma_1)^n] (\sigma_2)^n] (e_i)$$

Como explicitado no Capítulo anterior, ocorre uma predicação quando um predicado (*pred*) é atribuído a determinados termos (*arg*) autorizados pelo marco predicativo, havendo possibilidade de ocorrência de satélites (σ) e operadores (π) dos níveis 1 e 2, que acrescentam aspectos na constituição do EdC e, mantendo a constituição interna do EdC intacta, localiza-o em relação às dimensões cognitivas de espaço e tempo, respectivamente.

Por sua vez, Café (1999, p.25), ao considerar a UTC uma unidade formada de uma base e de argumentos ou, ainda, de uma predicação nuclear e satélites, formula a seguinte regra:

$$\omega = [[\varphi [(x_1) (x_2)...(x_n)]] [(y_1) (y_2)...(y_n)]]$$

Nesta estrutura, lê-se que a UTC (ω) se constitui a partir das predicções entre a base φ da UTC e seus argumentos (x) e satélites (y).

Partindo dessas duas propostas de representação, propomos a seguinte estrutura subjacente genérica para a análise da formação de UTCs de base deverbal, a qual está indicada no quadro que reúne as categorias analíticas do caso:

$$[[[[\varphi (x_{1/n})_{Fsm.Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.} (x_{3/n})_{Fsm.Fst.}] (y_{1/n})] (y_{2/n})]]$$

Interpreta-se esta estrutura subjacente da seguinte forma: φ representa o predicado da oração, que carrega um marco predicativo que deve ser preenchido por argumentos ($x_{1/n}$) e suas possíveis expansões, sendo que “n”, à direita da barra, indica a expansão, enquanto o número que está à esquerda indica o argumento que é modificado. Esses argumentos são representados numericamente conforme o espaço que preenchem no marco predicativo. Sabemos que, pelos ensinamentos de Dik (1989), no caso de predicados bivalentes, os primeiros argumentos geralmente exercem a função semântica de agente, posicionador, força, processado e zero; os segundos, o de paciente; na falta de paciente, desempenham as funções semânticas de recipiente, localização, direção, fonte e referência – sendo que a proposta é a mesma para predicados trivalentes, porém, sem apagamento do argumento₂, que geralmente é paciente. Assim, a abreviatura “Fsm” ao lado do argumento e sua expansão deve indicar a função semântica desempenhada pelo argumento na predicação, e a abreviatura “Fst”, sua função sintática. Além disso, indica-se a ocorrência de satélites (representados por y), que também podem ser desenvolvidos (sendo que suas possíveis expansões também são indicadas por $/n$), além do nível e do tipo. Vejamos, com um pouco mais de detalhes, estas categorias, que são duplicadas na ficha para fins de clareza.

Logo, partimos dessa estrutura subjacente de predicação e analisamos o predicado da oração, o qual passa a ser a base da UTC. Sabe-se que todo predicado carrega consigo um marco predicativo, uma estrutura com, ao menos, as seguintes informações:

i. sua forma lexical: como exposto no Capítulo precedente, assume-se, conforme Dik (1989, p.296) que a forma básica do predicado é sempre uma raiz, mesmo quando coincide com uma ou mais formas que também podem ser usadas como palavras; é, também, considerada uma forma neutra, sem carregar informações referentes a número;

ii. o tipo sintático do predicado: no caso, será sempre verbal, tendo em vista que voltamos à estrutura oracional da qual foram originadas as bases deverbais das UTCs;

iii. o número de argumentos que requer: o próprio predicado carrega consigo informações referentes à valência quantitativa, podendo ser monovalente, bivalente e trivalente, em sua maioria;

iii. as restrições de seleção impostas aos argumentos: além da valência quantitativa, a valência qualitativa do predicado também é indicada no marco predicativo. Assim, explicitaremos as valências de cada predicado, sem importar que, na predicação, alguns argumentos do predicado não tenham sido sugeridos na proposta de oração por não estarem explicitados na definição da UTC ou através de seus elementos constituintes.

Passamos, em seguida, às funções atribuídas aos argumentos do predicado, com a indicação das:

iv. funções semânticas: em íntima relação com a valência qualitativa do predicado oracional, indicam-se, para os argumentos sugeridos na proposta de oração, as funções semânticas desempenhadas. As funções semânticas especificam os papéis que os termos envolvidos desempenham em um EdC designado pela predicação em que ocorrem. Seguindo as categorias dikianas (1989, p.103), podem ser: agente, posicionador, força, processado, zero, paciente, recipiente, localização, direção, fonte e referência.

v. as funções sintáticas dos argumentos: as funções de sujeito e objeto são usadas em Dik (1989, p. 25) para registrar oposições como construções ativas e passivas, usualmente descritas em termos de relações sintáticas ou gramaticais.

Na sequência do quadro, vê-se, nos casos em que há ocorrência de satélites em nível oracional, uma linha destinada à indicação do nível e do tipo do satélite. Relembramos que os satélites não são requeridos pelo predicado, dando informação opcional sobre características adicionais do EdC (nível 1), da localização do EdC (nível 2), da atitude do falante ou sua avaliação do conteúdo proposicional (nível 3) ou característica do ato de fala (nível 4).

Basicamente os satélites de nossa análise serão exemplos de satélites de níveis 1 e 2. Os satélites de nível 1 são beneficiário, companhia, instrumento, maneira, velocidade, qualidade, fonte, caminho e direção. Já os mais importantes tipos de nível 2 são localização, tempo, circunstância, resultado, propósito, razão, causa.

Em síntese, no quadro em questão, tentamos refletir as informações do marco predicativo, bem como indicar as funções sintáticas que podem ser observadas no nível oracional desses argumentos. Por fim, passamos ao nível sintagmático na linha intitulada “Regra proposta por Café (1999)”, em que são indicadas as regras de reconhecimento de UTCs e suas descrições morfossintáticas, conforme o Quadro 10 da presente tese.

Como já mencionado, as Funções Semânticas propostas por Café (1999) para o nível sintagmático diferem daquelas propostas por Dik (1989) para o nível oracional. Explicitamos novamente as funções semânticas propostas por Café para maior clareza: ação, agente, agrupamento, capacidade, componente, efeito, entidade, estado, fonte, forma, intensidade, instrumento, localização, propósito, maneira, paciente, processo, propriedade, resultado, vínculo. Para os fins do presente trabalho, as funções ação e processo são unificadas; acrescentamos as funções de situação e de assunto e modificamos o nome da função semântica de propriedade para tipo por conveniência com a nomenclatura empregada nas relações semânticas observadas nas UTCs formadas via termo-predicado cujas bases são adjetivais e nominais. Trabalhamos com as Relações Conceituais propostas por Café (1999), reproduzidas no Anexo IV desta tese.

No que diz respeito às regras de reconhecimento propostas pela autora, não incluímos no quadro informações referentes às funções sintáticas, pois

“Subject and Object assignment are not applied within the domain of nominal terms in FG”⁸⁸ (DIK, 1989, p.366).

nem às funções pragmáticas, tendo em vista que

“[...]there is apparently less reason to assign special pragmatic significance to parts of term phrases than there is to parts of the clause. The order of constituents within a term is usually rather fixed, and there is little room for pragmatically significant alternatives”⁸⁹ (DIK, 1989, p.367).

⁸⁸“A atribuição de Sujeito e Objeto não é aplicada ao domínio de termos nominais na GF”. Tradução nossa.

⁸⁹“Aparentemente há menos razão em atribuir significação pragmática especial para partes das estruturas dos termos do que para partes da oração. A ordem dos constituintes em um termo é, usualmente, bastante fixa, havendo pouco espaço para alternativas pragmaticamente significativas”. Tradução nossa.

Desta maneira, em cada quadro de análise, pretende-se reunir as categorias analíticas pertinentes a cada nível, o que tornará possível explicitar, no Capítulo referente à análise de dados, os fenômenos observados na passagem da estrutura oracional para a estrutura sintagmática, quando da formação da UTC.

3.2.2. Categorias analíticas para UTCs passíveis de análise via regra termo-predicado

Com vistas a explicitar as categorias de análise das UTCs passíveis de estudo via regra termo-predicado, reproduziremos a seguir um quadro que sintetiza as categorias analíticas desta classe de UTCs, seguindo o modelo empregado nas análises que constam do Anexo III da presente tese. Reiteramos que, tendo em vista que a base da UTC não é deverbal, não foi possível retornar ao nível oracional para análise. Assim, valemo-nos de uma descrição da estrutura subjacente do termo e da regra geral de formação termo-predicado, conforme proposto por Dik (1989) na TGF.

UTC	UTC em análise	
Definição ALADI	Retirada do glossário	
Estrutura do termo	$(\Omega_{x_1}: \varphi_1(x_1): \varphi_2(x_2): \dots: \varphi_n(x_n)) [n \geq 1]$	
Regra geral de formação	$\{(t)_{[fs]}\} (x_1)\emptyset$	
Relação semântica	Tipo de predicado	Relação semântica
	Adjetival-nominal	Atribuição de propriedade
	Termo indefinido	Inclusão de classe
	Termo definido	Identificação
	Termo de posse	Posse
	Termo locativo	Localização/Existência
	Termo locativo não especificado	Existência
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	Caso haja ocorrência de preposição na construção	
Regra proposta por Café (1999)	Regra de reconhecimento	Descrição morfossintática

Quadro 14 - Síntese de categorias analíticas de UTCs de base não deverbal.

Iremos comentar os tópicos do quadro acima na ordem em que aparecem. Primeiramente, indicamos a UTC em análise e a definição indicada no glossário da ALADI no momento da seleção do *corpus*.

No que concerne à estrutura subjacente do termo, partindo da representação $(\Omega x_1: \varphi_1(x_1): \varphi_2(x_1): \dots: \varphi_n(x_1)) [n \geq 1]$ (cf. Dik, 1989, p.115), indicamos por meio da variável x a base da UTC, a qual, muitas vezes, refere-se a uma entidade de primeira ordem, que pode ser modificada por meio de operadores de termo (singular, definido, etc.), simbolizados pela variável Ω , sendo que a possibilidade de acrescentar diferentes modificadores é formalizada por meio das estruturas $\varphi(x_i)$ que representam predicções abertas sobre x_i . A variável φ representa um predicado chamado de restritor, que restringe o conjunto potencial de referentes para x_i . Os dois pontos depois dos modificadores representam “tal que”.

Em relação à regra de formação do termo-predicado, $\{(t)_{[fs]}\} (x_1)\emptyset$, lê-se que qualquer termo, com uma função semântica opcional, pode passar a ser predicado de outro termo (cf. Dik, 1989, p. 174). Nas UTCs em análise, a variável x_1 representa a base da UTC, e os demais constituintes são representados pela variável t .

No que diz respeito às relações semânticas, geralmente, nas UTCs de nosso *corpus*, lidamos com predicados nominais e adjetivais, o que implica relações semânticas genéricas de propriedade entre seus elementos, conforme Dik (1989, p.180). Não obstante, essa indicação é muito ampla para a análise semântica proposta no presente trabalho. Então, não perdendo de vista que as preposições são tratadas por meio de operadores na TGF, o que acarreta sua não representação nas estruturas subjacentes dos termos, consideramos que, quando aparece uma preposição na constituição da UTC, ela é, no nosso ponto de vista, um indício da relação semântica que se estabelece na construção. Levando em consideração esse indício da relação semântica entre os elementos da UTC expresso pelo uso de preposição, acreditamos ser possível contribuir para a análise dos sentidos da UTC a partir da indicação do sentido da preposição ativado na UTC com base em consultas ao dicionário Houaiss. Vale mencionar que, quando as preposições antecedem complementos nominais, elas não são analisadas por não serem consideradas plenas semanticamente, seguindo os ensinamentos de Poggio (2002) aplicados em Blanco (2007) para a análise do semanticismo da preposição “de”. Especificamente, consideramos que preposições estabelecendo relações semânticas em adjuntos, tanto adverbiais como adnominais, em função predicativa e em locuções prepositivas indicativas de circunstâncias são um indicativo do matiz dessa genérica atribuição de propriedade dikiana.

Quando não há aparecimento de preposições na construção, iremos, também a partir das definições, claro está, propor maior especificação das atribuições de propriedades

baseadas nas propostas de “relações conceituais” e “funções semânticas” de Café – com as alterações propostas por nós apresentadas na seção anterior.

Conforme apresentado no Capítulo 1 referente às características conceituais e constitutivas das UTCs, Sager (1993), ao analisar UTCs formadas por três elementos, discorre acerca das relações que podem se estabelecer do segundo modificador com a base e do terceiro modificador com ambos ((X+Y)+Z) ou dos dois modificadores e de ambos com a base (X+(Y+Z)). Levando isso em conta, nas representações de UTCs formadas por três ou mais elementos, pretende-se explicitar estas diferentes estruturas por meio de uma análise descontinuada, como em:

UTC	certificado de origem digital
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : certificado _N : origem _N) b) (1x ₁ : certificado: origem _N : digital _A)
Regra geral de formação	a) {(origem) _[Prop.] } (certificado _N)∅ b) {(digital) _[Prop.] } (certificado origem _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto” b) atribuição de propriedade: especificação “maneira”

Quadro 15 - Exemplo de análise descontinuada de UTCs de base não deverbal com mais de três elementos.

Por fim, na última linha do Quadro 14, apresentamos as UTCs sob a perspectiva de Café (1999) no que diz respeito ao seu reconhecimento e à sua descrição morfosintática, utilizando os mesmos critérios expostos na seção anterior.

Apresentadas as categorias analíticas referentes às UTCs de base não deverbal nesta seção, passemos à seção voltada à sistematização dos dados, em que exporemos, de forma sucinta, como os dados foram ordenados no Capítulo de Análises e Resultados da tese.

3.3. Sistematização dos dados

Como explicitado nas seções anteriores, nossos dados estão divididos em dois grupos, segundo o estatuto da base da UTC. Primeiramente, iremos trabalhar com as UTCs de base deverbal, que permitem um tratamento por predicção nos termos de Dik (1989), cujas análises constam do Anexo II, e depois passaremos às UTCs de bases não deverbais, analisadas por regras de formação termo-predicado, expostas no Anexo III da presente pesquisa.

No que concerne ao primeiro grupo, iniciaremos com um contraponto da análise via predicação dikiana de proposta de oração subjacente da UTC e das regras de reconhecimento de UTCs de Café (1999), observando especialmente as estruturas oracionais e sintagmáticas, especificamente os elementos apagados e mantidos na passagem entre os níveis, ou seja, no momento da própria formação lexical da UTC.

Em um primeiro momento, observaremos as UTCs cujas estruturas oracionais não apresentam satélites, para depois passarmos às estruturas oracionais com satélites. Na sequência, observaremos as relações conceituais entre os constituintes das UTCs, contrapondo as estruturas oracionais e sintagmáticas e observando as UTCs criadas com manutenção das relações conceituais e das funções semânticas oracionais e com alteração dessas funções.

Por fim, iremos nos deter em aspectos que não foram observados no *corpus* de Café (1999), especificamente relacionados com as regras para reconhecimento de UTCs, descrições morfossintáticas de UTCs e relações conceituais observadas nas UTCs de nosso *corpus*.

Para o segundo grupo de UTCs do *corpus*, criadas a partir da regra de formação termo-predicado dikiana, sistematizaremos nossos dados da seguinte maneira: primeiramente, serão apresentadas as UTCs conforme as regras de reconhecimento propostas por Café, subcategorizadas pelas descrições morfossintáticas pertinentes. Nestes subgrupos, as UTCs são reunidas pelas relações semânticas estabelecidas entre seus elementos.

Finalmente, apresentaremos aspectos que não foram observados no *corpus* de Café (1999), apontando novas possibilidades de regras de reconhecimento e descrições morfossintáticas das UTCs observadas em nosso *corpus*.

Finalizando este Capítulo referente aos procedimentos metodológicos, fazemos algumas ressalvas: i. não temos por objeto na presente tese o estudo das variantes das UTCs que são apontadas no glossário, não obstante, as variantes serão indicadas no quadro de análise; ii. as UTCs veiculadas no glossário da ALADI são apresentadas no singular ou no plural sem motivo aparente para tal, o que demonstra que, no quesito formalização da apresentação, não há uniformidade em relação ao número das entradas; na presente pesquisa as UTCs analisadas estão, em sua totalidade, no singular, em uma tentativa de sanar esta falta de padronização; iii. tanto as locuções quanto os nomes próprios constitutivos de UTCs são considerados por nós uma unidade e não serão analisados em sua complexidade. Afinal, relembremos que, conforme Dik (1989, p.86), no que diz respeito às locuções, os predicados

podem ser compostos por combinações de palavras que apresentam características imprevisíveis, formal ou semanticamente, sendo armazenadas no léxico na forma de um marco predicativo; iv. as relações conceituais foram trabalhadas a partir da proposta de Café (1999), sendo que a análise das funções semânticas e relações conceituais requer leitura da definição veiculada na ALADI e da nossa proposta de oração, especificamente nas UTCs de base deverbal.

Resumo:

No presente Capítulo, explicitamos os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa, apresentando, primeiramente, informações pertinentes à constituição do *corpus*. Delimitado o *corpus* de análise, indicou-se que os dados serão agrupados em duas categorias, conforme a base da UTCs: se deverbal, o processo de formação da UTC será analisado via predicação; se não deverbal, via regra termo-predicado; sendo apontadas as categorias analíticas observadas em cada um destes grupos. Por fim, expôs-se a forma pela qual os dados serão sistematizados e apresentados no próximo Capítulo, referente à análise e à discussão dos dados.

O próximo Capítulo trará a análise das 201 UTCs examinadas.

ANÁLISE E RESULTADOS

No presente Capítulo apresentaremos nossa análise de dados segundo a possibilidade de tratamento da formação das UTCs de nosso *corpus* por predicação, caso das UTCs de base deverbal, ou por regras de formação termo-predicado, para as UTCs de base não deverbal.

4.1. Formação de UTCs de bases verbais

Iniciaremos nossa análise com as UTCs de base deverbal, estabelecendo um contraponto da análise via predicação dikiana de proposta de oração subjacente da UTC com as regras de reconhecimento de UTCs de Café (1999), observando especialmente as estruturas oracionais e sintagmáticas, especificamente os elementos apagados e mantidos na passagem entre os níveis, ou seja, no momento inicial da formação lexical da UTC. Por fim, sugerimos novas possibilidades de regras de reconhecimento, descrições morfossintáticas e relações conceituais das UTCs de nosso *corpus* que não foram encontradas no *corpus* de Café (1999).

4.1.1. Análise das estruturas oracionais e sintagmáticas

Neste primeiro momento, iremos explicitar os fenômenos referentes à formação de UTCs de base deverbal, contrapondo uma análise linguística oracional conforme Dik (1989) com as regras de reconhecimento sintagmático de UTCs de Café (1999). Inicialmente, iremos analisar as UTCs em cuja proposta de oração não há ocorrência de satélite na seção 4.1.1., para, na seção 4.1.2., passarmos à análise das UTCs com ocorrência de satélite em nível oracional.

4.1.1.1. Estruturas subjacentes de predicação sem ocorrência de satélite

Nesta seção, deteremos nossa atenção naquelas UTCs em que não houve ocorrência de satélites em nível oracional. Deparamo-nos basicamente com as seguintes estruturas subjacentes de predicação neste grupo:

- a) $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]]$
- b) $[[[\varphi (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]]$
- c) $[[[\varphi (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.} (x_{3/n})_{Fsm.Fst.}]]]$

Vejam, nas seções a seguir, as análises referentes a cada uma dessas estruturas subjacentes. Para tanto, serão indicadas as estruturas subjacentes em questão, as UTCs de nosso *corpus* de cada um dos padrões de estrutura, um exemplo de análise e comentários considerados pertinentes.

4.1.1.1.1. $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]]$

Nesta estrutura subjacente de predicação, encontramos dois tipos de UTCs: aquelas em que há apagamentos de expansões do argumento presente na estrutura e aquelas em que há manutenção total do argumento₂. Portanto, dividimos em duas classes as UTCs deste tipo:

i. Sem apagamentos de expansões do argumento₂ do marco predicativo oracional no sintagma:

Este grupo reúne as UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂ oracional em sua totalidade, ou seja, sem apagamento de expansões argumentais do marco predicativo oracional na estrutura sintagmática. As UTCs de nosso *corpus* que exemplificam esta estrutura oracional são:

- “abandono de mercadorias”
- “abertura comercial”
- “cruzamento de fronteira”
- “desgravação tarifária”
- “determinação de subsídios”
- “determinação do dano”
- “liquidação de direitos e impostos”

- “manutenção de receitas ou de preços”
- “reposição de matérias-primas”
- “união aduaneira”
- “união econômica”

Vejamos um exemplo de análise:

UTC	abandono de mercadorias
Definição ALADI	Ato de passar as mercadorias estrangeiras, não nacionalizadas em seu momento, à propriedade da Fazenda Nacional, seja pelo seu abandono "tácito" ou "presuntivo".
Oração proposta	X abandonar mercadorias
Predicação	predicado + argumento ₂ - [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj.}]]]
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [φ [x ₁]]

Quadro 16 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]] sem apagamentos de expansões do argumento₂ do marco predicativo oracional no sintagma.

Como mencionado no Capítulo Procedimentos Metodológicos, observa-se que não foi possível depreender, pela definição dada, o argumento₁ oracional nas UTCs deste grupo, razão pela qual tal argumento não apareceu na estrutura da predicação e, portanto, não sofreu apagamento quando da passagem da oração ao sintagma.

Vale explicitar nossa proposta de formalização dos conectores “e” e “ou” presentes nas UTCs “liquidação de direitos e impostos” e “manutenção de receitas ou de preços”. Para a formalização das estruturas tanto oracionais quanto sintagmáticas dessas UTCs, nós nos valem dos símbolos lógicos \wedge (“e”) e \vee (“ou”), atribuindo aos dois elementos relacionados pelos conectores a mesma função semântica e sintática em nível oracional e a mesma função semântica em nível sintagmático. Além disso, os dois elementos são relacionados não somente pelos símbolos mencionados como também pela marcação x’ no segundo elemento, motivo pelo qual as mencionadas UTCs foram classificadas como variantes da regra de reconhecimento [φ [x₁]] de Café (1999). Para esclarecer esta formalização, reproduzimos a seguir a análise da UTC “manutenção de receitas ou de preços”.

UTC	manutenção de receitas ou de preços
Definição ALADI	A estabilidade permanente das receitas dos produtores nacionais ou dos preços de alguns produtos básicos de exportação.
Oração proposta	X manter receitas ou preços
Predicação	predicado + argumento ₂ ∨ argumento ₂ ' - [[[φ (x ₂ ∨ x ₂ ') _{Pac.Obj.}]]]
Regra proposta por	Regra 1 - [φ [x ₁ ∨ x ₁ ']]

Café (1999)

Quadro 17 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]]$ com conector sem apagamentos de expansões do argumento₂ do marco predicativo oracional no sintagma: caso de “manutenção de receitas ou de preços”.

ii. Com apagamentos de argumentos do marco predicativo oracional no sintagma:

Este grupo reúne as UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂ oracional, com ocorrência de apagamentos de suas expansões no marco predicativo sintagmático. As UTCs de nosso *corpus* que exemplificam esta estrutura oracional são:

- “avaliação de conformidade”
- “descrição tarifária”
- “infração aduaneira”

A seguir, um exemplo de análise:

UTC	avaliação de conformidade
Definição ALADI	Qualquer procedimento utilizado, direta ou indiretamente, para determinar que são cumpridas as prescrições pertinentes dos regulamentos técnicos ou normas.
Oração proposta	X avaliar a conformidade aos regulamentos técnicos
Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} [[[$\varphi (x_2) (x_{1/2}) (x_{1/1/2})_{Pac.Obj.}$]]]
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [$\varphi [x_1]$]

Quadro 18 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]]$ com apagamentos de argumentos do marco predicativo oracional no sintagma.

As UTCs desta categoria são criadas por nominalização do predicado oracional, sendo que o argumento₂ oracional é mantido, mas não em sua totalidade. Observa-se, portanto, apagamento de suas expansões em nível sintagmático. Novamente, não foi possível apreender, pela definição dada, o argumento₁ oracional, razão pela qual tal argumento não apareceu na estrutura da predicação, não sofrendo apagamento quando da passagem da oração ao sintagma.

4.1.1.1.2. $[[[\Phi (X_1/n)_{Fsm. Fst.} (X_2/n)_{Fsm. Fst.}]]]$

Reunimos neste grupo as UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional, com ocorrência de apagamento dos argumentos oracionais e/ou de suas expansões. Vejamos, a seguir, os subgrupos formados em razão dos apagamentos observados da estrutura oracional no sintagma.

i) Com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente:

Esta categoria reúne as UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente no sintagma. As UTCs de nosso *corpus* exemplificadas nesta estrutura oracional são:

- “certificação de conformidade”
- “certificação fitossanitária”
- “conferência aduaneira”
- “controle aduaneiro”
- “controle de alfândega”
- “desmonte tarifário”
- “despachante aduaneiro”
- “início da investigação”
- “isenção de gravames aduaneiro”
- “liberação aduaneira”
- “negociação tarifária”
- “reconhecimento de mercadorias”
- “valoração aduaneira”
- “verificação da declaração de mercadorias”
- “vistoriador de alfândegas”

Exemplo de análise:

UTC	certificação de conformidade
Definição ALADI	Procedimento pelo qual uma terceira parte assegura por escrito que um produto, processo ou serviço é acorde com os requisitos especificados.
Oração proposta	terceira pessoa certificar conformidade de produto a requisitos especificados
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂

	+argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} + argumento _{1/1/1/2} [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) _{Ag. Suj.} (x ₂) (x _{1/2}) (x _{1/1/2}) (x _{1/1/1/2}) _{Pac.Obj.}]]]]
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [φ [x ₁]]

Quadro 19 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]] com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente.

No que diz respeito à UTC “despachante aduaneiro”, formada a partir da nominalização do predicado oracional “despachar”, com ocorrência de apagamento completo do argumento₂ oracional e apagamento de expansão do argumento remanescente, formalizamos sua formação conforme o quadro a seguir:

UTC	despachante aduaneiro
Definição ALADI	Pessoa autorizada pela alfândega, ou habilitada perante a mesma pela autoridade competente, para despachar mercadorias por ordem de outra pessoa. Também chamado Agente Aduaneiro, Corretor Aduaneiro.
Oração proposta	pessoa autorizada pela aduana despacha mercadorias
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento _{1/1/1} argumento ₂ [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) (x _{1/1/1}) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac.Obj.}]]]]
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [φ [x ₁]]

Quadro 20 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.}]]] com apagamento completo de um argumento oracional e possibilidade de apagamento de expansão do argumento remanescente: caso de “despachante aduaneiro”.

Vale mencionar que a função semântica de agente desempenhada pelo argumento₁ passa a ser veiculada pela raiz do predicado oracional seguida do sufixo -(a)nte, sendo explicitado o domínio referente à alfândega. Há apagamento do argumento₂ e dos argumentos₁ e _{1/1}. Este mesmo fenômeno de construção ocorre na UTC “vistoriador de alfândegas”.

4.1.1.1.3. [[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm.Fst.} (x_{3/n})_{Fsm.Fst.}]]]]

Esta categoria abarca uma UTC criada a partir da nominalização do predicado oracional, com manutenção de um argumento oracional e apagamento de dois argumentos oracionais. A UTC de nosso *corpus* exemplo desta estrutura oracional é:

- “retirada de mercadorias”

Vejamos a seguir a análise proposta:

UTC	retirada de mercadorias
Definição ALADI	Ato pelo qual a Alfândega permite aos interessados dispor das mercadorias objeto de despacho aduaneiro.
Oração proposta	interessado retirar mercadorias do despacho aduaneiro
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento ₃ + argumento _{1/3} [[[φ (x ₁) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac. Obj} (x ₃) (x _{1/3}) _{Loc. Obj}]]]]
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1- [φ [x ₁]]

Quadro 21 - Exemplo de análise de UTC de base verbal de estrutura oracional [[[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm. Fst.} (x_{3/n})_{Fsm. Fst.}]]]] com manutenção de um argumento oracional e apagamento de dois argumentos oracionais.

Diferentemente das demais UTCs classificadas anteriormente, a proposta de oração da qual a UTC foi reduzida apresenta três argumentos, depreendidos pela definição apresentada no glossário. Assim, neste caso específico, há nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂ como complemento nominal da base nominalizada. Tanto o argumento₁ quanto os argumentos₃ e _{1/3} foram apagados.

4.1.1.2. Estruturas subjacentes de predicação com ocorrência de satélite

Apresentadas as UTCs em cujas estruturas oracionais não se observam satélites, analisaremos aquelas UTCs em que há ocorrência de satélites em nível oracional, ou seja, basicamente observaremos as seguintes estruturas:

- [[[φ](y_{n/n})]
- [[[[φ (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]
- [[[[φ (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]
- [[[[[φ (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)] (y_z)]]
- [[[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]

Preliminarmente, observa-se que todos os satélites oracionais passam a comportar-se como adjetivo na estrutura sintagmática, sendo considerados por Café (1999) um argumento da base.

Vejamos, então, as diferentes estruturas oracionais e sintagmáticas, com vistas a observar quais elementos foram mantidos e apagados da passagem do nível oracional ao sintagmático, ou seja, do momento da própria formação lexical da UTC.

4.1.1.2.1. [[[φ](y_{n/n})]]

Esta categoria abarca uma UTC criada a partir da nominalização do predicado oracional, com manutenção dos satélites oracionais. A UTC de nosso *corpus* exemplo desta estrutura oracional é:

- “interação digital”

Vejamos um modelo de análise:

UTC	interação digital
Definição ALADI	Conceito que envolve os processos de geração, manipulação e troca de dados e de informação, com base no uso de formatos padrões, sob um âmbito normativo comum, e por meios eletrônicos, facilitando a ágil e eficiente circulação de conhecimentos e de serviços, dentro de um determinado espaço de integração.
Oração proposta	X interagir digitalmente
Predicação	predicado + satélite ₁ [[[φ] (y ₁) _{Man}]]
Satélite	nível 1 – maneira
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [φ [x ₁]]

Quadro 22 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[φ](y_{n/n})]] com manutenção dos satélites oracionais.

Nesta UTC ocorre nominalização do predicado oracional e manutenção do satélite de maneira em forma adjetiva, considerada por Café (1999), como já mencionado, um argumento da base. Indicamos também que na estrutura oracional desta categoria não são propostos argumentos e expansões, o que implica o não apagamento desses elementos ao passar do nível oracional ao sintagmático.

4.1.1.2.2. $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]$

Este grupo abarca UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional, com manutenção do argumento₂ oracional e do satélite. As UTCs de nosso *corpus* exemplos desta estrutura oracional são:

- “abandono legal de mercadorias”
- “abandono presuntivo de mercadorias”

A seguir, um exemplo de análise:

UTC	abandono legal de mercadorias
Definição ALADI	Ato jurídico através do qual as mercadorias estrangeiras estão em condições de serem subastadas em leilão público, quando do vencimento de todos os prazos para sua importação legal.
Oração proposta	X abandonar mercadorias legalmente
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[$\varphi (x_2)_{Pac.Obj}$] (y_1) _{Man}]]
Satélite 1	nível 1 –maneira
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 - [$\varphi [x_1[x_{1/1}]]$]

Quadro 23 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]$ com manutenção do argumento₂ oracional e do satélite.

Nesta UTC, ocorre nominalização do predicado oracional e, conseqüentemente, o argumento₂ oracional passa a ser veiculado como argumento da base da UTC, conforme regra de reconhecimento de Café (1999). O satélite de nível 1 (maneira) passa a comportar-se como adjetivo.

Vale mencionar que a UTC “abandono presuntivo de mercadorias” não se comporta exatamente como a UTC apresentada anteriormente, pois, na oração proposta “abandonar mercadorias presuntivamente”, o satélite “presuntivamente” não age como os demais satélites de nível 1 e 2 das UTCs do *corpus*. Afinal, “presuntivo” não é o modo pelo qual se dá o abandono, mas é a forma pela qual o abandono é considerado pelo enunciador, ou seja, não é um satélite de níveis 1 e 2, mas é, na verdade, um satélite de nível 3. Conforme Dik (1989, p. 252), os satélites de nível 3 são meios lexicais usados para expressar avaliações pessoais do que está contido na proposição, no caso, “presuntivo” é um satélite “modalizador”. De qualquer maneira, representamos essa estrutura subjacente oracional que foge do nível da

predicação e passa ao nível da proposição valendo-nos dos critérios empregados para a análise das demais UTCs, pois, em nosso *corpus*, não foi encontrado outro exemplo de construção semelhante.

4.1.1.2.3. $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]$

Este grupo abarca UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional, com apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite. As UTCs deste tipo de nosso *corpus* são:

- “admissão temporária”
- “aperfeiçoamento ativo”
- “classificação tarifária”
- “compensação multilateral”
- “despacho aduaneiro”
- “embarque reduzido”
- “envio de socorro”
- “exportação a título definitivo”
- “exportação temporária
- “importação para consumo”
- “tratamento diferencial”

Vejamos, a seguir, um exemplo de análise:

UTC	admissão temporária
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite que certas mercadorias entrem no território aduaneiro, com suspensão de direitos e gravames à importação, quando importadas com fim determinado e para serem reexportadas dentro do prazo estabelecido, seja no mesmo estado ou depois de submetidas a um processo de elaboração, manufatura ou reparação.
Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[$\varphi (x_2)_{Pac.Obj.}$]] (y ₁) _{Man}]
Satélite	nível 1 – maneira
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 - [$\varphi [x_1]$]

Quadro 24 - Exemplo de análise de UTC de base verbal de estrutura oracional $[[[\varphi (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]$ com apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite.

Nesta UTC, ocorre nominalização do predicado oracional e apagamento do argumento₂. O satélite de maneira oracional expresso por advérbio passa à forma adjetival na UTC em análise, o que não impede que este satélite seja expresso também por sintagmas preposicionais, como em “envio de socorro”.

Vale mencionar que, para a formalização da estrutura oracional da UTC “classificação tarifária”, recorreremos novamente ao símbolo lógico \vee (ou), tendo em vista a oração proposta a partir da definição dada no glossário da ALADI: “liberar exportação ou importação por procedimento aduaneiro”. Dessa maneira, propomos que a formalização da estrutura seja do tipo $[[[\varphi (x_2 \vee x_2')_{\text{Pac. Obj.}}](y_1) (y_{1/1})_{\text{Caus}}]]$.

Em relação às UTCs “classificação tarifária” e “despacho aduaneiro”, ressaltamos que o satélite de nível 1 “conformidade” não é indicado por Dik (1989) na listagem dos satélites do mencionado nível, havendo sido proposto por nós para os fins do presente trabalho. Justificamos tal classificação por ser uma subespecificação do satélite de nível 1 “maneira”.

4.1.1.2.4. $[[[\varphi (x_{2/n})_{\text{Fsm. Fst.}}](y_n) (y_z)]]$

Este grupo abarca UTCs criadas a partir da nominalização do predicado oracional, com apagamento do argumento₂ oracional e manutenção de dois satélites. As UTCs deste padrão de nosso *corpus* são:

- “admissão temporária para aperfeiçoamento ativo”
- “admissão temporária para transformação”
- “admissão temporária sem transformação”
- “importação temporária para aperfeiçoamento ativo”

A seguir, um exemplo de análise:

UTC	admissão temporária para aperfeiçoamento ativo
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite a entrada ao território aduaneiro, com suspensão do pagamento de gravames de importação e da aplicação de restrições de caráter econômico, de mercadorias, para operações de aperfeiçoamento e posterior reexportação sob a forma de produtos resultantes.

Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente para aperfeiçoamento ativo
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite ₂ + satélite _{1/2} [[[[φ (x ₂) _{Pac.Obji}] (y ₁) _{Man}](y ₂) (y _{1/2}) _{Prop}]]
Satélite 1	nível 1 – maneira
Satélite 2	nível 2– propósito/ finalidade
Regra proposta por Café (1999)	Regra 7 - [φ [x ₁] [x ₂ [x _{1/2}]]]

Quadro 25 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[[φ (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n) (y_z)]]] com apagamento do argumento₂ oracional e manutenção de dois satélites.

Nesta UTC, ocorre nominalização do predicado oracional e apagamento do argumento₂. O satélite de maneira oracional expresso por advérbio passa à forma adjetival no sintagma e o satélite de propósito é mantido em forma de sintagma preposicional.

4.1.1.2.5. [[[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]]

Este grupo abarca UTCs formadas a partir da nominalização do predicado oracional, com apagamento de ao menos um dos argumentos oracionais e manutenção do satélite. As UTCs de nosso *corpus* que exemplificam esta estrutura oracional são:

- “abandono expresso de mercadorias”
- “apreciação multilateral”
- “bonificação fiscal”
- “conferência aduaneira por exame”
- “proteção tarifária”

Vejamos um exemplo de análise:

UTC	abandono expresso de mercadorias
Definição ALADI	Manifestação escrita, do dono de uma mercadoria estrangeira, cedendo-a à Fazenda Nacional, para ser subastada, doada ou destruída, segundo estabelecido pelo Serviço Nacional de Alfândegas.
Oração proposta	dono abandonar mercadorias expressamente
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + satélite ₁ [[[[φ (x ₁) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac.Obji.}] (y ₁) _{Man}]]
Satélite 1	nível 1 – maneira
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 - [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]

Quadro 26 - Exemplo de análise de UTC de base deverbal de estrutura oracional [[[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.} (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y_n)]]] com apagamento de ao menos um dos argumentos oracionais e manutenção do satélite.

Nesta UTC ocorre nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂ como argumento da base nominalizada. O satélite de nível 1 passa a comportar-se como adjetivo. Além disso, ocorre apagamento do argumento₁.

4.1.2. Relações conceituais nas estruturas oracionais e sintagmáticas

Nesta seção, deteremos nosso olhar nas relações conceituais que ocorrem entre os elementos constituintes das UTCs nos níveis oracionais e sintagmáticos, com o objetivo de observar se há mudança nessas relações na passagem de um nível ao outro. Desse modo, nas próximas seções, apresentaremos primeiramente as UTCs em que há manutenção das relações conceituais e das funções semânticas dos argumentos oracionais no nível sintagmático para, depois, passarmos àquelas UTCs em que há alterações das relações conceituais e das funções semânticas na passagem do nível oracional ao nível sintagmático. Vale reiterar que as relações conceituais de nossa análise são baseadas nas relações conceituais propostas por Café (1999), as quais são reproduzidas no Anexo IV desta tese, além disso, a análise das funções semânticas e relações conceituais requer leitura da definição veiculada na ALADI e da nossa proposta de oração, especificamente nas UTCs de base deverbal.

4.1.2.1. UTCs de base deverbal com manutenção das relações conceituais e das funções semânticas oracionais

Nesta seção, apresentaremos as UTCs em que há manutenção das relações conceituais e das funções semânticas dos argumentos oracionais no nível sintagmático ordenadas a partir das regras de reconhecimento propostas por Café (1999). Iniciamos pelas UTCs que são exemplos da primeira regra de reconhecimento, a Regra [φ [x_1]], para depois passarmos às demais UTCs encontradas no *corpus* em que se observou manutenção das relações conceituais e das funções semânticas oracionais, as quais se enquadram nas regras de reconhecimento 3, 4, 6 e 7.

4.1.2.1.1. Regra 1 - [φ [x_1]]

As UTCs do padrão [φ [x_1]] mantêm as seguintes relações conceituais no nível sintagmático: *age sobre*, *age de maneira*, *produzido por*, *produzido mediante*, *finalidade* e *conformidade*. A seguir, apresentaremos essas relações conceituais, as funções semânticas dos elementos constituintes das UTCs e possíveis subclassificações baseadas em apagamentos ocorridos na passagem da estrutura oracional à sintagmática, além de indicar as UTCs de nosso *corpus* que exemplificam as classificações propostas.

i) Relação conceitual *age sobre*. Base: processo; argumento: paciente.

Nas UTCs deste grupo, pode-se observar a manutenção da função semântica de paciente do argumento₂ oracional, além do apagamento dos demais argumentos oracionais, caso propostos. Dessa forma, podemos subdivir esse grupo conforme o aparecimento ou não de outros argumentos, além do argumento₂, no nível oracional. Assim, em a), não são propostos outros argumentos além do argumento₂ oracional com suas possíveis expansões e o apagamento das mesmas; em b), propõem-se argumentos₁ e argumentos₂ em nível oracional, acompanhados ou não de suas expansões, sendo observado o apagamento do argumento₁ e possível apagamento das expansões do argumento₂; por fim, em c), temos um exemplo de uma UTC em que se observam três argumentos em nível oracional, sendo que tanto o argumento₁ quanto o argumento₃ sofrem apagamento.

a) [[[φ ($x_{2/n}$)_{Pac.Obj}]]]: “abandono de mercadorias”, “abertura comercial”, “avaliação de conformidade”, “cruzamento de fronteira”, “descrição tarifária”, “desgravação tarifária”, “determinação de subsídios”, “determinação do dano”, “liquidação de direitos e impostos”, “manutenção de receitas ou de preços”, “reposição de matérias-primas”, “união aduaneira”, “união econômica”.

b) [[[φ ($x_{1/n}$)_{Fsm.Fst.}($x_{2/n}$)_{Pac.Obj}]]]: “certificação de conformidade”, “desmonte tarifário”, “início da investigação”, “negociação tarifária”, “reconhecimento de mercadorias”.

c) [[[φ ($x_{1/n}$)_{Fsm. Fst.}($x_{2/n}$)_{Pac.Obj.}($x_{3/n}$)_{Fsm.Fst.}]]]: “retirada de mercadorias”.

ii) Relação conceitual *age de maneira*. Base: processo; argumento: maneira

Nas UTCs deste grupo, observa-se que o satélite oracional passa a ser veiculado no sintagma na forma de argumento da base, sendo que a função semântica deste argumento é a

de maneira. Podemos subdividir esse grupo conforme o aparecimento de argumentos no nível oracional e, necessariamente, seu posterior apagamento no nível sintagmático. Assim, em a), não são propostos argumentos para o predicado oracional, o que não acarreta apagamento destes elementos na passagem para o nível sintagmático; em b), propõem-se argumentos₁ e argumentos₂ em nível oracional, acompanhados ou não de suas expansões, sendo observado seu apagamento no nível sintagmático; por fim, em c), propõem-se argumentos₂ em nível oracional, com suas possíveis expansões, bem como seus posteriores apagamentos na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[φ](y₁)]]: “interação digital”.

b) [[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.}(x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y₁)_{Man}]]: “apreciação multilateral”.

c) [[[φ (x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y₁)_{Man}]]: “admissão temporária”, “aperfeiçoamento ativo”, “compensação multilateral”, “embarque reduzido”, “exportação temporária”, “tratamento diferencial”.

iii) Relação conceitual *produzido por*. Base: processo; argumento: agente

Nas UTCs deste grupo, nós nos deparamos com a proposição em nível oracional de argumento₁, desempenhando função semântica de agente na oração, e de argumento₂ e suas possíveis expansões, sendo que ocorre, em nível sintagmático, apagamento do argumento₂ e manutenção do argumento₁ e de sua função semântica.

a) [[[φ (x_{1/n})_{Ag. Suj.}(x_{2/n})]]] - com apagamento do argumento₂ oracional: “conferência aduaneira”, “controle aduaneiro”, “controle de alfândega”, “liberação aduaneira”, “valoração aduaneira”.

iv) Relação conceitual *produzido mediante*. Base: processo; argumento: instrumento

Na UTC desta categoria, observa-se que o satélite oracional de instrumento passa a ser veiculado no sintagma na forma de argumento da base, sendo que a função semântica deste argumento continua sendo a de instrumento. No exemplo, foram propostos argumentos no nível oracional, apagados na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[φ (x_{1/n})_{Fsm. Fst.}(x_{2/n})_{Fsm. Fst.}](y₁)_{Instr.}]]: “proteção tarifária”.

v) Relação conceitual *finalidade*. Base: processo; argumento: finalidade

Nas UTCs reunidas neste grupo, o satélite oracional de finalidade passa a ser veiculado no sintagma na forma de argumento da base, sendo que a função semântica deste

argumento é a de finalidade. Nos exemplos, foi proposto um argumento₂ no nível oracional, apagado na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[$\varphi(x_2)_{\text{Pac.Obj}}$][y_2]_{Prop.}]]: “envio de socorro”, “importação para consumo”.

vi) Relação conceitual *conformidade*. Base: processo; argumento: conformidade

Nas UTCs deste grupo, observa-se que o satélite oracional de conformidade, o qual, como já mencionado, foi proposto por nós para os fins do presente trabalho, passa a ser veiculado no sintagma na forma de argumento da base. Nos exemplos, foi proposto um argumento₂ no nível oracional, apagado na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[$\varphi(x_2)_{\text{Fsm.Fst}}$](y_1)_{Conf.}]]: “classificação tarifária”, “despacho aduaneiro”.

4.1.2.1.2. Regra 4 - [$\varphi[x_1[x_{1/1}]]$]

As UTCs do padrão [$\varphi[x_1[x_{1/1}]]$] mantêm as seguintes relações conceituais no nível sintagmático: *age sobre* e *age de maneira*, sendo tais relações estabelecidas a partir da atribuição de diferentes funções semânticas aos elementos constitutivos da construção. Seguindo o mesmo procedimento adotado nas seções anteriores, apresentaremos essas relações conceituais, as funções semânticas dos elementos constituintes das UTCs e possíveis subclassificações baseadas em apagamentos ocorridos na passagem da estrutura oracional à sintagmática, além de indicar as UTCs de nosso *corpus* que exemplificam as classificações propostas.

i) Relação conceitual: *age sobre*. Base: processo; argumento₂: paciente; argumento _{1/2}: pertencimento.

A UTC desta categoria apresenta uma estrutura oracional formada por um predicado e por argumento₁ e argumento₂, seguidos de suas expansões. Há apagamento do argumento₁ e manutenção do argumento₂, em que se observa um desdobramento da função semântica oracional genérica de paciente nas funções semânticas sintagmáticas mais específicas “paciente” e “pertencimento”.

a) [[[$\varphi(x_{1/n})_{\text{Fsm.Fst.}}(x_{2/n})_{\text{Pac.Obj.}}$]]]: “isenção de gravames aduaneiros”.

ii) Relação conceitual *age sobre*. Base: processo; argumento₁: maneira; argumento_{1/1}: paciente.

Nas UTCs deste grupo, pode-se observar a manutenção da função semântica de paciente do argumento₂ oracional, o apagamento dos demais argumentos oracionais, caso propostos, além da ocorrência de satélite oracional de maneira que, no nível sintagmático, passa a ser considerado um argumento da base. Dessa forma, podemos subdividir esse grupo conforme o aparecimento ou não de argumento₁, além do argumento₂, no nível oracional. Assim, em a), não são propostos outros argumentos além do argumento₂ oracional com suas possíveis expansões e o apagamento das mesmas; em b), propõem-se argumentos₁ e argumentos₂ em nível oracional, acompanhados ou não de suas expansões, sendo observado o apagamento do argumento₁ e possível apagamento das expansões do argumento₂.

a) [[[$\varphi(x_{2/n})_{Pac.Obj.}$](y)_{Man}]]: “abandono legal de mercadorias”, “abandono presuntivo de mercadorias”.⁹⁰

b) [[[$\varphi(x_{1/n})_{Fsm.Fst.}$]($x_{2/n})_{Pac.Obj.}$](y)_{Man}]]: “abandono expresso de mercadorias”.

iii) Relação conceitual: *age sobre*. Base: processo; argumento₂: processo-paciente; argumento_{1/2}: paciente.

A UTC desta categoria apresenta uma estrutura oracional formada por um predicado e por um argumento₁ e um argumento₂, seguidos de suas expansões. Há apagamento do argumento₁ e manutenção do argumento₂ de função semântica de paciente, em que se observa um desdobramento da função semântica oracional genérica de paciente nas funções semânticas sintagmáticas mais específicas “paciente-processo” e “paciente”.

a) [[[$\varphi(x_1)_{Fsm.Fst.}$]($x_{2/n})_{Pac.Obj.}$]]]: “verificação da declaração de mercadorias”.

iv) Relação conceitual: *age de maneira*. Base: processo; argumento₂: maneira; argumento_{1/2}: tipo.

Esta categoria está composta de uma UTC em que o satélite oracional passa a desempenhar função argumental em nível sintagmático. Observa-se a proposta de argumento₂ (seguido de expansões) no nível oracional e seu apagamento completo; há manutenção da função semântica do nível oracional ao nível sintagmático.

⁹⁰ Remetemos à discussão referente ao satélite “presuntivo” na seção 4.1.1.2.2.

a) [[[$\varphi(x_2)_{Fsm.Fst.}$](y_1) ($y_{1/1}$) $_{Man}$]]: “exportação a título definitivo”.

4.1.2.1.3. Regra 6 - [φ [x_1] [x_2]]

As UTCs do padrão [φ [x_1] [x_2]] mantêm as seguintes relações conceituais no nível sintagmático: *age maneira* e *finalidade*, *age de maneira* e *produz um resultado*, *produzido por* e *instrumento*. Seguindo o critério adotado anteriormente, apresentaremos essas relações conceituais, as funções semânticas dos elementos constituintes das UTCs e possíveis subclassificações baseadas em apagamentos ocorridos na passagem da estrutura oracional à sintagmática, além de indicar as UTCs de nosso *corpus* que exemplificam as classificações propostas.

i) Relações conceituais: *age de maneira* e *finalidade*. Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo - finalidade.

Na UTC desta categoria, observa-se, no nível oracional, a ocorrência de dois satélites de diferentes níveis, um de maneira e outro de finalidade. Os satélites oracionais passam, no nível sintagmático, a argumentos da base, mas mantêm a ideia de maneira e de finalidade. Na UTC, foi proposto um argumento₂ no nível oracional, apagado na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[$\varphi(x_2)_{Pac.Obj}$](y_1) $_{Man}$ (y_2) $_{Fin}$]]: “admissão temporária para transformação”.

ii) Relações conceituais: *age de maneira* e *produz um resultado*. Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: resultado

Na UTC desta categoria, observa-se, no nível oracional, a ocorrência de dois satélites de maneira. Os satélites oracionais passam, no nível sintagmático, a argumentos da base, mas mantêm a ideia de maneira. Na UTC, foi proposto um argumento₂ no nível oracional, apagado na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[$\varphi(x_2)_{Pac.Obj}$](y_1) $_{Man}$ (y_1) $_{Man}$]]: “admissão temporária sem transformação”,

iii) Relações conceituais: *produzido por* e *instrumento*. Base: processo; argumento₁: agente; argumento₂: instrumento.

Na UTC deste grupo, observa-se a proposição de argumento₁, argumento₂ e satélite de instrumento no nível oracional. A função semântica do argumento₁ oracional é mantida em nível sintagmático, bem como a ideia de instrumento veiculada pelo satélite, que passa a ser expressa na UTC por um argumento da base.

a) [[[φ .(X₁)_{Ag. Suj.}(X₂)_{Fsm.Fst.}] (y₁)_{Instr.}]]: “conferência aduaneira por exame”.

4.1.2.1.4. Regra 7 - [φ [x₁] [x₂[x_{1/2}]]]

As UTCs do padrão [φ [x₁] [x₂[x_{1/2}]]] mantêm as seguintes relações conceituais no nível sintagmático: *age maneira* e *finalidade*. Vejamos, a seguir, as funções semânticas dos elementos constituintes das UTCs e uma subclassificação baseada em apagamentos ocorridos na passagem da estrutura oracional à sintagmática, além das UTCs que exemplificam a classificação proposta.

i) Relação conceitual: *age de maneira* e *finalidade*. Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo – finalidade; argumento_{1/2}: tipo.

Nas UTCs desta categoria, observa-se, no nível oracional, a ocorrência de dois satélites de diferentes níveis, um de maneira e outro de finalidade. Os satélites oracionais passam, no nível sintagmático, a argumentos da base, mas mantêm a ideia de maneira e de finalidade. Na UTC, foi proposto um argumento₂ no nível oracional, apagado na passagem para o nível sintagmático.

a) [[[φ (X_{2/n})_{Pac.Obj}] (y_{1/n})_{Man} (y_{2/n})_{Prop}]]: “admissão temporária para aperfeiçoamento ativo”, “importação temporária para aperfeiçoamento ativo”.

Apresentadas as UTCs em que há manutenção das relações conceituais e das funções semânticas dos argumentos oracionais no nível sintagmático, passamos às UTCs em que há alterações das relações conceituais e das funções semânticas na passagem do nível oracional ao nível sintagmático.

4.1.2.2. UTCs de base deverbal com alteração de funções semânticas argumentais do nível oracional

Para contrapor as funções semânticas oracionais com as funções semânticas encontradas em nível sintagmático, primeiramente agrupamos as UTCs conforme a estrutura sintagmática reconhecida pelas regras de Café (1999), seguida das relações conceituais observadas nesta estrutura. Nestes grupos, indicamos, em uma primeira linha, as estruturas oracionais subjacentes das UTCs, apontando as funções semânticas dos argumentos em nível oracional, e, em seguida, explicitamos os apagamentos sofridos na passagem do nível oracional ao sintagmático. Na linha seguinte, são indicadas as novas funções semânticas desempenhadas pelos argumentos e satélites da regra de reconhecimento de UTCs em questão. Vale reiterar que as relações conceituais de nossa análise são baseadas nas relações conceituais propostas por Café (1999), as quais são reproduzidas no Anexo IV desta tese.

4.1.2.2.1 Regra 1 - [φ [x_1]]

As UTCs do padrão [φ [x_1]] mantêm as seguintes relações conceituais no nível sintagmático: *pertence a*, *assunto* e *age de maneira*. Vejamos, a seguir, as estruturas oracionais subjacentes das UTCs e as funções semânticas dos argumentos nesse nível, com a explicitação dos apagamentos sofridos na passagem do nível oracional ao sintagmático. Na linha imediatamente inferior, indicamos as novas funções semânticas desempenhadas pelos argumentos das UTCs em questão, além de apresentar os exemplos encontrados em nosso *corpus* da classificação proposta.

i) Relação conceitual: *pertence a*

a) [[[φ ($x_{1/n}$)_{Ag. Suj.}($x_{2/n}$)_{Pac. Obj.}]]]- com apagamento do argumento₂ oracional:.

[φ [x_1]]:Base: agente; argumento: pertencimento. Ex.: “despachante aduaneiro”, “vistoriador de alfândega”.

b) [[[φ ($x_{2/n}$)_{Pac. Obj.}]]] - com apagamento da expansão do argumento₂ oracional.

$[\varphi [x_1]]$: Base: processo; argumento: pertencimento. Ex.: “infração aduaneira”.

ii) Relação conceitual: *assunto*

a) $[[[\varphi (x_{1/n}) \text{ Ag. Suj.} (x_{2/n}) \text{ Pac. Obj}]]]$ -com apagamento do argumento₁ oracional:

$[\varphi [x_1]]$:Base: processo;argumento: assunto. Ex.: “certificação fitossanitária”.

iii) Relação conceitual:*age de maneira*

a) $[[[\varphi (x_2)_{\text{Ben. Obj}}] (y_1)_{\text{Inst}}]]]$ - com apagamento do argumento 2.

$[\varphi [x_1]]$:Base: processo;argumento: maneira. Ex.: “bonificação fiscal”.

Havendo analisado a formação de UTCS de base deverbal, especificamente contrapondo as estruturas subjacentes oracionais e as estruturas sintagmáticas das UTCs, bem como as relações semânticas que ocorrem nos dois níveis em análise, passamos à seção referente a algumas propostas originadas da observação de nosso *corpus* aos estudos de Café (1999).

4.1.3. Novas observações em relação às propostas de Café (1999) partindo de UTCs de base deverbal

Nesta seção, iremos sugerir novas possibilidades de descrições morfossintáticas e apresentar propostas de relações conceituais que foram observadas em nosso *corpus* e não encontradas no *corpus* de Café (1999).

4.1.3.1 Novas descrições morfossintáticas de UTCs de base deverbal do *corpus*

No que diz respeito às possibilidades de descrições morfossintáticas não elencadas no *corpus* de Café (1999), indicamos, no quadro a seguir, as UTCs a serem morfossintaticamente descritas, as regras de reconhecimento propostas pela autora e, finalmente, as descrições morfossintáticas propostas por nós.

“admissão temporária para aperfeiçoamento ativo”	Regra 7 [φ [x_1] [$x_2[x_{1/2}]$]]	[N [SA] [SP [SA]]] → [N[Adj] [P+N [Adj]]]
“importação temporária para aperfeiçoamento ativo”	Regra 7 [φ [x_1] [$x_2[x_{1/2}]$]]	[N [SA]] [SP[SA]] → [N[Adj]] [P+N [Adj]]
“manutenção de receitas ou de preços”	Regra 1 [φ [$x_1 \vee x_1'$]]	[N[SP]] → [[N[P + (D) + N]] \vee [N[P + (D) + N]]]
“liquidação de direitos e impostos”	Regra 1 [φ [$x_1 \wedge x_1'$]]	[N[SP]] → [[N[P + (D) + N]] \wedge [N[P + (D) + N]]]

Quadro 27 - Novas descrições morfossintáticas de UTCs de base verbal do *corpus*.

No que diz respeito à formalização dos conectores “e” e “ou” presentes nas UTCs “liquidação de direitos e impostos” e “manutenção de receitas ou de preços”, relembramos que, para a formalização das estruturas oracionais e sintagmáticas dessas UTCs, nós nos valemos dos símbolos lógicos \wedge (“e”) e \vee (“ou”), atribuindo aos dois elementos relacionados pelos conectores a mesma função semântica e sintática em nível oracional e a mesma função semântica em nível sintagmático. Além disso, os dois elementos são relacionados não somente pelos símbolos mencionados como também pela marcação x' no segundo elemento coordenado, motivo pelo qual as mencionadas UTCs foram classificadas como variantes da regra de reconhecimento [φ [x_1]] de Café (1999).

4.1.3.2. Novas relações conceituais observadas nas UTCs de base verbal do *corpus*

Com vistas a melhor explicitar as novas relações conceituais observadas no nível sintagmático de análise do nosso *corpus*, adotaremos o seguinte procedimento: primeiramente, indicamos a regra de reconhecimento das UTCs cujas relações conceituais e funções semânticas estão em análise, logo depois, apontamos as novas relações conceituais, fornecendo dados referentes às funções semânticas dos elementos que compõem as UTCs. Por fim, listamos as UTCs de nosso *corpus* que servem como exemplo dessa relação conceitual.

i) Regra 1 - [φ [x_1]]

a) *Pertence a* - Base: agente; argumento: pertencimento. Ex.: “despachante aduaneiro”, “vistoriador de alfândega”.

b) *Conformidade* - Base: processo; argumento: conformidade. Ex.: “classificação tarifária”, “despacho aduaneiro”.

c) *Finalidade* - Base: processo; argumento: finalidade. Ex.: “envio de socorro”, “importação para consumo”.

d) *Produzido mediante* - Base: processo; argumento: instrumento. Ex.: “proteção tarifária”.

e) *Assunto* - Base: processo; argumento: assunto. Ex.: “certificação fitossanitária”.

ii) Regra 4 - $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]]]$

a) *Age sobre* - Base: processo; argumento₁: maneira; argumento_{1/1}: paciente. Ex.: “abandono expresso de mercadorias”, “abandono legal de mercadorias”, “abandono presuntivo de mercadorias”⁹¹.

a’) *Age sobre* - Base: processo; argumento₁: paciente; argumento_{1/1}: pertencimento. Ex.: “isenção de gravames aduaneiros”.

a’’) *Age sobre* - Base: processo; argumento₁: processo-paciente; argumento_{1/1}: paciente. Ex.: “verificação da declaração de mercadorias”.

a’’’) *Age de maneira* - Base: processo; argumento₁: tipo; argumento_{1/1}: maneira. Ex.: “exportação a título definitivo”.

iii) Regra 6 - $[\varphi [x_1] [x_2]]$

a) *Age de maneira e propósito* - Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo - finalidade. Ex.: “admissão temporária para transformação”.

b) *Age de maneira e produz um resultado* - Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: resultado. Ex.: “admissão temporária sem transformação”.

c) *Produzido por e instrumento* - Base: processo; argumento₁: agente; argumento₂: instrumento. Ex.: “conferência aduaneira por exame”.

iv) Regra 7 - $[\varphi [x_1] [x_2 [x_{1/2}]]]$

⁹¹Fazemos referência à análise realizada na seção 4.1.1.2.2. sobre o satélite “presuntivo”.

a) *Age de maneira e finalidade* - Base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo - finalidade; argumento_{1/2}: tipo. Ex.: “admissão temporária para aperfeiçoamento ativo”.

Apresentadas as novas possibilidades de descrições morfossintáticas e propostas de relações conceituais observadas em nosso *corpus* e não encontradas no *corpus* de Café (1999), vejamos os resultados parciais de nossa análise.

4.1.4. Resultados parciais

Nesta seção, reuniremos os resultados referentes às análises voltadas às UTCs cujo processo de formação é passível de tratamento por predicação nos termos de Dik (1989).

Observando as 53 UTCs em questão, podemos constatar que 57% das estruturas subjacentes de predicação propostas por nós não apresentam satélites em sua constituição, o que totaliza 30 UTCs formadas a partir de estruturas oracionais sem satélites, conforme apresentado no gráfico a seguir.

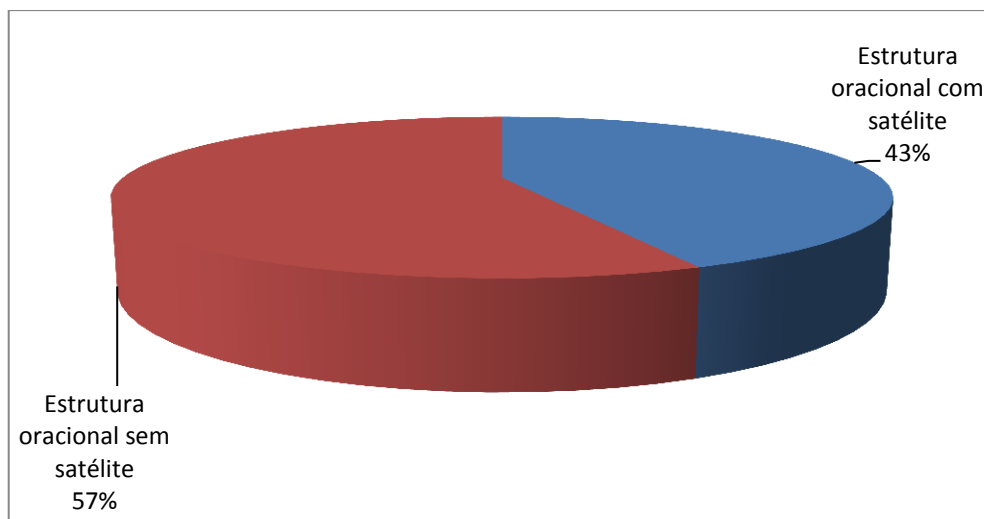


Gráfico 3 - A presença de satélite nas estruturas oracionais de UTCs de base deverbal.

As 23 UTCs restantes, 43%, tiveram, na passagem do nível oracional ao sintagmático, uma reformulação do expresso por meio do satélite oracional na forma de argumento da base em nível sintagmático.

Observando as modificações ocorridas nas 30 UTCs em cuja estrutura subjacente de predicação não se propôs a ocorrência de satélites, podemos indicar, no que diz respeito às diferenças de estruturas oracionais e sintagmáticas, o seguinte:

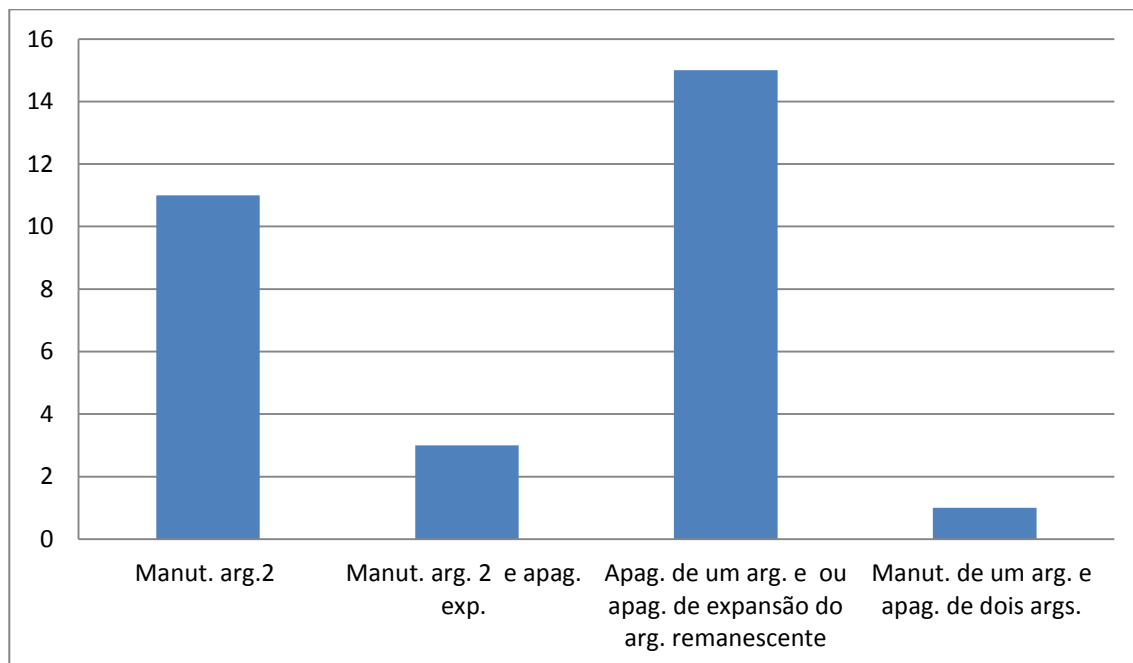


Gráfico 4 - Fenômenos observados na passagem das estruturas oracionais às sintagmáticas de UTCs de base deverbal sem ocorrência de satélite em estrutura oracional.

O fenômeno mais usual observado na passagem do nível oracional ao nível sintagmático nas UTCs em que não há ocorrência de satélite foi a nominalização do predicado oracional e o apagamento de um argumento e/ou o apagamento da expansão do argumento remanescente em 14 das UTCs desta categoria, seguido da nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂. Quando não está indicado “apagamento de argumento”, podemos nos deparar com duas situações: ou o argumento foi proposto na estrutura subjacente da predicação e continua fazendo parte da UTC ou o argumento não foi proposto na estrutura da predicação, e, portanto, não sofreu apagamento.

No que concerne às modificações ocorridas nas 23 UTCs em cuja estrutura subjacente de predicação se propôs a ocorrência de satélites, podemos indicar, no que diz respeito às diferenças de estruturas oracionais e sintagmáticas, o seguinte:

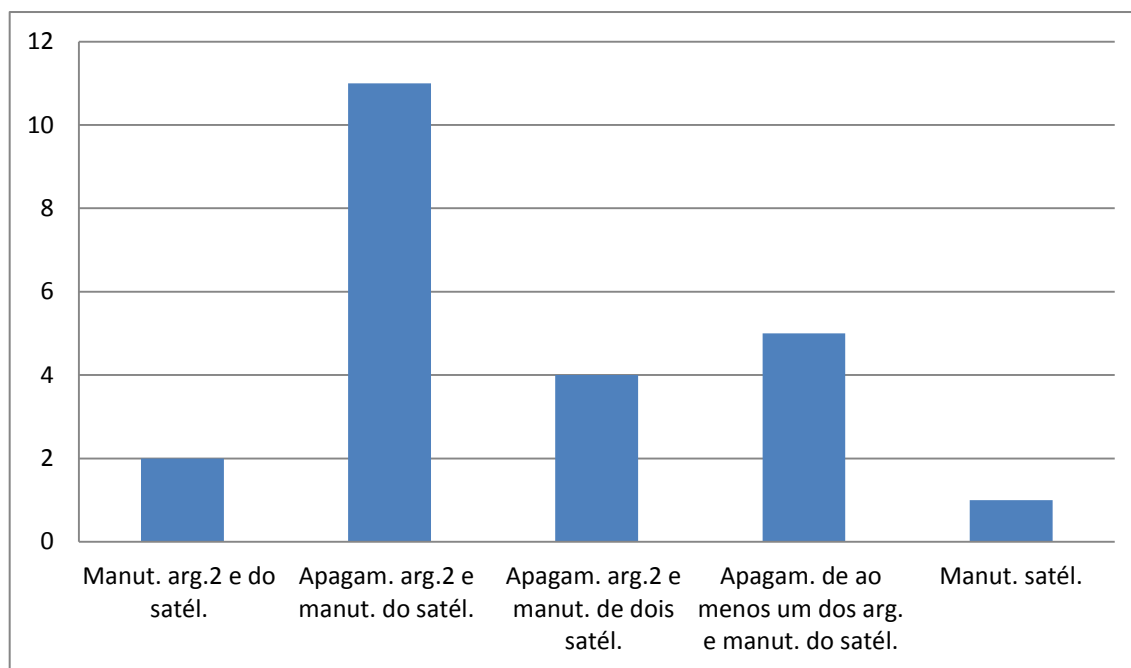


Gráfico 5 - Fenômenos observados na passagem das estruturas oracionais às sintagmáticas de UTCs de base deverbal com ocorrência de satélite em estrutura oracional.

Reiteramos que todos os satélites em nível oracional passaram a ser veiculados em nível sintagmático como argumento da base. O fenômeno mais usual observado na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi o apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite oracional, seguido do apagamento de ao menos um dos argumentos oracionais e manutenção do satélite oracional. Reiteramos que quando não está indicado “apagamento de argumento” podem ocorrer duas situações: ou o argumento foi proposto na estrutura subjacente da predicação e continua fazendo parte da UTC ou o argumento não foi proposto na estrutura da predicação, não sofrendo apagamento.

Em relação aos satélites observados, constatou-se ocorrência de 36 satélites, devendo ser levado em conta que em certas UTCs houve ocorrência de dois satélites na estrutura subjacente de predicação proposta. Os satélites compreenderam os seguintes tipos:

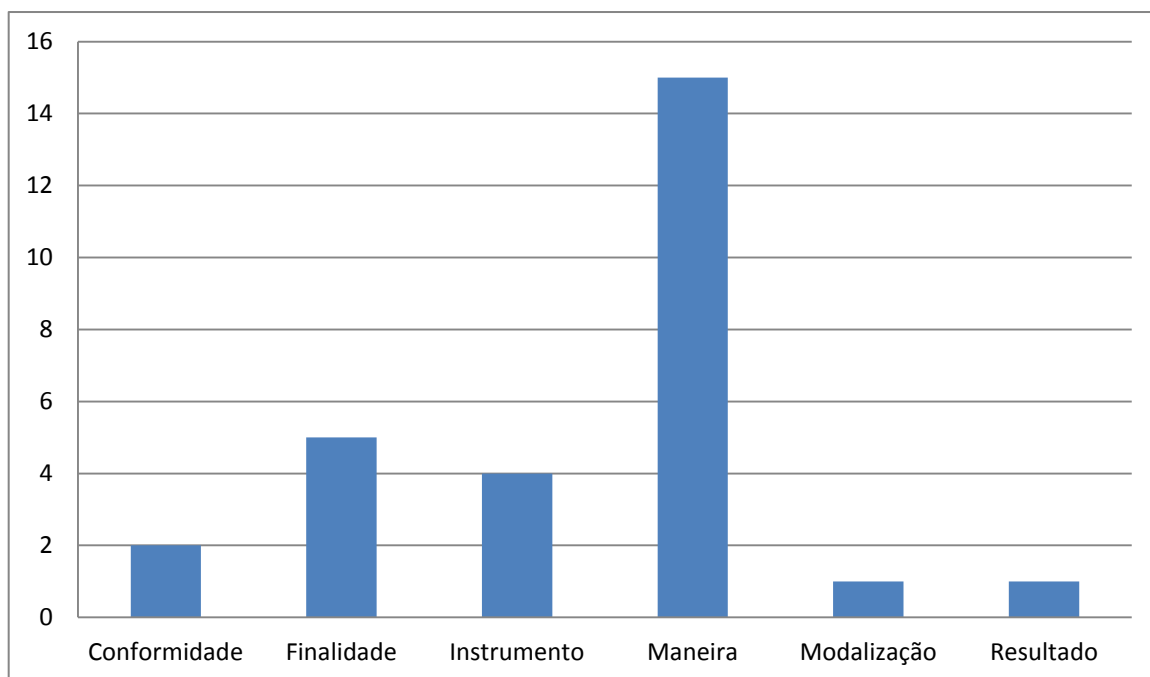


Gráfico 6 - Satélites observados nas estruturas oracionais de UTCs de base verbal.

O satélite de nível 1 do tipo maneira foi o mais observado em nosso *corpus*, seguido dos satélites que expressam finalidade e instrumento, dos níveis 2 e 1, respectivamente. Depreende-se que a forma na qual ocorre determinado processo, seu propósito e o instrumento por meio do qual se dá a ação são relações significativas na linguagem de especialidade veiculada na ALADI.

No que concerne às relações conceituais observadas nas UTCs, primeiramente deteremos nossa atenção naquelas em que não houve alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático. Vejamos as relações conceituais observadas nas UTCs da Regra 1 que refletem a manutenção das funções semânticas das argumento na formação da UTC.

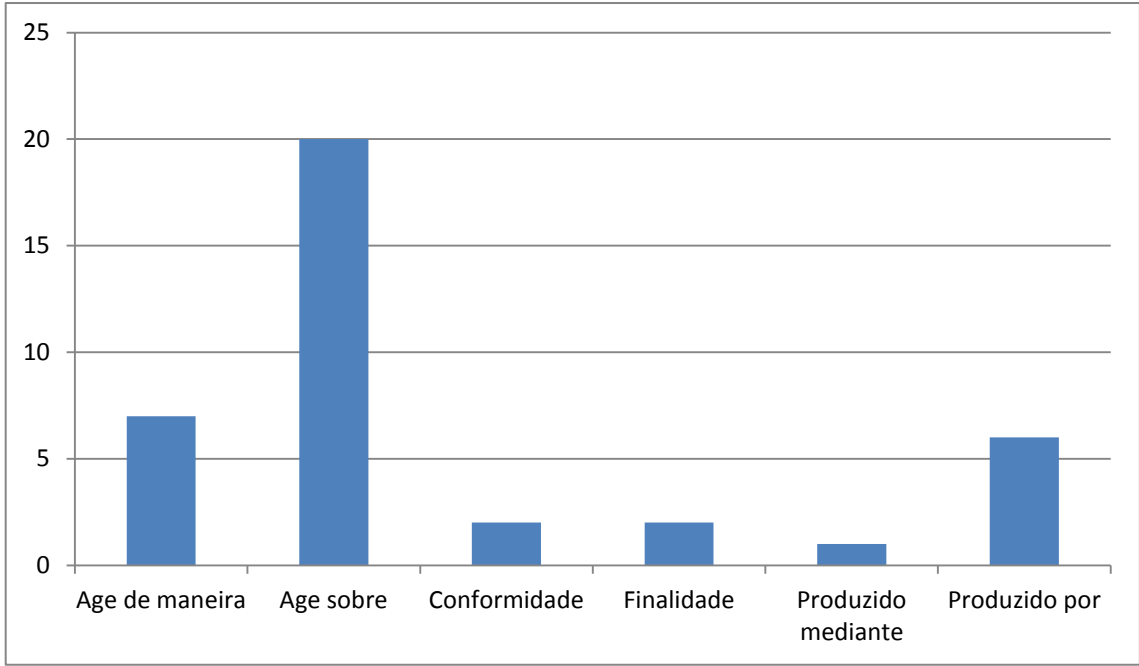


Gráfico 7 - UTCs do tipo $[\varphi [x_1]]$ de base deverbal sem alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.

A seguir, reunimos as relações conceituais observadas nas UTCs das demais regras de reconhecimento observadas no *corpus* que refletem a manutenção das funções semânticas das argumento da passagem do nível oracional ao sintagmático, agrupadas em um mesmo gráfico pelo número consideravelmente mais baixo de ocorrências.

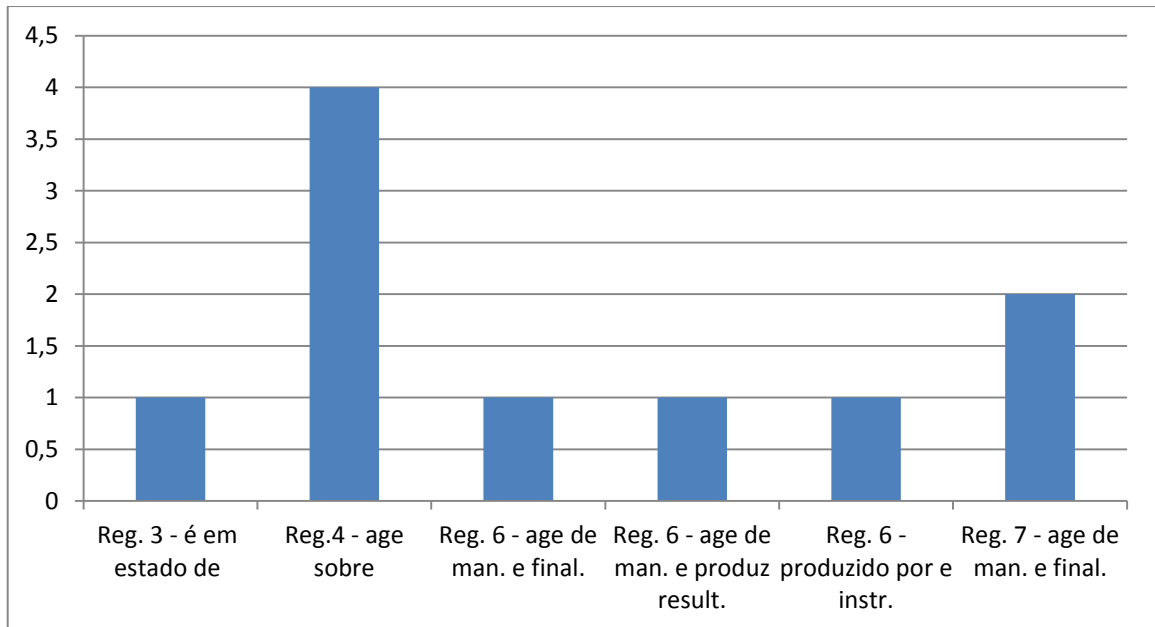


Gráfico 8 - UTCs de base deverbal sem alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.

Observa-se que as relações conceituais *age sobre* e *age de maneira*, tanto na regra de reconhecimento 1 quanto nas demais acima indicadas, é recorrente no *corpus*. Como as UTCs analisadas são todas de base deverbal, explica-se esta recorrência pela explicitação do argumento₂ oracional ou pela explicitação dos satélites de níveis 1 ou 2 oracionais que, em sua maioria, comportam-se como argumentos de maneira na UTC.

Passamos àquelas UTCs em que se observou modificação das funções semânticas dos argumentos oracionais no nível sintagmático. Vejamos as relações conceituais que sofreram alterações da passagem do nível sintagmático ao oracional observadas nas UTCs de nosso *corpus*.

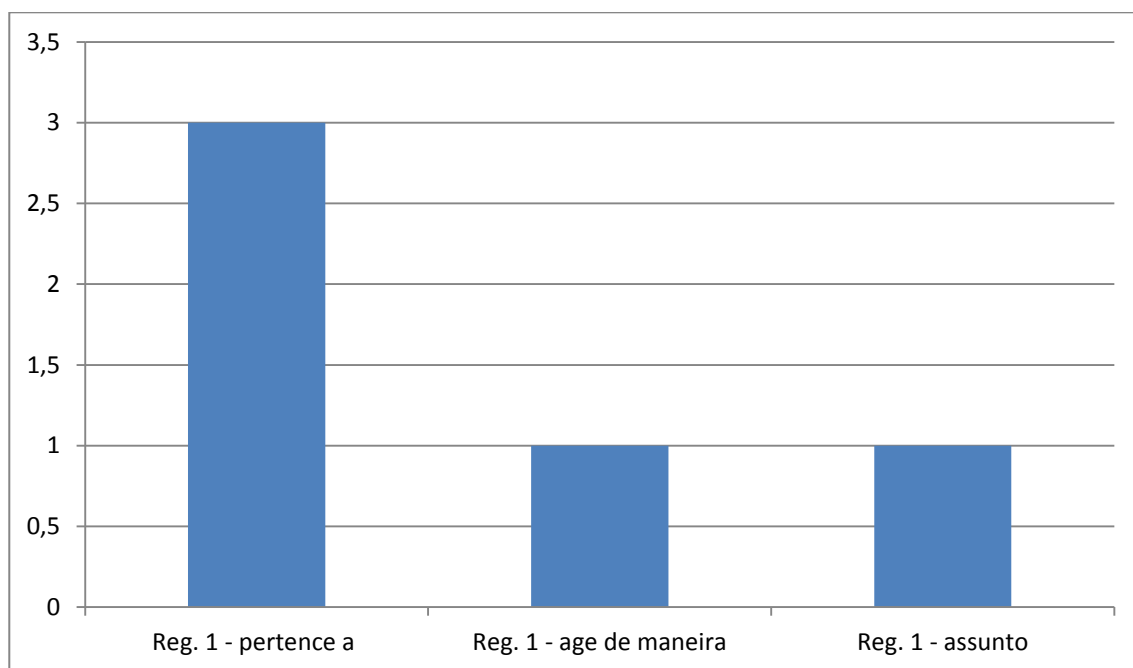


Gráfico 9 - UTCs do tipo $[\varphi [x_1]]$ de base deverbal com alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático.

Pode-se constatar, a partir da análise dos dados expressos no gráfico acima, que a maior ocorrência de alterações de funções semânticas refletidas nas relações conceituais na passagem do nível oracional ao sintagmático se deu nas relações conceituais de pertencimento, o que se explica pela necessidade de vincular uma entidade ou um processo a uma coletividade, um conjunto ou um agrupamento e de explicitar a maneira pela qual se dá determinada ação, respectivamente .

Por fim, conclui-se que, das 53 UTCs cujo processo de formação foi analisado nesta seção, somente em 5, ou seja, 9%, foram constatadas alterações das relações semânticas entre os elementos da UTC quando da passagem do nível oracional ao sintagmático. Tendo em

vista que não trabalhamos com um *corpus* muito vasto, não faremos maiores generalizações, mas seria possível considerar, de maneira preliminar, que existe uma tendência de manutenção do marco predicativo do predicado oracional quando o predicado é nominalizado e passa a ser a base da UTC, o que acarreta a manutenção das funções semânticas dos argumentos no nível sintagmático.

Havendo contrastado o ambiente de formação de UTCs oracional e os sintagmas já formados a partir da análise de predicação dikiana e das regras de reconhecimento propostas por Café (1999), passamos à análise das UTCs que não permitem um retorno à estrutura oracional, pelo fato de que, em sua maioria, o núcleo sintagmático da construção não seja deverbal.

4.2. Formação de UTCs de bases não deverbais

As UTCs criadas a partir da regra de formação termo-predicado dikiana serão apresentadas conforme as regras de reconhecimento propostas por Café (1999), subcategorizadas pelas descrições morfossintáticas e reunidas pelas relações semânticas estabelecidas entre seus elementos, quando for o caso. Nas seções subsequentes, apresentaremos aspectos que não foram observados no *corpus* de Café (1999), apontando novas possibilidades de regras de reconhecimento e descrições morfossintáticas das UTCs observadas em nosso *corpus* de UTCs.

4.2.1. Análise das regras de formação e das relações semânticas

Como mencionado anteriormente, partimos das regras de reconhecimento de Café (1999) para agrupar as UTCs e observar as regras de formação de termo-predicado do caso, além de indicar as relações semânticas estabelecidas entre os constituintes da construção. Analisaremos, especificamente, UTCs dos tipos:

- $[\varphi [x_1]]$
- $[[\varphi [x_1]] [y_1]]$
- $[\varphi [x_1[x_{1/1}]]]$

- $[\varphi [x_1 [x_{1/1} [x_{1/1/1}]]]]$
- $[\varphi [x_1] [x_2]]$
- $[\varphi [x_1] [x_{1/1}] [x_2 [x_{1/2}]]]$
- $[\varphi [x_1 [x_{1/1} [x_{1/1/1} [x_{1/1/1/1}]]]]]$
- $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2]]$

4.2.1.1. Regra 1 - $[\varphi [x_1]]$

Nesta subseção, observamos as UTCs do tipo $[\varphi [x_1]]$ classificadas conforme sua descrição morfossintática e as relações semânticas mantidas entre os elementos que as constituem.

i) $[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

As UTCs do padrão $[\varphi [x_1]]: [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$ apresentam as seguintes relações semânticas, que são subespecificações propostas por nós baseadas nas funções semânticas de Café (1999) das atribuições de propriedade dikianas: assunto, causa, classe, conformidade, estado, finalidade, forma, localização, maneira, pertencimento, posse, procedência, situação, tipo e valor. Vejamos, a seguir, um exemplo de análise das UTCs deste padrão:

UTC	carga unitizada
Definição ALADI	Sistema utilizado para transportar mercadorias que, sendo embaladas em pequenos volumes, consolida-se ou agrupa-se em um único recipiente de grande tamanho (container), com a finalidade de evitar que as mercadorias se destruam ou sejam subtraídas com facilidade e, ao mesmo tempo, para facilitar a manipulação e agilizar as operações de carga ou descarga.
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{carga}_N: \text{unitizada}_A)$
Regra geral de formação	$\{(\text{unitizada})_{[Propr.]}\} (\text{carga})\emptyset$
Relação semântica	Atribuição de propriedade

Quadro 28 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$.

Todas as UTCs indicadas como pertencentes a essa categoria, com exceção de “terceiro país” – como veremos a seguir –, seguem o modelo de regra de formação termo-predicado apresentado no quadro acima. Por exemplo, podemos observar, a partir da lista de UTCs deste grupo, que as construções abrangidas pela Regra 1 de reconhecimento de UTCs

proposta por Café (1999), cujas descrições morfossintáticas são do tipo [N[SA]] →[N[Adj]], em geral, apresentam bases estáticas, o que condiz com a divisão metodológica proposta na presente pesquisa.

Interpretando a análise feita para a UTC “carga unitizada”, pode-se ler que a estrutura do termo desta UTC é tal que a entidade de primeira ordem “carga”, modificada pelo operador de termo singular, tem seu potencial restringido pelo modificador adjetival “unitizada”. Em outras palavras, pode-se ler, “a carga é tal que é unitizada”.

No que se refere à regra geral de formação termo-predicado, propõe-se que, a partir dessa regra de formação, o termo “unitizada” passe a ser predicado de “carga”, estabelecendo uma relação semântica genérica de atribuição de propriedade, característica deste tipo de predicado não verbal de núcleo adjetival.

As UTCs desta categoria podem ser classificadas segundo especificações propostas por nós, baseadas nas funções semânticas de Café (1999), referentes às atribuições de propriedade dikianas.

a) Atribuição de propriedade: especificação “assunto”

<ul style="list-style-type: none"> • certificado fitossanitário • certificado sanitário • certificado zoossanitário • legislação aduaneira • legislação fitossanitária • legislação zoossanitária • medida fitossanitária • medida paratarifária • medida tarifária • nomenclatura tarifária • regime aduaneiro • requisito fitossanitário 	UTC	certificado fitossanitário
	Definição ALADI	Certificado oficial expedido por uma autoridade sanitária competente do país de origem, no qual se faz constar que o material vegetal inspecionado está isento de pragas.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : certificado _N : fitossanitário _A)
	Regra geral de formação	{(fitossanitário) _[Prop.] } (certificado _N)∅

Quadro 29 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade -“assunto”.

b) Atribuição de propriedade: especificação “causa”

UTC	taxa aduaneira
Definição ALADI	Pagamento por serviço prestado às mercadorias de importação/exportação (armazenagem, manuseio, etc.).
Estrutura do termo	(1x ₁ : taxa _N : aduaneira _A)

Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (taxa _N)∅
--------------------------------	---

Quadro 30 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa”.

c) Atribuição de propriedade: especificação “classe”

UTC	terceiro país
Definição ALADI	Países que não pertencem ao grupo de integração
Estrutura do termo	(1x ₁ : país _N : terceiro _A)
Regra geral de formação	{(terceiro) _[Prop.] } (país _N)∅

Quadro 31 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “classe”.

A UTC “terceiro país” não se enquadra totalmente na análise proposta, pois nos deparamos com o adjetivo anteposto ao substantivo. Assim, por mais que essa construção seja um exemplo da Regra 1 de reconhecimento de Café (1999), ela não é descrita por $[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$, mas sim por $[SA[N]] \rightarrow [Adj[N]]$. Não obstante, decidimos mantê-la nesta categoria por se tratar de uma exceção, não sendo observadas outras construções análogas a estas em nosso *corpus*. Vale lembrar que, no que se refere às estruturas do termo e às regras gerais de formação, em nosso nível de análise ainda não é relevante a ordem dos elementos no sintagma, mas somente a relação que se estabelece entre eles. Portanto, na formulação das estruturas subjacentes desta UTCs, essa anteposição não é marcada, pois, conforme Dik (1989, p. 125), na construção dos termos, os restritores são sucessivamente “acumulados” independentemente da ordem de superfície em que eles finalmente aparecerão nas expressões linguísticas.

d) Atribuição de propriedade: especificação “conformidade”

<ul style="list-style-type: none"> • formalidade aduaneira • posição tarifária • preferência por pontos • preferência tarifária 	UTC	formalidade aduaneira
	Definição ALADI	Conjunto de operações que devem fazer tanto a pessoa interessada como a Alfândega desde o ingresso das mercadorias no território aduaneiro até o momento em que são colocadas sob um regime aduaneiro.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : formalidade _N : aduaneira _A)

	Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (formalidade _N)∅
--	--------------------------------	--

Quadro 32 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_i]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “conformidade”.

e) Atribuição de propriedade: especificação “estado”

<ul style="list-style-type: none"> • direito definitivo • direito provisório • regime transitório • regime definitivo • representação permanente 	UTC	direito definitivo
	Definição ALADI	Direito antidumping ou compensatório, fixado pelo país importador após concluído, definitivamente, o processo de investigação.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : definitivo _A)
	Regra geral de formação	{(definitivo) _[Prop.] } (direito _N)∅

Quadro 33 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_i]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “estado”.

f) Atribuição de propriedade: especificação “finalidade”

<ul style="list-style-type: none"> • código tarifário • direito compensatório • estabelecimento quarentenário 	UTC	código tarifário
	Definição ALADI	Estrutura numérica indicada para a classificação das mercadorias, visando facilitar seu reconhecimento no comércio internacional
	Estrutura do termo	(1x ₁ : código _N : tarifário _A)
	Regra geral de formação	{(tarifário) _[Prop.] } (código _N)∅

Quadro 34 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_i]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “finalidade”.

g) Atribuição de propriedade: especificação “forma”

UTC	carga unitizada
Definição ALADI	Sistema utilizado para transportar mercadorias que, sendo embaladas em pequenos volumes, consolida-se ou agrupa-se em um único recipiente de grande tamanho (container), com a finalidade de evitar que as mercadorias se destruam ou sejam subtraídas com facilidade e, ao mesmo tempo, para facilitar a manipulação e agilizar as operações de carga ou descarga.
Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : unitizada _A) _{Propr.}

Regra geral de formação	{(unitizada) _[Prop.] } (carga)∅
--------------------------------	--

Quadro 35 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “forma”.

h) Atribuição de propriedade: especificação “localização”

UTC	subposição tarifária
Definição ALADI	Subgrupos em que são divididas as mercadorias de uma posição, sendo identificadas por 6 dígitos na Nomenclatura do Sistema Harmonizado.
Estrutura do termo	(1x ₁ : subposição _N : tarifária _A)
Regra geral de formação	{(tarifária) _[Prop.] } (subposição _N)∅

Quadro 36 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “localização”.

i) Atribuição de propriedade: especificação “maneira”

<ul style="list-style-type: none"> • arbitragem conferida • foro virtual • garantia pessoal • garantia real • preferencia percentual 	UTC	arbitragem conferida
	Definição ALADI	Decisão dos árbitros depois de escutar uma controvérsia. Essa decisão provém de um Tribunal, obrigando as partes.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : arbitragem _N : conferida _A)
	Regra geral de formação	{(conferida) _[Prop.] } (arbitragem _N)∅

Quadro 37 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “maneira”.

j) Atribuição de propriedade: especificação “pertencimento”

<ul style="list-style-type: none"> • direito aduaneiro • estrutura jurídica • estrutura organizacional • fração aduaneira • franquia aduaneira • fronteira aduaneira • jurisdição aduaneira • repartição aduaneira • tarifa aduaneira • território aduaneiro 	UTC	direito aduaneiro
	Definição ALADI	Conjunto de normas jurídicas codificadas que servem para regular o comércio exterior e as atividades desenvolvidas pelas pessoas na intervenção perante as Alfândegas.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : aduaneiro _A)
	Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (direito _N)∅

Quadro 38 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] →[N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “pertencimento”.

k) Atribuição de propriedade: especificação “posse”

<ul style="list-style-type: none"> • entrepasto aduaneiro • selo aduaneiro 	UTC	entrepasto aduaneiro
	Definição ALADI	Armazenamento de mercadorias em lugares designados para esses efeitos, sob o poder do Serviço de Alfândegas. São lugares físicos sob controle da alfândega para depositar mercadorias estrangeiras, seja como simples depósito ou para serem submetidas à transformação.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : entreposton _N : aduaneiro _A)
	Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] (entreposton _N)∅

Quadro 39 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] → [N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “posse”.

l) Atribuição de propriedade: especificação “procedência”

<ul style="list-style-type: none"> • fatura aduaneira • fatura comercial • fatura consular 	UTC	fatura aduaneira
	Definição ALADI	Documento solicitado pelo Serviço de Alfândegas de alguns países com características semelhantes à fatura comercial ou consular.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : fatura _N : aduaneira _A)
	Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] (fatura _N)∅

Quadro 40 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] → [N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “procedência”.

m) Atribuição de propriedade: especificação “situação”

UTC	praga quarentenária
Definição ALADI	Praga de importância econômica potencial para a área protegida, apesar de ainda não estar presente, ou se estiver não está amplamente disseminada, estando sob controle oficial.
Estrutura do termo	(1x ₁ : praga _N : quarentenária _A)
Regra geral de formação	{(quarentenária) _[Prop.] (praga _N)∅

Quadro 41 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [φ [x₁]] - [N[SA]] → [N[Adj]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “situação”.

n) Atribuição de propriedade: especificação “tipo”

<ul style="list-style-type: none"> • acordo multilateral • contribuição orçamentária • depósito franco • direito e imposto específicos • direito e imposto mistos • garantia específica • gravame residual • lista comum • mercado comum • nota complementar • patrimônio histórico • preferência residual • procedimento simplificado • produto similar • regime especial • regime restrito • regulamento técnico • tarifa convencional • tarifa diferencial • tarifa específica • valor normal • versão única • zona franca • zona primária 	UTC	acordo multilateral
	Definição ALADI	Acordos celebrados no âmbito jurídico institucional da OMC, aceitos e de caráter obrigatório para todos os países-membros deste organismo multilateral. Estes acordos são os pilares da Organização.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : acordo _N : multilateral _A)
	Regra geral de formação	{(multilateral) _[Prop.] } (acordo _N)∅

Quadro 42 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “tipo”.

Mencionamos a formalização proposta para as UTCs “direito e imposto específicos” e “direito e imposto mistos”, em que se observa, em nível sintagmático, a conjunção “e”. Seguindo o mesmo procedimento adotado para a análise das UTCs deverbais, formalizamos o conector por meio do símbolo lógico \wedge e atribuímos aos elementos coordenados o valor de um mesmo argumento. Abaixo, reproduzimos a análise proposta para a UTC “direitos e impostos específicos”, para fins de clareza:

UTC	direito e imposto específicos
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : direito _N : específico _A) b) (1x ₁ : imposto _N : específico _A) c) (1x ₁ : direito \wedge imposto _N : específicos _A)

Regra geral de formação	a) {(específico) _[Prop.] } (direito _N)∅ b) {(específico) _[Prop.] } (imposto _N)∅ c) {(específicos) _[Prop.] } (direito [^] imposto _N)∅
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”

Quadro 43 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “tipo” em “direito e imposto específicos”.

o) Atribuição de propriedade: especificação “valor”.

<ul style="list-style-type: none"> • crédito documentário • fatura documentária 	UTC	crédito documentário
	Definição ALADI	Convênio, seja qual for sua denominação ou descrição, em virtude do qual um Banco (Emissor), atuando a pedido e de conformidade com as instruções de um cliente (ordenador), deverá obrigar-se a efetuar um pagamento a um terceiro (beneficiário), ou a sua ordem, ou pagar, aceitar ou negociar as letras de câmbio (saques) liberados pelo beneficiário ou autorizar que esses pagamentos sejam efetuados ou que esses saques sejam pagos, aceitos ou negociados por outro banco, contra entrega dos documentos exigidos, desde que os termos e condições do crédito tenham sido cumpridos.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : crédito _N : documentário _A)
	Regra geral de formação	{(documentário) _[Prop.] } (crédito _N)∅

Quadro 44 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “valor”.

ii) $[N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$

Como já mencionado no Capítulo referente aos procedimentos metodológicos, as UTCs que possuem preposições em sua estrutura sintagmática foram agrupadas de acordo com as seguintes acepções apresentadas no dicionário Houaiss atualizadas pela relação semântica estabelecida entre os elementos relacionados nas UTCs: “aquilo do que é parte”, “assunto”, “autor”, “causa”, “constituição”, “finalidade”, “forma”, “inclusão em classe”, “instrumento”, “locativo”, “medida”, “posse”, “situação”. A seguir, apresentamos nossa proposta de classificação:

a) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “aquilo do que é parte”

UTC	equipamento do navio
Definição ALADI	Artigos não fornecidos nem restituídos, que leva a bordo um navio para seu uso, relativos à viagem e que sejam pertences móveis, mas não fungíveis, inclusive acessórios tais como botes, salva-vidas, âncoras, correntes, móveis, aparelhos e outros artigos semelhantes.
Estrutura do termo	(1x ₁ : equipamento _N : navio _N)
Regra geral de formação	{(navio) _[Prop.] } (equipamento _N)∅
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	de: 2.3. aquilo de que é parte. Ex.: maçaneta da porta

Quadro 45 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SP]] →[N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “aquilo do que é parte”.

b) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”

<ul style="list-style-type: none"> • acordo de complementação • certificado de conformidade • certificado de origem • certificado de seguro • comunicação de conformidade • conhecimento de embarque • declaração de mercadorias • direito de alfândega • lista de embalagem • lista de exceções • margem de preferência • princípio da reciprocidade 	de	UTC	acordo de complementação
	de	Definição ALADI	Acordos por setores industriais celebrados entre as Partes Contratantes do Tratado de Montevideú 1960 com a finalidade de facilitar a crescente integração de suas economias, especialmente no campo da produção industrial (Arts. 16 e 17 do TM 60 e Resolução n. 99 (IV) da Conferência). Esses acordos foram adequados à nova modalidade de acordos comerciais prevista pelo Tratado de Montevideú 1980 (CM/Resolução n. 1, art. 8).
	de	Estrutura do termo	(1x ₁ : acordo _N : complementação _N)
	de	Regra geral de formação	{(complementação) _[Prop.] } (acordo _N)∅

Quadro 46 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SP]] →[N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “assunto”.

c) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “autor”

<ul style="list-style-type: none"> • resolução da Conferência • resolução do Comitê • resolução do Conselho de Ministros 	UTC	resolução da Conferência
	Definição ALADI	Resoluções que adotam a Conferência com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros,

		exceto em algumas matérias para as quais não deve haver voto negativo (Art. 43 - TM80)
	Estrutura do termo	(1x ₁ : resolução _N : Conferência _N)
	Regra geral de formação	{(Conferência) _[Prop.] } (resolução _N)∅
	Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.2. o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões

Quadro 47 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SP]] → [N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “autor”.

Como apresentado no Capítulo de Procedimentos Metodológicos, reconheceu-se a UTC “resolução do Conselho de Ministros” pela Regra 1 de Café (1999), pois, sendo “Conselho de Ministros” um nome próprio— portanto excluído de nosso *corpus* de análise—, optou-se por tratá-lo como uma unidade lexical, seguindo critério semelhante ao empregado em locuções nominais. Abaixo, reproduzimos, para fins de clareza, análise desta UTC.

UTC	resolução do Conselho de Ministros
Definição ALADI	Resoluções que adota o Conselho com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros, exceto em algumas matérias para as quais não deve haver voto negativo (Art. 43 - TM 80).
Estrutura do termo	(1x ₁ : resolução _N : Conselho de Ministros _N)
Regra geral de formação	{(Conselho de Ministros) _[Prop.] } (resolução _N)∅
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.2 o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões

Quadro 48 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SP]] → [N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “autor” em “resolução do Conselho de Ministros”.

d) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “causa”

<ul style="list-style-type: none"> • direito à exportação • direito e imposto à exportação • direito e imposto à importação • efeito de migrantes 	UTC	direito à exportação
	Definição ALADI	É aquele gravame tarifário aplicado a todas ou a determinadas mercadorias no momento da exportação. Este é um tipo de tributo muito pouco usado no comércio internacional.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : exportação _N)
	Regra geral de formação	{(exportação) _[Prop.] } (direito _N)∅

	Sentido atualizado da preposição – Houaiss	a: 1.2 tempo. Ex.: a que horas?
--	---	---------------------------------

Quadro 49 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa”.

No que diz respeito à formalização proposta para as UTCs “direito e imposto à exportação” e “direito e imposto à importação”, observa-se, em nível sintagmático, a conjunção “e”. Seguindo o mesmo procedimento adotado em “liquidação de direitos e impostos”, formalizamos o conector por meio do símbolo lógico \wedge e atribuímos aos elementos coordenados o valor de um único elemento. Abaixo, reproduzimos a análise proposta para a UTC em questão, para fins de clareza:

UTC	direito e imposto à exportação
Definição ALADI	Direitos aduaneiros e todos os demais direitos, impostos ou encargos percebidos na exportação ou por ocasião da exportação de mercadorias, com exceção das taxas, cujo montante se limite ao custo aproximado dos serviços efetivamente prestados.
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{direito}_N: \text{exportação}_N)$ b) $(1x_1: \text{imposto}_N: \text{exportação}_N)$ c) $(1x_1: \text{direito} \wedge \text{imposto}_N: \text{exportação}_N)$
Regra geral de formação	a) $\{(\text{exportação})_{[Prop.]}\} (\text{direito}_N)\emptyset$ b) $\{(\text{exportação})_{[Prop.]}\} (\text{imposto}_N)\emptyset$ c) $\{(\text{exportação})_{[Prop.]}\} (\text{direito} \wedge \text{imposto}_N)\emptyset$
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a: 1.2 tempo. Ex.: a que horas?

Quadro 50 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “causa” em “direito e imposto à exportação”.

No que diz respeito à acepção da preposição atualizada nas UTCs “direito à exportação”, “direito e imposto à exportação” e “direito e imposto à importação” e à relação semântica observada, propomos a seguinte interpretação: a preposição “a” expressa um sentido “temporal”, que poderia, por exemplo, ser lido na UTC “direito e imposto à exportação” como “direito e imposto aplicado no momento da exportação”. Partindo daí, podemos propor a leitura “direito e imposto aplicado por exportação”, levando em consideração a acepção 8 desta preposição indicada no dicionário Houaiss, qual seja, “durante o espaço de tempo de, no período de”. Assim, defendemos que a preposição “por” passou por um processo de abstratização semântica nestas UTCs, passando de um emprego temporal para um uso nocional, ao veicular a noção de “causa”.

e) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “constituição”

<ul style="list-style-type: none"> • área de preferências • categoria de países 	UTC	área de preferências
	Definição ALADI	Para o cumprimento das funções básicas da Associação, os países-membros instituíram uma área de preferências econômicas, integradas por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial.
	Estrutura do termo	$(1x_1: \text{área}_N: \text{preferências}_N)_{\text{Propr.}}$
	Regra geral de formação	$\{(\text{preferências})_{[\text{Propr.}]}\} (\text{área})\emptyset$
	Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.11. constituição. Ex.: comissão de alunos

Quadro 51 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[\text{SP}]] \rightarrow [N[\text{P} + (\text{D}) + \text{N}]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “constituição”.

f) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”

<ul style="list-style-type: none"> • depósito de exportação • direito de importação • grupo de trabalho • meio de transporte • plano de ação • preço de referência 	UTC	depósito de exportação
	Definição ALADI	Sistema utilizado com o objetivo de armazenar mercadorias destinadas à exportação ou ao rancho, ficando livres de gravames aduaneiros e de outros tributos exigidos no comércio interno.
	Estrutura do termo	$(1x_1: \text{depósito}_N: \text{exportação}_N)$
	Regra geral de formação	$\{(\text{exportação})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{depósito}_N)\emptyset$
	Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.4 finalidade. Ex.: vestido de festa

Quadro 52 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[\text{SP}]] \rightarrow [N[\text{P} + (\text{D}) + \text{N}]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “finalidade”.

g) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “forma”

UTC	carga a granel
Definição ALADI	Termo náutico usado quando um navio recebe sua carga solta ou a granel.
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{área}_N: a \text{ granel}_N)_{\text{Propr.}}$
Regra geral de formação	$\{(a \text{ granel})_{[\text{Propr.}]}\} (carga)\emptyset$
Comentário	Incluiu-se a preposição “a” nas estruturas subjacentes por ser parte da locução “a granel”. • a g. 1 sem qualquer embalagem ou acondicionamento. Ex.: carga a g. (HOUAISS)

Quadro 53 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\phi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “forma”.

Vale mencionar que na análise da UTC “carga a granel”, incluiu-se a preposição “a” nas formalizações da estrutura do termo e da representação da regra geral de formação do termo, pois, como “a granel” é uma locução, partimos do princípio de que a mesma é uma unidade do repertório lexical dos falantes, conforme os preceitos dikianos expostos no Capítulo 2.

h) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “inclusão em uma classe”

UTC	países-membros da ALADI
Definição ALADI	São países-membros da Associação: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
Estrutura do termo	$(plx_1: \text{país:membr}_N: \text{ALADI}_N)$
Regra geral de formação	$\{(\text{ALADI})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{países-membros}_N)\emptyset$
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.7. inclusão numa classe. Ex.: sócio do clube

Quadro 54 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\phi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “inclusão em uma classe”.

i) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “instrumento”

UTC	unidade de carga
Definição ALADI	Parte do equipamento de transporte que seja adequado para a unitização de mercadorias que devam ser transportadas e que permita seu movimento completo durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Consideram-se como unidades de carga, entre outros, os containers em geral, os containers chatos (flat containers), as palhetas, as eslingas e qualquer outro equipamento de transporte que se ajuste à definição anterior. (Ver containers)
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{unidade}_N: \text{carga}_N)$

Regra geral de formação	{(carga) _[Propr.] } (unidade _N)∅
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.14. instrumento, órgão ou dispositivo de manejo de uma coisa. Ex.: carrinho de mão, instrumento de percussão

Quadro 55 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [∅ [x₁]] - [N[SP]] →[N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “instrumento”.

j) Locativo

<ul style="list-style-type: none"> • carga em coberta • valor em alfândega 	UTC	carga em coberta
	Definição ALADI	Carga transportada em coberta. Qualquer embarque sobre coberta está sujeito às regulações da Câmara de Comércio e a um acordo especial com o embarcador. O transporte em coberta, normalmente, não constitui armazenagem.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : coberta _N) _{Loc.}
	Regra geral de formação	{(coberta) _[Loc.] } (carga)∅
	Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.2. lugar Ex.: estar em casa

Quadro 56 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo [∅ [x₁]] - [N[SP]] →[N[P + (D) + N]]: relação semântica de locativo.

Chamamos a atenção para o fato de que, nestas UTCs, a relação semântica observada entre os elementos é de locativo, e não de atribuição de propriedade, pelo fato de o predicado ser caracterizado por um termo locativo, conforme Dik (1989, p.180).

k) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “medida”

<ul style="list-style-type: none"> • carga em toneladas • peso bruto em quilogramas 	UTC	carga em toneladas
	Definição ALADI	Capacidade de transporte de um navio medida em toneladas de 40 pés cúbicos.
	Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : toneladas _N) _{Propr.}
	Regra geral de formação	{(toneladas) _[Propr.] } (carga)∅
	Sentido atualizado da preposição –	em: 1.8. equivalência e valor. Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais

	Houaiss	
--	----------------	--

Quadro 57 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “medida”.

No que diz respeito à UTC “peso bruto em quilogramas”, mantemos o critério de, caso algum elemento da UTC seja catalogado como uma locução, considerar o mencionado elemento uma unidade. Portanto, como “peso bruto” é, conforme o dicionário Houaiss, uma locução, no presente trabalho consideramos tal locução a base da UTC, adaptando-nos à regra 1 de reconhecimento proposta por Café (1999). Reproduzimos a seguir a análise, para fins de clareza:

UTC	peso bruto em quilogramas
Definição ALADI	Quantidade de mercadorias em quilogramas líquidos. É o peso das mercadorias incluindo todas suas embalagens, com exclusão do equipamento utilizada para o transporte.
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{peso bruto}_N: \text{quilogramas}_A)$
Regra geral de formação	$\{(\text{quilogramas})_{[Prop.]}\} (\text{peso bruto}_N)\emptyset$
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.8. equivalência e valor. Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais

Quadro 58 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de atribuição de propriedade - “medida” em “peso bruto em quilogramas”.

1) Posse

<ul style="list-style-type: none"> • administração de alfândega • depósito de alfândega 	UTC	administração de alfândega
	Definição ALADI	O serviço da administração responsável pela aplicação da legislação aduaneira e pela arrecadação dos direitos e impostos e, também, pela aplicação de outras leis e regulamentos referentes à importação, exportação, circulação ou depósito de mercadorias.
	Estrutura do termo	$(1x_1: \text{administração}_N: \text{alfândega}_N)$
	Regra geral de formação	$\{(\text{alfândega})_{[Prop.]}\} (\text{administração}_N)\emptyset$

Quadro 59 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1]] - [N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$: relação semântica de posse.

Nestas UTCs, a relação semântica observada entre os elementos é de posse, e não de atribuição de propriedade, pelo fato de o predicado ser caracterizado por um termo possessivo, conforme Dik (1989, p.180).

m) Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “situação”

UTC	carga de trânsito
Definição ALADI	Qualquer tipo de mercadorias transportadas em um navio, exceto a exclusão feita no conceito "Carga", que continua a bordo do navio com destino a outro ponto.
Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : trânsito _N) P _{opr.}
Regra geral de formação	{(trânsito) _[Propr.] } (carga)∅
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.3. maneira de ser, estado, modo. Ex.: viver em paz, andar em andrajos, cabelos em ondas de: 1.8. modo Ex.: sair de fininho

Quadro 60 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁]] - [N[SP]] → [N[P + (D) + N]]: relação semântica de atribuição de propriedade - “situação”.

Justificamos nossa proposta de relação semântica de “carga de trânsito” pelo fato de que, baseados na definição apresentada no glossário da ALADI, seria possível, sem alteração de sentido, substituir a preposição “de”, que, sob nosso ponto de vista, está em um emprego genérico de “modo” na UTC em questão, pela preposição “em”, mantendo a acepção de “modo”, mas acrescentando o matiz de “estado”. Como a propriedade “de trânsito” é provisória, cessando no momento da chegada ao ponto de destino, decidimos denominar esta relação semântica “situação”.

4.2.1.2. Regra 2 - [[φ [x₁]] [y₁]]

A partir desta subseção, tendo em vista que as UTCs em análise apresentam mais de uma relação semântica por serem formadas por três ou mais elementos, continuaremos apresentando as UTCs a partir das regras de reconhecimento de Café e de sua descrição morfossintática, não mais as ordenando pelas relações semânticas observadas. Vejamos as UTCs do tipo [[φ [x₁]] [y₁]] de nosso *corpus*:

i) [[N[SP]] [SAdv]] → [N[P + (D) + N]] [Loc Adv]]

<ul style="list-style-type: none"> • custo do frete em dólares • custo do seguro em 	UTC	custo do frete em dólares
	Definição	Custo do transporte das

dólares	ALADI	mercadorias do porto, aeroporto ou lugar de embarque até o porto, aeroporto ou lugar de destino, expresso em dólares.
	Estrutura do termo	a) (1x ₁ : custo _N : frete _N) b) (1x ₁ : custo: frete _N : dólares _N)
	Regra geral de formação	a) {(frete) _[Prop.] } (custo _N)∅ b) {(dólares) _[Prop.] } (custo: frete _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “posse” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “medida, valor”
	Sentido atualizado da preposição – Houaiss	a) de: 2.1. possuidor Ex.: a casa (é) dos pais b) em: 1.8. equivalência e valor Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais

Quadro 61 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [[φ [x₁] [y₁]] - [[N[SP]] [SAdv]] →[N[P + (D) + N]] [Loc Adv]].

Vale mencionar que as 2 UTCs desta categoria apresentam as mesmas relações semânticas, quais sejam, de “posse” e de “medida, valor”, além de serem as únicas de nosso *corpus* em que se observa que, conforme regra de reconhecimento proposta por Café (1999), os elementos à direita da base são satélites. Assim, das 148 UTCs cujo processo de formação foi analisado pela regra de formação termo-predicado, somente “custo do frete em dólares” e “custo do seguro em dólares” poderiam ser consideradas exemplos de UTCs com satélites, o que indica que este fenômeno não é usual na formação de UTCs.

4.2.1.3. Regra 4 - [φ [x₁[x_{1/1}]]]

As UTCS do tipo [φ [x₁[x_{1/1}]]] são divididas conforme as descrições morfossintáticas [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]], [N [SP [SA]]] →[N[P + (D) + N [Adj]]] e [N [SP [SP]]] →[N[P + N[P+(D)+N]]], sendo que, para cada uma das classificações, são indicadas as relações semânticas observadas nas UTCs. Vejamos, primeiramente, as UTCs cuja descrição morfossintática corresponde a [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]]:

i) [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]]

A seguir, um exemplo de análise:

UTC	regime geral de origem
Definição ALADI	Conjunto de disposições e origem das mercadorias (ALADI/Resolución 78 y ALADI/CR/Acuuerdo 91)
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : regime _N : geral _A) b) (1x ₁ : regime:geral _N : origem _N)
Regra geral de formação	a) {(geral) _[Prop.] } (regime _N)∅ b) {(origem) _[Prop.] } (regime:geral _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	de:1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos

Quadro 62 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁[x_{1/1}]]] - [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]].

Indicamos as demais UTCs deste grupo, apontando as relações semânticas entre seus constituintes:

barreira técnica ao comércio	Regra geral de formação	a) {(técnica) _[Prop.] } (barreira _N)∅ b) {(comércio) _[Prop.] } (barreira técnica _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “maneira” b) antecedendo complemento nominal
órgão político da Associação	Regra geral de formação	a) {(político) _[Prop.] } (órgão _N)∅ b) {(Associação) _[Prop.] } (órgão político _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “inclusão em classe” b) atribuição de propriedade: especificação “pertencimento”
estrutura orgânica da Secretaria	Regra geral de formação	a) {(orgânica) _[Prop.] } (estrutura) _N ∅ b) {(Secretaria) _[Poss.] } (estrutura orgânica _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) posse

Quadro 63 - Análise das demais UTCs de base não deverbal do tipo [φ [x₁[x_{1/1}]]] - [N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]].

Cabe mencionar, como indicado em procedimentos metodológicos, que as preposições que introduzem complementos nominais, como se observa em “barreira técnica ao comércio”, não são consideradas como semanticamente significativas, portanto, não serão analisadas por nós como reflexos das relações semânticas estabelecidas entre os elementos.

Além disso, apontamos que, na UTC “estrutura orgânica da Secretaria”, não se observa somente a relação semântica de “atribuição de propriedade”, mas também a relação semântica de “posse” explicitada no uso genitivo da preposição “de”.

ii) [N [SP [SA]]] →[N[P + (D) + N [Adj]]]

Exemplo de análise:

UTC	acordo de alcance parcial
Definição ALADI	Acordos dos quais não participa a totalidade dos países-membros Variante: acordo parcial
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A)
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande

Quadro 64 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁[x_{1/t}]]] - [N [SP [SA]]] →[N[P + (D) + N [Adj]]].

Na sequência, indicamos a regra geral de formação das UTCs deste grupo e as relações semânticas mantidas entre seus elementos:

acordo de alcance regional	Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(regional) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo”
amostra com valor comercial	Regra geral de formação	a) {(comercial) _[Prop.] } (valor _N)∅ b) {(valor : comercial) _[Prop.] } (amostra _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “tipo” b) atribuição de propriedade – especificação, explicitada por preposição, “conteúdo”;
amostra sem valor comercial	Regra geral de formação	a) {(comercial) _[Prop.] } (valor _N)∅ b) {(valor : comercial) _[Prop.] } (amostra _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “privação”.
certificado de origem digital	Regra geral de formação	a) {(origem) _[Prop.] } (certificado _N)∅ b) {(digital) _[Prop.] } (certificado : origem _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto” b) atribuição de propriedade: especificação “maneira”

lista de vantagens não extensivas	Regra geral de formação	a) {(não extensivas) _[Prop.] } (vantagens _N)∅ b) {(vantagens : não extensivas) _[Prop.] } (lista _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
objeto de uso pessoal	Regra geral de formação	a) {(pessoal) _[Prop.] } (uso _N)∅ b) {(uso : pessoal) _[Prop.] } (objeto _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”
país de desenvolvimento intermediário	Regra geral de formação	a) {(intermediário) _[Prop.] } (desenvolvimento _N)∅ b) {(desenvolvimento: intermediário) _[Prop.] } (país _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular”
presente no tráfego postal	Regra geral de formação	a) {(postal) _[Prop.] } (tráfego _N)∅ b) {(tráfego : postal) _[Loc.] } (presente _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “assunto” b) Locativo
ramo de produção nacional	Regra geral de formação	a) {(nacional) _[Prop.] } (produção _N)∅ b) {(produção : nacional) _[Prop.] } (ramo _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “localização” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
regime de depósito aduaneiro	Regra geral de formação	a) {(aduanheiro) _[Prop.] } (depósito _N)∅ b) {(depósito: aduanheiro) _[Prop.] } (regime _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “posse” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
zona de livre comércio	Regra geral de formação	a) {(livre) _[Prop.] } (comércio _N)∅ b) {(comércio : livre) _[Prop.] } (zona _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “constituição”
zona de preferências econômicas	Regra geral de formação	a) {(econômicas) _[Prop.] } (preferências _N)∅ b) {(preferências : econômicas) _[Prop.] } (zona _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “constituição”

Quadro 65 - Análise das demais UTCs de base não deverbal do tipo [φ [x₁[x_{1/1}]] - [N [SP [SA]]] → [N[P + (D) + N [Adj]]].

No que diz respeito à UTC “zona de livre comércio”, seguimos o mesmo procedimento adotado em “terceiro país”, que não se enquadra totalmente na categoria proposta em razão da anteposição do adjetivo. Assim, por mais que “zona de livre comércio” seja exemplo da Regra 4 de reconhecimento de Café (1999), ela não é descrita por [N [SP [SA]]] →[N[P + (D) + N [Adj]]], mas sim por [N [SP [N]]] →[N[P + (D) + Adj [N]]] . Não obstante, decidimos mantê-la nesta categoria por se tratar de uma exceção, não sendo observadas outras construções análogas a estas em nosso *corpus* no que se refere à Regra 4. Vale lembrar que, no que que respeito às estruturas do termo e às regras gerais de formação, em nosso nível de análise ainda não é relevante a ordem dos elementos no sintagma, somente a relação que se estabelece entre eles. Portanto, na formulação das estruturas subjacentes dessas UTCs, essa anteposição não é marcada.

iii) [N [SP [SP]]] →[N[P + N[P+(D)+N]]]

Vejam, a seguir, um exemplo de análise de UTCs deste grupo:

UTC	critério de classificação do Conselho de Cooperação Aduaneira
Definição ALADI	Decisão sobre a classificação de uma mercadoria determinada, adotada pelo Comitê do Sistema Harmonizado e homologada pelo Conselho de Cooperação Aduaneira.
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : critério _N : classificação _N) b) (1x ₁ : critério: classificação _N : Conselho de Cooperação Aduaneira)
Regra geral de formação	a) {(classificação) _[Prop.] } (critério _N)∅ b) {(Conselho de Cooperação Aduaneira) _[Poss.] } (critério: classificação _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “autor”
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	de: a) 2.4. finalidade. Ex.: vestido de festa. b) 2.2o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões

Quadro 66 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [∅ [x₁[x_{1/1}]]] - [N [SP [SP]]] →[N[P + N[P+(D)+N]]].

A seguir, indicamos a regra geral de formação das UTCs deste grupo e as relações semânticas mantidas entre seus elementos:

fundo de capital de trabalho	Regra geral de formação	a) {(capital) _[Prop.] } (fundo _N)∅ b) {(trabalho) _[Prop.] } (capital _N)∅ c) {(capital: trabalho) _[Prop.] } (fundo _N)∅
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, conteúdo b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, finalidade c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, conteúdo
lista de abertura de mercados	Regra geral de formação	a) {(mercados) _[Prop.] } (abertura _N)∅ b) {(abertura:mercados) _[Prop.] } (lista _N)∅
	Relação semântica	a) antecedendo complemento nominal b) atribuição de propriedade: assunto
lugar para frete de contêineres	Regra geral de formação	a) {(contêineres) _[Prop.] } (frete _N)∅ b) {(frete:contêineres) _[Prop.] } (lugar _N)∅
	Relação semântica	a) antecedendo complemento nominal b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”

Quadro 67 - Análise das demais UTCs de base não deverbal do tipo [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]] - [N [SP [SP]]] → [N[P + N[P+(D)+N]]].

Na UTC “fundo de capital de trabalho”, nós nos deparamos com uma situação especial, em que, na constituição desta UTC, há duas possíveis leituras da relação entre elementos explicitadas na representação da regra geral de formação, quais sejam, do segundo modificador com a base e do terceiro modificador com ambos ((X+Y)+Z) ou dos dois modificadores e de ambos com a base (X+(Y+Z)), seguindo a proposta de Sager (1993), apresentada no Capítulo de procedimentos metodológicos. Desta forma, tentou-se refletir esta fenômeno da representação da regra geral de formação da UTC pelo acréscimo da linha{(capital)_[Prop.]} (fundo_N)∅.

4.2.1.4. Regra 5 [φ [x_1 [$x_{1/1}$ [$x_{1/1/1}$]]]]

Nesta subseção, analisamos a UTC “cláusula da nação mais favorecida”, representada pela seguinte descrição morfosintática:

i) [N [SP [SAdv[SA]]]] → [N[P +N [[Adv [Adj]]]]]

Vejamos a análise correspondente:

UTC	cláusula da nação mais favorecida
Definição ALADI	No âmbito de um acordo comercial, é o princípio que dispõe que toda vantagem, favor, privilégio ou imunidade concedida

	por um país a produtos originários de outro país ou a ele destinados será estendido, imediata e incondicionalmente, a qualquer produto similar, originário do território de todos os demais países-membros desse acordo. Este princípio está consagrado no Artigo I do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : mais _{Adv} : favorecida _A) b) (1x ₁ : nação _N : mais:favorecida _A) c) (1x ₁ : cláusula _N : nação: mais: favorecida _N)
Regra geral de formação	a) {(favorecida) _[Prop.] } (mais _{Adv})∅ b) {(mais favorecida) _[Prop.] } (nação _N)∅ c) {(nação mais favorecida) _[Prop.] } (cláusula _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: - especificação “intensidade” b) atribuição de propriedade: - especificação “paciente” c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos

Quadro 68 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo $[\varphi[x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}]]]] - [N [SP [SAdv[SA]]]] \rightarrow [N[P +N [[Adv [Adj]]]]]$.

4.2.1.5. Regra 6 - $[\varphi [x_1][x_2]]$

Neste grupo, reunimos as UTCs do tipo $[\varphi [x_1][x_2]]$ com a seguinte descrição morfossintática: $[N [SA [SA]]] \rightarrow [N[Adj[Adj]]]$. Depois de apresentado um exemplo de análise, listaremos as demais UTCs deste grupo, indicando as regras gerais de formação e as relações semânticas observadas de cada uma delas.

i) $[N [SA [SA]]] \rightarrow [N[Adj[Adj]]]$

Exemplo de análise:

UTC	entreposto aduaneiro industrial
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite introduzir em um recinto sob controle aduaneiro, com suspensão do pagamento dos gravames à importação, certas mercadorias destinadas a serem reexportadas dentro de um prazo estabelecido, após terem sofrido transformação, elaboração ou reparação determinada.
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : entreposto _N : aduaneiro _A) b) (1x ₁ : entreposto aduaneiro _N : industrial _A)
Regra geral de formação	a) {(aduaneiro) _[Prop.] } (entreposto _N)∅ b) {(industrial) _[Prop.] } (entreposto aduaneiro _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “posse” b) atribuição de propriedade – especificação “finalidade”

Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x1][x2]]	[N [SA [SA]]] → [N[Adj[Adj]]]
---	----------------------------------	-------------------------------

Quadro 69 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x1][x2]]- [N [SA[SA]]] → [N[Adj[Adj]]]

Indicamos a regra geral de formação das UTCs deste grupo e as relações semânticas mantidas entre seus elementos:

obrigação tributária aduaneira	Regra geral de formação	a) {(tributária) _[Prop.] } (obrigação _N) \emptyset b) {(aduaneira) _[Prop.] } (obrigação tributária _N) \emptyset
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “causa” b) atribuição de propriedade - especificação “causa”
preferência tarifária regional	Regra geral de formação	a) {(tarifária) _[Prop.] } (preferência _N) \emptyset b) {(regional) _[Prop.] } (preferência tarifária _N) \emptyset
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “conformidade” b) atribuição de propriedade - especificação “localização”
regime territorial especial	Regra geral de formação	a) {(territorial) _[Prop.] } (regime _N) \emptyset b) {(especial) _[Prop.] } (regime territorial _N) \emptyset
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “assunto” b) atribuição de propriedade – especificação “tipo”
tarifa externa comum	Regra geral de formação	a) {(externa) _[Prop.] } (tarifa _N) \emptyset b) {(comum) _[Prop.] } (tarifa:externa _N) \emptyset
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade - especificação “tipo”

Quadro 70 - Análise das demais UTC de base não deverbal do tipo [φ [x1][x2]]- [N [SA[SA]]] → [N[Adj[Adj]]].

4.2.1.6. Regra 9 - [φ [x1[x1/1]] [x2 [x1/2]]]

Neste grupo, reunimos as 3 UTCs do tipo [φ [x1[x1/1]] [x2[x1/2]]] encontradas em nosso *corpus* com as seguintes descrições morfossintáticas: [N [SP[SA]] [SP[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]] e [N [SP[SA]] [SP[SP]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]. Depois de apresentado os exemplos de análise correspondentes, indicamos as demais UTCs desta categoria, apontando a regra geral de formação e as relações semânticas observadas.

i) [N [SP[SA]] [SP[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]]

Vejamos a análise proposta:

UTC	acordo de alcance parcial de complementação econômica
Definição ALADI	Acordos que têm por objetivo, entre outros, promover o máximo aproveitamento dos fatores de produção e estimular a complementação econômica. Variante: acordo de complementação econômica.
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : complementação _N) d) (1x ₁ : acordo: alcance: parcial: complementação _N : econômica _A)
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(complementação) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅ d) {(econômica) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial: complementação _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto - processo” d) atribuição de propriedade: especificação “ assunto - paciente”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande

Quadro 71 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do tipo [φ [x₁[x_{1/1}]] [x₂ [x_{1/2}]]] - [N [SP[SA]] [SP[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]].

ii) [N [SP[SA]] [SP[SP]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]

UTC	acordo de alcance parcial de promoção do comércio
Definição ALADI	Acordos que são referentes a matérias não tarifárias e que visam promover as correntes do comércio intra-regional. Variante: acordo de promoção do comércio
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : promoção _N) d) (1x ₁ : acordo: alcance: parcial: promoção _N : comércio _N)
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(promoção) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅ d) {(comércio) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial: promoção _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto -

	processo” d) atribuição de propriedade: especificação “ assunto - paciente”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande

Quadro 72 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2[x_{1/2}]]] - [N [SP[SA]] [SP [SP]]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]$.

Como mencionado, indicamos a regra geral de formação da outra UTC desta categoria e as relações semânticas observadas entre seus elementos:

acordo de alcance regional de abertura de mercados	Regra geral de formação	a) $\{(alcance)_{[Prop.]}\} (acordo_N)\emptyset$ b) $\{(regional)_{[Prop.]}\} (acordo: alcance_N)\emptyset$ c) $\{(abertura)_{[Prop.]}\} (acordo: alcance:regional_N)\emptyset$ d) $\{(mercados)_{[Prop.]}\} (acordo: alcance:regional: abertura_N)\emptyset$
	Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto - processo” d) atribuição de propriedade: especificação “assunto - paciente”

Quadro 73 - Análise das demais UTCs de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2 [x_{1/2}]]] - [N [SP[SA]] [SP [SP]]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]$.

4.2.1.7. Regra - $[\varphi [x_1 [x_{1/1} [x_{1/1/1} [x_{1/1/1/1}]]]]$

Nesta subseção, analisamos a UTC “país de menor desenvolvimento econômico relativo”, representada pela seguinte descrição morfossintática:

i) $[N [SP [SN[SA[SA]]]]] \rightarrow [N[P +Adj[N [Adj [Adj]]]]]$

UTC	país de menor desenvolvimento econômico relativo
Definição ALADI	Uma das três categorias de países estabelecida para efeitos da aplicação dos tratamentos diferenciais previstos no Tratado de Montevideu 1980 (Arts.3, 15 - TM 80). Estão compreendidos nesta categoria: Bolívia, Equador e Paraguai.
Estrutura do termo	a) $(1x_1: desenvolvimento_N: econômico_A)$ b) $(1x_1: desenvolvimento : econômico_N: relativo_A)$ c) $(1x_1: menor_A: desenvolvimento: econômico: relativo_N)$ d) $(plx_1: país_N: menor: desenvolvimento: econômico:$

	relativo _A)
Regra geral de formação	a) {(econômico) _[Prop.] } (desenvolvimento _N)∅ b) {(relativo) _[Prop.] } (desenvolvimento: econômico _N)∅ c) {(menor) _[Prop.] } (desenvolvimento: econômico: relativo _N)∅ d) {(menor: desenvolvimento: econômico : relativo) _[Prop.] } (países _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade - especificação “tipo” c) atribuição de propriedade - especificação “intensidade” d) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande

Quadro 74 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1 [x_{1/1} [x_{1/1/1} [x_{1/1/1/1}]]]]$
- $[N [SP [SN[SA[SA]]]]] \rightarrow [N[P + Adj[N [Adj [Adj]]]]]$.

4.2.1.8. Regra - $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2]]$

Neste grupo, reunimos as 2 UTCs do tipo $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2]]$ encontradas em nosso *corpus* com as seguintes descrições morfosintáticas: $[N [SP[SA]] [SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [Adj]]$ e $[N [SP [SA]] [SP]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+ N]]$. Vejamos as análises propostas:

i) $[N [SP[SA]] [SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [Adj]]$

UTC	acordo de alcance parcial agropecuário
Definição ALADI	Acordos de alcance parcial que têm por objetivo, entre outros, fomentar e regular o comércio agropecuário intra-regional. Variante: acordo agropecuário.
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : agropecuário _A)
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(agropecuário) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande

Quadro 75 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbais do tipo $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2]]$ - $[N [SP[SA]] [SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [Adj]]$.

ii) [N [SP [SA]] [SP]] → [N[P+N[Adj]] [P+ N]]

UTC	acordo de alcance parcial de renegociação
Definição ALADI	Acordos de alcance parcial nos quais foram renegociadas as concessões outorgadas ao amparo dos mecanismos do Tratado de Montevideu 1960, incorporando-as ao novo esquema de integração. Variante: acordo de renegociação
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : renegociação _N)
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(renegociação) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a) de: 2.8. característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande c) de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos

Quadro 76 - Exemplo de análise de UTC de base não deverbal do [φ [x₁[x_{1/1}]] [x₂]] - [N [SP [SA]] [SP]] → [N[P+N[Adj]] [P+ N]].

Finalizada a análise da formação de UTCs de base não deverbal, observando as relações semânticas estabelecidas entre seus elementos, com base nas propostas de Dik (1989) e Café (1999), passamos à seção referente a algumas propostas originadas da observação de nosso *corpus* relativamente aos estudos de Café (1999).

4.2.2. Novas observações em relação às propostas de Café (1999) partindo de UTCs de base não deverbal

Nesta seção, a exemplo da seção 4.1.3., iremos apresentar novas possibilidades de regras de reconhecimento e descrições morfossintáticas das UTCs criadas por meio da regra de formação termo-predicado observadas em nosso *corpus*.

4.2.2.1. Novas regras para reconhecimento de UTCs de base não deverbais do *corpus*

As novas regras de reconhecimento de UTCs observadas em três unidades de nosso *corpus* são as seguintes:

[φ [x_1 [$x_{1/1}$ [$x_{1/1/1}$ [$x_{1/1/1/1}$]]]]]	país de menor desenvolvimento econômico relativo
[φ [x_1 [$x_{1/1}$]] [x_2]]	acordo de alcance parcial agropecuário acordo de alcance parcial de renegociação

Quadro 77 - Novas regras para reconhecimento de UTCs de base não deverbais do *corpus*.

A primeira regra apresentada no quadro nada mais é do que a expansão do argumento $x_{1/1/1}$ da Regra 5 proposta por Café (1999), qual seja, Regra 5 [φ [x_1 [$x_{1/1}$ [$x_{1/1/1}$]]]]. Já a segunda regra é a expansão do primeiro argumento da Regra 2 [φ [x_1][x_2]] proposta pela estudiosa.

4.2.2.2. Novas descrições morfossintáticas de UTCs de base não deverbais do *corpus*

No que diz respeito às possibilidades de descrições morfossintáticas não observadas no *corpus* de Café (1999), apontamos, no quadro a seguir, as UTCs em análise, as regras de reconhecimento propostas para cada uma delas e, finalmente, as descrições morfossintáticas propostas por nós.

acordo de alcance parcial agropecuário	[φ [x_1 [$x_{1/1}$]] [x_2]]	[N [SP[SA]] [SA]] → [N[P+N[Adj]] [Adj]]
acordo de alcance parcial de renegociação	[φ [x_1 [$x_{1/1}$]] [x_2]]	[N [SP [SA]] [Adj]] → [N[P+N[Adj]] [P+ N]]
país de menor desenvolvimento econômico relativo	[φ [x_1 [$x_{1/1}$ [$x_{1/1/1}$ [$x_{1/1/1/1}$]]]]]	[N [SP [SN[SA[AS]]]]] → [N[P +Adj[N [Adj [Adj]]]]]
terceiro país	Regra 1 [φ [x_1]]	[SA[N]] → [Adj[N]]
zona de livre comércio	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N [SP [N]]] → [N[P + (D) + Adj [N]]]
acordo de alcance parcial de	Regra 9 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]] [x_2]]	[N [SP[SA]] [SP[N[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]]

complementação econômica	$x_{1/2}]])$	
acordo de alcance parcial de promoção do comércio	Regra 9 [φ [$x_1[x_{1/1}]$] [$x_2[x_{1/2}]$]]	[N [SP[SA]] [SP[N[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]
acordo de alcance regional de abertura de mercados	Regra 9 [φ [$x_1[x_{1/1}]$] [$x_2[x_{1/2}]$]]	[N [SP[SA]] [SP[N[SA]]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]

Quadro 78 - Novas descrições morfossintáticas de UTCs de base não deverbal do *corpus*.

4.2.3. Resultados parciais

Em relação aos resultados parciais da segunda parte de nossa análise, dedicada às UTCs cujo processo de formação se dá por meio de regras de formação termo-predicado, observamos que as UTCs exemplificadas pela regra de reconhecimento de Café número 1, qual seja, [φ [x_1]], totalizam 113 unidades, agrupadas em duas descrições morfossintáticas: [N[SA]] → [N[Adj]] e [N[SP]] → [N[P + (D) + N]], compostas por 75 e 38 UTCs respectivamente. As relações semânticas observadas nas UTCs foram reunidas no gráfico abaixo.

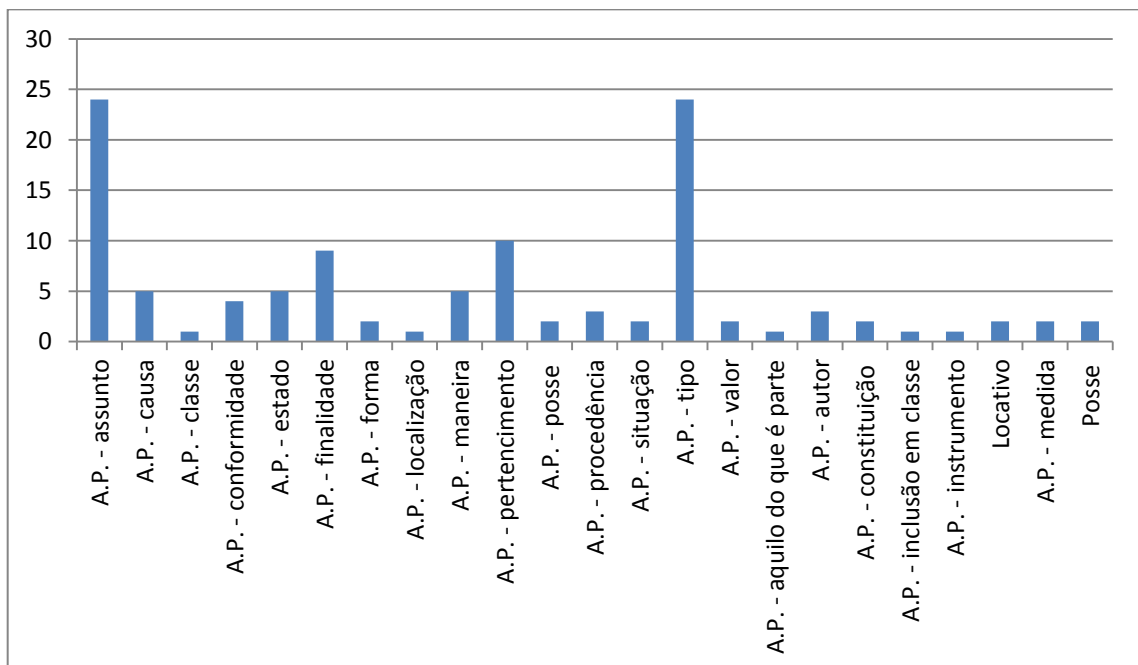


Gráfico 10 - Relações semânticas observadas em UTCs do tipo [φ [x_1]] de base não deverbal.

No gráfico acima, “A.P.” é a abreviatura de “atribuição de propriedade”, um tipo de relação semântica dikiana muito frequente em nosso *corpus*, como vimos. A relação entre o

número de relações semânticas observadas neste grupo e o número de UTCs é biunívoca, ou seja, para cada UTC se constata uma relação semântica, afinal, nestas construções ocorre a concatenação de somente dois elementos. Isso não ocorre com as UTCs das demais regras de reconhecimento, tendo em vista apresentarem mais de uma relação semântica por serem formadas por três ou mais elementos.

As relações semânticas observadas nas UTCs da Regra 4 [φ [$x_1[x_{1/1}]$]] são apresentadas no gráfico a seguir. Esta regra comporta as seguintes descrições morfofossintáticas: [N [SA [SP]]] \rightarrow [N[Adj [P + N]]], [N [SP [SA]]] \rightarrow [N[P + (D) + N [Adj]]] e [N [SP [SP]]] \rightarrow [N[P + N[P+(D)+N]]], sendo que cada um dos grupos organizados a partir dessas descrições morfofossintáticas está composto por 4, 13 e 4 UTCs, respectivamente.

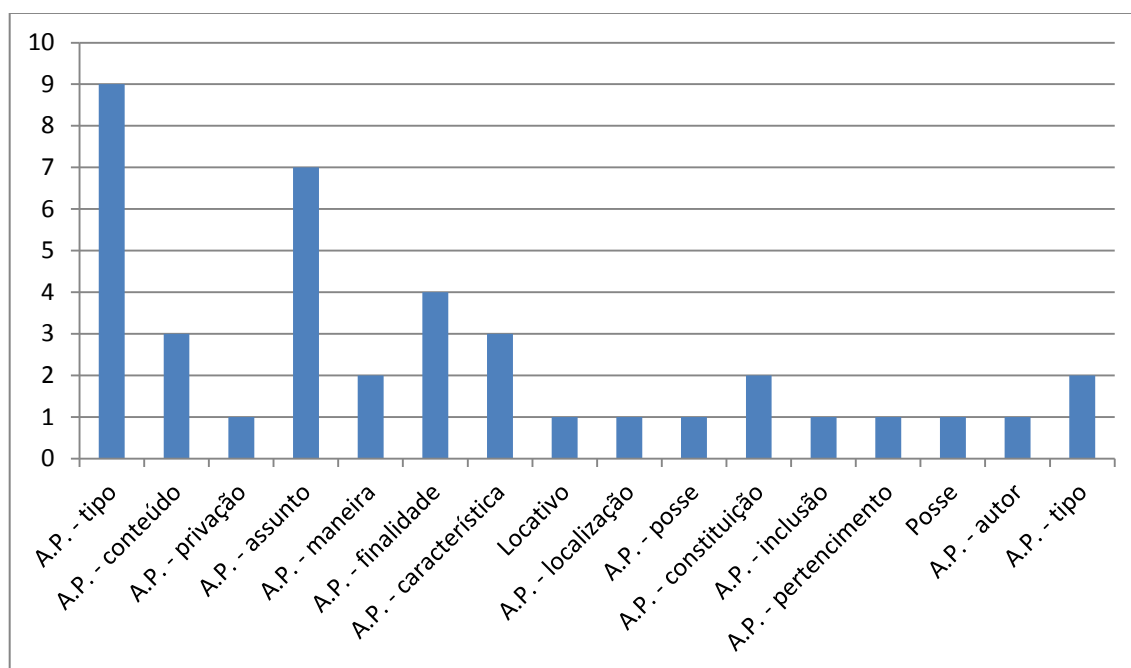


Gráfico 11 - Relações semânticas observadas em UTCs do tipo [φ [$x_1[x_{1/1}]$]] de base não deverbal.

Seguindo o mesmo critério do gráfico anterior, “A.P.” é a abreviatura de “atribuição de propriedade”. Até o momento, contabilizamos as relações semânticas observadas em 134 de 148 UTCs do *corpus*. Para fins de concisão, no próximo gráfico, apresentaremos as relações semânticas das demais cinco regras de reconhecimento observadas no *corpus*, quais sejam:

- Regra 2 [[φ [x_1]] [y_1]], de descrição morfofossintática [[N[SP]] [SAdv]] \rightarrow [N[P + (D) + N]] [Loc Adv]]: 2 UTCs.

- Regra 5 $[\phi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}]]]]$, de descrição morfossintática $[N [SP [SAdv[SA]]]] \rightarrow [N[P +N [Adv [Adj]]]]$: 1 UTC.
- Regra 6 $[\phi [x_1][x_2]]$, de descrição morfossintática $[N [SA [SA]]] \rightarrow [N[Adj[Adj]]]$: 5 UTCs.
- Regra 9 $[\phi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2[x_{1/2}]]]$, de descrições morfossintáticas $[N [SP[SA]] [SP[SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]]$ e $[N [SP[SA]] [SP[SP]]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]$: 3 UTCs.
- Regra $[\phi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}[x_{1/1/1/1}]]]]$, de descrição morfossintática $[N [SP [SN[SA[SA]]]]] \rightarrow [N[P +Adj[N [Adj [Adj]]]]]$: 1 UTC.
- Regra $[\phi [x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$, de descrições morfossintáticas $[N [SP[SA]] [SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [Adj]]$ e $[N [SP [SA]] [Adj]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+ N]]$: 2 UTCs.

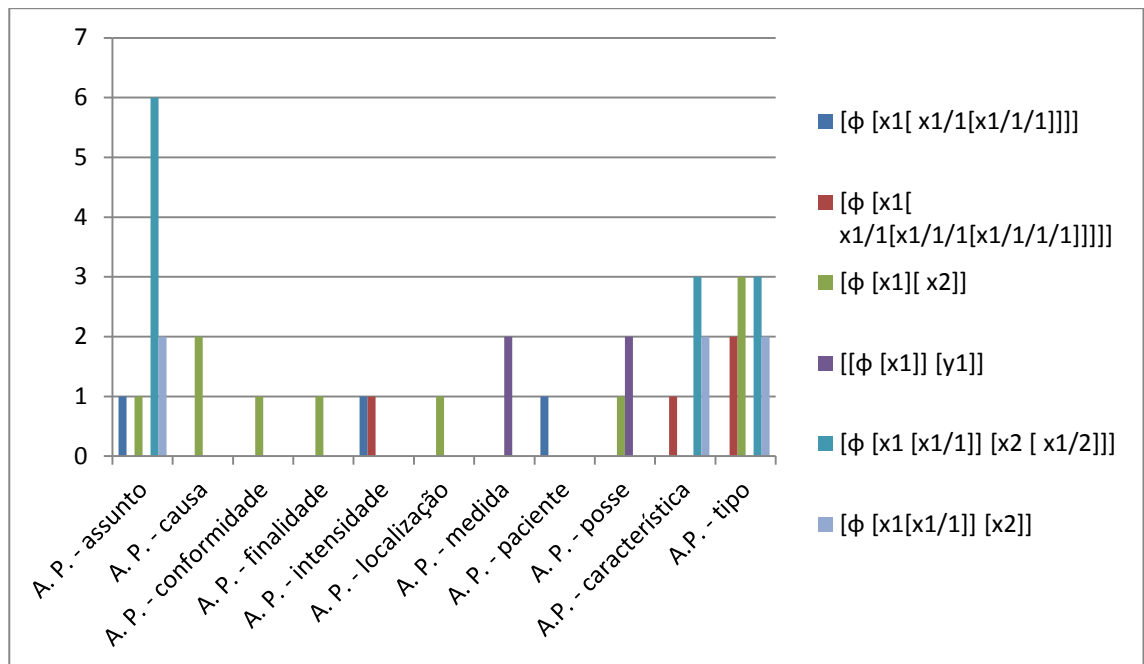


Gráfico 12 - Relações semânticas observadas em UTCs de base não deverbal.

A partir dos gráficos precedentes, pode-se observar que as relações semânticas de maior ocorrência observadas nas UTCs em análise foram assunto, tipo e característica. Em comparação com as relações conceituais mais usuais das UTCs cujo processo de formação foi analisado via predicação dikiana, constatamos que houve uma considerável menor ocorrência da relação conceitual de *maneira* e inexistência da relação de *age sobre*, justamente pelo fato de as bases não serem deverbais.

4.3. Resultados gerais

Fazendo um apanhado dos resultados expressos neste Capítulo, observamos os seguintes fenômenos referentes ao processo de formação de UTCs de base verbal: em 57% das estruturas subjacentes de predicação não há presença de satélites; as demais UTCs, totalizando 43%, tiveram, na passagem do nível oracional ao sintagmático, uma reformulação do expresso por meio do satélite oracional na forma de argumento da base em nível sintagmático.

Ao observar as modificações ocorridas nas 30 UTCs em cuja estrutura subjacente de predicação não se propôs a ocorrência de satélites, podemos indicar, no que diz respeito às diferenças de estruturas oracionais e sintagmáticas, que o fenômeno mais usual observado na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi a nominalização do predicado oracional e o apagamento de um argumento e/ou o apagamento da expansão do argumento remanescente, seguido da nominalização do predicado oracional e manutenção do argumento₂.

No que concerne às modificações ocorridas nas 23 UTCs em cuja estrutura subjacente de predicação se propôs a ocorrência de satélites, podemos indicar, no que diz respeito às diferenças de estruturas oracionais e sintagmáticas, que o fenômeno mais usual observado foi o apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite oracional, seguido do apagamento de ao menos um dos argumentos oracionais e manutenção do satélite oracional. Reiteramos que os satélites de nível oracional passaram a ser expressos via argumento no sintagma.

Em relação aos satélites observados, constatou-se ocorrência de 36 satélites, dentro dos quais o satélite de nível 1 “maneira” foi o mais observado em nosso *corpus*, seguido dos satélites que expressam “finalidade” e “instrumento”, dos níveis 2 e 1, respectivamente. Assim, foi possível sugerir que a forma na qual ocorre determinado processo, o propósito do mesmo e o instrumento por meio do qual se dá a ação são relações significativas na linguagem de especialidade veiculada na ALADI.

No que concerne às relações conceituais observadas nas UTCs, voltando nosso olhar às UTCs em que não houve alteração das funções semânticas dos argumentos oracionais no sintagma ou do tipo de satélite oracional nos argumentos do nível sintagmático, observou-se que as relações conceituais *age sobre* e *age de maneira* foram recorrentes no *corpus*. Como as

UTCs analisadas nesta categoria são de base deverbal, explicou-se esta recorrência pela explicitação do argumento₂ oracional ou pela explicitação dos satélites de níveis 1 ou 2 oracionais que, em sua maioria, comportam-se como argumentos de maneira na UTC.

Passando às UTCs em que se observou modificação das funções semânticas dos argumentos oracionais no nível sintagmático, foi possível constatar que a maior ocorrência de alterações de funções semânticas refletidas nas relações conceituais na passagem do nível oracional ao sintagmático se deu na relação conceitual de *pertencimento*, o que se explicou pela necessidade de vincular uma entidade ou um processo a uma coletividade, um conjunto ou um agrupamento.

Por fim, conclui-se que, das 53 UTCs cujo processo de formação foi analisado, somente em 5, ou seja, 9%, foram constatadas alterações das relações semânticas entre os elementos da UTC quando da passagem do nível oracional ao sintagmático. Foi possível constatar, de maneira preliminar, uma tendência de manutenção do marco predicativo do predicado oracional quando o predicado é nominalizado e passa a ser a base da UTC, o que implica a manutenção das funções semânticas dos argumentos no nível sintagmático.

Em relação aos resultados referentes às UTCs cujo processo de formação foi analisado por meio de regras de formação termo-predicado, observamos que nas 113 UTCs do tipo $[\varphi [x_1]]$, exemplos da regra de reconhecimento de Café (1999) número 1, as relações semânticas mais usualmente observadas foram assunto e tipo, as mesmas relações mais observadas nas 21 UTCs da Regra 4 $[\varphi [x_1[x_{1/1}]]]$. Nas demais 14 UTCs analisadas, exemplos de construções de Regra 5 $[\varphi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}]]]$, Regra 6 $[\varphi[x_1][x_2]]$, Regra 9 $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]][x_2[x_{1/2}]]]$, Regra 2 $[[\varphi[x_1]][y_1]]$, Regra $[\varphi[x_1[x_{1/1} [x_{1/1/1}[x_{1/1/1/1}]]]]]$ e Regra $[\varphi[x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$, observaram-se mais usualmente assunto, tipo e característica.

Em síntese, as relações semânticas de maior ocorrência observadas nas UTCs em análise foram assunto e tipo. Em comparação com as relações conceituais mais usuais das UTCs cujo processo de formação foi analisado via predicação dikiana, constatamos que houve uma considerável menor ocorrência da relação conceitual de *maneira* e inexistência da relação de *age sobre*, justamente pelo fato de as bases não serem deverbais.

No que diz respeito às observações em relação às propostas de reconhecimento de Café (1999), foram vistas em nosso *corpus* as seguintes novas regras de reconhecimento de

UTCs: $[\varphi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}[x_{1/1/1/1}]]]]$ e $[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$. A primeira regra apresentada no quadro é a expansão do argumento $x_{1/1/1}$ da Regra 5 proposta por Café (1999), qual seja, Regra 5 $[\varphi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}]]]$; já a segunda regra é a expansão do primeira argumento da Regra 2 $[\varphi [x_1][x_2]]$ proposta pela estudiosa.

Quanto às descrições morfossintáticas observadas nas UTCs em análise, indicamos, a seguir, as descrições que não constavam do *corpus* analisado por Café (1999), antecedidas das regras de reconhecimento propostas pela estudiosa, indicadas pela numeração ao lado de “Regra”, ou por nós, casos em que representamos diretamente as estruturas de reconhecimento.

$[\varphi [x_1[x_{1/1}[x_{1/1/1}[x_{1/1/1/1}]]]]$	$[N [SP [SN[SA[SA]]]]] \rightarrow [N[P + Adj[N [Adj [Adj]]]]]$
$[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$	$[N [SP[SA]] [SA]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [Adj]]$
$[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$	$[N [SP [SA]] [PN]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+ N]]$
Regra 1 $[\varphi [x_1]]$	$[N[SP]] \rightarrow [[N[P + (D) + N]] \vee [N[P + (D) + N]]]$
Regra 1 $[\varphi [x_1]]$	$[N[SP]] \rightarrow [[N[P + (D) + N]] \wedge [N[P + (D) + N]]]$
Regra 1 $[\varphi [x_1]]$	$[SA[N]] \rightarrow [Adj[N]]$
Regra 4 $[\varphi [x_1[x_{1/1}]]]$	$[N [SP [SN]]] \rightarrow [N[P + (D) + Adj [N]]]$
Regra 7 $[\varphi [x_1] [x_2[x_{1/2}]]]$	$[N [SA] [SP [SA]]] \rightarrow [N[Adj] [P+N [Adj]]]$
Regra 7 $[\varphi [x_1] [x_2[x_{1/2}]]]$	$[N [SA]] [SP[SA]] \rightarrow [N[Adj]] [P+N [Adj]]$
Regra 9 $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2 [x_{1/2}]]]$	$[N [SP[SA]] [SP[N[SA]]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]]$
Regra 9 $[\varphi [x_1 [x_{1/1}]] [x_2 [x_{1/2}]]]$	$[N [SP[SA]] [SP[SP]]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]$

Quadro 79 – Síntese das novas descrições morfossintáticas observadas no *corpus* .

No que diz respeito às novas relações conceituais observadas no nível sintagmático de análise do nosso *corpus*, agrupamos os resultados obtidos a partir das regras de reconhecimento das UTCs propostas por Café (1999), com indicação das funções semânticas desempenhadas pelas bases, argumentos, satélites e suas expansões.

Foram observadas em UTCs da Regra 1 $[\varphi [x_1]]$ as relações conceituais de: *pertence a* (base: agente; argumento: pertencimento); *conformidade* (base: processo; argumento:

conformidade); *finalidade* (base:processo; argumento:finalidade); *produzido mediante* (base: processo; argumento: instrumento) e *assunto* (base: processo; argumento: assunto).

Já nas UTCs da Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]], observou-se a relação conceitual *age sobre*, expressa por meio das seguintes funções semânticas: base: processo; argumento₁: maneira; argumento_{1/1}: paciente; base: processo; argumento₁: paciente; argumento_{1/1}: pertencimento ou base: processo; argumento₁: processo-paciente; argumento_{1/1}: paciente. Também se constatou a relação conceitual *age de maneira*, expressa por meio das seguintes funções semânticas: (base: processo; argumento₁: tipo; argumento_{1/1}: maneira).

Em UTCs da Regra 6 [φ [x_1] [x_2]], observaram-se as relações de *age de maneira e propósito* (base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo –finalidade), *age de maneira e produz um resultado* (base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: resultado) e *produzido por e instrumento* (base: processo; argumento₁: agente; argumento₂: instrumento).

Quanto às novas relações conceituais observadas nas UTCs da Regra 7 [φ [x_1] [x_2 [$x_{1/2}$]]], indicamos *age de maneira e finalidade* (base: processo; argumento₁: maneira; argumento₂: processo – finalidade; argumento_{1/2}: tipo).

Resumo:

Neste Capítulo, apresentamos a análise dos dados e os resultados de nossa pesquisa. Nosso *corpus* foi dividido em dois grandes grupos, o primeiro, que agrupa UTCs de base deverbal, e o segundo, que reúne UTCs de base não deverbal, pois, segundo nossa perspectiva, o processo de formação pode ser analisado por regras de predicação dikiana e por regras de formação termo-predicado, respectivamente. Assim, em um primeiro momento, analisamos a formação de UTCs de base deverbal, contrapondo uma análise da estrutura oracional da qual a UTC seria uma redução, seguindo o posicionamento de Auger (1978), à análise da estrutura sintagmática, com vistas a observar as alterações sofridas pelo marco predicativo do predicado oracional quando da passagem ao nível sintagmático. Para tanto, primeiramente nos detivemos nas estruturas subjacentes de predicação sem ocorrência de satélite e observamos que o fenômeno mais usual na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi a nominalização do predicado oracional e o apagamento de um argumento e/ou o apagamento da expansão do argumento remanescente. Ao analisarmos as UTCs com

ocorrência de satélite em nível oracional, o fenômeno mais usual observado na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi o apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite oracional na forma de argumento da base em nível sintagmático, sendo o satélite de nível 1 “maneira” o mais observado em nosso *corpus*. As relações conceituais *age sobre* e *age de maneira* são recorrentes nos dados. Constatou-se, também, em que medida as relações conceituais existentes em ambos os níveis eram mantidas ou alteradas e vimos a pequena ocorrência de alterações de funções semânticas refletidas nas relações conceituais na passagem do nível oracional ao sintagmático, exemplificadas por relações conceituais de *pertencimento*, *assunto* e *maneira*. Portanto, depreendemos a tendência de manutenção do marco predicativo do predicado oracional quando o mesmo é nominalizado e passa a ser a base da UTC, o que acarreta a manutenção das funções semânticas dos argumentos no nível sintagmático. Também foram apresentadas novas observações em relação às propostas de descrições morfossintáticas e relações conceituais de Café (1999), como indicado nas seções 4.1.3.1 e 4.1.3.2, respectivamente.

Ao passarmos à segunda parte de nossa análise referente à formação de UTCs de base não deverbal, nós nos detivemos na observação das regras de formação e das relações semânticas das UTCs deste grupo. Constatou-se que as relações semânticas de maior ocorrência observadas nas UTCs em análise foram assunto, tipo e característica. Em comparação com as relações conceituais mais usuais das UTCs cujo processo de formação foi analisado via predicação dikiana, observou-se uma considerável menor ocorrência da relação conceitual de *maneira* e inexistência da relação de *age sobre*. Indicamos, também, algumas novas regras de reconhecimento e descrições morfossintáticas observadas em UTCs de nosso *corpus* em relação às regras de reconhecimento de Café (1999), apresentadas especificamente nas seções 4.2.2.1. e 4.2.2.2., respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo analisar o processo de formação das UTCs veiculadas no glossário da ALADI a partir da Teoria da Gramática Funcional de Dik (1989), com vistas a contribuir para os estudos gramaticais destas unidades terminológicas.

O Capítulo 1 apresentou as características conceituais e constitutivas das UTCs. Para tanto, partimos de referências às principais características de um termo simples para chegarmos às definições de UTCs de diversos autores. Não nos filiamos a nenhuma corrente teórica em Terminologia em especial e nos detivemos mais especialmente nos ensinamentos de Auger (1978), Rey (1992) e Sager (1993). Assumimos que uma UTC é uma entidade sintagmática composicional, originada de uma frase reduzida por apagamentos, formada por uma base e sucedida de elementos determinantes (os quais podem ser “apagados” em discurso) que, necessariamente, converge para um conceito em uma área do saber.

Havendo definido o objeto de estudo, apresentamos a teoria linguística através da qual as UTCs foram analisadas. Para tanto, no Capítulo 2 apresentamos a Teoria da Gramática Funcional dikiana, voltada à análise oracional, e a proposta de adaptação desse modelo feita por Café (1999) para o reconhecimento de UTCs.

Mencionamos nesse Capítulo o mérito da adaptação de Café (1999), ao ser o primeiro estudo de que se tem notícia a adaptar uma teoria gramatical da língua geral para a análise e reconhecimento de UTCs. Vimos que Dik (1989) estrutura sua teoria a partir do conceito de predicação, que consiste, basicamente, de um predicado – que designa propriedades ou relações – aplicado a um número apropriado de termos específicos, denominados argumentos e satélites. Café (1999), por sua vez, assume que a UTC é uma unidade formada de uma base e de argumentos ou, ainda, de uma predicação nuclear e satélites, elementos que constituem a estrutura geral da predicação em uma linguagem de especialidade. Em sua perspectiva, toda a base de uma UTC necessariamente é um predicado.

Dessa maneira, contrastando as propostas dos dois estudiosos, observamos que o conceito de predicado dikiano sofreu ajustes no modelo de Café, pois deixou de ser um item lexical que designa propriedades ou relações e passou a ser todo o item lexical que tem a possibilidade de ser subcategorizado. Como o objeto de nossa tese não é o reconhecimento de UTCs, mas sim o processo de formação de UTCs, voltamos ao conceito de predicado dikiano para análise da formação de UTCs de base deverbal, conforme explicitado no Capítulo de procedimentos metodológicos.

Por fim, foi discutido também no Capítulo 2 o espaço dado no modelo da TGF à proposta de análise semântica lexical intitulada *Stepwise Lexical Decomposition*, que, por ser completamente relacional, acaba dando conta, especificamente, de implicações hierárquicas dos diferentes predicados. Foi questionado até que ponto essa perspectiva plenamente semasiológica pode dar conta das UTCs, tão estritamente vinculadas com conceitos em uma área de especialidade. Seguindo os ensinamentos de Sager (1993) e Vossen (1995), chegamos à conclusão de que, tendo em vista que as relações terminológicas observadas com mais frequência são de ordem genérica e partitiva, pode-se, partindo da estrutura arbórea proposta por Dik (1989), dar conta da conceitualização de predicados que se adaptem a esse tipo de análise. Não obstante, UTCs em que se observam outros tipos de relações, que fogem do modelo de relações hierárquicas, não podem ter seu componente conceitual descrito pela *Stepwise Lexical Decomposition*.

No Capítulo de Procedimentos Metodológicos, explicitamos os passos tomados para analisar o processo de formação lexical das 201 UTCs veiculadas na ALADI à luz da TGF dikiana (1989), estabelecendo, na medida do possível, um contraponto com a proposta de adaptação do modelo dikiano para reconhecimento de UTCS de Café (1999). Explicitamos que o tratamento dado às UTCs nominais de nosso *corpus* diferiu conforme a base da UTC: caso a base fosse deverbal, analisou-se a formação da UTC por regra de predicação dikiana, caso a base não fosse deverbal, recorreu-se à regra de formação termo-predicado.

Para as 53 UTCs de base deverbal de nosso *corpus*, partiu-se da análise da estrutura subjacente de uma oração proposta por nós com base na definição da UTC veiculada no glossário da ALADI e de seus elementos constituintes e do contraponto dessa análise com as regras de reconhecimento de UTCs de Café (1999) para a observação da passagem do nível oracional ao sintagmático, o que possibilitou explicitar diferenças no marco predicativo dos níveis em análise, ou seja, no momento da própria formação lexical da UTC. Mais

especificamente, partimos da seguinte regra de predicção dikiana adaptada por nós: $[[[\varphi (x_{1/n})_{Fsm.Fst.}(x_{2/n})_{Fsm.Fst.} (x_{3/n})_{Fsm.Fst.}] (y_{1/n})(y_{2/n})]]$, em que φ representa o predicado da oração, que carrega um marco predicativo que deve ser preenchido por, no máximo, três argumentos (representados pela variável x) e suas possíveis expansões, a abreviatura “Fsm” indica a função semântica desempenhada pelo argumento na predicção e a abreviatura “Fst”, a função sintática do mesmo; já a ocorrência de satélites, com suas possíveis expansões, é representada por meio da variável y .

No caso das 148 UTCs de base não deverbal de nosso *corpus*, analisamos seu processo de formação por uma descrição da estrutura subjacente do termo e da regra geral de formação termo-predicado, conforme proposto por Dik (1989). Assim, partindo da representação $(\Omega x_1: \varphi_1(x_i): \varphi_2(x_i): \dots: \varphi_n(x_i)) [n \geq 1]$, indicou-se, por meio da variável x , a base da UTC, que pode ser modificada por meio de operadores de termo, simbolizados pela variável Ω . Já a variável φ representa um predicado chamado de restritor, que restringe o conjunto potencial de referentes para x_i . Em relação à regra de formação do termo-predicado, $\{(t)_{[fs]} (x_1)\emptyset$, para as UTCs em análise, a variável x_1 representa a base da UTC, e os demais constituintes são representados pela variável t .

No Capítulo referente às análises e resultados, primeiramente analisamos a formação de UTCs de base deverbal, contrapondo uma análise da estrutura oracional da qual a UTC seria uma redução à análise da estrutura sintagmática. Inicialmente, nós nos detivemos nas estruturas subjacentes de predicção sem ocorrência de satélite e observamos que o fenômeno mais usual na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi a nominalização do predicado oracional e o apagamento de um argumento e/ou o apagamento da expansão do argumento remanescente. Examinando as UTCs com ocorrência de satélite em nível oracional, o fenômeno mais usual observado na passagem do nível oracional ao nível sintagmático foi o apagamento do argumento₂ oracional e manutenção do satélite oracional na forma de argumento da base em nível sintagmático, sendo o satélite de nível 1 “maneira” o mais observado em nosso *corpus*. Constatou-se, também, em que medida as relações conceituais existentes em ambos os níveis eram mantidas ou alteradas e vimos a pequena ocorrência de alterações de funções semânticas refletidas nas relações conceituais na passagem do nível oracional ao sintagmático. Portanto, inferimos a tendência de manutenção do marco predicativo do predicado oracional quando o mesmo é nominalizado e passa a ser a base da UTC, o que acarreta a manutenção das funções semânticas dos argumentos no nível

sintagmático. Também foram apresentadas novas observações em relação às propostas de descrições morfossintáticas e relações conceituais de Café (1999).

Ao passarmos à segunda parte de nossa análise referente à formação de UTCs de base não deverbal, nós nos detivemos na observação das regras de formação e das relações semânticas das UTCs deste grupo. Constatou-se que as relações semânticas de maior ocorrência observadas nas UTCs em análise foram assunto, tipo e característica. Em comparação com as relações conceituais mais usuais das UTCs cujo processo de formação foi analisado via predicação dikiana, observou-se uma considerável menor ocorrência da relação conceitual de *maneira*. Indicamos, também, algumas novas regras de reconhecimento e descrições morfossintáticas observadas em UTCs de nosso *corpus* em relação às regras de reconhecimento de Café (1999).

Vale fazer a ressalva de que os resultados obtidos na presente pesquisa revelam os processos de formação das UTCs da ALADI aqui examinadas, sendo necessário, para maiores generalizações, analisar, a partir dos pressupostos adotados aqui, UTCs de distintas áreas, observando se o processo de formação de UTCs em diferentes domínios se dá de forma similar à observada nesta investigação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sabrina Pereira de. Aspectos gramaticais na formação de termos reduzidos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida. (Org.). *As Ciências do Léxico - Lexicologia, Lexicografia e Terminografia*. Campo Grande. MS: Editora UFMS, 2010 (p. 381-399).
- ARAUJO, L. SANTOS, C. Uma descrição da área do comércio exterior para fins de pesquisa terminológica bilíngue. In: Cadernos do IL. Porto Alegre, n. 26-27, p. 27-36, 2003.
- ARISTA, Javier M. La Gramática de Dik y las teorías funcionales del lenguaje. In: *Nuevas perspectivas en Gramática Funcional*. Editora Ariel, Espanha, Barcelona, 1999.
- AUGER, Pierre. *La syntagmatique terminologique, typologie des syntagmes et limite des modèles en structure complexe*. Table Ronde sur les problèmes de découpage du terme. Congresso da Associação Internacional de Linguística Aplicada. Montréal, OLI, 26 de agosto 1978 (p. 11-26).
- BARROS, Lídia. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BEVILACQUA, Cleci. Unidades fraseológicas especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. In: KRIEGER, Maria da Graça; MACIEL, Anna Maria Becker (Orgs). *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001.
- BLANCO, Amanda. *O semanticismo prototípico da preposição 'de'*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- BOULANGER, Jean-Claude. *Commentaire au rapport de Roger Goffin sur le découpage du terme à des fins lexicographiques: critères formels, sémantiques quantitatifs et taxinomiques*. Table Ronde sur les problèmes de découpage du terme. Congresso da Associação Internacional de Linguística Aplicada. Montréal, OLI, 20-26 de agosto, 1978 (p. 169-182).

CABRÉ, Maria Teresa. *La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, M. Teresa (2006). Morfología y terminología. In: FELÍU, Elena (ed.). *La morfología a debate*. Jaén: Universidad de Jaén, 2006 (p.131-144).

CABRÉ, M. Teresa; ESTOPÀ, Rosa. Unidades de conhecimento especializado, caracterização e tipologia. (Tradução de COIMBRA, Sue Anne, com revisão de BEVILACQUA, Cleci; LORENCI, Maria Lúcia). In: *Questões de Lexicografia, Terminologia e Tradução. Cadernos de Tradução*. N. 20 – jan./jun 2007. Porto Alegre: Instituto de Letras, UFRGS, 2007 (p.35-59).

CAFÉ, Lígia. *La description et l'analyse des unités terminologiques complexes en langue portugaise (variété brésilienne): une contribution à l'automatisation de La banque de données terminologiques du Brésil (BRASILTERM)*. Tomos I e II. Tese de doutorado. Québec, 1999.

CAFÉ, Lígia. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dik. FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina (Orgs.). In: *Linguística Aplicada à terminologia e à Lexicologia. Cooperação Internacional: Brasil e Canadá*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003. (59-82)

CAMACHO, Roberto. Valência do nome deverbal e nominalidade prototípica. In: *DELTA - Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, vol.23 no.2 São Paulo, 2007.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *Linguagem Documentária – Teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói - RJ: EdUFF, 2001.

CLAS, André. A pesquisa terminológica e a formulação de parâmetros em função das necessidades dos usuários. ISQUERDO, Aparecida; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs). In: *As ciências do léxico*. Volume II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. (p. 223-238)

DESMET, Isabel. A Análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. In: *Tradterm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP*. n. 1, 1994. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1994 (p. 169-188).

DIK, Simon. *Stepwise lexical decomposition*. Versão expandida de leitura realizada na conferência “Empirical and Methodological Foundations of the Semantic Theories”, Nijmegen, 14-18 março, 1977. Impresso na Grã-Bretanha por H. “Charlesworth and Co Ltd, Huddersfield”.

DIK, Simon. *The Theory of Functional Grammar. Part I: The Structure of the Clause*. Dordrecht - Holland/ Providence RI USA: Foris Publications, 1989.

DUARTE, Denise dos Santos. *Unidades Terminológicas Complexas: um estudo lexical no âmbito da análise sensorial enológica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

DUBUC, R. *Manual de terminología*. 3 ed. Corrigida e Atualizada. Santiago: Ril Editores, 1999.

FAULSTICH, Enilde. *Lexicologia: a linguagem do noticiário policial*. Brasília: Horizonte, 1980.

FAULSTICH, Enilde. *O Que Teoria Sustenta o Ensino da Terminologia? E a Pesquisa?* XIII Encontro Nacional da ANPOLL. IEL/UNICAMP, 9 a 12/06/98.

FAULSTICH, Enilde. Formação de termos: do constructo e das regras às evidências empíricas. FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina (Orgs.). In: *Linguística Aplicada à terminologia e à Lexicologia. Cooperação Internacional: Brasil e Canadá*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, NEC, 2003 (p.11-31).

FINATTO, Maria José. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva linguística. ISQUERDO, Aparecida; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). In: *As ciências do léxico*. Volume II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. (p. 341-357)

GARCÍA VELASCO, Daniel. *Funcionalismo y Lingüística: la gramática funcional de S.C. Dik*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2003.

GROSS, G. *Les expressions figées en français, noms composés y autres locutions*. Paris: Ophrys, 1996

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*, Paris, Librairie Larousse, 1975. 285 p (Langue et langage)

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (versão rede)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa (versão rede). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2012.

KLEIBER, Georges. *La semántica de los protótipos. Categoría y sentido léxico*. España: Visor Libros, 1995.

LABATUT, E. *Teoria e Prática do Comércio Exterior*. São Paulo: Aduaneiras, 3. Ed., 1990.

LARA, Leandro. *Um estudo acerca da representação semântico-lexical no modelo da gramática discursivo-funcional*. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LERAT, Pierre. “Las lenguas especializadas”. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

L'HOMME, M. Le statut du verbe en langue de spécialité et sa description lexicographique. In: *Cah. Lexicol.*, 73, 1998 (p. 61-84).

L'HOMME, Marie. Combinaisons lexicales spécialisées: Regroupement des mots clés par classes conceptuelles, In Daille, B. et G. Williams (éd.) *Journées d'étude de l'ATALA. La collocation. Rapport de recherche*, Nantes: Institut de recherche en informatique de Nantes, 2001 (p. 19-22).

L'HOMME, Marie. Sur la notion de 'terme', *Meta*50(4), 2005 (p. 1112-1132).

LYONS, John. *Semantics*. Volume II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MORTUREUX, Maria F. *La lexicologie entre langue et discours*. Segunda edição revista e atualizada. Paris : Armand Colin, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PASTOR, G. C. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

PAVEL, Silvia. La phraséologie en la langue de spécialité. Méthodologie de consignation dans les vocabulaires terminologiques. *Atas do seminário internacional "Phraséologie"* (Hull, mai), Terminologies nouvelles, Rint (10), Canadá, 1993 (p. 67-82) .

POGGIO, Rosaura M.G.F. Processos de Gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista. Salvador: EDUFBA, 2002.

REY, Alain. *La terminologie: noms et notions*. 2. ed. corr. Paris: Presses Universitaires, 1992. (1 ed. 1979)

ROUSSEAU, Louis-Jean. Commentaire de Louis-Jean Rousseau. Table Ronde sur les problèmes de découpage du terme. Congresso da Associação Internacional de Linguística Aplicada. Montréal, OLI, 26 de agosto 1978 (p. 29-66).

SAGER, J. C. *et al. English special languages: Principles and practice in science and technology*. Wiesbaden: Brandstetter, 1980.

SAGER, J.C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Biblioteca del libro, 57. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993.

The concise Oxford Dictionary of Linguistics. Second edition. Version 2.0.0

USÓN, Ricardo M. El componente léxico en la Gramática Funcional. In: *Nuevas perspectivas en Gramática Funcional*. Barcelona: Editora Ariel, 1999.

VOSSSEN, Piek. *Grammatical and conceptual individuation in the lexicon*. Amsterdam: IFOTT, 1995

ANEXO I

ANEXO I

Corpus de análise: UTCs disponíveis em www.aladi.org (2 de maio de 2013).

I –UTC de formação analisada no Anexo II

II – UTC de formação analisada no Anexo III

1. abandono de mercadorias - I
2. abandono expresso de mercadorias - I
3. abandono legal de mercadorias - I
4. abandono presuntivo de mercadorias - I
5. abertura comercial - I
6. acordo de alcance parcial - II
7. acordo de alcance parcial agropecuário - II
8. acordo de alcance parcial de complementação econômica - II
9. acordo de alcance parcial de promoção do comércio - II
10. acordo de alcance parcial de renegociação - II
11. acordo de alcance regional - II
12. acordo de alcance regional de abertura de mercados - II
13. acordo de complementação - II
14. acordo multilateral - II
15. administração de alfândega - II
16. admissão temporária- I
17. admissão temporária para aperfeiçoamento ativo - I
18. admissão temporária para transformação - I
19. admissão temporária sem transformação - I
20. amostra com valor comercial - II
21. amostra sem valor comercial - II
22. aperfeiçoamento ativo - I
23. apreciação multilateral - I
24. arbitragem conferida - II
25. área de preferências - II
26. avaliação de conformidade - I
27. barreira técnica ao comércio - II
28. bonificação fiscal - I
29. carga a granel - II
30. carga de trânsito - II
31. carga em coberta - II
32. carga em toneladas - II
33. carga unitizada - II
34. categoria de países - II
35. certificação de conformidade - I

36. certificação fitossanitária- I
37. certificado de conformidade - II
38. certificado de origem - II
39. certificado de origem digital - II
40. certificado de seguro - II
41. certificado fitossanitário - II
42. certificado sanitário - II
43. certificado zoossanitário - II
44. classificação tarifária - I
45. cláusula da nação mais favorecida - II
46. código tarifário - II
47. compensação multilateral - I
48. comunicação de conformidade - II
49. conferência aduaneira - I
50. conferência aduaneira por exame - I
51. conhecimento de embarque - II
52. contribuição orçamentária - II
53. controle aduaneiro - I
54. controle de alfândega - I
55. crédito documentário - II
56. critério de classificação do Conselho de Cooperação Aduaneira - II
57. cruzamento de fronteira - I
58. custo do frete em dólares - II
59. custo do seguro em dólares - II
60. declaração de mercadorias - II
61. depósito de alfândega - II
62. depósito de exportação - II
63. depósito franco - II
64. descrição tarifária - I
65. desgravação tarifária - I
66. desmonte tarifário - I
67. despachante aduaneiro - I
68. despacho aduaneiro - I
69. determinação de subsídios - I
70. determinação do dano - I
71. direito à exportação - II
72. direito aduaneiro - II
73. direito compensatório - II
74. direito de alfândega - II
75. direito de importação - II
76. direito definitivo - II
77. direito e imposto à exportação - II
78. direito e imposto à importação - II
79. direito e imposto específicos - II
80. direito e imposto mistos - II
81. direito provisório - II
82. efeito de migrantes - II
83. embarque reduzido - I
84. entreposto aduaneiro - II

85. entreposto aduaneiro industrial - II
86. envio de socorro - I
87. equipamento do navio - II
88. estabelecimento quarentenário - II
89. estrutura jurídica - II
90. estrutura orgânica da Secretaria - II
91. estrutura organizacional - II
92. exportação a título definitivo - I
93. exportação temporária - I
94. fatura aduaneira - II
95. fatura comercial - II
96. fatura consular - II
97. fatura documentária - II
98. formalidade aduaneira - II
99. foro virtual - II
100. fração aduaneira - II
101. franquias aduaneiras - II
102. fronteira aduaneira - II
103. fundo de capital de trabalho - II
104. garantia específica - II
105. garantia pessoal - II
106. garantia real - II
107. gravame residual - II
108. grupo de trabalho - II
109. importação para consumo - I
110. importação temporária para aperfeiçoamento ativo - I
111. infração aduaneira - I
112. início da investigação - I
113. interação digital - I
114. isenção de gravames aduaneiros - I
115. jurisdição aduaneira - II
116. legislação aduaneira - II
117. legislação fitossanitária - II
118. legislação zoossanitária - II
119. liberação aduaneira - I
120. liquidação de direitos e impostos - I
121. lista comum - II
122. lista de abertura de mercados - II
123. lista de embalagem - II
124. lista de exceções - II
125. lista de vantagens não extensivas - II
126. lugar para frete de contêineres - II
127. manutenção de receitas ou de preços - I
128. margem de preferência - II
129. medida fitossanitária - II
130. medida paratarifária - II
131. medida tarifária - II
132. meio de transporte - II
133. mercado comum - II

134. negociação tarifária – I
135. nomenclatura tarifária - II
136. nota complementar - II
137. objeto de uso pessoal - II
138. obrigação tributária aduaneira - II
139. órgão político da Associação - II
140. país de desenvolvimento intermediário - II
141. país de menor desenvolvimento econômico relativo - II
142. país-membro da ALADI - II
143. patrimônio histórico - II
144. peso bruto em quilogramas - II
145. plano de ação - II
146. posição tarifária - II
147. praga quarentenária - II
148. preço de referência- II
149. preferência percentual - II
150. preferência por pontos - II
151. preferência tarifária - II
152. preferência tarifária regional - II
153. preferência residual - II
154. presente no tráfego postal - II
155. princípio da reciprocidade - II
156. procedimento simplificado - II
157. produto similar - II
158. proteção tarifária - I
159. ramo de produção nacional - II
160. reconhecimento de mercadorias - I
161. regime aduaneiro - II
162. regime de depósito aduaneiro - II
163. regime definitivo - II
164. regime especial - II
165. regime geral de origem - II
166. regime restrito - II
167. regime territorial especial - II
168. regime transitório - II
169. regulamento técnico - II
170. repartição aduaneira - II
171. reposição de matérias-primas - I
172. representação permanente - II
173. requisito fitossanitário - II
174. resolução da Conferência - II
175. resolução do Comitê - II
176. resolução do Conselho de Ministros - II
177. retirada de mercadorias - I
178. selo aduaneiro - II
179. subposição tarifária - II
180. tarifa aduaneira - II
181. tarifa convencional - II
182. tarifa diferencial - II

- 183. tarifa específica - II
- 184. tarifa externa comum - II
- 185. taxa aduaneira - II
- 186. terceiro país - II
- 187. território aduaneiro - II
- 188. tratamento diferencial - I
- 189. união aduaneira - I
- 190. união econômica - I
- 191. unidade de carga - II
- 192. valor em alfândega - II
- 193. valor normal - II
- 194. valoração aduaneira - I
- 195. verificação da declaração de mercadorias - I
- 196. versão única - II
- 197. vistoriador de alfândega - I
- 198. zona de livre comércio - II
- 199. zona de preferências econômicas - II
- 200. zona franca - II
- 201. zona primária - II

ANEXO II

ANEXO II

Análise de formação de UTCs por predicação dikiana

UTC	abandono de mercadorias	
Definição ALADI	Ato de passar as mercadorias estrangeiras, não nacionalizadas em seu momento, à propriedade da Fazenda Nacional, seja pelo seu abandono "tácito" ou "presuntivo".	
Oração proposta	X abandonar mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	abandonar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ abandon- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	abandono expresso de mercadorias	
Definição ALADI	Manifestação escrita, do dono de uma mercadoria estrangeira, cedendo-a à Fazenda Nacional, para ser subastada, doada ou destruída, segundo estabelecido pelo Serviço Nacional de Alfândegas.	
Oração proposta	dono abandonar mercadorias expressamente	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ (x ₁) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac.Obj.}] (y ₁) _{Man}]]	
Predicado	abandonar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ abandon- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente - paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N [SA[SP]]] → [N[Adj[P+N]]]

	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento _{1/1} : paciente.
--	--

UTC	abandono legal de mercadorias	
Definição ALADI	Ato jurídico através do qual as mercadorias estrangeiras estão em condições de serem subastadas em leilão público, quando do vencimento de todos os prazos para sua importação legal.	
Oração proposta	X abandonar mercadorias legalmente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Man}]]	
Predicado	abandonar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ abandon- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 –maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4	[N[SA[SP]]] →[N[Adj [P+N]]]
	[φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	
	PROPOSTA NOSSA Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento _{1/1} : paciente.	

UTC	abandono presuntivo de mercadorias	
Definição ALADI	Ato através do qual uma mercadoria estrangeira, não retirada nos prazos legais de armazenamento fiscal ou particular para sua importação, entende-se tacitamente que fica em benefício da Fazenda Nacional.	
Oração proposta	X abandonar mercadorias presuntivamente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₃ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Modaliz.}]]	
Predicado	abandonar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ abandon- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite	modalização	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4	[N [SA[SP]]] →[N[Adj[P+N]]]
	[φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	
	PROPOSTA NOSSA Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base:	

	processo; argumento ₁ : modalização; argumento _{1/1} : paciente.
--	--

UTC	abertura comercial	
Definição ALADI	Redução ou eliminação de barreiras tarifárias, ou outras restrições às importações, de caráter não tarifário.	
Oração proposta	X abrir o comércio	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	abrir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa de {abr-} e {abertur-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	admissão temporária	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite que certas mercadorias entrem no território aduaneiro, com suspensão de direitos e gravames à importação, quando importadas com fim determinado e para serem reexportadas dentro do prazo estabelecido, seja no mesmo estado ou depois de submetidas a um processo de elaboração, manufatura ou reparação.	
Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj.}]] (y ₁) _{Man}]	
Predicado	admitir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre {admit-} {admiss-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	admissão temporária para aperfeiçoamento ativo	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite a entrada ao território aduaneiro, com suspensão do pagamento de gravames de importação e da aplicação de restrições de caráter econômico, de mercadorias, para operações de aperfeiçoamento e posterior reexportação sob a forma de produtos resultantes.	
Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente para aperfeiçoamento ativo	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite ₂ + satélite _{1/2} [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Man}] (y ₂) (y _{1/2}) _{Prop}]]	
Predicado	admitir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfia entre {admit-} e {admiss-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Satélite 2	nível 2– propósito / finalidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 7 [φ [x ₁] [x ₂ [x _{1/2}]]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SA][SP[SA]]] → [N[Adj] [P+N [Adj]]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age de maneira</i> e <i>finalidade</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento ₂ : processo – finalidade; argumento _{1/2} : tipo.	

UTC	admissão temporária para transformação	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que objetiva admitir em um território aduaneiro a importação de mercadorias destinadas à elaboração de artigos acabados, livres de pagamento de direitos aduaneiros, desde que esses artigos sejam destinados à exportação no prazo estabelecido pela lei ou pela autoridade.	
Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente para transformação	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite ₂ [[[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Man}] (y ₂) _{Prop}]]	
Predicado	admitir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfia entre {admit-} {admiss-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		

Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Satélite 2	nível 2 – propósito/finalidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁] [x ₂]]	[N[SA] [SP]] → [N[Adj]] [P+N]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age de maneira e finalidade</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento ₂ : processo - finalidade.	

UTC	admissão temporária sem transformação	
Definição	Regime que permite a entrada de mercadorias estrangeiras no território, livre do pagamento de gravames aduaneiros, sendo seu objetivo outorgar melhor apresentação ou adequação a exigências técnicas mais concordantes com os produtos a serem exportados.	
Oração proposta	X admitir mercadorias temporariamente sem transformação	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite ₂ [[[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Man}](y ₂) _{Man}]]	
Predicado	admitir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre {admit-} {admiss-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite1	nível 1 – maneira	
Satélite 2	nível 2 – resultado	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁] [x ₂]]	[N[SA] [SP]] → [N[Adj]] [P+N]]
	PROPOSTA NOSSA (Relação contemplada por Café em ordem diferente) <i>age de maneira e produz um resultado</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento ₂ : resultado.	

UTC	aperfeiçoamento ativo	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que suspende a aplicação de gravames aduaneiros para matérias-primas importadas, cujo objetivo seja a fabricação, no país, de artigos terminados, destinados à exportação.	
Oração proposta	X aperfeiçoar matérias-primas ativamente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[[φ(x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) _{Man}]]	
Predicado	aperfeiçoar	

Marco predicativo		
Forma de predicado	{ aperfeiço- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente– paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	apreciação multilateral	
Definição ALADI	Análise dos resultados do processo de renegociação, realizada pelas Partes Contratantes, com a finalidade de preservar os respectivos interesses e procurar a extensão negociada das concessões.	
Oração proposta	partes contratantes apreciar os resultados do processo de renegociação multilateralmente	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂ + argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} + satélite ₁ [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) _{Ag. Suj.} (x ₂)(x _{1/2}) (x _{1/1/2}) _{Pac. Obj.}] (y ₁) _{Man}]]	
Predicado	apreciar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ apreci- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	avaliação de conformidade	
Definição ALADI	Qualquer procedimento utilizado, direta ou indiretamente, para determinar que são cumpridas as prescrições pertinentes dos regulamentos técnicos ou normas.	
Oração proposta	X avaliar a conformidade aos regulamentos técnicos	
Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} [[[φ (x ₂) (x _{1/2}) (x _{1/1/2}) _{Pac. Obj.}]]]	

Predicado	avaliar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ avali- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente– paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P + (D) + N]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	bonificação fiscal	
Definição ALADI	Bônus ou certificados de crédito, outorgados pela autoridade fiscal de um país a seus produtores/exportadores por conceito de benefícios tributários.	
Oração proposta	autoridade fiscal bonificar produtores com benefícios fiscais	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite _{1/1} [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) Ag. Suj. (x ₂) Ben.Obj] (y ₁) Inst]]]	
Predicado	bonificar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ bonific- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente - beneficiário	
Argumento		
Funções semânticas	agente – beneficiário	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Satélite 1	nível 1 – instrumento	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	certificação de conformidade		
Definição ALADI	Procedimento pelo qual uma terceira parte assegura por escrito que um produto, processo ou serviço é acorde com os requisitos especificados.		
Oração proposta	terceira pessoa certificar conformidade de produto a requisitos especificados		
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂		

	+argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} + argumento _{1/1/1/2} [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) _{Ag. Suj.} (x ₂) (x _{1/2}) (x _{1/1/2}) (x _{1/1/1/2}) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	certificar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{certific-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	[φ [x ₁]]	
Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.		

UTC	certificação fitossanitária	
Definição ALADI	É o procedimento pelo qual os organismos encarregados da certificação oficial garantem, por escrito, que os vegetais e produtos vegetais cumprem com os requisitos.	
Oração proposta	organismos encarregados certificar cumprimento de requisitos fitossanitários dos vegetais	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂ + argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} + argumento _{1/1/1/2} [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) _{Ag. Suj.} (x ₂) (x _{1/2}) (x _{1/1/2}) (x _{1/1/1/2}) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	certificar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{certific-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1	[N[SA]] → [N[Adj]]
	[φ [x ₁]]	
Relação conceitual <i>assunto</i> . Base: processo; argumento: assunto.		

UTC	classificação tarifária	
Definição ALADI	Ação de determinar o código que corresponde a uma mercadoria objeto de comércio internacional na nomenclatura tarifária de que se trate.	
Oração proposta	X classificar mercadoria conforme nomenclatura tarifária	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite _{1/1} [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}] (y ₁) (y _{1/1}) _{Conf}]]	

Predicado	classificar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{classific-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 - conformidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>conformidade</i> . Base: processo; argumento: conformidade.	

UTC	compensação multilateral	
Definição ALADI	A ação de confrontar e compensar os saldos de débitos que cada banco central tem feito diariamente para os demais e dos que lhe têm sido feitos durante um período quadrimestral preestabelecido, do qual resulta um único saldo multilateral que se paga ou arrecada de acordo com o sinal resultante.	
Oração proposta	X compensar saldos de débitos multilateralmente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} + satélite ₁ [[[φ .(x_2) ($x_{1/2}$) _{Pac.} Obj](y_1) _{Man}]]	
Predicado	compensar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{compens-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira	

UTC	conferência aduaneira	
Definição ALADI	Operação que consiste em reconhecer as mercadorias, verificar sua natureza e valor, estabelecer seu peso, quantidade ou medida, classificá-las na nomenclatura tarifária, determinando as tarifas e impostos que lhes são aplicáveis.	
Oração proposta	aduana conferir mercadorias	

Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ [[[φ .(x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	conferir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ confer- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>produzido por</i> . Base: processo; argumento: agente	

UTC	conferência aduaneira por exame	
Definição ALADI	Operação consistente na classificação tarifária, avaliação e aplicação das disposições legais que corresponda aplicar pela Alfândega sobre mercadorias amparadas por Declarações de Importação, Tramitação Simplificada e de Formulário de Importação Via Postal.	
Oração proposta	aduana conferir mercadorias por exame	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ .(x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) _{Pac. Oobj.}] (y_1) _{Instr.}]]]	
Predicado	conferir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ confer- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Satélite	nível 1 – instrumento	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x_1] [x_2]]	[N[SA] [SP]] → [N[Adj]] [P+N]]
	PROPOSTA NOSSA Relação conceitual <i>produzido por e instrumento</i> . Base: processo; argumento ₁ : agente; argumento ₂ : instrumento.	

UTC	controle aduaneiro	
Definição ALADI	Método utilizado pelo Serviço de Alfândegas para aplicar um conjunto de medidas, cuja finalidade é exercer o Poder Aduaneiro através da intervenção no tráfico das mercadorias e das pessoas.	

Oração proposta	aduana controlar tráfico de mercadorias e pessoas	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento _{1/2} ^ argumento _{1/2} ' [[[φ(x ₁) _{Ag.Suj.} (x ₂)(x _{1/2} ^ x' _{1/2}) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	controlar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{control-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>produzido por</i> . Base: processo; argumento: agente	

UTC	controle de alfândega	
Definição ALADI	Medidas aplicadas pela Alfândega para garantir o cumprimento da lei aduaneira.	
Oração proposta	alfândega controlar cumprimento da lei aduaneira	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento _{1/2} + argumento _{1/1/2} [[[φ(x ₁) _{Ag.Suj.} (x ₂) (x _{1/2}) (x _{1/1/2}) _{Pac.Obj.}].]]]	
Predicado	controlar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{control-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	Relação conceitual <i>produzido por</i> . Base: processo; argumento: agente.	

UTC	cruzamento de fronteira	
Definição ALADI	Passagem habilitada pelas autoridades competentes de países que compartilham de uma fronteira para a circulação de pessoas, mercadorias e veículos.	
Oração proposta	X cruzar fronteira	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ(x ₂) _{Pac.Obj.}]]]	

Predicado	cruzar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ cruz- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente - paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	descrição tarifária	
Definição ALADI	Declaração escrita, salvo exceção expressa, com a designação tarifária da mercadoria, segundo os termos da nomenclatura aduaneira. Esta deve ser completa, correta e exata.	
Oração proposta	X descrever tarifa da mercadoria	
Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} [[[φ (x ₂) (x _{1/2}) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	descrever	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre { descrev- } { descrit- } e { descriç- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite	nível 1 – instrumento	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual: <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	desgravação tarifária	
Definição ALADI	Eliminação ou redução das tarifas de importação ou de exportação.	
Oração proposta	X desgravar tarifas	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x ₂) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	desgravar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ desgrav- }	
Categoria sintática	V	

Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	desmonte tarifário	
Definição ALADI	Processo pelo qual os países, de forma unilateral ou no âmbito de acordos comerciais plurilaterais, resolvem eliminar, em um período determinado, suas tarifas aduaneiras e as barreiras não-tarifárias para tornar possível o livre comércio de bens e de serviços.	
Oração proposta	países desmontar tarifa aduaneira	
Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} [[[φ (x_1) _{Ag. Pac.} (x_2) ($x_{1/2}$) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	desmontar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ desmont- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] →[N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	despachante aduaneiro	
Definição ALADI	Pessoa autorizada pela alfândega, ou habilitada perante a mesma pela autoridade competente, para despachar mercadorias por ordem de outra pessoa. Também chamado Agente Aduaneiro, Corretor Aduaneiro.	
Oração proposta	pessoa autorizada pela aduana despacha mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento _{1/1/1} argumento ₂ [[[φ (x_1) ($x_{1/1}$) ($x_{1/1/1}$) _{Ag. Suj.} (x_2) _{Pac. Obj.}]]]]	
Predicado	despachar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ despach- }	
Categoria sintática	V	

Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>pertence a</i> . Base: agente; argumento: pertencimento.	

UTC	despacho aduaneiro	
Definição ALADI	Cumprimento das formalidades aduaneiras necessárias para permitir o ingresso das mercadorias para o consumo, para exportar ou para colocá-las sob outro regime aduaneiro.	
Oração proposta	X despachar mercadorias segundo formalidade aduaneira	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite _{1/1} [[[φ (x_2) _{Pac.Obj}](y_1) ($y_{1/1}$) ($y_{1/1/1}$) _{Conf.}]]	
Predicado	despachar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ despach- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – conformidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>conformidade</i> . Base: processo; argumento: conformidade.	

UTC	determinação de subsídios	
Definição ALADI	Comparação entre o valor normal de um produto no mercado interno do país de exportação e o valor FOB ao qual esse produto é vendido no país de importação.	
Oração proposta	X determinar subsídios	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x_2) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	determinar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ determin- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		

Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual: “age sobre”. Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	determinação do dano	
Definição ALADI	Comprovação baseada em provas positivas e no exame objetivo do volume das importações, objeto de dumping ou de subsídios, verificando-se o efeito dessas importações nos preços dos produtos similares no mercado interno e sua consequente repercussão sobre os produtores nacionais desses produtos.	
Oração proposta	X determinar dano	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x_2) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	determinar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{determin-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	embarque reduzido	
Definição	Quando o total da mercadoria não é embarcada, considera-se "short shipment"	
Oração proposta	X embarcar não totalidade de mercadorias = embarcar reduzidamente mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ (x_2) _{Pac.Obj.}](y_1) _{Man}]]	
Predicado	embarcar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{embarc-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	

Funções sintáticas	objeto	
Satélite	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual: <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	envio de socorro	
Definição	Todas as mercadorias, tais como produtos alimentícios, medicamentos, vestuário, cobertores, barracas, bem como casas pré-fabricadas, veículos ou outros meios de transporte e quaisquer outros materiais ou elementos de primeira necessidade enviados para ajudar as vítimas de catástrofes naturais ou de sinistros semelhantes.	
Oração proposta	X enviar mercadorias para socorro	
Predicação	predicado + argumento ₂ +satélite ₂ [[[$\varphi(x_2)_{Pac.Obj}$](y_2) _{Prop.}]]	
Predicado	enviar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ envi- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 2	nível 2 – propósito/finalidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>finalidade</i> . Base: processo; argumento: finalidade.	

UTC	exportação a título definitivo	
Definição ALADI	Regime aduaneiro aplicável às mercadorias em livre circulação que deixam o território aduaneiro, destinadas a permanecer definitivamente fora deste.	
Oração proposta	X exportar mercadorias a título definitivo	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite _{1/1} [[[$\varphi(x_2)_{Pac.Obj}$](y_1) ($y_{1/1}$) _{Man}]]	
Predicado	exportar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ export- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		

Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4	[N[SP[SA]]] →[N[P+ N[Adj]]]
	[φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	
PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento ₁ : tipo; argumento _{1/1} : maneira.		

UTC	exportação temporária	
Definição	Regime aduaneiro destinado a facilitar a reimportação total ou parcialmente livre de direitos e impostos à importação de mercadorias exportadas com suspensão, se for o caso, dos direitos e impostos à exportação. Pode exigir-se que as mercadorias sejam exportadas com uma finalidade determinada e reimportadas dentro de um prazo estabelecido.	
Oração proposta	X exportar mercadorias temporariamente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ(x ₂) _{Pac.Obj.}](y ₁) _{Man.}]]	
Predicado	exportar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ export- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]
	[φ [x ₁]]	
Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira		

UTC	importação para consumo	
Definição ALADI	Regime aduaneiro pelo qual as mercadorias importadas podem entrar em livre circulação no território aduaneiro, prévio pagamento dos direitos e impostos à importação exigíveis, dando cumprimento às formalidades necessárias.	
Oração proposta	X importar mercadorias para consumo	
Predicação	predicado + argumento ₂ +satélite ₂ [[[φ (x ₂) _{Pac. Obj.}] (y ₂) _{Prop.}]]	
Predicado	importar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ import- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	

Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 2	nível 2 – propósito/finalidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] → [[N[P+(D)+N]]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>finalidade</i> . Base: processo; argumento: finalidade.	

UTC	importação temporária para aperfeiçoamento ativo	
Definição ALADI	O regime aduaneiro que permite receber no território aduaneiro nacional, sob um mecanismo suspensivo de direitos de alfândega, impostos e outros encargos de importação, as mercadorias destinadas a ser enviadas para o exterior após submetidas a um processo de ensablagem, montagem, incorporação a conjuntos, máquinas, equipamentos de transporte em geral ou aparelhos de maior complexidade tecnológica e funcional, elaboração, obtenção, transformação, reparação, manutenção, adequação, produção ou fabricação de bens.	
Oração proposta	X importar mercadorias temporariamente para aperfeiçoamento ativo	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ + satélite ₂ + satélite _{1/2} [[[[φ (x_2) _{Pac. Obj.}] (y_1) _{Man}](y_2) _{Prop}]]	
Predicado	importar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{import-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite 1	nível 1 – maneira	
Satélite 2	nível 2 – propósito /finalidade	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 7 [φ [x_1] [x_2 [$x_{1/2}$]]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SA]] [SP[SA]] → [N[Adj]] [P+N[Adj]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age de maneira e finalidade</i> . Base: processo; argumento ₁ : maneira; argumento ₂ : finalidade - processo; argumento _{1/2} : tipo.	

UTC	infração aduaneira
Definição ALADI	Qualquer violação ou tentativa de violação da legislação aduaneira.
Oração proposta	X infringir legislação aduaneira

Predicação	predicado + argumento ₂ + argumento _{1/2} [[[φ (x ₂) (x _{1/2}) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	infringir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre {infring-} e {infrac-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>pertence a</i> . Base: processo; argumento: pertencimento.	

UTC	início da investigação	
Definição ALADI	Declaração da autoridade nacional competente sobre o início do procedimento de investigação, após avaliação das provas apresentadas sobre o indício de dumping ou de subsídios e a relação causal do dano à produção nacional.	
Oração proposta	autoridade nacional iniciar investigação	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂ [[[φ (x ₁) (x _{1/2}) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	declarar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{declar-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [[N[P+(D)+N]]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	interação digital	
Definição ALADI	Conceito que envolve os processos de geração, manipulação e troca de dados e de informação, com base no uso de formatos padrões, sob um âmbito normativo comum, e por meios eletrônicos, facilitando a ágil e eficiente circulação de conhecimentos e de serviços, dentro de um determinado espaço de integração.	
Oração proposta	X interagir digitalmente	

Predicação	predicado + satélite ₁ [[[φ] (y ₁) _{Man}]]	
Predicado	interagir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre {interag-} e {interaç-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	monovalente	
Valência qualitativa	agente	
Argumento		
Funções semânticas	-	
Funções sintáticas	-	
Satélite	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	isenção de gravames aduaneiros	
Definição ALADI	Franquia tributária que outorga a isenção total ou parcial dos direitos e impostos à importação ou exportação de algumas mercadorias em razão de seu uso ou destino, ou pelo caráter do importador.	
Oração proposta	franquia tributária isentar gravames aduaneiros	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂ + argumento _{1/2} [[[φ (x ₁) (x _{1/1}) _{Ag.Suj.} (x ₂) (x _{1/2}) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	isenstar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alomorfa entre {isent-} e {isenç-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N[Adj]]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento ₁ : paciente; argumento _{1/1} : pertencimento	

UTC	liberação aduaneira	
Definição ALADI	Procedimento aduaneiro em virtude do qual é autorizada a exportação ou importação da carga.	
Oração proposta	aduana liberar exportação ou importação	
Predicação	predicado + argumento ₂ ∨ argumento ₂ ' [[[φ (x ₁) _{Ag.Suj.} (x ₂ ∨ x ₂ ') _{Pac.Obj.}]]]	

Predicado	liberar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ liber- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>produzido por</i> . Base: processo; argumento: agente	

UTC	liquidação de direitos e impostos	
Definição ALADI	Determinação do montante de direitos e impostos que devem ser pagos.	
Oração proposta	X liquidar direitos e impostos	
Predicação	predicado + argumento $_2 \wedge$ argumento $_2'$ [[[φ ($x_2 \wedge x_2'$) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	liquidar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{ liquid- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [$x_1 \wedge x_1'$]]	[N[SP]] → [[N[P+(D)+N]] \wedge [N[P+(D)+N]]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	manutenção de receitas ou de preços	
Definição ALADI	A estabilidade permanente das receitas dos produtores nacionais ou dos preços de alguns produtos básicos de exportação.	
Oração proposta	X manter receitas ou preços	
Predicação	predicado + argumento $_2 \vee$ argumento $_2'$ [[[φ ($x_2 \vee x_2'$) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	manter	
Marco predicativo		
Forma de predicado	alorfia entre { mant- } e { manutenç- }	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	

Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [$x_1 \vee x_1'$]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SP]] → [[N[P+(D)+N]] \vee [N[P+(D)+N]]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	negociação tarifária	
Definição ALADI	Um componente das negociações comerciais internacionais através do qual as partes procuram reduzir o imposto ou tarifa à importação aplicada aos produtos comercializados internacionalmente. A negociação tarifária pode ser realizada produto por produto (como era feito no passado) ou em termos globais, fixando percentagens gerais de redução (desgravação) de tarifas em um período de tempo e deixando um número reduzido de posições como exceções a essas regras.	
Oração proposta	partes negociar tarifas	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ [[[φ (x_1) _{Ag.Suj.} (x_2) _{Pac.Obj.}]]]	
Predicado	negociar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{negoci-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	proteção tarifária	
Definição ALADI	Proteção outorgada por um Governo às indústrias nacionais, mediante a cobrança de uma tarifa aos produtos importados.	
Oração proposta	governo proteger indústrias nacionais por tarifa	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento _{1/2} + satélite ₁ [[[φ (x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) ($x_{1/2}$) _{Pac. Obj.} (y_1) _{Instr.}]]]	
Predicado	proteger	
Marco predicativo		

Forma de predicado	{proteg-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Satélite 1	nível 1 – instrumento	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>produzido mediante</i> . Base: processo; argumento: instrumento.	

UTC	reconhecimento de mercadorias	
Definição ALADI	Inspeção física das mercadorias pela Alfândega, a fim de constatar que a natureza, a origem, a condição, a quantidade e o valor das mercadorias concordam com os detalhes fornecidos na declaração de mercadorias.	
Oração proposta	alfândega reconhecer mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ [[[φ (x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	reconhecer	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{reconhec-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] → [N[P + (D) + N]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	reposição de matérias-primas	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite importar, com isenção dos gravames respectivos, mercadorias equivalentes a outras que, havendo pagado anteriormente esses gravames, foram utilizadas na produção de artigos exportados previamente a título definitivo.	
Oração proposta	X repor matérias-primas	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ (x_2) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	repor	
Marco predicativo		

Forma de predicado	{repo-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] → [N[P + (D) + N]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	retirada de mercadorias	
Definição ALADI	Ato pelo qual a Alfândega permite aos interessados dispor das mercadorias objeto de despacho aduaneiro.	
Oração proposta	interessado retirar mercadorias do despacho aduaneiro	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento ₃ + argumento _{1/3} [[[φ (x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) _{Pac. Obj.} (x_3) ($x_{1/3}$) _{Loc.Obj.}]]]]	
Predicado	retirar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{retir-}	
Categoria sintática	V	
Valência quantitativa	trivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente – localização	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente – localização	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	tratamento diferencial	
Definição ALADI	Princípio do Tratado de Montevideu 1980 pelo qual se estabelece que os tratamentos previstos nos mecanismos do Tratado serão aplicados com diferentes alcances, de acordo com as três categorias de países estabelecidas no Art. 3 do Tratado de Montevideu 1980.	
Oração proposta	X tratar países diferencialmente	
Predicação	predicado + argumento ₂ + satélite ₁ [[[φ (x_2) _{Pac.Obj.}](y_1) _{Man.}]]	
Predicado	tratar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{trat-}	
Categoria sintática	v	

Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Satélite	nível 1 – maneira	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age de maneira</i> . Base: processo; argumento: maneira.	

UTC	união aduaneira	
Definição ALADI	Consiste na substituição de dois ou mais territórios aduaneiros por um único território aduaneiro, de tal forma que os direitos aduaneiros e demais regulamentações restritivas são eliminados quanto ao essencial dos intercâmbios comerciais entre os territórios constitutivos da união ou pelo menos no concernente ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários desses territórios. Cada um dos membros da União aplica ao comércio com os territórios que não estejam compreendidos nela direitos aduaneiros e demais regulamentações do comércio que, em substância, sejam idênticos.	
Oração proposta	X unir aduanas	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[$\varphi(x_2)_{\text{Pac. Obj}}$]]]	
Predicado	unir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{un-}	
Categoria sintática	v	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	união econômica	
Definição ALADI	Forma mais avançada de um processo de integração econômica, através da qual são estabelecidas as bases para uma concorrência ordenada entre os países comprometidos	

	com um processo de harmonização de suas políticas econômicas e sociais.	
Oração proposta	X unir economias	
Predicação	predicado + argumento ₂ [[[φ(x ₂) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	unir	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{un-}	
Categoria sintática	v	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	paciente	
Funções sintáticas	objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento: paciente.	

UTC	valoração aduaneira	
Definição ALADI	Uma das etapas do procedimento de aforamento, que consiste em avaliar as mercadorias submetidas a esse procedimento, de acordo com a Definição do Valor de Bruxelas.	
Oração proposta	aduana valorar mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ [[[φ (x ₁) _{Ag. Suj.} (x ₂) _{Pac.Obj}]]]	
Predicado	valorar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{valor-}	
Categoria sintática	v	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]
	Relação conceitual <i>produzido por</i> . Base: processo; argumento: agente.	

UTC	verificação da declaração de mercadorias	
Definição ALADI	Ação realizada pela Alfândega a fim de constatar que a declaração de mercadorias foi corretamente realizada e que os documentos justificativos cumprem as condições prescritas.	
Oração proposta	alfândega verificar declaração de mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento ₂ + argumento _{1/2}	

	[[[φ (x_1) _{Ag. Suj.} (x_2) ($x_{1/2}$) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	verificar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{verific-}	
Categoria sintática	v	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4	[N[SP[SP]] → [N[P+ [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]] N[P+(D)+N]]]
	PROPOSTA NOSSA: Relação conceitual <i>age sobre</i> . Base: processo; argumento ₂ : processo-paciente; argumento _{1/2} : paciente.	

UTC	vistoriador de alfândega	
Definição ALADI	Funcionário técnico aduaneiro encarregado de verificar a exatidão da declaração das mercadorias com as mesmas.	
Oração proposta	funcionário da alfândega vistoriar declaração das mercadorias	
Predicação	predicado + argumento ₁ + argumento _{1/1} + argumento ₂ argumento _{1/2} [[[φ (x_1) ($x_{1/1}$) _{Ag. Suj.} (x_2) ($x_{1/2}$) _{Pac. Obj.}]]]	
Predicado	vistoriar	
Marco predicativo		
Forma de predicado	{vistori-}	
Categoria sintática	v	
Valência quantitativa	bivalente	
Valência qualitativa	agente – paciente	
Argumento		
Funções semânticas	agente – paciente	
Funções sintáticas	sujeito – objeto	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
	Relação conceitual <i>pertence a</i> . Base: agente; argumento ₂ : pertencimento.	

ANEXO III

ANEXO III

Análise de formação de UTCs por regra de termo-predicado dikiana

UTC	acordo de alcance parcial	
Definição ALADI	Acordos dos quais não participa a totalidade dos países-membros Variante: acordo parcial	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A)	
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N [Adj]]]

UTC	acordo de alcance parcial agropecuário	
Definição ALADI	Acordos de alcance parcial que têm por objetivo, entre outros, fomentar e regular o comércio agropecuário intra-regional. Variante: acordo agropecuário.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : agropecuário _A)	
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(agropecuário) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	PROPOSTA NOSSA: [φ [x ₁ [x _{1/1}]] [x ₂]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SP[SA]] [SA]] → [N[P+N[Adj]] [Adj]]

UTC	acordo de alcance parcial de complementação econômica	
Definição ALADI	Acordos que têm por objetivo, entre outros, promover o máximo aproveitamento dos fatores de produção e estimular a	

	complementação econômica. Variante: acordo de complementação econômica.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : complementação _N) d) (1x ₁ : acordo: alcance: parcial: complementação _N : econômica _A)	
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(complementação) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅ d) {(econômica) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial: complementação _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto - processo” d) atribuição de propriedade: especificação “ assunto - paciente”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 9 [φ [x ₁ [x _{1/1}]][x ₂ [x _{1/2}]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SP[SA]][SP[SA]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [Adj]]]

UTC	acordo de alcance parcial de promoção do comércio	
Definição ALADI	Acordos que são referentes a matérias não tarifárias e que visam promover as correntes do comércio intra-regional. Variante: acordo de promoção do comércio	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : acordo _N : alcance _N) b) (1x ₁ : acordo: alcance _N : parcial _A) c) (1x ₁ : acordo: alcance parcial _N : promoção _N) d) (1x ₁ : acordo: alcance: parcial: promoção _N : comércio _N)	
Regra geral de formação	a) {(alcance) _[Prop.] } (acordo _N)∅ b) {(parcial) _[Prop.] } (acordo: alcance _N)∅ c) {(promoção) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial _N)∅ d) {(comércio) _[Prop.] } (acordo: alcance:parcial: promoção _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto - processo” d) atribuição de propriedade: especificação “ assunto - paciente”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 9 [φ [x ₁ [x _{1/1}]] [x ₂ [PROPOSTA NOSSA: [N[SP[SA]][SP[SP]] →

	$x_{1/2}]])$	$[N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]$
--	--------------	------------------------------

UTC	acordo de alcance parcial de renegociação	
Definição ALADI	Acordos de alcance parcial nos quais foram renegociadas as concessões outorgadas ao amparo dos mecanismos do Tratado de Montevideu 1960, incorporando-as ao novo esquema de integração. Variante: acordo de renegociação	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{acordo}_N: \text{alcance}_N)$ b) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance}_N : \text{parcial}_A)$ c) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance parcial}_N : \text{renegociação}_N)$	
Regra geral de formação	a) $\{(\text{alcance})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}_N)\emptyset$ b) $\{(\text{parcial})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance}_N)\emptyset$ c) $\{(\text{renegociação})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance:parcial}_N)\emptyset$	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a) de: 2.8. característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande c) de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	PROPOSTA NOSSA: $[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2]]$	PROPOSTA NOSSA: $[N[SP[SA]][Adj]] \rightarrow [N[P+N[Adj]] [P+N]]$

UTC	acordo de alcance regional	
Definição ALADI	Acordos dos quais participam todos os países-membros. Variante: acordo regional	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{acordo}_N: \text{alcance}_N)$ b) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance}_N : \text{regional}_A)$	
Regra geral de formação	a) $\{(\text{alcance})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}_N)\emptyset$ b) $\{(\text{regional})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance}_N)\emptyset$	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 $[\varphi [x_1[x_{1/1}]]]$	$[N[SP[SA]]] \rightarrow [N[P+(D)+N[Adj]]]$

UTC	acordo de complementação	
Definição ALADI	Acordos por setores industriais celebrados entre as Partes Contratantes do Tratado de Montevideu 1960 com a finalidade de facilitar a crescente integração de suas	

	economias, especialmente no campo da produção industrial (Arts. 16 e 17 do TM 60 e Resolução 99 (IV) da Conferência). Esses acordos foram adequados à nova modalidade de acordos comerciais prevista pelo Tratado de Montevideu 1980 (CM/Resolução 1, art. 8).	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{acordo}_N: \text{complementação}_N)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{complementação})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}_N)\emptyset$	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+ N]]$

UTC	acordo multilateral	
Definição ALADI	Acordos celebrados no âmbito jurídico institucional da OMC, aceitos e de caráter obrigatório para todos os países-membros deste organismo multilateral. Estes acordos são os pilares da Organização.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{acordo}_N: \text{multilateral}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{multilateral})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}_N)\emptyset$	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	acordo de alcance regional de abertura de mercados	
Definição ALADI	Acordos de alcance regional que têm por finalidade garantir um tratamento preferencial efetivo aos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Variante: acordo regional de abertura de mercados	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{acordo}_N: \text{alcance}_N)$ b) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance}_N : \text{regional}_A)$ c) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance regional}_N : \text{abertura}_N)$ d) $(1x_1: \text{acordo}: \text{alcance}: \text{regional}: \text{abertura}_N : \text{mercados}_N)$	
Regra geral de formação	a) $\{(\text{alcance})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}_N)\emptyset$ b) $\{(\text{regional})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance}_N)\emptyset$ c) $\{(\text{abertura})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance}: \text{regional}_N)\emptyset$ d) $\{(\text{mercados})_{[Prop.]}\} (\text{acordo}: \text{alcance}: \text{regional}: \text{abertura}_N)\emptyset$	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular” b) atribuição de propriedade: especificação “tipo” c) atribuição de propriedade: especificação “assunto - processo” d) atribuição de propriedade: especificação “assunto -	

	paciente”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a) de: 2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande d) antecedendo complemento nominal	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 9 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]][x_2 [$x_{1/2}$]]]	PROPOSTA NOSSA: [N[SP[SA]][SP[SP]] → [N[P+N[Adj]] [P+N [P+N]]]

UTC	administração de alfândega	
Definição ALADI	O serviço da administração responsável pela aplicação da legislação aduaneira e pela arrecadação dos direitos e impostos e, também, pela aplicação de outras leis e regulamentos referentes à importação, exportação, circulação ou depósito de mercadorias.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : administração _N : alfândega _N)	
Regra geral de formação	{(alfândega) _[Prop.] } (administração _N) \emptyset	
Relação semântica	Posse	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.1. possuidor. Ex.: a casa (é) dos pais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	amostra com valor comercial	
Definição ALADI	Os artigos de um valor comercial, representativos de uma categoria determinada de mercadorias já produzidas ou que são modelos de mercadorias cuja fabricação se projeta (não comercializáveis).	
Estrutura do termo	a) (1 x_1 : valor _N : comercial _A) b) (1 x_1 : amostra _N : valor : comercial _N)	
Regra geral de formação	a) {(comercial) _[Prop.] } (valor _N) \emptyset b) {(valor : comercial) _[Prop.] } (amostra _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “é do tipo” b) atribuição de propriedade – especificação, explicitada por preposição, “conteúdo”;	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	com: 1.6. matéria de um conteúdo ou de uma parte ou de um acessório Ex.: um jarro c. vinho, uma pasta c. documentos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]]

UTC	amostra sem valor comercial	
Definição ALADI	Qualquer mercadoria ou produto importado ou exportado sob essa condição, com a finalidade de demonstrar suas características, e que careça de todo valor comercial, seja porque não o possui, devido a sua quantidade, peso, volume	

	<p>ou outras condições de apresentação, ou porque foi privada desse valor mediante operações físicas de inutilização que evitem qualquer possibilidade de serem comercializadas.</p> <p>São consideradas também amostras sem valor comercial aquelas mercadorias cujo emprego como amostra implica sua destruição por degustação, ensaios, análise, tais como produtos alimentícios, bebidas, perfumes, produtos químicos, farmacêuticos e outros produtos semelhantes, sempre que apresentados em condições e quantidade, peso, volume ou outras formas que demonstrem de maneira inequívoca sua condição de amostras sem valor comercial.</p>		
Estrutura do termo	<p>a) (1x₁: valor_N: comercial_A)</p> <p>b) (1x₁: amostra_N: valor : comercial_N)</p>		
Regra geral de formação	<p>a) {(comercial)_[Prop.]} (valor_N)∅</p> <p>b) {(valor : comercial)_[Prop.]} (amostra_N)∅</p>		
Relação semântica	<p>a) atribuição de propriedade - especificação “tipo”</p> <p>b) atribuição de propriedade:especificação, explicitada por preposição, “privação”.</p>		
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	sem: 1.1. ausência, privação, falta Ex.: viver s. alegria, homem s. fé, crianças s. pão		
Regra proposta por Café (1999)	<table border="1"> <tr> <td>Regra 4 [φ [x₁[x_{1/1}]]]</td> <td>[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N [Adj]]]</td> </tr> </table>	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N [Adj]]]
Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N [Adj]]]		

UTC	área de preferências		
Definição ALADI	Para o cumprimento das funções básicas da Associação, os países-membros instituíram uma área de preferências econômicas, integradas por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial.		
Estrutura do termo	(1x ₁ : área _N : preferências _N) _{Popr.}		
Regra geral de formação	{(preferências) _[Prop.] } (área)∅		
Relação semântica	Atribuição de propriedade – especificação, explicitada por preposição, “constituição”		
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.11. constituição. Ex.: comissão de alunos		
Regra proposta por Café (1999)	<table border="1"> <tr> <td>Regra 1 [φ [x₁]]</td> <td>[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]</td> </tr> </table>	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]
Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]		

UTC	arbitragem conferida
Definição ALADI	Decisão dos árbitros depois de escutar uma controvérsia. Essa decisão provém de um Tribunal, obrigando as partes.
Estrutura do termo	(1x ₁ : arbitragem _N : conferida _A)
Regra geral de formação	{(conferida) _[Prop.] } (arbitragem _N)∅

Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação “maneira”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	barreira técnica ao comércio	
Definição ALADI	Barreiras ao comércio derivadas da aplicação de regulamentos técnicos e normas, como requisitos em matéria de provas, etiquetagem, recipientes e embalagem, marcação, certificação e marcas de origem, regulamentos de proteção de saúde e da segurança e regulamentos sanitários e fitossanitários.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : barreira _N : técnica _A) b) (1x ₁ : barreira : técnica _N : comércio _N)	
Regra geral de formação	a) {(técnica) _[Prop.] } (barreira _N)∅ b) {(comércio) _[Prop.] } (barreira : técnica _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “maneira” b) antecedendo complemento nominal	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SA[SP]]] → [N[Adj[P+N]]]

UTC	carga a granel	
Definição ALADI	Termo náutico usado quando um navio recebe sua carga solta ou a granel.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : a granel _N) _{Popr.}	
Regra geral de formação	{(a granel) _[Propr.] } (carga)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação “forma”.	
Comentário	Incluiu-se a preposição “a” nas estruturas subjacentes por ser parte da locução “a granel”. •a g. 1 sem qualquer embalagem ou acondicionamento. Ex.: carga a g. (HOUAISS)	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	carga de trânsito	
Definição ALADI	Qualquer tipo de mercadorias transportadas em um navio, exceto a exclusão feita no conceito "Carga", que continua a bordo do navio com destino a outro ponto.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : carga _N : trânsito _N) _{Popr.}	
Regra geral de formação	{(trânsito) _[Propr.] } (carga)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “situação”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.3. maneira de ser, estado, modo. Ex.: viver em paz, andar em andrajos, cabelos em ondas de: 1.8. modo Ex.: sair de fininho	

Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+ (D)+N]]
---	-----------------------------------	-------------------------------------

UTC	carga em coberta	
Definição ALADI	Carga transportada em coberta. Qualquer embarque sobre coberta está sujeito às regulações da Câmara de Comércio e a um acordo especial com o embarcador. O transporte em coberta, normalmente, não constitui armazenagem.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : carga _N : coberta _N) _{Loc.}	
Regra geral de formação	{(coberta) _[Loc.] } (carga) \emptyset	
Relação semântica	Locativo	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.2. lugar Ex.: estar em casa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	carga em toneladas	
Definição ALADI	Capacidade de transporte de um navio medida em toneladas de 40 pés cúbicos.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : carga _N : toneladas _N) _{Propr.}	
Regra geral de formação	{(toneladas) _[Propr.] } (carga) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “medida”.	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.8. equivalência e valor. Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	carga unitizada	
Definição ALADI	Sistema utilizado para transportar mercadorias que, sendo embaladas em pequenos volumes, consolida-se ou agrupa-se em um único recipiente de grande tamanho (container), com a finalidade de evitar que as mercadorias se destruam ou sejam subtraídas com facilidade e, ao mesmo tempo, para facilitar a manipulação e agilizar as operações de carga ou descarga.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : carga _N : unitizada _A) _{Propr.}	
Regra geral de formação	{(unitizada) _[Propr.] } (carga) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “forma”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]

UTC	categoria de países	
------------	----------------------------	--

Definição ALADI	ALALC/CM/Resolução 6, de 12 de agosto de 1980. Classificação dos países-membros atendendo as características econômico-estruturais. São estabelecidas três categorias de países: a) Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo: Bolívia, Equador e Paraguai; b) Países de Desenvolvimento Intermediário: Colômbia, Chile, Cuba, Peru, Uruguai e Venezuela, e c) Outros países-membros: Argentina, Brasil e México	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{categoria}_N: \text{países}_N)_{\text{Propr.}}$	
Regra geral de formação	$\{(\text{países})_{[\text{Propr.}]}\} (\text{categoria})\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade:especificação, explicitada por preposição, “constituição”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.11. constituição. Ex.: comissão de alunos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	certificado de conformidade	
Definição ALADI	Documento emitido de acordo com as regras de um sistema de certificação, que proporciona confiança em que um produto, processo ou serviço devidamente identificado está conforme com uma norma específica ou outro documento normativo.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{certificado}_N: \text{conformidade}_N)_{\text{Propr.}}$	
Regra geral de formação	$\{(\text{conformidade})_{[\text{Propr.}]}\} (\text{certificado})\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade:especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	certificado de origem	
Definição ALADI	Documento oficialmente válido, acreditando que as mercadorias nele amparadas são originárias de um determinado país.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{certificado}_N: \text{origem}_N)_{\text{Propr.}}$	
Regra geral de formação	$\{(\text{origem})_{[\text{Propr.}]}\} (\text{certificado})\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade:especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	certificado de origem digital	
Definição ALADI	Versão eletrônica de um Certificado de Origem gerado eletronicamente em formato XML(eXtensible Markup Language) e assinado digitalmente pelo seu emissor/assinante, utilizando técnicas criptográficas, validado mediante a utilização de um certificado de identificação digital de chave pública	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : certificad _N : origem _N) b) (1x ₁ : certificad _N : origem _N : digital _A)	
Regra geral de formação	a) {(origem) _[Prop.] } (certificad _N)∅ b) {(digital) _[Prop.] } (certificad _N : origem _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto” b) atribuição de propriedade: especificação “maneira”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x ₁ /1]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N [Adj]]]

UTC	certificado de seguro	
Definição ALADI	Documento expedido por uma companhia de seguros ou por seu agente para estabelecer que uma mercadoria está amparada contra determinados riscos.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : certificad _N : segur _N)	
Regra geral de formação	{(seguro) _[Prop.] } (certificad _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	certificado fitossanitário	
Definição ALADI	Certificado oficial expedido por uma autoridade sanitária competente do país de origem, no qual se faz constar que o material vegetal inspecionado está isento de pragas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : certificad _N : fitossanitário _A)	
Regra geral de formação	{(fitossanitário) _[Prop.] } (certificad _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	certificado sanitário	
Definição ALADI	Documento expedido pelos organismos correspondentes do país de origem, no qual se faz constar que a mercadoria analisada está isenta de elementos patogênicos.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : certificado _N : sanitário _A)	
Regra geral de formação	{(sanitário) _[Prop.] } (certificado _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	certificado zoossanitário	
Definição ALADI	Certificado expedido por uma entidade competente do país de origem, no qual se faz constar o bom estado sanitário das mercadorias de origem animal nele consignadas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : certificado _N : zoossanitário _A)	
Regra geral de formação	{(zoossanitário) _[Prop.] } (certificado _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	cláusula da nação mais favorecida	
Definição ALADI	No âmbito de um acordo comercial, é o princípio que dispõe que toda vantagem, favor, privilégio ou imunidade concedida por um país a produtos originários de outro país ou a ele destinados será estendido, imediata e incondicionalmente, a qualquer produto similar, originário do território de todos os demais países-membros desse acordo. Este princípio está consagrado no Artigo I do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : mais _{Adv} : favorecida _A) b) (1x ₁ : nação _N : mais:favorecida _A) c) (1x ₁ : cláusula _N : nação: mais: favorecida _N)	
Regra geral de formação	a) {(favorecida) _[Prop.] } (mais _{Adv})∅ b) {(mais : favorecida) _[Prop.] } (nação _N)∅ c) {(nação : mais favorecida) _[Prop.] } (cláusula _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: - especificação “intensidade” b) atribuição de propriedade: - especificação “paciente” c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 5 [φ [x ₁ [x _{1/1} [x _{1/1/1}]]]]	[N[SP[SAdv[SA]]]] → [N[P+N [Adv[Adj]]]]

UTC	código tarifário	
Definição ALADI	Estrutura numérica indicada para a classificação das mercadorias, visando facilitar seu reconhecimento no comércio internacional	
Estrutura do termo	(1x ₁ : código _N : tarifário _A)	
Regra geral de formação	{(tarifário) _[Prop.] } (código _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação “finalidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	comunicação de conformidade	
Definição ALADI	Documento emitido pelas empresas chamadas "verificadoras", contratadas especialmente pelos Governos de vários países para a fiscalização de seu comércio exterior, as quais outorgam sua aprovação no momento da importação ou exportação de mercadorias, uma vez verificados: preço, quantidade e qualidade dos produtos.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : comunicação _N : conformidade _N)	
Regra geral de formação	{(conformidade) _[Prop.] } (comunicação _N)∅	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto - processo”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	conhecimento de embarque	
Definição ALADI	Documento de caráter comercial mediante o qual o capitão do navio ou o carregador reconhecem o embarque de determinada mercadoria, sob algumas condições.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : conhecimento _N : embarque _N)	
Regra geral de formação	{(embarque) _[Prop.] } (conhecimento _N)∅	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto - processo”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	contribuição orçamentária	
Definição ALADI	Contribuição financeira que os países-membros devem	

	realizar para tornar possível a execução do orçamento da Associação. As mencionadas contribuições são aprovadas pelo Comitê de Representantes por meio da Resolução correspondente a cada Orçamento anual				
Estrutura do termo	(1x ₁ : contribuição _N : orçamentária _A)				
Regra geral de formação	{(orçamentária) _[Prop.] } (contribuição _N)∅				
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação “tipo”				
Regra proposta por Café (1999)	<table border="1"> <tr> <td>Regra 1</td> <td>[N[SA]] → [N[Adj]]</td> </tr> <tr> <td>[φ [x₁]]</td> <td></td> </tr> </table>	Regra 1	[N[SA]] → [N[Adj]]	[φ [x ₁]]	
Regra 1	[N[SA]] → [N[Adj]]				
[φ [x ₁]]					

UTC	crédito documentário				
Definição ALADI	Convênio, seja qual for sua denominação ou descrição, em virtude do qual um Banco (Emissor), atuando a pedido e de conformidade com as instruções de um cliente (ordenador), deverá obrigar-se a efetuar um pagamento a um terceiro (beneficiário), ou a sua ordem, ou pagar, aceitar ou negociar as letras de câmbio (saques) liberados pelo beneficiário ou autorizar que esses pagamentos sejam efetuados ou que esses saques sejam pagos, aceitos ou negociados por outro banco, contra entrega dos documentos exigidos, desde que os termos e condições do crédito tenham sido cumpridos.				
Estrutura do termo	(1x ₁ : crédito _N : documentário _A)				
Regra geral de formação	{(documentário) _[Prop.] } (crédito _N)∅				
Relação semântica	Atribuição de propriedade: - especificação “valor”				
Regra proposta por Café (1999)	<table border="1"> <tr> <td>Regra 1</td> <td>[N[SA]] → [N[Adj]]</td> </tr> <tr> <td>[φ [x₁]]</td> <td></td> </tr> </table>	Regra 1	[N[SA]] → [N[Adj]]	[φ [x ₁]]	
Regra 1	[N[SA]] → [N[Adj]]				
[φ [x ₁]]					

UTC	critério de classificação do Conselho de Cooperação Aduaneira
Definição ALADI	Decisão sobre a classificação de uma mercadoria determinada, adotada pelo Comitê do Sistema Harmonizado e homologada pelo Conselho de Cooperação Aduaneira.
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : critério _N : classificação _N) b) (1x ₁ : critério: classificação _N : Conselho de Cooperação Aduaneira _N)
Regra geral de formação	a) {(classificação) _[Prop.] } (critério _N)∅ b) {(Conselho de Cooperação Aduaneira) _[Poss.] } (critério: classificação _N)∅
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade” b) autor
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: a) 2.4. finalidade. Ex.: vestido de festa. b) 2.2o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões

Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [[φ [x ₁ [x _{1/1}]]]]	[N[SP[SP]]] → [N[P+N[P+(D)+N]]]
---	--	---------------------------------

UTC	custo do frete em dólares	
Definição ALADI	Custo do transporte das mercadorias do porto, aeroporto ou lugar de embarque até o porto, aeroporto ou lugar de destino, expresso em dólares.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : custo _N : frete _N) b) (1x ₁ : custo: frete _N : dólares _N)	
Regra geral de formação	a) {(frete) _[Prop.] } (custo _N)∅ b) {(dólares) _[Prop.] } (custo: frete _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “posse” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “medida, valor”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a) de: 2.1. possuidor Ex.: a casa (é) dos pais b) em: 1.8. equivalência e valor Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 2 [[φ [x ₁] [y ₁]]]	[[N[SP]][SAdv]] → [N[P+(D)+N]] [Loc Adv]]

UTC	custo do seguro em dólares	
Definição ALADI	Custo do seguro das mercadorias durante seu transporte do país exportador até o país importador, expresso em dólares.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : custo _N : seguro _N) b) (1x ₁ : custo: seguro _N : dólares _N)	
Regra geral de formação	a) {(seguro) _[Prop.] } (custo _N)∅ b) {(dólares) _[Prop.] } (custo: seguro _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “posse” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “medida, valor”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a) de: 2.1. possuidor Ex.: a casa (é) dos pais b) em: 1.8. equivalência e valor Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 2 [[φ [x ₁] [y ₁]]]	[[N[SP]] [SAdv]] → [N[P+(D)+N]] [Loc Adv]]

UTC	declaração de mercadorias	
Definição ALADI	Uma declaração que deve realizar-se da forma estabelecida pela Alfândega, mediante a qual as pessoas interessadas indicam que regime aduaneiro pretendem aplicar às mercadorias e fornecem os detalhes informativos solicitados pela Alfândega para a aplicação do regime escolhido.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : declaração _N : mercadorias _N)	

Regra geral de formação	{(mercadorias) _[Prop.] } (declaração _N)∅	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	depósito de alfândega	
Definição ALADI	Locais e recintos pertencentes à Alfândega ou autorizados por esta, onde as mercadorias podem ser armazenadas sob controle da Alfândega, sem pagamento prévio dos direitos e impostos correspondentes. Enquanto as mercadorias estiverem depositadas nestes locais e recintos, a Alfândega somente poderá autorizar manipulações tais como reconhecimento, reacondicionamento, reembalagem, extração ou tomada de amostras.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : depósito _N : alfândega _N)	
Regra geral de formação	{(alfândega) _[Poss.] } (depósito _N)∅	
Relação semântica	Posse	
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	de: 2.1. possuidor. Ex.: a casa (é) dos pais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	depósito de exportação	
Definição ALADI	Sistema utilizado com o objetivo de armazenar mercadorias destinadas à exportação ou ao rancho, ficando livres de gravames aduaneiros e de outros tributos exigidos no comércio interno.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : depósito _N : exportação _N)	
Regra geral de formação	{(exportação) _[Prop.] } (depósito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.4 finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	depósito franco	
Definição ALADI	Local ou recinto unitário, perfeitamente deslindado (próximo a um porto ou aeroporto) amparado por presunção de extraterritorialidade aduaneira, no qual as mercadorias	

	estrangeiras poderão ser submetidas a diversas operações.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : depósito _N : franco _A)	
Regra geral de formação	{(franco) _[Prop.] } (depósito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	direito à exportação	
Definição ALADI	É aquele gravame tarifário aplicado a todas ou a determinadas mercadorias no momento da exportação. Este é um tipo de tributo muito pouco usado no comércio internacional.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : exportação _N)	
Regra geral de formação	{(exportação) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “causa”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a: 1.2 tempo. Ex.: a que horas?	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	direito aduaneiro	
Definição ALADI	Conjunto de normas jurídicas codificadas que servem para regular o comércio exterior e as atividades desenvolvidas pelas pessoas na intervenção perante as Alfândegas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : aduaneiro _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	direito definitivo	
Definição ALADI	Direito antidumping ou compensatório, fixado pelo país importador após concluído, definitivamente, o processo de investigação.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : definitivo _A)	
Regra geral de formação	{(definitivo) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “estado”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	direito provisório	
------------	---------------------------	--

Definição ALADI	Direito antidumping ou compensatório, fixado pelo país importador, em caráter provisório, durante o período de investigação por dumping ou subsídios.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : provisório _A)	
Regra geral de formação	{(provisório) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “estado”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	direito compensatório	
Definição ALADI	Entende-se por "direito compensatório" um direito especial para neutralizar qualquer subsídio concedido direta ou indiretamente à fabricação, produção ou exportação de qualquer mercadoria.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : compensatório _A)	
Regra geral de formação	{(compensatório) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “finalidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	direito de alfândega	
Definição ALADI	Direitos estabelecidos nas tarifas de Alfândega, aos quais estão submetidas as mercadorias, tanto na entrada como na saída do território aduaneiro.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : alfândega _A)	
Regra geral de formação	{(alfândega) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “autor”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.2 o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	direito de importação	
Definição ALADI	Denominado também direito aduaneiro, por se tratar de um imposto cobrado pela alfândega de um país para permitir a entrada de mercadorias no território nacional.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : direito _N : importação _N)	
Regra geral de formação	{(importação) _[Prop.] } (direito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, finalidade	
Sentido atualizado da	de:2.4 . finalidade. Ex.: vestido de festa	

preposição – Houaiss		
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	direito e imposto à exportação	
Definição ALADI	Direitos aduaneiros e todos os demais direitos, impostos ou encargos percebidos na exportação ou por ocasião da exportação de mercadorias, com exceção das taxas, cujo montante se limite ao custo aproximado dos serviços efetivamente prestados.	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: direito _N : exportação _N) b) ($1x_1$: imposto _N : exportação _N) c) ($1x_1$: direito \wedge imposto _N : exportação _N)	
Regra geral de formação	a) {(exportação) _[Prop.] } (direito _N) \emptyset b) {(exportação) _[Prop.] } (imposto _N) \emptyset c) {(exportação) _[Prop.] } (direito \wedge imposto _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “causa”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a:1.2.tempo. Ex.: a que horas?	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	direito e imposto à importação	
Definição ALADI	Direitos aduaneiros e todos os demais direitos, impostos ou encargos percebidos na importação ou por ocasião da importação de mercadorias, com exceção das taxas, cujo montante se limite ao custo aproximado dos serviços efetivamente prestados.	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: direito _N : importação _N) b) ($1x_1$: imposto _N : importação _N) c) ($1x_1$: direito \wedge imposto _N : importação _N)	
Regra geral de formação	a) {(importação) _[Prop.] } (direito _N) \emptyset b) {(importação) _[Prop.] } (imposto _N) \emptyset c) {(importação) _[Prop.] } (direito \wedge imposto _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “causa”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	a:1.2.tempo. Ex.: a que horas?	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]

UTC	direito e imposto específicos	
Definição ALADI	Os direitos e impostos consistentes em importâncias fixas, aplicados sobre unidades de medida física das mercadorias.	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: direito _N : específico _A)	

	b) (1x ₁ : imposto _N : específico _A) c) (1x ₁ : direito ∧ imposto _N : específicos _A)	
Regra geral de formação	a) {(específico) _[Prop.] } (direito _N)∅ b) {(específico) _[Prop.] } (imposto _N)∅ c) {(específicos) _[Prop.] } (direito ∧ imposto _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	direito e imposto mistos	
Definição ALADI	Combinação de direitos ou impostos específicos e ad valorem, aplicável a uma mesma mercadoria.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : direito _N : misto _A) b) (1x ₁ : imposto _N : misto _A) c) (1x ₁ : direito ∧ imposto _N : mistos _A)	
Regra geral de formação	a) {(misto) _[Prop.] } (direito _N)∅ b) {(misto) _[Prop.] } (imposto _N)∅ c) {(mistos) _[Prop.] } (direito ∧ imposto _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	efeito de migrantes	
Definição ALADI	Quando os bens móveis dos migrantes alcançam valores significativos, todos os bens desta categoria que excedam um valor mínimo estabelecido pela legislação nacional deverão ser registrados como exportações ou importações.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : efeito _N : migrantes _N)	
Regra geral de formação	{(migrantes) _[Prop.] } (efeito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “causa”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.6. causa Ex.: cego de tanta claridade, desmaiou de fome	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	entrepósito aduaneiro	
Definição ALADI	Armazenamento de mercadorias em lugares designados para esses efeitos, sob o poder do Serviço de Alfândegas. São lugares físicos sob controle da alfândega para depositar mercadorias estrangeiras, seja como simples depósito ou para serem submetidas à transformação.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : entreposto _N : aduaneiro _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (entrepósito _N)∅	

Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “posse”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	entrepósito aduaneiro industrial	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite introduzir em um recinto sob controle aduaneiro, com suspensão do pagamento dos gravames à importação, certas mercadorias destinadas a serem reexportadas dentro de um prazo estabelecido, após terem sofrido transformação, elaboração ou reparação determinada.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : entreposto _N : aduaneiro _A) b) (1x ₁ : entreposto : aduaneiro _N : industrial _A)	
Regra geral de formação	a) {(aduaneiro) _[Prop.] } (entrepósito _N)∅ b) {(industrial) _[Prop.] } (entrepósito : aduaneiro _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “posse” b) atribuição de propriedade – especificação “finalidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁][x ₂]]	[N [SA[SA]]] → [N[Adj[Adj]]]

UTC	equipamento do navio	
Definição ALADI	Artigos não fornecidos nem restituídos, que leva a bordo um navio para seu uso, relativos à viagem e que sejam pertences móveis, mas não fungíveis, inclusive acessórios tais como botes, salva-vidas, âncoras, correntes, móveis, aparelhos e outros artigos semelhantes.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : equipamento _N : navio _N)	
Regra geral de formação	{(navio) _[Prop.] } (equipamento _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “aquilo do que é parte”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.3. aquilo de que é parte. Ex.: maçaneta da porta	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	estabelecimento quarentenário	
Definição ALADI	Edifício ou conjunto de edifícios onde são mantidos os animais totalmente isolados, sem contato direto ou indireto com outros animais, para submetê-los à observação de maior ou menor duração e realizar diferentes provas de controle para que o Serviço Veterinário oficial possa comprovar que não estão afetados por algumas doenças. Esta denominação é usada também para igual tratamento em matéria vegetal, por razões de índole sanitária. É também denominado "centro quarentenário".	

Estrutura do termo	(1x ₁ : estabelecimento _N : quarentenário _A)	
Regra geral de formação	{(quarentenário) _[Prop.] } (estabelecimento _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “finalidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	estrutura jurídica	
Definição ALADI	Normas de caráter jurídico emanadas dos órgãos políticos da Associação.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : estrutura _N : jurídica _A)	
Regra geral de formação	{(jurídica) _[Prop.] } (estrutura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade – especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	estrutura organizacional	
Definição ALADI	Distribuição, conformação e funções das áreas de direção, de apoio, de assessoramento e operações determinadas por Resoluções do Comitê de Representantes (ALADI/CR/Resolução 92)	
Estrutura do termo	(1x ₁ : estrutura _N : organizacional _A)	
Regra geral de formação	{(organizacional) _[Prop.] } (estrutura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	estrutura orgânica da Secretaria	
Definição ALADI	Remissiva estrutura organizacional	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : estrutura _N : orgânica _N) b) (1x ₁ : estrutura : orgânica _N : Secretaria _N)	
Regra geral de formação	a) {(orgânica) _[Prop.] } (estrutura)∅ b) {(Secretaria) _[Poss.] } (estrutura : orgânica _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) posse	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.1 possuidor. Ex.: a casa (é) dos pais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SA[SP]]] →[N[Adj [P + N]]]

UTC	fatura aduaneira	
Definição ALADI	Documento solicitado pelo Serviço de Alfândegas de alguns países com características semelhantes à fatura comercial ou	

	consular.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fatura _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (fatura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “procedência”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fatura comercial	
Definição ALADI	Documento privado, expedido pelo vendedor de uma mercadoria em favor de seu comprador. Este documento contém alguma informação que a diferencia de uma fatura própria do comércio interno de um país, como as condições em que será fornecida a mercadoria, via de transporte, cláusula de compra, nome do exportador e do comprador, nº do registro do importador, etc.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fatura _N : comercial _A)	
Regra geral de formação	{(comercial) _[Prop.] } (fatura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “procedência”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fatura consular	
Definição ALADI	Documento emitido pelo vendedor de uma mercadoria em uma transação comercial internacional, para sua apresentação no Serviço de Alfândegas do importador, prévia aprovação do cônsul do país exportador.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fatura _N : consular _A)	
Regra geral de formação	{(consular) _[Prop.] } (fatura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “procedência”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fatura documentária	
Definição ALADI	Conhecimento de embarque com letra de câmbio, fatura, apólice de seguro e, às vezes, uma carta hipotecária, como garantia.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fatura _N : documentária _A)	
Regra geral de formação	{(documentária) _[Prop.] } (fatura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “valor”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	formalidade aduaneira	
Definição ALADI	Conjunto de operações que devem fazer tanto a pessoa interessada como a Alfândega desde o ingresso das mercadorias no território aduaneiro até o momento em que são colocadas sob um regime aduaneiro.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : formalidade _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (formalidade _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “conformidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	foro virtual	
Definição ALADI	O Foro Virtual é uma série de diálogos e discussões on-line sobre determinado tema. Os Foros Virtuais oferecem à comunidade interessada a oportunidade de contribuir com opiniões, dúvidas, referências e experiências, objetivando ampliar os conhecimentos sobre o tema principal de discussões do Foro. A particularidade é que são completamente realizados on-line em um website e por e-mail dos participantes permitindo assim, uma ampla participação sem as limitações das distâncias geográficas, nem as limitações de tempo	
Estrutura do termo	(1x ₁ : foro _N : virtual _A)	
Regra geral de formação	{(virtual) _[Prop.] } (foro _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “maneira”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fração aduaneira	
Definição ALADI	Nível de desagregação de oito ou dez dígitos de um produto dentro da nomenclatura aduaneira de um país.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fração _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (fração _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	franquia aduaneira	
Definição ALADI	Isenção total ou parcial do pagamento dos direitos e impostos à importação e/ou exportação aplicáveis às mercadorias que	

	entram ou saem do território aduaneiro.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : franquia _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (franquia _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fronteira aduaneira	
Definição ALADI	Limite do território aduaneiro. Espaço do território físico do país, considerado como limite para aplicar um regime liberatório ou geral no tratamento das mercadorias.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : fronteira _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (fronteira _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	fundo de capital de trabalho	
Definição ALADI	Item patrimonial que se integra com os remanescentes dos créditos orçamentários não utilizados na execução anual; isto é, trata-se do crédito aprovado para a realização de gastos anuais e não utilizado até 31 de dezembro de cada ano.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : fundo _N : capital _N) b) (1x ₁ : capital _N : trabalho _N) c) (1x ₁ : fundo _N : capital:trabalho _N)	
Regra geral de formação	a) {(capital) _[Prop.] } (fundo _N)∅ b) {(trabalho) _[Prop.] } (capital _N)∅ c) {(capital: trabalho) _[Prop.] } (fundo _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, conteúdo b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, finalidade c) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, conteúdo	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: a) 2.6. continente ou conteúdo. Ex.: copo de água, a água do copo b) 2.4. finalidade. Ex.: vestido de festa c) 2.6. continente ou conteúdo. Ex.: copo de água, a água do copo	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SP]]] →[N[P+N[P+(D)+N]]]

UTC	garantia específica	
Definição ALADI	A que assegura a execução de uma única operação aduaneira.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{garantia}_N: \text{específica}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{específica})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{garantia}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	garantia pessoal	
Definição ALADI	Pessoa que se obriga, segundo as normas legais prescritas, a assumir as consequências financeiras derivadas da falta de cumprimento dos compromissos contraídos por outra pessoa com a alfândega.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{garantia}_N: \text{pessoal}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{pessoal})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{garantia}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “maneira”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	garantia real	
Definição ALADI	Dinheiro ou outros valores depositados provisoriamente, que respondem pelo pagamento dos gravames e outras quantias exigíveis de conformidade com os compromissos contraídos com a alfândega.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{garantia}_N: \text{real}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{real})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{garantia}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “maneira”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	gravame residual	
Definição ALADI	Remissiva à preferência por pontos.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{gravame}_N: \text{residual}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{residual})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{gravame}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	grupo de trabalho	
Definição ALADI	Grupos de trabalho integrados por Representantes e/ou especialistas, criados pelo Comitê para o estudo de	

	determinados temas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : grupo _{ON} : trabalho _N)	
Regra geral de formação	{(trabalho) _[Prop.] } (grupo _{ON})∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade – especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.4 finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	jurisdição aduaneira	
Definição ALADI	Potestade que tem o Estado em todo o território do país para controlar e fiscalizar, conforme o direito, as operações de comércio exterior, a arrecadação de gravames aduaneiros e tributos de importação e exportação, quando corresponder, através da Alfândega Nacional. Também tem competência para conhecer e resolver as causas de contrabando e fraude ou outras, concernentes à impugnação dos atos das autoridades aduaneiras relacionadas com as operações de comércio exterior, de acordo com disposições legais em vigência.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : jurisdição _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (jurisdição _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	legislação aduaneira	
Definição ALADI	As disposições legais e regulamentares, relativas à importação, exportação, circulação e depósito de mercadorias, cuja aplicação está expressamente encomendada à alfândega, bem como qualquer norma baixada por ela dentro de suas competências.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : legislação _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (legislação _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	legislação fitossanitária	
Definição ALADI	Leis básicas que concedem autoridade legal ao serviço oficial estabelecido pelo Governo para desempenhar as funções específicas requeridas para proteger a vida e saúde dos vegetais, incluindo o controle do cumprimento dos requisitos	

	fitossanitários nas importações, exportações, trânsito de mercadorias e bens, a partir da qual podem elaborar as regulamentações fitossanitárias.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : legislação _N : fitossanitária _A)	
Regra geral de formação	{(fitossanitária) _[Prop.] } (legislação _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	legislação zoossanitária	
Definição ALADI	Leis básicas, decretos e resoluções oficiais que regulam a sanidade animal, as importações e exportações de animais e produtos animais, salvaguardando a saúde pública e dando âmbito legal às ações sanitárias relacionadas com a produção de animais e com a indústria de processamento.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : legislação _N : zoossanitária _A)	
Regra geral de formação	{(zoossanitária) _[Prop.] } (legislação _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	lista comum	
Definição ALADI	Relação dos produtos cujos gravames e demais restrições as Partes Contratantes do Tratado de Montevideu 1960 comprometiam-se a eliminar integralmente para o comércio intrazonal ao finalizar o período estabelecido para o aperfeiçoamento de uma Zona de Livre Comércio, cumprindo as condições e prazos estabelecidos expressamente nesse Tratado (Art.4, letra b) TM60)	
Estrutura do termo	(1x ₁ : lista _N : comum _A)	
Regra geral de formação	{(comum) _[Prop.] } (lista _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	lista de embalagem	
Definição ALADI	A Lista de Embalagem tem estreita relação com a fatura e normalmente vai junto. Documento que fornece dados sobre a forma de embalagem das mercadorias, o conteúdo dos diferentes recipientes e especifica os pesos e dimensões de cada um dos volumes da expedição. É um documento que facilita às autoridades de alfândegas sua inspeção e ao cliente a identificação do conteúdo da expedição.	

Estrutura do termo	(1x ₁ : lista _N : embalagem _N)	
Regra geral de formação	{(embalagem) _[Prop.] (lista _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	lista de exceções	
Definição ALADI	Produtos excluídos de tratamento preferencial em um acordo.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : lista _N : exceções _N)	
Regra geral de formação	{(exceções) _[Prop.] (lista _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	lista de abertura de mercados	
Definição ALADI	Listas de produtos que fazem parte do Acordo Regional de Abertura de Mercados. Para esses produtos os países outorgantes acordaram a eliminação total de gravames aduaneiros e demais restrições à importação quando provenientes do país de menor desenvolvimento econômico relativo beneficiário.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : abertura _N : mercados _N) b) (1x ₁ : lista _N : abertura : mercados _N)	
Regra geral de formação	a) {(mercados) _[Prop.] (abertura _N)∅ b) {(abertura : mercados) _[Prop.] (lista _N)∅	
Relação semântica	a) antecedendo complemento nominal b) atribuição de propriedade: assunto	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SP]]] →[N[P+N[P+(D)+N]]]

UTC	lista de vantagens não extensivas	
Definição ALADI	Relação dos produtos que uma Parte Contratante concedia a outra Parte Contratante de menor desenvolvimento econômico relativo, com vantagens não extensivas às demais Partes Contratantes, enquanto fosse necessário e em caráter transitório, a fim de estimular a instalação ou a expansão de	

	determinadas atividades produtivas (Art. 32, literal a) TM60)	
Estrutura do termo	a) (plx ₁ : vantagens _N : não extensivas _N) b) (1x ₁ : lista _N : vantagens : não extensivas _N)	
Regra geral de formação	a) {(não extensivas) _[Prop.] } (vantagens _N)∅ b) {(vantagens : não extensivas) _[Prop.] } (lista _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N [Adj]]]

UTC	lugar para frete de contêineres	
Definição ALADI	Lugar operado por um transportador para reunir e distribuir os embarques dentro ou fora dos contêineres.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : frete _N : contêineres _N) b) (1x ₁ : lugar _N : frete : contêineres _N)	
Regra geral de formação	a) {(contêineres) _[Prop.] } (frete _N)∅ b) {(frete : contêineres) _[Prop.] } (lugar _N)∅	
Relação semântica	a) antecedendo complemento nominal b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	para: propósito; com finalidade de. Ex.: madrugadas p. caminhar?	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SP]]] →[N[P+N[P+(D)+N]]]

UTC	margem de preferência	
Definição ALADI	Consiste no estabelecimento de uma preferência com relação aos tratamentos aplicados à importação de terceiros países.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : margem _N : preferência _A)	
Regra geral de formação	{(preferência) _[Prop.] } (margem _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	medida fitossanitária	
Definição ALADI	Legislação, regulação ou procedimento oficial aplicado com o propósito de prevenir a introdução ou a disseminação de pragas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : medida _N : fitossanitária _A)	

Regra geral de formação	{(fitossanitária) _[Prop.] } (medida _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	medida paratarifária	
Definição ALADI	Medidas que aumentam o custo das importações de forma análoga à das medidas tarifárias, ou seja, em uma determinada percentagem ou quantia, calculadas, respectivamente, com base no valor ou na quantidade. Existem, basicamente, 4 grupos: encargos aduaneiros, gravames adicionais, gravames internos sobre produtos importados e aforamento aduaneiro, baseado em um preço administrativo.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : medida _N : paratarifária _A)	
Regra geral de formação	{(paratarifária) _[Prop.] } (medida _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	medida tarifária	
Definição ALADI	Gravames aplicados à importação de mercadorias, objetivando modificar os preços a fim de proteger as atividades nacionais, influir na alocação de recursos, na distribuição do ingresso e incrementar a arrecadação impositiva. A arrecadação impositiva, por razões fiscais, na atualidade perdeu importância, devido a que os gravames tarifários foram substituídos por impostos de diferente natureza, por exemplo, os impostos ao consumo. Os gravames tarifários, geralmente, são aplicados na data do registro do respectivo pedido de destinação de importação para consumo.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : medida _N : tarifária _A)	
Regra geral de formação	{(tarifária) _[Prop.] } (medida _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	meio de transporte	
Definição ALADI	Navio, aeronave, vagão ferroviário, caminhão, container ou qualquer outro veículo utilizado para o transporte de mercadorias por determinada via.	

Estrutura do termo	(1x ₁ : meio _N : transporte _N)	
Regra geral de formação	{(transporte) _[Prop.] } (meio _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.4 finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	mercado comum	
Definição ALADI	Forma de integração econômica de dois ou mais países que, além de constituir-se em um único território aduaneiro, harmonizam suas políticas macroeconômicas, produzindo como resultado um mercado sem barreiras, no qual circulam livremente bens, pessoas e capitais.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : mercado _N : comum _A)	
Regra geral de formação	{(comum) _[Prop.] } (mercado _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	nomenclatura tarifária	
Definição ALADI	Lista que apresenta de forma estruturada e sistematizada as mercadorias objeto do comércio internacional, identificando-as por meio de códigos numéricos. Atualmente, a base das diferentes nomenclaturas tarifárias é o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), de aplicação universal.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : nomenclatura _N : tarifária _A)	
Regra geral de formação	{(tarifária) _[Prop.] } (nomenclatura _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	nota complementar	
Definição ALADI	Notas de Seção, Capítulo ou subposição ditadas em nível nacional para sua aplicação nas aberturas correspondentes dessas Seções, Capítulos ou subposições.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : nota _N : complementar _A)	
Regra geral de formação	{(complementar) _[Prop.] } (nota _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por	Regra 1	[N[SA]] →[N[Adj]]

Café (1999)	[φ [x_1]]	
-------------	------------------------	--

UTC	objeto de uso pessoal	
Definição ALADI	São mercadorias de uso pessoal, sem finalidades comerciais, que ingressam ao território aduaneiro.	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: uso _N : pessoal _A) b) ($1x_1$: objeto _N : uso : pessoal _N)	
Regra geral de formação	a) {(pessoal) _[Prop.] } (uso _N) \emptyset b) {(uso : pessoal) _[Prop.] } (objeto _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.4.finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]]

UTC	obrigação tributária aduaneira	
Definição ALADI	Obrigação que tem uma pessoa de pagar o montante dos direitos, impostos, taxas, tarifas, multas e outros gravames devidos por atos em operações aduaneiras.	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: obrigação _N : tributária _A) b) ($1x_1$: obrigação : tributária _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	a) {(tributária) _[Prop.] } (obrigação _N) \emptyset b) {(aduaneira) _[Prop.] } (obrigação : tributária _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “causa” b) atribuição de propriedade - especificação “causa”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x_1][x_2]]	[N[SA[SA]]] →[N[Adj[Adj]]]

UTC	órgão político da Associação	
Definição ALADI	Os Órgãos Políticos da Associação (Art. 28 - TM80) são: a) O Conselho de Ministros das Relações Exteriores b) A Conferência de Avaliação e Convergência c) O Comitê de Representantes	
Estrutura do termo	a) ($1x_1$: órgão _N : político _A) b) ($1x_1$: órgão: político _N : Associação _N)	
Regra geral de formação	a) {(político) _[Prop.] } (órgão _N) \emptyset b) {(Associação) _[Prop.] } (órgão : político _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “inclusão em classe” b) atribuição de propriedade: especificação “pertencimento”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.7. inclusão numa classe. Ex.: sócio do clube	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SA[SP]]] →[N[Adj [P + N]]]

UTC	país-membro da ALADI	
Definição ALADI	São países-membros da Associação: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{país}:\text{membro}_N: \text{ALADI}_N)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{ALADI})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{país-membro}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “inclusão em classe”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.7. inclusão numa classe. Ex.: sócio do clube	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N [SP]] \rightarrow [N[P +(D)+ N]]

UTC	país de desenvolvimento intermediário	
Definição ALADI	Uma das três categorias de países estabelecidas para a aplicação dos tratamentos diferenciais previstos no Tratado de Montevideu 1980 (Art. 3 - TM 80) (CM/Resolução 6). Estão compreendidos nesta categoria: Chile, Colômbia, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. No momento do ingresso de Cuba à ALADI, em agosto de 1999, foi classificada nesta categoria	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{desenvolvimento}_N: \text{intermediário}_A)$ b) $(1x_1: \text{país}_N: \text{desenvolvimento} : \text{intermediário}_N)$	
Regra geral de formação	a) $\{(\text{intermediário})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{desenvolvimento}_N)\emptyset$ b) $\{(\text{desenvolvimento} : \text{intermediário})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{país}_N)\emptyset$	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.8. característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SP[SA]]] \rightarrow [N[P+(D)+N[Adj]]]

UTC	país de menor desenvolvimento econômico relativo	
Definição ALADI	Uma das três categorias de países estabelecida para efeitos da aplicação dos tratamentos diferenciais previstos no Tratado de Montevideu 1980 (Arts.3, 15 - TM 80). Estão compreendidos nesta categoria: Bolívia, Equador e Paraguai.	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{desenvolvimento}_N: \text{econômico}_A)$ b) $(1x_1: \text{desenvolvimento} : \text{econômico}_N: \text{relativo}_A)$ c) $(1x_1: \text{menor}_A: \text{desenvolvimento}: \text{econômico}: \text{relativo}_N)$	

	d) (1x ₁ : país _N : menor: desenvolvimento: econômico: relativo _A)	
Regra geral de formação	a) {(econômico) _[Prop.] } (desenvolvimento _N)∅ b) {(relativo) _[Prop.] } (desenvolvimento: econômico _N)∅ c) {(menor) _[Prop.] } (desenvolvimento: econômico: relativo _N)∅ d) {(menor: desenvolvimento: econômico : relativo) _[Prop.] } (país _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade - especificação “tipo” c) atribuição de propriedade - especificação “intensidade” d) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “característica genérica ou particular”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.8 característica genérica ou particular. Ex.: pessoa de respeito, homem de nariz grande	
Regra proposta por Café (1999)	Proposta nossa: [φ [x ₁ [x _{1/1} [x _{1/1/1} [x _{1/1/1/1}]]]]]	Proposta nossa: [N[SP[SN[SA[SA]]]]] →[N[P+Adj[N[Adj [Adj]]]]]

UTC	patrimônio histórico	
Definição ALADI	Concessões outorgadas durante a vigência do Tratado de Montevideu 1960.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : patrimônio _N : histórico _A)	
Regra geral de formação	{(histórico) _[Prop.] } (patrimônio _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	peso bruto em quilogramas	
Definição ALADI	Quantidade de mercadorias em quilogramas líquidos. É o peso das mercadorias incluindo todas suas embalagens, com exclusão do equipamento utilizada para o transporte.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : peso bruto _N : quilogramas _A)	
Regra geral de formação	{(quilogramas) _[Prop.] } (peso bruto _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: “medida”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.8 . equivalência e valor. Ex.: a joia está avaliada em 10 mil reais	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	plano de ação	
Definição ALADI	De acordo com a Resolução 262(IX), as Partes Contratantes estabelecem um Plano de Ação com o objetivo de realizar os estudos necessários para o aperfeiçoamento da zona de livre	

	comércio.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : plano _N : ação _N)	
Regra geral de formação	{(ação) _[Prop.] } (plano _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “finalidade”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.4. finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	posição tarifária	
Definição ALADI	Código numérico das mercadorias segundo o sistema de classificação utilizado na nomenclatura aduaneira para estabelecer a declaração da alfândega.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : posição _N : tarifária _A)	
Regra geral de formação	{(tarifária) _[Prop.] } (posição _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “conformidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	praga quarentenária	
Definição ALADI	Praga de importância econômica potencial para a área protegida, apesar de ainda não estar presente, ou se estiver não está amplamente disseminada, estando sob controle oficial.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : praga _N : quarentenária _A)	
Regra geral de formação	{(quarentenária) _[Prop.] } (praga _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “situação”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	preço de referência	
Definição ALADI	É a média de preços de uma mercadoria, durante determinado período, em um mercado de referência.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : preço _N : referência _N)	
Regra geral de formação	{(referência) _[Prop.] } (preço _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, finalidade	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.4. finalidade. Ex.: vestido de festa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	preferência percentual	
Definição ALADI	Preferência tarifária que ampara as importações dos produtos negociados e originários dos países participantes de um determinado acordo, consistente em uma redução percentual dos gravames aplicados às importações de terceiros países.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{preferência}_N: \text{percentual}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{percentual})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{preferência}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “maneira”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	preferência por pontos	
Definição ALADI	Preferências pactuadas pelos países-membros que estabelecem o gravame aplicável à importação dos produtos negociados.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{preferência}_N: \text{pontos}_N)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{pontos})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{preferência}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “em correspondência”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	por: 9. em correspondência a. Ex.: cobra p. hora, o querosene é vendido p. galão	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SP]] \rightarrow [N[P + (D) + N]]$

UTC	preferência tarifária	
Definição ALADI	É o preço fixado pelo país importador quando o preço de exportação do país de origem da mercadoria não se ajusta a preços internacionais considerados normais.	
Estrutura do termo	$(1x_1: \text{preferência}_N: \text{tarifária}_A)$	
Regra geral de formação	$\{(\text{tarifária})_{[\text{Prop.}]}\} (\text{preferência}_N)\emptyset$	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “conformidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	$[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]$

UTC	preferência tarifária regional	
Definição ALADI	Preferência que os países-membros da ALADI se outorgam sobre suas importações recíprocas, consistente em uma redução percentual dos gravames aplicáveis às importações de terceiros países. (Art. 5 - TM80 e art. 1 - AR.PTR/4).	
Estrutura do termo	a) $(1x_1: \text{preferência}_N: \text{tarifária}_A)$ b) $(1x_1: \text{preferência}_N: \text{tarifária}_N: \text{regional}_A)$	

Regra geral de formação	a) {(tarifária) _[Prop.] } (preferência _N)∅ b) {(regional) _[Prop.] } (preferência : tarifária _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “conformidade” b) atribuição de propriedade - especificação “localização”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁][x ₂]]	[N[SA[SA]]] →[N[Adj[Adj]]]

UTC	preferência residual	
Definição ALADI	Preferências pactuadas pelos países-membros que estabelecem o gravame aplicável à importação dos produtos negociados.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : preferência _N : residual _A)	
Regra geral de formação	{(residual) _[Prop.] } (preferência _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	presente no tráfego postal	
Definição ALADI	Encomendas enviadas a um particular por via postal e, ocasionalmente, por outro particular residente no estrangeiro, e que consistem, unicamente, em artigos ou objetos destinados a uso pessoal do destinatário ou de sua família e desprovidos, em razão de sua natureza e quantidade, de caráter comercial.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : tráfego _N : postal _A) b) (1x ₁ : presente _N : tráfego : postal _N)	
Regra geral de formação	a) {(postal) _[Prop.] } (tráfego _N)∅ b) {(tráfego : postal) _[Loc.] } (presente _N)∅	
Relação semântica	a) Atribuição de propriedade - especificação “assunto” b) Locativo	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.2. lugar. Ex.: estar em casa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]]

UTC	princípio da reciprocidade	
Definição ALADI	Artigos 10, 11, 12 e 13 do TM-60 e ALALC/RM/I/Resolução 7 de 6 de novembro de 1965	
Estrutura do termo	(1x ₁ : princípio _N : reciprocidade _N)	
Regra geral de formação	{(reciprocidade) _[Prop.] } (princípio _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	

Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SP]] \rightarrow [N[P+(D)+N]]
---------------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------

UTC	procedimento simplificado	
Definição ALADI	Conjunto de atos do desembaraço que, pelas características das mercadorias ou das circunstâncias da operação, permite a liberação, limitando-se as formalidades prévias e o controle da alfândega ao mínimo necessário para garantir o cumprimento das normas aduaneiras comunitárias.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : procedimento _N : simplificado _A)	
Regra geral de formação	{(simplificado) _[Prop.] } (procedimento _N) \emptyset	
Relação semântica	atribuição de propriedade: especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]

UTC	produto similar	
Definição ALADI	Um produto idêntico, isto é, igual em todos os aspectos ao produto de que se trate ou, quando não exista esse produto, outro produto que, embora não seja igual em todos os aspectos, tenha características muito parecidas às do produto considerado.	
Estrutura do termo	(1 x_1 : produto _N : similar _A)	
Regra geral de formação	{(similar) _[Prop.] } (produto _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] \rightarrow [N[Adj]]

UTC	ramo de produção nacional	
Definição ALADI	O conjunto dos produtores nacionais de um produto similar ao investigado por presunção de dumping ou de subsídios.	
Estrutura do termo	a) (1 x_1 : produção _N : nacional _A) b) (1 x_1 : ramo _N : produção : regional _N)	
Regra geral de formação	a) {(nacional) _[Prop.] } (produção _N) \emptyset b) {(produção : nacional) _[Prop.] } (ramo _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade – especificação “localização” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3. assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SP[SA]]] \rightarrow [N[P +(D)+N[Adj]]]

UTC	regime aduaneiro	
Definição ALADI	Tratamento aplicável às mercadorias submetidas a controle aduaneiro, de acordo com as leis e regulamentos aduaneiros, segundo a natureza e objetivos da operação.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regime _N : aduaneiro _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade – especificação “conformidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	regime de depósito aduaneiro	
Definição ALADI	Regime aduaneiro em virtude do qual as mercadorias importadas são armazenadas sob controle da Alfândega em um lugar designado para tais efeitos (depósito aduaneiro) sem pagamento de direitos e impostos à importação.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : depósito _N : aduaneiro _A) b) (1x ₁ : regime _N : depósito : aduaneiro _N)	
Regra geral de formação	a) {(aduaneiro) _[Prop.] } (depósito _N)∅ b) {(depósito : aduaneiro) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “posse” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 1.3 assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N[SP[SA]]] →[N[P+(D)+N[Adj]]]

UTC	regime geral de origem	
Definição ALADI	Conjunto de disposições e origem das mercadorias (ALADI/Resolución 78 y ALADI/CR/Acuerdo 91)	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : regime _N : geral _A) b) (1x ₁ : regime:geral _N : origem _N)	
Regra geral de formação	a) {(geral) _[Prop.] } (regime _N)∅ b) {(origem) _[Prop.] } (regime:geral _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “assunto”	
Sentido atualizado da preposição – Houaiss	de: 1.3 . assunto de que se trata. Ex.: falou de todos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x ₁ [x _{1/1}]]]	[N [SA [SP]]] →[N[Adj [P + N]]]

UTC	regime transitório	
------------	---------------------------	--

Definição ALADI	Sistema aduaneiro constituído, essencialmente, pelo trânsito e pela redestinação.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regime _N : transitório _A)	
Regra geral de formação	{(transitório) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “estado”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	regime definitivo	
Definição ALADI	Regime aduaneiro mediante o qual as mercadorias são nacionalizadas, de forma definitiva, uma vez cumpridas todas as formalidades legais (importação, exportação, etc.).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regime _N : definitivo _A)	
Regra geral de formação	{(definitivo) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “estado”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	regime especial	
Definição ALADI	Disposições legais de exceção, aplicáveis a certas mercadorias em sua importação, destinadas à fabricação de novos artigos ou a um regime de tratamento aduaneiro especial.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regime _N : especial _A)	
Regra geral de formação	{(especial) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	regime restrito	
Definição ALADI	Sistemas Aduaneiros constituídos, geralmente, pela importação de mercadorias em territórios aduaneiros especiais.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regime _N : restrito _A)	
Regra geral de formação	{(restrito) _[Prop.] } (regime _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	regime territorial especial	
Definição ALADI	Conjunto de operações de importação onde as mercadorias,	

	no momento de serem introduzidas nesses territórios, gozam de liberação total ou parcial de direitos tarifários e outros gravames, somente enquanto permanecerem neles, ficando afetadas ao regime geral de importação quando os abandonarem.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : regime _N : territorial _A) b) (1x ₁ : regime:territorial _N : especial _A)	
Regra geral de formação	a) {(territorial) _[Prop.] } (regime _N)∅ b) {(especial) _[Prop.] } (regime : territorial _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “assunto” b) atribuição de propriedade – especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁][x ₂]]	[N[SA[SA]]] →[N[Adj[Adj]]]

UTC	regulamento técnico	
Definição ALADI	Documento no qual são estabelecidas as características de um produto ou os processos e métodos de produção com elas relacionados, incluindo as disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : regulamento _N : técnico _A)	
Regra geral de formação	{(técnico) _[Prop.] } (regulamento _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	repartição aduaneira	
Definição ALADI	Unidade administrativa competente para efetuar as formalidades aduaneiras. Instalações ou outras áreas habilitadas para esses efeitos pelas autoridades competentes.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : repartição _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (repartição _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “finalidade”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	representação permanente	
Definição ALADI	Representantes de cada país-membro, designados por seus respectivos Governos e que, em conjunto, constituem o Comitê de Representantes (Art. 2 - CR/Resolução 1).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : representação _N : permanente _A)	

Regra geral de formação	{(permanente) _[Prop.] } (representaçãõ _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “estado”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	requisito fitossanitário	
Definição ALADI	Critérios estabelecidos pelas autoridades competentes em relação ao comércio de vegetais e produtos vegetais que regulam a proteção da saúde das plantas.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : requisito _N : fitossanitário _A)	
Regra geral de formação	{(fitossanitário) _[Prop.] } (requisito _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “assunto”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	resolução da Conferência	
Definição ALADI	Resoluções que adota a Conferência com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros, exceto em algumas matérias para as quais não deve haver voto negativo (Art. 43 - TM80)	
Estrutura do termo	(1x ₁ : resolução _N : Conferência _N)	
Regra geral de formação	{(Conferência) _[Prop.] } (resoluçãõ _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, autor	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.2. o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	resolução do Comitê	
Definição ALADI	Resoluções que adota o Comitê com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros, exceto em algumas matérias para as quais não deve haver voto negativo (Art. 43 - TM80).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : resolução _N : Comitê _N)	
Regra geral de formação	{(Comitê) _[Prop.] } (resoluçãõ _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “autor”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de:2.2. o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P+(D)+N]]

UTC	resolução do Conselho de Ministros	
Definição ALADI	Resoluções que adota o Conselho com o voto afirmativo de dois terços dos países-membros, exceto em algumas matérias para as quais não deve haver voto negativo (Art. 43 - TM 80).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : resolução _N : Conselho de Ministros _N)	
Regra geral de formação	{(Conselho de Ministros) _[Prop.] } (resolução) _∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “autor”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.2 o autor de uma obra. Ex.: Os Lusíadas de Camões	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] → [N[P+(D)+N]]

UTC	selo aduaneiro	
Definição ALADI	Marcas, precintos ou distintivos de segurança colocados pela alfândega para a aplicação de certos regimes aduaneiros (trânsito aduaneiro em particular), geralmente com o fim de prevenir ou de permitir verificação de qualquer dano à integridade dos volumes, os ilícitos aduaneiros (a substituição dos volumes ou seu conteúdo) ou dos dispositivos de lacre dos veículos ou dos equipamentos de transporte. Podem servir também de meio de identificação das próprias mercadorias.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : selo _N : aduaneiro _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (selo _N) _∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “posse”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	subposição tarifária	
Definição ALADI	Subgrupos em que são divididas as mercadorias de uma posição, sendo identificadas por 6 dígitos na Nomenclatura do Sistema Harmonizado.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : subposição _N : tarifária _A)	
Regra geral de formação	{(tarifária) _[Prop.] } (subposição _N) _∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “localização”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	tarifa aduaneira	
Definição ALADI	Lista oficial de mercadorias, na qual as mesmas estão estruturadas de forma ordenada com os direitos tarifários (ad valorem e/ou específico) frente a cada produto que pode ser objeto de uma operação de caráter comercial.	

	Tarifa oficial, em forma de lei, que determina os direitos a serem pagos sobre a importação de mercadorias, estabelecida conforme as necessidades da economia de um país.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : tarifa _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (tarifa _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	tarifa convencional	
Definição ALADI	Tarifa aduaneira determinada pelos tratados bilaterais ou multilaterais, a fim de incrementar o comércio internacional desses países.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : tarifa _N : convencional _A)	
Regra geral de formação	{(convencional) _[Prop.] } (tarifa _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	tarifa diferencial	
Definição ALADI	Sistema tarifário cuja finalidade principal é a outorga de vantagens preferenciais ao ou aos países que fizeram parte desse Acordo, que deriva em uma verdadeira discriminação contra determinada mercadoria ou países.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : tarifa _N : diferencial _A)	
Regra geral de formação	{(diferencial) _[Prop.] } (tarifa _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	tarifa específica	
Definição ALADI	É a tarifa aduaneira na qual as mercadorias tributam, principalmente, segundo o cálculo produzido de multiplicar a unidade tarifária.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : tarifa _N : específica _A)	
Regra geral de formação	{(específica) _[Prop.] } (tarifa _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	tarifa externa comum	
------------	-----------------------------	--

Definição ALADI	Tarifa Comum ou Regional estruturada para reger dentro de um espaço econômico denominado, geralmente, União Aduaneira, e em função das relações entre os países que assinaram um acordo para ser aplicada às mercadorias provenientes de terceiros países.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : tarifa _N : externa _A) b) (1x ₁ : tarifa : externa _N : comum _A)	
Regra geral de formação	a) {(externa) _[Prop.] } (tarifa _N)∅ b) {(comum) _[Prop.] } (tarifa : externa _N)∅	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 6 [φ [x ₁][x ₂]]	[N [SA [SA]]] →[N[Adj[Adj]]]

UTC	taxa aduaneira	
Definição ALADI	Pagamento por serviço prestado às mercadorias de importação/exportação (armazenagem, manuseio, etc.).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : taxa _N : aduaneira _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneira) _[Prop.] } (taxa _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “causa”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	terceiro país	
Definição ALADI	Países que não pertencem ao grupo de integração	
Estrutura do termo	(1x ₁ : país _N : terceiro _A)	
Regra geral de formação	{(terceiro) _[Prop.] } (país _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “classe”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	território aduaneiro	
Definição ALADI	Território no qual é aplicável a legislação aduaneira de um país.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : território _N : aduaneiro _A)	
Regra geral de formação	{(aduaneiro) _[Prop.] } (território _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “pertencimento”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

UTC	unidade de carga	
Definição ALADI	Parte do equipamento de transporte que seja adequado para a	

	unitização de mercadorias que devam ser transportadas e que permita seu movimento completo durante o percurso e em todos os meios de transporte utilizados. Consideram-se como unidades de carga, entre outros, os containers em geral, os containers chatos (flat containers), as palhetas, as eslingas e qualquer outro equipamento de transporte que se ajuste à definição anterior.(Ver containers)	
Estrutura do termo	(1x ₁ : unidade _N : carga _N)	
Regra geral de formação	{(carga) _[Prop.] } (unidade _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “instrumento”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.14. instrumento, órgão ou dispositivo de manejo de uma coisa. Ex.: carrinho de mão, instrumento de percussão	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SP]] →[N[P + (D) + N]]

UTC	valor em alfândega
Definição ALADI	<p>O valor em alfândega das mercadorias importadas será o valor de transação, isto é, o preço realmente pago ou a pagar pelas mercadorias quando estas forem vendidas para sua exportação ao país de importação, ajustado de conformidade com o disposto no artigo 8, sempre que concorram as seguintes circunstâncias:</p> <p>a) não existam restrições à cessão ou utilização das mercadorias pelo comprador, com exceção das que: i) imponham ou exijam a lei ou as autoridades do país de importação; ii) limitem o território geográfico onde possam ser revendidas as mercadorias; ou, iii) não afetem substancialmente o valor das mercadorias;</p> <p>b) a venda ou o preço não dependam de nenhuma condição ou contraprestação cujo valor não possa ser determinado com relação às mercadorias a valorar;</p> <p>c) não reverta, direta ou indiretamente, ao vendedor parte alguma do produto da revenda ou de qualquer cessão ou utilização posteriores das mercadorias pelo comprador, a não ser que possa ser efetuado o devido ajuste, de conformidade com o disposto no artigo 8; e</p> <p>d) não exista uma vinculação entre o comprador e o vendedor ou que, caso exista, o valor de transação seja aceitável para os efeitos aduaneiros, em virtude do disposto no parágrafo 2.</p>
Estrutura do termo	(1x ₁ : valor _N : alfândega _N)
Regra geral de formação	{(alfândega) _[Loc.] } (valor _N)∅

Relação semântica	Locativo	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	em: 1.2. lugar. Ex.: estar em casa	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 3 [φ [y_1]]	[N[SAdv]] → [N[Loc Adv]]

UTC	valor normal	
Definição ALADI	O preço comparável, efetivamente pago ou a ser pago nas operações comerciais normais pelo produto similar destinado ao consumo no país de exportação ou de origem.	
Estrutura do termo	(1x ₁ : valor _N : normal _A)	
Regra geral de formação	{(normal) _[Prop.] } (valor _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	versão única	
Definição ALADI	Expressão com a qual é designada a versão em espanhol do Sistema Harmonizado, aprovada pelos Diretores Nacionais de Alfândegas no âmbito do Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal (Acordo de Lima, 1994).	
Estrutura do termo	(1x ₁ : versão _N : única _A)	
Regra geral de formação	{(única) _[Prop.] } (versão _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	zona de livre comércio	
Definição ALADI	Grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais são eliminados os direitos aduaneiros e as demais regulamentações comerciais restritivas, quanto ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos dessa Zona de Livre Comércio.	
Estrutura do termo	a) (1x ₁ : comércio _N : livre _A) b) (1x ₁ : zona _N : comércio : livre _N)	
Regra geral de formação	a) {(livre) _[Prop.] } (comércio _N) \emptyset b) {(comércio : livre) _[Prop.] } (zona _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “constituição”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.11. constituição. Ex.: comissão de alunos	

Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	Proposta nossa: [N[SP[N]]] → [N[P+(D)+Adj [N]]]
---------------------------------------	--	--

UTC	zona de preferências econômicas	
Definição ALADI	Grupo de dois ou mais países em desenvolvimento que se outorgam preferências comerciais para a importação de produtos originários de seu respectivo território, com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente as barreiras a seu comércio recíproco.	
Estrutura do termo	a) (plx_1 : preferência _N : econômica _N) b) ($1x_1$: zona _N : preferências : econômicas _N)	
Regra geral de formação	a) {(econômicas) _[Prop.] } (preferências _N) \emptyset b) {(preferências : econômicas) _[Prop.] } (zona _N) \emptyset	
Relação semântica	a) atribuição de propriedade - especificação “tipo” b) atribuição de propriedade: especificação, explicitada por preposição, “constituição”	
Sentido atualizado da preposição - Houaiss	de: 2.11. constituição. Ex.: comissão de alunos	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 4 [φ [x_1 [$x_{1/1}$]]]	[N[SP[SA]]] → [N[P+(D)+N [Adj]]]

UTC	zona franca	
Definição ALADI	Regime aduaneiro que permite receber mercadorias num espaço delimitado de um Estado, sem o pagamento de gravames à importação, por considerar-se que não se encontra no território aduaneiro e onde não estão sujeitas ao controle habitual da repartição aduaneira. A natureza das operações a que se podem submeter as mercadorias no interior de uma zona franca determina que pode ser qualificada como zona franca comercial ou industrial (ALADI/CR/Resolução 53 (1986)).	
Estrutura do termo	($1x_1$: zona _N : franca _A)	
Regra geral de formação	{(franca) _[Propr.] } (zona _N) \emptyset	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x_1]]]	[N[SA]] → [N[Adj]]

UTC	zona primária	
Definição ALADI	Área terrestre ou aquática, contínua ou descontínua, ocupada pelos portos, aeroportos e a área adjacente aos pontos de fronteira, habilitada pela autoridade aduaneira para o controle de mercadorias, veículos e pessoas.	
Estrutura do termo	($1x_1$: zona _N : primária _A)	

Regra geral de formação	{(primária) _[Propr.] (zona _N)∅	
Relação semântica	Atribuição de propriedade - especificação “tipo”	
Regra proposta por Café (1999)	Regra 1 [φ [x ₁]]	[N[SA]] →[N[Adj]]

ANEXO IV

ANEXO IV

RELAÇÕES CONCEITUAIS PROPOSTAS EM CAFÉ (1999)

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle [φ [x_1]]

(Café, 1999, p.153)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC	
	base	argument
agit comme une	agent	propriété
agit de manière a	processus processus	mode intensité
agit sur	processus	patient
appartient a	agente entité processus	appartenance appartenance appartenance
contient	groupement entité	contenance contenance
est du type	entité entité	propriété forme
est en état	entité localisation	état état
produit par	processus entité	agente mode
produit un effet	processus agent	effet effet
produit un résultat	processus	résultat
résulte de	entité propriété	source effet
se situe dans	processus localisation entité	localisation entité localisation
subit l'action	localisation	action

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle [φ [x_1][y_1]]

(Café, 1999, p.169)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC		
	base	argument	satellite
agit sur – se situe dans	processus agent	patient patient	localisation localisation

est du type - est en état	processus	propriété	état
produit un résultat – se situe dans	processus	résultat	localisation

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi[y_1]]$

(Café, 1999, p.174)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC	
	base	satellite
se situe dans	processus entité	localisation localisation
est en état	processus entité	état état

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi[x_1[x_{1/1}]]]$

(Café, 1999, p.186)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC		
	base	argument	expansion de l'argument
agit de manière a	agent processus	propriété intensité	propriété
agit sur	agent	patient	appartenance
appartient a	entité entité entité	appartenance appartenance appartenance	état mode instrument
compose de	entité entité	composant composant	état propriété
contient	entité entité entité entité groupement	contenance contenance contenance contenance contenance	appartenance processus propriété contenance appartenance
est du type	entité entité entité	instrument intensité processus	propriété propriété état
produit un effet	agent agent agent processus	effet effet instrument effet	instrument patient effet mode
produit un résultat	processus	résultat	appartenance

	processus	résultat	localisation
se situe dans	processus	localisation	processus
subit l'action	processus	action	mode

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi[x_1[x_{1/1}[x_{1/1}]]]]$

(Café, 1999, p.195)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC			
	base	argument	expansion de l'argument	expansion de l'expansion de l'argument
contient	groupement	contenance	intensité	propriété
produit un effet	entité agent	effet effet	groupement patient	patient appartenance
résulte de	entité entité	source source	mode processus	mode mode

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi [x_1][x_2]]$ et $[\varphi [x_1][x_2][x_3]]$

(Café, 1999, p.205)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC			
	base	argument 1	argument 2	argument 3
appartient / a la forme / est du type	entité	appartenance	forme	propriété
contient / se situe dans/ appartient	entité	contenance	localisation	appartenance
agit comme un / agit comme un	agent	propriété	propriété	
agit comme un / est du type	agent	propriété	propriété	
agit de manière / produit par	processus	mode	agent	
agit de manière / produit un effet	processus	mode	effet	
agit sur / a pour but de	processus	patient	but	
agit sur / est du type	processus	patient	propriété	
agit sur / produit par	processus	patient	agent	
appartenant / est du type	entité entité agent	appartenance appartenance appartenance	mode propriété propriété	
appartenant / est en état	entité	appartenance	état	
appartenant / produit un effet	processus	appartenance	effet	
contient / se situe dans	groupement	contenance contenance	localisation localisation	

	entité			
est du type / est du type	groupement	propriété	propriété	
est du type / est en état	entité	propriété	état	
produit un effet / est du type	agent agent	effet effet	instrument propriété	
produit un effet / est en état	agent	effet	état	
produit un effet / produit un effet	agent	effet	effet	
produit un résultat / agit de manière	processus	résultat	mode	
résulte de / est en état	entité	source	état	
se situe dans / a la forme	entité	localisation	forme	
se situe dans / agit comme un	entité	localisation	propriété	

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi [x_1[x_{1/1}]] [x_2 [x_{1/2}]]]$

(Café, 1999, p.212)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC				
	base	argument 1	expansion 1/1	argument 2	expansion 1/2
agit de manière / produit un effet	agent	propriété	propriété	effet	instrument

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi [x_1] [x_2[x_{1/2}[x_{1/1/2}]]]]]$

(Café, 1999, p.217)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC				
	base	argument 1	expansion 2	expansion 1/2	expansion 1/1/2
produit un résultat/ agit de manière	processus	résultat	mode	groupement	état

Relations conceptuelles et fonctions sémantiques pour la règle $[\varphi [x_1] [x_2[x_{1/2}]]]$

(Café, 1999, p.221)

Relation conceptuelle	Fonction sémantique de chaque composant de l'UTC			
	base	argument 1	expansion 2	expansion 1/2
appartient/ composé de	entité	appartenance	composant	propriété
est en état / contient	entité	état	contenance	contenance
se situe dans / contient	entité	localisation	intensité	contenance

